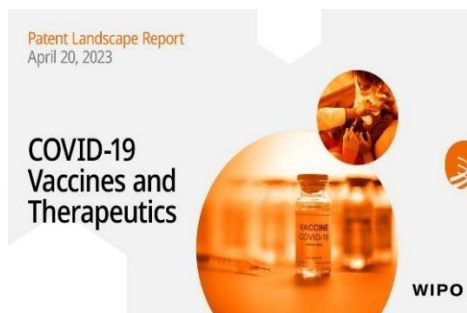
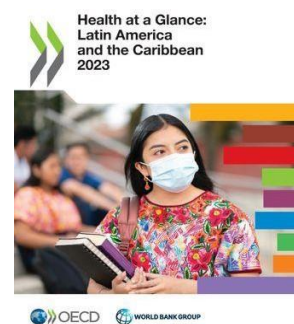
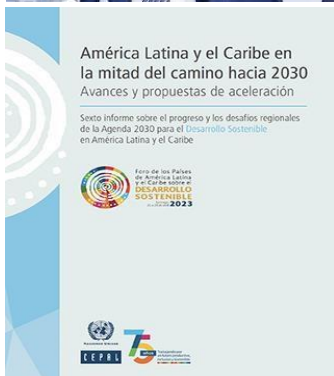


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 06/2023
12 a 25 de abril de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	- <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
12	Diplomacia civilizada	- <i>Adhemar Bahadian</i>
14	Partido Alto	- <i>Andre Costa Lobato</i>
20	Kiribati está sumindo	- <i>Santiago Alcázar</i>
24	Relatório de síntese do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos	- <i>Armando De Negri Filho</i>
41	As iniquidades em saúde e seus muitos planos: dados, vacinas, preparo e força de trabalho	- <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>
49	Desafios e conflitos na transição para fontes de energia limpa e renovável	- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>
55	PNUD apresenta resultados construindo o futuro	- <i>Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa</i>
60	Época de muitas celebrações, mas pouco a comemorar: os muitos significados do 28 de abril e do 1º de maio para a classe trabalhadora no mundo	- <i>René Mendes</i>
66	Migrações, refúgio e saúde global	- <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
70	Oito bilhões de vidas, possibilidades infinitas e a defesa de direitos e escolhas	- <i>Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes</i>
76	A transformação dos sistemas alimentares na agenda do B20, em 2023: quais as discussões e propostas do setor produtivo?	- <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>
83	Elos perdidos na governança da Inteligência Artificial (IA)	- <i>Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar</i>
89	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia	- <i>Isis Pillar Cazumbá</i>
93	Patentes, Covid-19 e Desenvolvimento: Informe OMPI e UNCTAD	- <i>Claudia Chamas</i>
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
96	Organizações a Sociedade Civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	- <i>Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luís Eugênio de Souza</i>
113	Os <i>grassroot movements</i> e suas relações com os maiores desafios do século	- <i>Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho</i>

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 122 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 130 G7, G20 e OCDE na saúde Global: G20 avança nos trabalhos em saúde - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 137 Lula visita à China: saúde, sustentabilidade, C&T, neindustrialização e paz são temas na agenda - *Claudia Hoirisch*
- 145 Diplomacia da saúde na América Latina e no Caribe - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*
- 157 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 172 Lula está na Europa, mas o protagonismo do informe é a OMS Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 176 Sudão: uma guerra de vontades que pode aumentar as tensões regionais - *Lúcia Marques*
- 181 EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 185

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 188

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 189

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 06/2023 – 11 a 25 de abril de 2023

Apresentação

As viagens internacionais do presidente Lula continuam a produzir notícias e impactos no país e globalmente. Entre os analistas de política internacional há consenso de que ‘o Brasil está de volta’, com uma pujante presença no cenário global, contrapondo-se à vergonhosa omissão e fiascos do governo anterior. Repercutem as diferenças de resultados entre as visitas às duas potências globais, logo nestes primeiros quatro meses de mandato: aos Estados Unidos uma visita de poucos resultados anunciados, mas de importante e imprescindível apoio à democracia golpeada em 8 de janeiro; à China, com resultados que reafirmam a importância das relações comerciais entre os dois parceiros, acrescidas de uma aproximação política que promete resultados importantes a médio e longo prazo. A Fiocruz esteve presente na missão à China, onde firmou dois acordos de cooperação em saúde com a Academia Chinesa de Ciências.

A diplomacia presidencial continua, com as visitas de Estado, nestas primeiras semanas de primavera, aos países irmãos ibéricos. Em Portugal, as relações comerciais estiveram presentes, e novamente a saúde aparece por meio da participação da Ministra Nísia Trindade na delegação, da assinatura de Memorando de Entendimento com três ministérios portugueses¹ e o anúncio, pelo presidente da Fiocruz, Mário Moreira, de ampla cooperação em inovação tecnológica e em saúde pública, incluindo a abertura de um escritório de representação de amplas finalidades na capital portuguesa².

A viagem à Espanha completa o périplo ibérico de Lula, com uma visita sem grandes apelos bilaterais. Entretanto, recordemos ainda que, em 1º de julho, o Brasil assume a presidência *pro tempore* (PPT) do Mercosul e a Espanha a PPT da União Europeia. Neste período está prevista a *Cúpula CELAC - União Europeia* (Bruxelas, 17-18 de julho). A Espanha já anunciou que presidirá a EU com os olhos voltados para a América Latina³; Lula prometeu em Lisboa “se empenhar pelo Acordo Mercosul-União Europeia”⁴. Portanto, concluiria o Conselheiro Acácio, a visita de Lula à Espanha não terá sido para aproveitar o voo transatlântico, mas certamente também para costurar o que poderá ser um golaço dos dois países ao presidir os respectivos blocos que seria dar marcha-a-frente ao esperado Acordo.

O embaixador **Adhemar Bahadian**, articulista do *Jornal do Brasil digital*, no seu artigo ‘Diplomacia civilizada’, que transcrevemos neste Caderno, traz luz exatamente sobre estes primeiros movimentos diplomáticos do Brasil novo e retornado à arena internacional, e precisamente abordando as implicações da viagem de Lula à China nas relações com os EUA e comentando também a questão do Acordo EU-Mercosul.

¹ Ver: <https://portal.fiocruz.br/noticia/presidente-da-fiocruz-assina-memorando-com-tres-ministerios-em-portugal>

² Ver entrevista de Mário Moreira ao jornal português *Público*, edição de 24 de abril, pp. 26-27, em: <https://www.publico.pt/2023/04/23/ciencia/entrevista/fiocruz-gigante-inovacao-area-saude-brasil-quer-abrir-filial-portugal-2047169>

³ Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2022/07/25/espanha-presidira-ue-em-2023-com-foco-na-cooperacao-com-a-america-latina.htm>

⁴ Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/em-lisboa-lula-promete-se-empenhar-pelo-acordo-mercosul-uniao-europeia.ghtml>

Uma outra visão da viagem de Estado de Lula à **China** é proporcionada aos leitores por um participante da delegação brasileira, o analista do CRIS, **André Lobato**, que traz detalhes sobre os acordos assinados e suas impressões sobre os entendimentos políticos entre os dois países no espaço da diplomacia global. Relata **Lobato** que Fiocruz e Academia Chinesa de Ciências assinaram o único acordo de saúde da visita de Lula à China, em 13 de abril, indicando a formação de um grupo de trabalho para implementá-lo de imediato. A Declaração Conjunta assinada pelos presidentes das duas repúblicas, menciona o fomento ao intercâmbio científico em áreas como produção de vacinas e de fármacos e o combate de doenças com potencial epidêmico. A visita marcou os 30 anos da assinatura da Parceria Estratégica Global e antecede os 50 anos do reconhecimento diplomático entre as duas repúblicas, em 1974. O *China Daily*, publicação em inglês do PCC, deu como manchete que “Xi enfatiza prioridade de laços com Brasil”.

Alcazar, com o brilhantismo de sempre, oferece ao debate a questão climática e suas repercussões sobre os pequenos países insulares. Entretanto, a partir da situação do pequeno Kiribati, amplia a mirada para o papel atual das Nações Unidas no cenário internacional, suas possibilidades, alguns sucessos e muitos fracassos.

No informe sobre o **Conselho de Direitos Humanos**, nosso analista **De Negri Filho** discute o relatório da “*Reunião sobre o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença da Covid-19*”. O documento aborda a cooperação internacional durante a pandemia, lança as exigências do caminho a seguir para construir respostas prospectivas e realizar as recuperações e reparações ao ocorrido em termos de responsabilidades internacionais.

Enfoca os conceitos que situam a resposta realizada e (futuras) à pandemia(s), no contexto de uma luta mais ampla de resposta às desigualdades e assimetrias no mundo, com ênfase em um novo contrato social e a constituição de sistemas universais de seguridade social robustos e resistentes, e aqueles que se alinham na resposta particular a certos grupos de ‘vulnerabilidade’, afastando-se de um debate mais estrutural sobre as crescentes e persistentes desigualdades globais. Um debate que não é novo sobre o choque entre a universalização e as focalizações no ordenamento econômico e social das sociedades e significando diferentes enfoques do que entendemos por direitos humanos, desenvolvimento e cooperação internacional. Por óbvio, o debate envolve o tema e o setor da saúde, mas pela vinculação estratégica dos painelistas e o perfil não especializado em saúde dos debatedores, a reunião permitiu avançar muito mais no espírito da determinação social, econômica e política da saúde do que costuma ocorrer nos ambientes típicos do setor saúde, como a própria OMS.

Na **OMS**, segundo **Reges, Bermudez e Galvão**, a quinzena foi marcada pelo lançamento do *Repositório de Dados sobre Desigualdade em Saúde* pela OMS, a coleção global mais abrangente de dados desagregados disponíveis publicamente e evidências sobre a saúde da população e seus determinantes. Aconteceu ainda o terceiro Encontro do Grupo de Trabalho sobre as Emendas do Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI), em Genebra. Ao longo do encontro, o diretor-geral da OMS reiterou que a alteração do Regulamento deve levar a uma estrutura de incentivos que encoraje, em vez de punir, a transparência e o cumprimento do RSI. Já de 24 a 30 de abril de 2023, marca-se a Semana Mundial de Vacinações, que esse ano, sobretudo a partir das análises do relatório sobre vacinas na infância da UNICEF, propôs como frase-tema: *the big catch-up*. O objetivo é recuperar cobertura vacinal em escala global. E em apoio ao “*Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas*”, adotado na IX Cúpula das

Américas, em junho de 2022, o governo dos Estados Unidos e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançaram o *Corpo de Saúde das Américas* (AHC), uma nova iniciativa alinhada à Iniciativa Global para Trabalhadores em Saúde. O AHC tem como objetivo enfrentar a complexa gama de desafios em recursos humanos para a saúde que foram expostos durante a pandemia de Covid-19.

Magalhães e Galvão sinalizam no seu informe sobre **ambiente e saúde** que a segurança energética após a invasão da Ucrânia pela Rússia é a justificativa usada para enfraquecer as ambições de descarbonização. O G-7 precisa acelerar a transição para fontes de energia mais limpas e renováveis para reduzir emissões de carbono, mas a eliminação das usinas de carvão é um ponto de contenda, com o Japão promovendo o uso de "carvão limpo". Essa tecnologia desvia recursos de fontes limpas e perpetua subsídios aos combustíveis fósseis. Na reunião do G7, o presidente Lula pediu paz entre as nações e reafirmou compromisso do Brasil com fontes de energia renovável, como hidrelétrica, etanol, biomassa, eólica e solar, bem como na luta contra o desmatamento. A guerra Rússia-Ucrânia teve impactos significativos, como preços mais altos da gasolina levando a mais subsídios para fontes poluentes e aumento do uso de usinas de carvão. A guerra não deve justificar subsídios aos combustíveis fósseis. Os autores disponibilizam links para os diversos importantes documentos mencionados.

Mendes nos apresenta bela reflexão, crítica e emotiva, sobre as efemérides alusivas ao **dia internacional do(a)s trabalhadore(a)s**. Recupera os acontecimentos históricos de resistência dos trabalhadores que ocorreram nos últimos dias de abril e primeiros dias de maio no passado. Os profissionais que se dedicam a promover e cuidar da saúde de trabalhadores e trabalhadoras, em quase todos os países do mundo, são sensibilizados pelos significados tão próximos e convergentes, evocados pela celebração destas datas, e devem evocá-las sempre. Contudo, muitas situações geradoras no contexto das lutas do passado permanecem até hoje. A 3 de maio, o CRIS realiza importante seminário avançado sobre '*Direito ao trabalho seguro e saudável*', com nove especialistas da mais alta qualidade, para o qual convidamos todos os leitores.

O relatório anual do **PNUD** de 2022 apresenta os resultados da organização em termos de orçamento aplicado, países alcançados e princípios orientadores. Mostra uma série de dados e atividades realizadas pela organização, que revelam a preocupação central com a sustentabilidade ambiental, com questões de gênero e com esforços por influenciar o mundo das finanças, orientando investimentos por sentidos mais éticos e comprometidos com o planeta. Entre estes temas, são apresentadas outras ações mais tradicionais no portfólio de ações do PNUD, como a melhoria da governança e o combate às vulnerabilidades. **Kastrup e Paes** sinalizam que o modelo escolhido é: como será o futuro? Essa escolha anuncia a preocupação do PNUD em olhar para a frente e orientar o desenvolvimento em linha com o que propõe a Agenda 2030.

Na visão de seu diretor geral, Achin Steiner, que abre o relatório, há esperança no futuro, apesar de, em 2023, isso parecer difícil. Ele reconhece que as manchetes narram um mundo sombrio de conflitos, deslocamentos e luta para acompanhar o aumento do custo de vida; de pobreza em crescimento e confiança nas instituições democráticas em declínio; de ecossistemas em desequilíbrio e natureza revoltada. Mas destaca que, para enfrentar esse quadro, em 2022, o PNUD investiu 4,8 bilhões de dólares em programas e projetos que atingiram 170 países com um portfólio de "abordagens inteligentes para o futuro" que ajudam a empurrar as fronteiras do pensamento sobre o desenvolvimento.

Com essa introdução, o PNUD apresenta seu trabalho por meio de experiências escolhidas que ilustram sua compreensão sobre o desenvolvimento – inclusivo, democrático, digital, solidário. No documento, é possível notar o esforço pela transdisciplinaridade e por apoiar a implementação da Agenda 2030, principalmente no que tange ao princípio de “não deixar ninguém pra trás”. As linhas gerais escolhidas pelos autores do relatório procuram dar sentido a um futuro em construção.

O **grupo de migração, refúgio e saúde global**, sob a coordenação de **Rafael França**, destaca a abordagem de gênero e as migrações e a nova figura da “mulher global” que vincula a migrante ao trabalho doméstico e aos cuidados. As políticas migratórias adotadas pelos Estados de origem e receptores têm um papel preponderante sobre as configurações que assumem as migrações de mulheres e o “mercado dos cuidados”. A tensão entre dois grupos militares no Sudão e a eminência de uma guerra civil nacional geram os primeiros refugiados à procura de segurança no Chade.

O **United Nations Population Fund (UNFPA)** apresentou seu relatório anual ‘O Estado da População Mundial’, que recentemente atingiu 8 bilhões de pessoas. **Massari e Gomes** apontam que, nesse cenário, discussões demográficas como “somos muitos” ou “somos poucos” acabam por se colocar acima dos direitos reprodutivos das mulheres. A agência problematiza essas visões limitadoras e propõe uma perspectiva diferente das perguntas que devem ser feitas. Além do relatório, as informações estão disponíveis em forma de vídeo e site interativo produzido com imagens feitas por inteligência artificial.

No informe sobre **alimentação e nutrição**, os analistas **Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana** apresentam e discutem um evento sobre transformação de sistemas alimentares no âmbito do B20, o braço de negócios do G20, que aconteceu na Índia. Enquanto, por um lado, o movimento mostra o reconhecimento da importância da agenda de sistemas alimentares desde a nutrição, agroecologia, segurança de alimentos até a inovação, por outro a participação grandemente concentrada em representantes do setor produtivo abriu pouco espaço para o debate de alternativas fora da agenda dos sistemas alimentares e financeiros hegemônicos.

Gaspar e Sanglard comentam capítulos do recém-lançado livro *Missing links in AI Governance* (tradução livre: Elos perdidos na governança da IA), publicado pela **UNESCO** em parceria com o Instituto de Inteligência Artificial de Québec – MILA, que traz pensamentos e proposições de representantes da sociedade civil, academia, área de inovação e formuladores de políticas para o importante tema da Inteligência Artificial (IA), tais como auditorias terceirizadas de sistemas de IA, ecossistemas de IA socialmente benéficos, DeepFakes, alinhamento da IA com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a centralização do poder decisório sobre a IA.

Cazumbá, no seu informe sobre as **instituições financeiras internacionais** reporta as Reuniões Anuais de Primavera do Banco Mundial – FMI e os seus desdobramentos. Aponta ainda que o BID e o Reino Unido estão trabalhando juntos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Amazônica.

A **OMPI** lança o relatório “*COVID-19-related vaccines and therapeutics: Insights into related patenting activity throughout the pandemic*”, com destaque para o desempenho da China, dos EUA, da República da Coreia, da Alemanha e do Reino Unido no depósito de patentes relacionadas à Covid-19, entre 2020 e 2022. **Chamas** examina também o relatório “*Trade and Development Report Update*” da **UNCTAD**, que reivindica agenda econômica internacional ousada para evitar outra década perdida para os países em desenvolvimento.

Durante a última quinzena, o grupo sobre **Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado**, sob a liderança de **Luís Eugênio de Souza** examinou 32 entidades, 18 das quais apresentaram manifestações relevantes. Os dados coletados foram extraídos de páginas web e postagens no twitter das instituições acompanhadas. Tanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quanto as de Interesse Privado, enfatizaram a crise ambiental em suas manifestações, considerando os seus efeitos na saúde, sobretudo, dos grupos mais vulneráveis da população mundial. Uma nota curiosa da ActionAid International mostra que os cidadãos estão recorrendo ao Judiciário para cobrar do governo suíço a inação frente à crise ambiental. Merece destaque também a denúncia da homofobia em Uganda, com a aprovação de uma lei anti-homossexualidade que prevê, inclusive a pena de morte. No Brasil, teve destaque o apoio aos povos que realizarão a 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), entre 24 e 28 de abril. Outros temas destacados foram: as doenças infecciosas, notadamente, o novo surto de cólera na África e o Dia Mundial da Doença de Chagas; os conflitos armados, tendo ganho proeminência o caso do Sudão; a força de trabalho em saúde, por conta do 5º Fórum Global sobre Recursos Humanos para Saúde da OMS; e a avaliação (positiva, em geral) dos primeiros 100 dias do Governo Lula. Enfim, as OSC mantiveram-se bastante ativas, acompanhando de perto a evolução da situação de saúde em todo o mundo e participando dos fóruns globais, sempre em defesa da equidade em saúde.

De Negri e De Negri Filho no seu informe sobre **sociedade civil global e saúde**, exploram o *State of Civil Society Report* da Civicus - Informe sobre o Estado da Sociedade Civil 2023, documento de 86 páginas que analisa as ações da sociedade civil dentro dos maiores desafios dos últimos anos, tendo o ano de 2022 como palco principal. Dividido em seis capítulos principais que serão dissecados e relacionados com outros eventos abaixo, o relatório já está disponível em português. As seis entradas serão exploradas e apresentadas as 3 ações propostas pelo relatório para enfrentar o desafio em questão e junto delas serão também abordados e anexados documentos e notícias externas ao *report*, mas que corroboram os aspectos tratados, esses serão marcadas por hiperlinks.

O relatório expõe as falhas por trás das maiores Organizações Internacionais e como, quando o assunto é linha de frente, a sociedade civil ocupa as trincheiras, defendendo direitos humanos, abrindo e mostrando como é profunda a ferida da crise econômica e como a democracia que temos é frágil, manipulável e disfuncional e falha nos momentos em que deveria proteger seus cidadãos através de - olhe só - princípios democráticos que não se estendem a toda população. Por levar em si ações destemidas, a sociedade civil organizada e combativa também é vista como alvo, relatados como “contra-poder” e “contra-narrativa”, competindo por recursos e, por isso, devem ser controlados por seus governos. Na Ucrânia, Etiópia, Síria, Chile, Afeganistão - as principais iniciativas de ação, e não de palavras vazias, foram tomadas pela sociedade civil organizada.

A Diretora do **UNOSSC**, tem divulgado a 21ª reunião do *Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul*, destacando sua importância em seus encontros com autoridades, como na primeira *Reunião Interagências de 2023 sobre Cooperação Sul-Sul* e no *Fórum para Financiamento do ECOSOC*, em que discutiu tendências e oportunidades imediatas e de longo prazo para que os países possam enfrentar as múltiplas crises sobrepostas, assim como a necessidade de ampliar os financiamentos para os ODS.

Neste informe sobre o **Sul Global**, **Ungerer** ressalta também o interesse do Programa de Cooperação da FAO-China em investir nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento para fortalecer suas capacidades e enfrentar desafios comuns através da Cooperação Sul-Sul,

assim como da Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China, que está interessada em áreas prioritárias para acelerar a implementação dos ODS.

O representante especial para coordenar a presidência de Cuba junto ao **G-77 e China** tem se reunido com diversas autoridades para discutir apoio para os países em desenvolvimento e a disposição de trabalhar em conjunto com o G-77. Durante o Fórum para Financiamento do ECOSOC deixou claro que o Grupo irá insistir para que os países industrializados cumpram com suas responsabilidades históricas. E o Presidente do G-77 e da China expressou que ainda há muito a fazer para erradicar a pobreza, o analfabetismo e alcançar o acesso universal à educação de qualidade, metas vitais para o desenvolvimento sustentável, durante a CPD56.

O **Movimento Jovem dos Não Alinhados** ajudou a organizar um evento paralelo para o Fórum da Juventude do ECOSOC de 2023 sobre *A recuperação da Covid-19: Perspectivas do Movimento Jovem dos Não Alinhados*. O **Centro Sul** publicou um resumo de políticas sobre o avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular para reduzir a pobreza e a fome e promover o desenvolvimento rural, e durante a reunião especial do ECOSOC sobre Cooperação Internacional em assuntos fiscais, reforçou a necessidade de uma Convenção Tributária multilateral vinculante da ONU, que estabeleça uma estrutura da cooperação tributária internacional.

Segundo **Hoirisch**, na sua análise sobre **BRICS**, em 2014, o Brasil era a 7ª maior economia do mundo, mas caiu diversas posições depois de um golpe de Estado e do choque econômico ultraliberal. Uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. As grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos Estados e economias líderes, através da monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica. Hoje, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina, a 12ª maior economia do mundo e o principal player internacional do continente sul-americano. É um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente, se tomarmos em conta seu território, sua população e dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de commodities com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico. O Presidente Lula fez uma visita de Estado à China nesse mês e os dois países chegaram a acordos em áreas como combate à fome e à pobreza, C&T da saúde com foco na prevenção e controle de pandemias e epidemias, diversificação do comércio e relações comerciais com moedas próprias, ao invés do dólar norte-americano, combate às mudanças climáticas, projetos de investimentos e cooperação industrial e na neointustrialização da economia brasileira. Esses acordos sul-sul podem ajudar o Brasil a recuperar posições perdidas nesses últimos anos.

Analisando os **grupos de países mais ricos do mundo**, o grupo de trabalho sob a coordenação de **Burger e Esteves** sinaliza que os ministros das relações exteriores do **G7** se reuniram em Karuizawa, no Japão, em preparação para a cúpula de Hiroshima no próximo mês. A Guerra da Ucrânia foi, mais uma vez, o tema de destaque. Na última quinzena, os principais eventos no âmbito do **G20** foram os encontros do Grupo de Trabalho de em Saúde (HWG) e dos Ministros de Finanças e governadores dos Bancos Centrais. Seguindo um padrão desde que o conflito na Ucrânia teve início, a reunião de finanças terminou sem um comunicado conjunto e poucos foram os desdobramentos veiculados. Já na área da saúde, avanços mais significativos foram alcançados nas três áreas prioritárias elencadas pela gestão indiana. Durante o período analisado, a **OCDE**, junto com o Banco Mundial, apresentou a mais recente versão do estudo *“Health at a Glance: Latin America and the Caribbean”*, fornecendo dados mais atualizados sobre saúde na região. Outros destaques foram a publicação de uma avaliação sobre matérias-

primas e a modernização de um acordo internacional. Há ainda a atualização no estudo e acompanhamento da organização sobre mercado de trabalho mundial.

Tobar, Minayo e Brito destacam no seu informe sobre diplomacia da saúde na **América Latina e Caribe** os preparativos para a Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL e o seu relatório sobre os progressos na implementação dos ODS⁵. Também foram objeto de análise outros eventos relevantes, tais como: o plano de ação para fortalecer a capacidade de resposta frente futuras pandemias da Rede Andina; a reunião sobre a proposta para promover a governança e a gestão sustentável dos sistemas aquíferos da região Amazônica promovida pela OTCA; a SEGIB impulsionou o lançamento do Observatório Epidemiológico Ibero-americano juntamente com profissionais na área e o relançamento pelo Mercosul da Cúpula Social Mercosul 2023. Trazem também a disputa por lítio entre China e Estados Unidos na América Latina; a Conferência internacional liderada pela Colômbia para reativar diálogo entre oposição e governo venezuelano e as eleições no Paraguai, que ocorrerão em poucos dias.

No **continente africano**, **Silva, Cá, Mahoce e Rosenberg** destacam diversos temas. Mais de 100 participantes de 25 países africanos seguiram o curso na África do Sul, sobre "Novas abordagens para o planejamento do desenvolvimento sustentável". O Unicef alerta que milhões de crianças sudanesas estão em risco devido à guerra no Sudão. A OMS inaugurou na África do Sul, o Centro de Tecnologia mRNA para aumentar a disponibilidade regional de vacinas contra a covid-19 e outras doenças. A OMS-AFRO e o UNV lançaram a segunda fase de Africa Women Health Champions (AWHC) para recrutar jovens profissionais africanas para impulsionar a agenda e os objetivos de saúde. Estima-se que 33 milhões de crianças precisarão ser vacinadas na África entre 2023 e 2025 para colocar o continente de volta no caminho certo para alcançar as metas globais de vacinação de 2030 que incluem a redução da morbidade e da mortalidade de doenças evitáveis pela vacinação. Os surtos em curso pelo vírus Marburgo na Guiné Equatorial e na Tanzânia são as mais recentes de várias doenças zoonóticas relatadas na Região Africana. A vacina contra malária disponível no Quênia, Gana e Malawi, no âmbito do MVIP - *Malaria Vaccine Implementation Programme*. Realizou-se, virtualmente, a 40ª Assembleia Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, sobre a situação político-militar no Sudão. O BAD fortalece resposta regional à Covid-19 na África Oriental. Realizada oficina regional de capacitação para mobilizar e acessar o financiamento climático para a África Oriental.

A **Europa** recebe o presidente Lula, que visita Portugal e Espanha. **Freire** destaca que no âmbito da saúde, a OMS Europa comemora a erradicação da Malária no Azerbaijão e no Tadjiquistão, promove a semana europeia de imunização, e a reunião regional de alto nível sobre 'Saúde e Cuidados com a Força de Trabalho na Europa: Hora de Agir', que propõe, por meio da Declaração de Bucareste, um plano de ações políticas para desarmar a bomba-relógio que é a situação dos profissionais de saúde do continente.

Sudaneses, curdos, sírios, iemitas, líbios, tunisianos, birmaneses, palestinos e tantos outros sofrem com os conflitos antigos e novos, que se somam às crises decorrentes da guerra na Ucrânia, das disputas geopolíticas e dos eventos climáticos. Entra ano, sai ano. Nada de novo. Conflitos e animosidades acalmam aqui e pipocam acolá na **Ásia e região MENA**. Conflitos que

⁵ Ver: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48823/1/S2300097_es.pdf, lançado pela CEPAL, na reunião do Fórum de países, enquanto preparávamos a edição final deste Caderno 6, que prontamente fazemos chegar aos leitores

moldam identidades, estados e regimes políticos. Alguns são consequências, até hoje, da partilha entre potências colonizadoras, no século XIX - e no pós 2ª guerra -, quando grupos étnicos amigos foram separados e grupos inimigos obrigados a dividir o mesmo espaço. No Tabuleiro da Geopolítica, **Marques** fala dos esforços da Arábia Saudita para descongelar laços, como parte da política de Riad para aumentar a segurança e estabilidade na região: retomada de relações diplomáticas com seu rival Irã; conversas com a Síria e negociações para trazer o país de volta à Liga Árabe, da qual havia sido suspensa, desde 2011; libertar unilateralmente prisioneiros Houthis e iniciar conversas para alcançar a paz política no Yemen. Ações que têm repercutido e estimulado retomadas de relações na região e além. E como um importante player do mundo árabe, se articula com outros países não árabes para discutir formas de reduzir a escalada de violência no Sudão. Assim como a China, que também pode ajudar, uma vez que tem fortes relações econômicas no país e na região e foi importante na harmonização entre Arábia Saudita e Irã.

Os **Estados Unidos da América** promoveram o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima, uma plataforma de cooperação internacional composta por 17 países responsáveis por cerca de 80% das emissões globais de gases de efeito estufa, reportado por **Guto Galvão**. Finalizou com sucesso a Reunião do Consórcio de Universidades para a Saúde Global (CUGH), uma associação internacional de mais de 250 universidades e instituições acadêmicas dedicadas a melhorar a saúde das pessoas e do planeta. Com o tema "Bridging the Science to Policy Gap – Opportunities for Academia" foi realizada em Washington, D.C., em 13 de abril de 2023 a reunião regional da Cúpula Mundial da Saúde (WHS). A reunião contou com a participação de mais de 500 participantes de todo o mundo.

Este fascículo do nosso Caderno debruça-se com fartura às repercussões políticas internas e no exterior do 'Brasil está de volta' e à análise de um importante conjunto de documentos sobre as situações global ou regionais da diplomacia ampla e da diplomacia da saúde, divulgados por organizações do Sistema das Nações Unidas, ou por multilaterais regionais e sub-regionais.

Esperamos que nossos queridos leitores e leitoras possam, a partir deste conjunto básico de atualidades em saúde global e diplomacia da saúde analisadas, fazer o melhor uso nos respectivos espaços de trabalho.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 27 de abril de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Diplomacia civilizada⁶

Adhemar Bahadian

A visita de Lula à China retoma o diálogo bilateral entre dois gigantes do mundo contemporâneo. Hoje é mais do que sabido o dano trazido pelo governo brasileiro, encerrado em 31 de dezembro de 2022, às relações de nosso país com seu principal parceiro comercial. Sobre o assunto não me estenderei porque o considero felizmente superado.

Surpreende, porém, que alguns observadores da cena internacional procurem ainda contaminar a diplomacia sino-brasileira com os ventos da intolerância autoritária ou com os fantasmas de uma guerra fria terminada.

Basta lembrar que estamos a comemorar 30 anos de uma parceria estratégica com a China e que no ano próximo festejaremos 50 anos de relações amistosas com ela. Não se trata, portanto, de uma novidade, nem sequer de um eventual desvio de nossas relações estratégicas com países do bloco ocidental, em especial com os Estados Unidos da América.

Diplomacia profissional não é Fla-Flu nem clube do Bolinha. A simples leitura do Comunicado Conjunto Brasil-China, já disponível nas plataformas, mostra à saciedade o elenco de providências e ações articuladas entre os dois países para os próximos anos, com repercussões mais do que necessárias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Seria bom registrar o caráter pragmático do Comunicado e, em especial, a inexistência de menções a ideologias desta ou daquela natureza, que talvez fossem até cabíveis diante do óbvio momento que estamos a viver, após a pandemia e os exageros da globalização desequilibrada, responsável por gravíssimas disparidades sociais.

Ao contrário, o Comunicado ressalta a importância do Direito Internacional, da solução pacífica das controvérsias, das Nações Unidas e de sua reforma, em especial do Conselho de Segurança.

Uma leitura ainda que superficial do Comunicado revela a aderência das propostas nele inscritas à Constituição Brasileira de 1989 e nossos objetivos de construção de um Estado de Bem Estar Social.

Nada nele também nos obriga a aderir a objetivos políticos da China, e nossa parceria estratégica como os Estados Unidos permanece sólida como sempre e, em especial, inabalável na defesa da Democracia, temática de primeiro plano nas conversações entre Biden e Lula. O que colocou em risco a Democracia tanto aqui quanto lá foram os ataques sistemáticos à lisura eleitoral nos dois países no conluio, este sim malévolo, entre Trump e Bolsonaro. Sobre este tema debruçam-se os sistemas jurídicos dos dois países e seria saudável que fossem vistos como efetivamente são e que não se os utilizem para minar as boas relações diplomáticas entre o Brasil e seus parceiros.

Até porque temos enormes problemas a reequacionar e alguns deles decorrem de uma globalização econômica associada a uma ideologia neoliberal danosa a nossos interesses mais palpáveis.

⁶ Publicado originalmente no Jornal do Brasil, edição digital de 16/04/2023

Os leitores que me honram ao acompanhar esses artigos dominicais no JB sabem como tenho insistido sobre a importância de se reexaminarem certos postulados econômico-comerciais, principalmente os surgidos a partir da década de 80 do século passado. Ainda esta semana voltou ao proscênio a questão do Acordo Mercosul- União Européia como se fosse picuinha brasileira nossa cautela em radiografar as metástases neoliberais nele implantadas, tanto na questão ambiental quanto em outros temas.

Ora, sabe-se que a assinatura do acordo Mercosul - União Européia embasbacou inclusive os negociadores europeus pela facilidade com que aderimos a propostas e emendas que repelimos durante 20 anos. A todos deve lembrar a empáfia do então Ministro da economia brasileiro, Paulo Guedes, ao sarcasticamente repreender os negociadores brasileiros, em especial os do Itamaraty, por não terem aceito em 20 anos um acordo que ele, Paulo Guedes, aceitou em dois. Tão inesperada foi a mudança de postura brasileira que, na época, o próprio Secretário do Comércio dos Estados Unidos da América queixou-se e solicitou a imediata transposição para os Estados Unidos das mesmas vantagens concedidas aos Europeus. Recorde-se, ainda, que diante disto, Paulo Guedes informou que não havia problemas e que o mesmo se faria com os Estados Unidos. Enfim, uma página triste da diplomacia brasileira.

Página triste, porém, que não ficou sem consequências porque os europeus, ao verem que o governo brasileiro continuava com o desmatamento e com a perseguição a índios e a quilombolas se apressaram a apresentar um Protocolo Adicional ao Acordo Mercosul-União Européia, que o torna uma peça comparável aos acordos comerciais do início de nossa independência política, quando fomos obrigados a engolir cobras e lagartos. Não creio que agora se poderá esperar do Brasil a mesma docilidade.

Em outro diapasão, a Organização Mundial do Comércio, OMC, como também já escrevi nessas páginas, produziu o Acordo Trips, responsável pelo monopólio legalizado das patentes farmacêuticas com graves danos para a vacinação universal. Esses dois momentos da diplomacia comercial neoliberal estão a exigir do Brasil uma análise criteriosa das regras de comércio, tais como compras governamentais, a fim de que se possa retomar qualquer negociação multilateral rigorosamente benéfica para todos.

Termino, como não poderia ser de outra forma, com os meus mais entusiasmados parabéns aos primeiro cem dias de um Governo que não só renova nossas esperanças num Brasil mais justo, mas também numa diplomacia civilizada e respeitada internacionalmente.

Partido Alto

André Costa Lobato

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez sua quarta viagem à China, a primeira fora do hemisfério Ocidental em seu terceiro mandato, onde revigorou parte da agenda bilateral e multilateral, da qual a atuação brasileira estava omissa nos últimos anos, mas a chinesa não. De forma geral, ambos governos realizaram um encontro que, dada as rápidas batidas por minuto da geopolítica internacional, faz lembrar um bom samba de partido alto.

Duas Declarações Conjuntas foram assinadas e publicadas nas páginas dos dois ministérios de relações exteriores de ambos os países:

- “Declaração Conjunta Brasil-China sobre o combate à mudança do clima”⁷⁸
- “Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global – Pequim, 14 de abril de 2023”⁹¹⁰. Desta, destaco os dois parágrafos diretamente relacionados à saúde:

39. Brasil e China comprometem-se a estreitar a cooperação na área da saúde para mitigar riscos epidêmicos. Nesse sentido, saudaram o anúncio, durante a mais recente presidência chinesa do BRICS, de iniciativas como o Sistema de Alerta Precoce para Epidemias e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Brasil e China comprometem-se, ainda, a fomentar o intercâmbio científico bilateral em áreas como produção de vacinas e de fármacos e combate precoce a doenças com potencial epidêmico.

40. Brasil e China saudaram a cooperação bilateral estabelecida por ocasião do enfrentamento da pandemia de COVID-19. As vacinas chinesas foram fundamentais no combate à pandemia no Brasil e contribuíram para que se salvassem milhões de vidas brasileiras. Ademais, a testagem rigorosa e inovadora a que as vacinas foram submetidas pela comunidade do Brasil contribuiu para demonstrar a segurança e eficácia dos imunizantes chineses.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil publicou ainda três listas com outros acordos assinados na oportunidade da visita:



Figure 1 Imagem da capa de jornal após visita de Lula, “Xi enfatiza prioridade de laços com Brasil”.

⁷ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-brasil-china-sobre-o-combate-as-mudancas-climaticas

⁸ https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202304/t20230415_11059904.shtml

⁹ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023

¹⁰ https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202304/t20230414_11059627.shtml

- “Lista de atos assinados por governos estaduais, **Fiocruz** e Vale por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China”¹¹
- “Acordos assinados pelo setor privado e por entes públicos brasileiros por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China”¹²
- “Lista e íntegra dos atos assinados no Grande Palácio do Povo, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China”¹³

Saúde

O presidente da Fiocruz, Mario Santos Moreira, assinou acordo de cooperação com o diretor do Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências, Qian Wei, para a criação do Infectious Diseases Research and Prevention Center (IDRPC). O lado chinês é representado pelo Center for Excellence in Emerging Diseases, uma iniciativa conjunta de algumas organizações ligadas à Academia, como Instituto de Microbiologia, o Instituto de Biofísica, o 3º Hospital Popular de Shenzhen, o Instituto Pauster de Shanghai e o Instituto de Virologia de Wuhan. O acordo representa um avanço em relação ao anterior, assinado em Shenzhen em 2018. O novo memorando mantém boa parte da estrutura do memorando anterior, mas introduz a formação de um grupo de trabalho que possa convidar parceiros públicos e privados. O texto deste ano também prevê que o IDRPC deve auxiliar na coordenação de outras formas da relação bilateral, como em medicina tradicional¹⁴.

O clipping da Fiocruz contabilizou dezenas de menções ao acordo em rádios, televisões e jornais do Brasil.

Um segundo memorando de entendimento proposto para ser assinado, de renovação de um acordo geral entre CAS e Fiocruz, deve ser firmado durante visita da presidência da CAS ao Brasil no segundo semestre deste ano.

A saúde está entre os 16 itens nomeados “áreas de foco” do Memorando de Entendimento sobre “Cooperação em Pesquisa e Inovação” entre os ministérios de ciência e tecnologia. A saúde também é mencionada no MdE de “Tecnologias da Informação”, “Cooperação na Economia Digital”, “Cooperação em Informação e Comunicações”, “Cooperação entre Xinhua e a Empresa Brasil de Comunicação”, “Requisitos Sanitários e de Quarentena para Proteína Processada” e no MdE entre os ministérios das Finanças.

Considerações gerais sobre a visita

A visita de Lula começou por Xangai, onde se reuniu com a nova presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), Dilma Rousseff. A expectativa é de que Dilma dê novo vigor político ao banco, que precisa fortalecer seu desenvolvimento institucional. O discurso de Lula colocou o banco como um instrumento para aliviar a pobreza global e reduzir

¹¹https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-de-atos-assinados-por-governos-estaduais-fiocruz-e-vale-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china

¹²https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordos-assinados-pelo-setor-privado-e-por-entes-publicos-brasileiros-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china

¹³https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-e-integra-dos-atos-assinados-no-grande-palacio-do-povo-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china

¹⁴<https://portal.fiocruz.br/en/news/fiocruz-and-chinese-institution-create-center-disease-prevention>

a diferença entre países ricos e pobres¹⁵. Lula mencionou as tentativas de se criar o Banco do Sul como forma de deixar de ser “refém” do Fundo Monetário Internacional e disse que o “sonho” dos Brics é criar instrumentos de desenvolvimento. Ele questionou o uso do dólar como moeda de reserva internacional e sugeriu que se tenha “paciência” para pensar numa moeda que substitua a moeda dos EUA. Foi o primeiro chefe de estado a visitar o banco.

Em Pequim, Lula se reuniu com Xi Jinping, presidente da China, Li Qiang¹⁶, primeiro-ministro, e Zhao Leji¹⁷, líder do Legislativo. Wang Yi e Qin Gang, responsáveis pela política externa, também estavam presentes. A Xi, ele mencionou sua visita a Huawei em Shanghai: "Fizemos uma visita à Huawei numa demonstração de que nós queremos dizer ao mundo que não temos preconceito na nossa relação como os chineses e que ninguém vai proibir que o Brasil aprimore sua relação com a China.

Xi repetiu a Lula uma frase de sua visita ao Brasil em 2014: "A amizade é como uma garrafa de vinho, quanto mais velho, melhor¹⁸. Os dois países e líderes fizeram em duas declarações as tradicionais afirmações de relevância do Sistema Internacional, com a ONU em seu centro, e da necessidade de democratizar o sistema para melhor atender ao desenvolvimento dos países.

Destaques

- O tema mais relevante da agenda parece ter sido a questão da sustentabilidade e mudanças climáticas. Única área específica a ter uma declaração conjunta própria. A declaração cobra dos países desenvolvidos que honrem com suas contribuições financeiras e diz que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis “não devem deixar ninguém para trás”. Na Declaração de Aprofundamento, a China anunciou apoio para que Belém seja a sede da Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas, COP30, em 2025. Algumas estimativas brasileiras indicam que a China poderia comprar US\$ 10 bilhões em créditos de carbono por ano do Brasil.
- O BOCOM BBM, um banco sino-brasileiro, passou a ser o primeiro banco sul-americano a aderir ao Cross-Border Interbank Payment System (CIPS), a alternativa chinesa ao SWIFT. Isso permitirá compensação entre o real e o yuan sem interferência do dólar estado-unidense.
- Acordos de energia, especialmente verde, representaram boa parte dos Memorandos de Entendimento do setor privado.
- O CBERS-6 foi relançado nos moldes do CBERS-4A, com financiamento equitativo entre as partes.
- Em relação à Ucrânia, as duas partes afirmaram que apenas com diálogos e negociações uma resolução pacífica pode ser atingida.

Abaixo trechos traduzidos por computador de algumas matérias do Global Times e do Financial Times:

- **Exclusive with top adviser to Lula (Celso Amorim): Brazil, China can play important role in building more multipolar world**¹⁹

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=kzBAa9cEiLE>

¹⁶ http://www.news.cn/mrdx/2023-04/15/c_1310710907.htm

¹⁷ http://www.news.cn/mrdx/2023-04/15/c_1310710906.htm

¹⁸ <https://english.news.cn/20230416/dbae2f6606304fc18c874a7706dcdd8b/c.html>

¹⁹ <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289187.shtml>

"Posso citar um de seus líderes: não nos importamos se o gato é branco ou preto, desde que pegue ratos. A tecnologia não tem tendências ideológicas, é apenas um meio."

"[Cooperar com a Huawei] será uma possibilidade, mas será estudado técnica e economicamente. E foi isso que decidimos. Não há [consideração] ideológica ou mesmo geopolítica. Na verdade, se pudermos diversificar nossas fontes de tecnologia, seria a melhor coisa para nós. Então, estamos muito abertos. Já temos cooperação. A Huawei já está presente no Brasil, e já é muito importante"

"Mas a visita aos EUA foi estritamente política. Não houve muita discussão, talvez um pouco sobre o meio ambiente, mas a discussão não foi tão ampla quanto nesta visita aqui"

"Acho que os dois países também podem ter um papel importante na construção de um mundo mais multipolar, no qual o poder seja menos centralizado e não haja hegemonia. Acho que esse é um aspecto muito importante no qual a China e o Brasil podem desempenhar papéis importantes."

• **World will witness power of peace, development during Lula's China visit: Global Times editorial**²⁰

Esperamos que, com base no comércio bilateral tradicional e na cooperação multilateral, a amizade entre a China e o Brasil possa florescer ainda mais em uma nova etapa histórica, brilhando à luz do aprendizado mútuo entre as civilizações e trazendo mais novas inspirações para o desenvolvimento da sociedade humana.

• **The west has too little to offer leaders like Lula**²¹

Lula encontrou um terreno comum com Xi sobre a governança global: reduzir o domínio do dólar, transferir o poder geoeconômico para grupos como os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e criticar os EUA por incentivarem a guerra na Ucrânia.

Mais preocupante para Washington e Bruxelas deve ser que a China está oferecendo ajuda imediata para a prioridade de Lula de reindustrializar o Brasil, o que pode desafiar o papel tradicional das economias ricas no investimento e no comércio.

Lula: Eu também costumo prestar atenção aos jogos de futebol na China. Eu assisto à transmissão da Liga Chinesa de Futebol no canal de TV brasileiro, porque há muitos jogadores brasileiros jogando aqui. O canal de TV do Brasil transmitirá esses jogos.



Anfitrião: Presidente Lula, você sabe que tem muitos fãs na China, e muitas pessoas estão muito interessadas em sua experiência de vida. Você teve que abandonar a escola para sustentar sua família na segunda série do ensino fundamental. Aos 8 anos, você foi à rua para vender coisas, poliu seus sapatos de couro e depois trabalhou como trabalhador doméstico. O que essas experiências significam para a sua vida? Como você se moldou mais tarde?



Figure 2 Trecho, traduzido por computador, da entrevista de Lula a jornalista Chinês (http://www.news.cn/world/2023-04/15/c_1212095102.htm)

²⁰ <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1288951.shtml>

²¹ <https://www.ft.com/content/0a668661-8938-4d11-8a38-d963b16a5f1b>

A aversão dos EUA a assinar quaisquer novos acordos comerciais prejudicará as tentativas do Brasil de se misturar com redes de fornecimento voltadas para o mercado americano.

Enquanto isso, o acordo comercial da UE com o Mercosul, dominado pelo Brasil, acordado em princípio em 2019, ainda aguarda ratificação.

Muitos mercados emergentes estão em posições semelhantes às do Brasil, e suas lealdades serão determinadas tanto ou mais por investimentos e empregos do que as moedas globais e a guerra da Ucrânia.

Análise

Os dois países avançaram na agenda de sustentabilidade e evitaram retrocessos que se acumulavam, sendo o caso do CBERS o mais exemplar. A construção dos CBERS-5 e 6 estava prevista no Plano Decenal China-Brasil 2013–2022²². Um ponto positivo foi que o projeto parece ter ganho um destaque e reconhecimento mais merecido por parte da imprensa brasileira, que tratou do tema e o associou aos programas de desmatamento. Para quem acompanha o projeto há anos, foi uma verdadeira alegria vê-lo no palco das atenções bilaterais.

O Brasil reconheceu no Aprofundamento de sua Parceria Global importantes iniciativas chinesas para governança global, como a “Cinturão e Rota”, “Desenvolvimento Global” e “Civilização Global”. Em relação a esta última, os lados lembraram ainda do “Fórum Mundial de Aliança de Civilizações das Nações Unidas”. Assim, o Brasil nem adere nem ignora as iniciativas chinesas, cada vez mais proeminentes e sobrepostas ao sistema internacional. Embora essas iniciativas também sempre mencionem cartas, princípios e objetivos ligados às Nações Unidas, elas são evidentemente chinesas em sua concepção e liderança. Ocorre que as Nações Unidas também são em sua concepção e liderança fortemente marcadas pela hegemonia norte-atlântica, o que constrange seu viés democrático e universalista. Como essas lideranças históricas estão buscando isolar parceiros cruciais da política externa brasileira, é natural que outros fóruns ganhem importância, mesmo que como caminho para evitar tal isolamento e fortalecer o sistema multilateral como um todo.

Temas como a participação do Brasil nessas iniciativas, ou como o país irá se relacionar com elas, ainda serão discutidos. Um foro para esta e outras discussões deve ser o quarto IV Diálogo Estratégico Global a nível de chanceleres, que a Declaração Conjunta prevê que ocorra ainda este ano, o último foi entre Wang Yi e Ernesto Araújo, em 2019. Outro, será a COSBA. E, claro, Brics, ONU, OMS e demais estruturas.

De forma geral, vale uma nota e uma reflexão.

A primeira reflexão é em relação ao lugar da saúde no espaço geral da cooperação. Caberia, após três anos de Pandemia, uma participação maior? É um tema para se pensar. De qualquer forma, o tema não passou apenas como mais um item e teve a presença da Fiocruz, representando o Ministério da Saúde.

A nota é sobre como a visita do presidente brasileiro ao presidente chinês foi tratada, por parte relevante da análise nacional, como um caso de relação extraconjugal de um suposto relacionamento ‘exclusivo’ entre Brasil e, por exemplo, Estados Unidos. A obsessão pela

²² <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/satelites>

subserviência é uma marca presença em parte substancial do noticiário nacional. Um exemplo que sempre vale a pena mencionar é o editorial do Estado de S. Paulo de 25 de fevereiro de 2010²³. Tratava da criação da CELAC. O jornal concluiu que o presidente Lula tinha uma “obsessão por fustigar os ‘brancos de olhos azuis’”. Esse ato falho que revela o centro epistêmico do racismo brasileiro e seu pavor de se distanciar do mito da branquitude ocidental está evidentemente, ainda, presente no caso chinês.

Notando ainda outro ponto importante: as mesmas capitais norte-atlânticas que se fingem de assustadas com uma parceria estratégica global com a China são elas mesmas grandes beneficiárias de suas próprias parcerias com a China. Afinal, as relações comerciais entre Estados Unidos e China, ou entre Europa e China são muito maiores do que entre Brasil e China. O que dificulta, todavia, é a resistência chinesa às forças anti-desenvolvimentistas que tantas vezes acertam em outras partes do mundo.

Finalizando a nota, é preciso criticar a parte neocolonial da mentalidade brasileira. Que parece agora atuar com certa bipolaridade em relação à China. De um lado considera qualquer agenda fora dos desejos norte-atlânticos como uma ousadia descabida. De outro, transporta o mito de branquitude ocidental greco-romana para uma nova ficção de pura virtuosidade chinesa. Em ambos os casos, ignora as próprias iniciativas, mas que, muitas vezes, falhou em perseverar. Se não identificarmos os erros cometidos na ordem internacional anterior, correremos o risco de repeti-los na próxima.

Se a China e o Brasil avaliam, como no caso mencionado do FMI, que não lhes interessam o anti-desenvolvimento, e que estão interessadas no desenvolvimento e na democratização do sistema internacional, então por que exaurir energias com quem não quer? Que cantem juntos os dois países um bom samba de partido alto. Como escreveu Cadeia, ícone do gênero de partido alto, em “Preciso me encontrar”: ‘Quero nascer, Quero viver’. Que se encontrem, mais e mais vezes. Na internet de 5G, na cooperação espacial, no desenvolvimento de vacinas, na reindustrialização dos países em desenvolvimento, enfim, onde quiserem.

²³ <https://www.estadao.com.br/brasil/a-retorica-da-integracao/>

Kiribati está sumindo

Santiago Alcázar

Kiribati é um país localizado no Pacífico Central ao longo do equador. A sua população é de aproximadamente 130 mil. Faz parte da ONU desde 14 de setembro de 1999. É o primeiro país na história prestes a desaparecer. Em pouco tempo o mar cobrirá todo o seu território. O que acontecerá com a sua gente?

Para tentar salvar o país, o Governo deu início a um Programa de Adaptação, que consiste em aumentar a conscientização e cuidar das frequentes inundações. Ações concretas incluem o replantio de manguezais e a proteção dos poucos poços de água para consumo. À pergunta: será suficiente? a resposta parece evidente.

O Programa de Adaptação de Kiribati é um derivado das convolutas discussões levadas a cabo nos principais foros políticos em torno à mudança de clima. Para entender de que se trata é preciso dar um passo atrás. Há amplo consenso de que a Terra está se aquecendo por conta da atividade humana. Os impactos dessa atividade sobre a biosfera são de tal ordem que muitos consideram que entramos na era do Antropoceno, na qual os principais agentes de mudança planetária passam a ser os humanos e não mais os fenômenos da Natureza. Nesse contexto, duas ações se fazem necessárias para controlar os efeitos deletérios dessa mudança; 1) procurar reduzir o aquecimento; 2) procurar antecipar e minimizar o dano resultante. À primeira ação dá-se o nome mitigação, à segunda, adaptação. É nesse quadro que se insere o Programa de Adaptação de Kiribati.

As ações de mitigação não são apenas diferentes em sua natureza conceitual. São diferentes em sua ordem financeira. A mitigação envolve a substituição de fontes de energia fósseis por energias limpas, bem como a drástica redução da emissão de gases de efeito estufa, resultantes, por exemplo, de atividades industriais, com forte incidência sobre a produção de cimento, mineração e geração de lixo. Em última instância, mitigação significaria a transformação da economia atual em um modelo de produção planetariamente sustentável. Os custos são compreensivelmente elevados.

As ações de adaptação, por outro lado, são incomparavelmente menores. Prever o tempo, sempre sujeito a mudanças que constroem o responsável pelo assunto na mídia televisiva, avisar da probabilidade de tsunamis, de terremotos ou erupções vulcânicas e, depois, correr para evitar o pior podem ser atividades caras, mas não a ponto de reclamar uma completa revolução na economia. O Programa de Adaptação de Kiribati, por exemplo, é iniciativa com custo estimado em US\$ 5,5 milhões provenientes do próprio Governo, com apoio do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF, nas siglas em inglês), o Banco Mundial, o PNUD e os governos do Japão e da Austrália, respectivamente.

Compare-se o custo do Programa de Adaptação de Kiribati com o compromisso dos países industrializados de destinar US\$ 100 bilhões anualmente aos países em desenvolvimento, no período de 2020/2025, a título de mitigação e de adaptação. Registre-se que a promessa, até o presente não cumprida, foi feita em 2009, em Copenhague, durante a COP-15 sobre mudança de clima e reiterada, como pedra angular para efetivar mudanças estruturais, no Acordo de Paris, de 2015. Essa cifra, já sabidamente insuficiente para cobrir os custos de adaptação, empalideceria se comparada àqueles relativos às despesas necessárias para mitigação. Não há consenso sobre esse valor, mas é possível deduzir que se o PIB mundial for da ordem de US\$ 100 trilhões, quantia semelhante será necessária para transformá-la completamente, tornando-

a planetariamente sustentável. A questão, portanto, não é saber se existem recursos suficientes para levar a cabo a mitigação – eles existem e o tamanho da economia está aí como prova. A questão é saber se há vontade política para realizar essa transformação radical e necessária²⁴.

Kiribati é o planeta Terra em miniatura. A subida do nível do mar que fará que Kiribati desapareça do mapa é a mesma que ameaça a zona costeira de todos os continentes. A população inteira de Kiribati terá que abandonar o seu país, tornando-se a primeira nação a constituir-se, completamente, em refugiada climática. Não será a única; outros refugiados climáticos seguirão, como ondas que rebentam contra o promontório. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, nunca soou tão verdadeira e ameaçadora, uma vez que agora se trata da expressão referida ao que nos sustenta, à plataforma de combinações físicas, químicas e biológicas que faz possível a vida, a nossa e a de todos. É quase irônico que esse velho e surrado enunciado de contestação política, econômica, social e cultural, vilipendiado em alguns círculos em razão de sua origem, reflita com correção científica o estado do mundo físico no Antropoceno. Que será de nós quando percamos o chão? Iremos nos adaptar?

Segundo o relatório especial do PNUD intitulado “Novas ameaças à segurança humana no Antropoceno – necessidade de mais solidariedade”²⁵, de 2022, haveria atualmente 1,2 bilhões de pessoas, ou pouco mais de um sexto da população mundial, vivendo em áreas de conflito, ameaçadas dia após dia em sua existência, normalizando a cada instante a incerteza e fazendo da insegurança a única segurança com que se pode contar. Treze por cento de todos os alimentos produzidos no mundo são perdidos no caminho que leva da origem ao transporte, ao armazenamento, ao fornecedor e acaba no desperdício. Treze por cento que poderia alimentar as 2,4 bilhões de pessoas que vivem sob insegurança alimentar, ou pouco mais de uma em cada três. O número de pessoas forçadas a se deslocar dobrou em uma década, alcançando pouco mais de 82 milhões, em 2020. Para essas pessoas, seríamos levados a crer, programas de adaptação como o de Kiribati não fazem sentido. O dano já foi feito e a cadeia de eventos causais não pode ser revertida assim como o ovo que se quebra ao cair no chão não pode voltar a pousar sobre a mesa. Nenhuma ação humana será capaz de impedir a subida do nível do mar e Kiribati irá irremediavelmente sumir do mapa.

O relatório do PNUD, contudo, oferece esperança ao reconhecer a necessidade da solidariedade para alcançar a segurança humana na era do Antropoceno. Para tanto, recorre-se à definição de solidariedade como *uma promulgação simpática e imaginativa de medidas colaborativas para melhorar nosso relacionamento dado ou adquirido, de modo que juntos nos saíamos bem o suficiente*²⁶. Sem entrar no mérito da definição, é no mínimo curiosa a necessidade de apresentá-la, como se novo elemento na tabela de Mendeleev acabasse de ser descoberto. Imagina-se, nos centros de decisão mundo afora, quantos não terão batido cabeça com a experiência dessa epifania. Cáspite! Então era isso? Sempre suspeitei que faltava alguma coisa. Agora a coisa vai. O sorriso divertido, entretanto, não será capaz de resistir e pronto irá transformar-se em expressão de espanto. Não é a definição operacional que choca, é a necessidade de exibi-la, para ensinar, presume-se.

²⁴ É curioso, nesse contexto, que a dívida global em 2021 tenha alcançado US\$ 235 trilhões. Ver <https://www.reuters.com/markets/imf-says-global-debt-well-above-pre-pandemic-levels-despite-steep-2021-drop-2022-12-12/>

²⁵ <https://hs.hdr.undp.org/pdf/srhs2022.pdf>

²⁶ Ver <https://equityhealthj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-023-01830-9>

Que mundo é esse que parece perdeu o sentido do humano? Que mundo, em que o normal consiste em subordinar a vida de bilhões à viabilidade de conglomerados econômicos? Há forte consenso sobre a realidade do aquecimento global. Sabe-se da necessidade de mitigar a emissão de gases de efeito estufa. Que se propõe? Substituir motores a explosão por motores elétricos, construir casas e prédios com materiais novos, menos agressivos com o meio ambiente, uso de energia limpa, mais eficiente e inteligentes e assim por diante. O problema, no entanto, não se resolve. Os motores elétricos não poluem o ar, mas ainda assim será necessário continuar a fabricar todo o resto, com o mesmo impacto sobre o meio ambiente – metais, vidros, plásticos, pneus e, claro, baterias. Agregue-se, ademais, que qualquer atividade industrial irá requerer, sempre, em alguma etapa, extrações minerais, responsáveis por mais de 50% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo o relatório da sexta avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês)²⁷.

Já se disse que no Antropoceno o homem é o principal agente de mudança planetária. Por essa razão, de maneira inesperada e surpreendente, torna-se um deus, responsável, para bem ou para mal, do destino da Terra, capaz de criar e destruir, mas também, pela sua condição humana, de criar para destruir. É nesse contexto, radicalmente novo, que faz entrada a solidariedade, não mais como a ocorrência de uma eventual possibilidade, que pode ou não acontecer, mas como a necessária realização de um evento vital. Nesse contexto, a nossa própria existência passa a depender do desdobramento essencial da solidariedade. Essa é a questão fundamental com a qual temos que nos ater.

No prefácio ao relatório do PNUD, acima, o Secretário-Geral da ONU chama a atenção para as ameaças que recaem sobre nós, pandemias, mudança de clima, perda da biodiversidade – agravadas pela interdependência que entre elas existe. A ação que se desenvolve aqui, agora, no Antropoceno, reverbera em toda a nossa circunstância, como um recordatório irrecusável de nossa responsabilidade. Não é mais possível, assim, tratá-las de maneira estanque, independentes uma das outras, como se não fossemos responsáveis pelo todo, como se não fossemos deuses. A condição divina que roubamos, nos obriga a velar pelo que produzimos. Por isso a necessidade da solidariedade, sem a qual a tragédia nos aguarda.

Em 1922, a Liga das Nações decidiu criar o Comitê Internacional sobre Cooperação Internacional. A ideia era promover diálogo entre grandes personalidades, com presumida influência sobre os governantes da época, tentar recuperar a racionalidade perdida e, dessa maneira, evitar os erros do passado. Albert Einstein foi um dos convidados para integrar esse Comitê. Dez anos mais tarde, em 1932, com as feridas de guerra ainda abertas, a recessão econômica mundial, as resultantes tensões sociais e o êxito do nazismo e do fascismo em arregimentar importantes parcelas da população em diversos países, preocupava a Einstein a loucura que parecia tomar conta do homem em ocasiões como essas desse período histórico. Será possível evitar o desastre da guerra? Foi a pergunta que o físico fez a Sigmund Freud, na esperança de que este, ao perscrutar as profundezas da alma e do subconsciente encontrasse mecanismo que pudesse liberar o homem, para sempre, do impulso destrutivo da violência e da guerra. Einstein era otimista. Acreditava que a Liga, com o seu corpo legislativo e judiciário, bem como com a entrega incondicional e voluntária de uma parte da soberania respectiva de cada Estado, poder-se-ia alcançar a segurança de todos e, assim, a paz. Em resposta, Freud recordou que os instintos humanos são de dois tipos distintos: os que unem e conservam, de um lado e, de outro, os que desunem e destroem. Existem interligados entre si e não podem ser separados,

²⁷ <https://www.ipcc.ch>

como os polos de um ímã. O instinto que une em uma relação, impõe-se mediante a violência da união. O instinto que destrói, paradoxalmente constrói, quase como na lógica dialética. O resultado é que não há como evitar a violência e a guerra.

Veio 1945, que somente acabou com as explosões de Hiroshima e Nagasaki e a criação da Organização das Nações Unidas. Ódio, destruição e criação, como numa receita de poção mágica.

A Organização tem muito mais peso que a Liga. Sua estrutura é muito mais complexa e refinada. Talvez tenha efetivamente conseguido evitar uma conflagração de ordem mundial, como as duas grandes guerras do século XX. Ainda assim, desde 1945, houve em todo o mundo 285 conflitos, segundo dados da Universidade de Uppsala²⁸.

Agora temos a guerra na Ucrânia que, à diferença desses 285 conflitos, pode desencadear-se em um desastre de dimensão planetária. A cadeia causal que levou a essa situação é propositadamente ignorada pelos países ocidentais, porque sabem o grosseiro erro que fizeram e a enorme culpa que têm nesse processo. Tentam, como portadores do que há de pior, juntar de seu lado o maior número de países para fazer *bullying* contra o outro, com a vã esperança de assim enterrar, debaixo de camadas de esquecimento, toda a sua responsabilidade. É vergonhoso que a mídia, supostamente encarregada de veicular notícia com total liberdade e transparência, atue como verdadeiro *bully*, em bloco, no mesmo diapasão, com a mesma cretinice acrítica e suicida, pois também ataca as iniciativas de paz, que em condições normais, deveriam ser aplaudidas e celebradas.

A divindade roubada que nos fez deuses do Antropoceno não é algo que pode ser ignorada. Diante da enorme complexidade da situação, talvez sejamos tentados de voltar ao *status quo ante*, mas isso não é possível. A morte de Deus nos deixou abandonados no Antropoceno. Somos deuses, menores, aparentemente relutantes em assumir a responsabilidade que agora diz respeito a inter-relação com tudo e com todos, bem como com a plataforma física, química e biológica do planeta Terra que faz possível a vida. A pergunta que fica, então, é esta, simples e direta: teremos dignidade diante da enormidade do desafio ou agiremos como aprendizes de feiticeiro, arrependidos, culpando a fúria dos elementos, desejando que tudo isto que nos acomete e aflige não passe de um pesadelo? Enquanto isso, Kiribati está fadada a desaparecer, inexoravelmente. Não há nada a fazer. Por que a mídia nada diz diante dessa morte, infame, como aquela na cruz?

²⁸<https://www.infoplease.com/history/us/major-military-operations-since-world-war-ii#:~:text=Data%20collected%20by%20the%20Uppsala,%22one%2Dided%22%20conflicts>.

Reforçar a cooperação técnica e a capacitação na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

Relatório de síntese do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Armando De Negri Filho

Neste informe colocamos a ênfase em apenas um documento apresentado e aprovado na 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Trata-se do relatório da “Reunião sobre o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19)”, realizada em 7 de março de 2022, durante a quadragésima nona sessão do Conselho.

É um documento muito interessante pois além de construir uma aproximação de síntese sobre o ocorrido durante a Pandemia em termos de cooperação internacional, lança as exigências do caminho a seguir para construir respostas prospectivas e realizar as recuperações e reparações ao ocorrido em termos de responsabilidades internacionais.

É esclarecedor recolher das intervenções do painel e sobretudo, dentre as manifestações na sessão interativa, como se apresentam os conceitos que situam a resposta realizada e futura à Pandemias no contexto de uma luta mais ampla de resposta às desigualdades e assimetrias no Mundo, com ênfase em um novo contrato social e a constituição de sistemas universais de seguridade social robustos e resistentes, e aqueles que se alinham na resposta particular a certos grupos de “vulnerabilidade” afastando-se de um debate mais estrutural sobre as crescentes e persistentes desigualdades no mundo. Um debate que não é novo sobre o choque entre a universalização e as focalizações no ordenamento econômico e social das sociedades e significando diferentes enfoques do que entendemos por direitos humanos, desenvolvimento e cooperação internacional. Por obvio o debate envolve o tema e o setor da saúde, mas pela vinculação estratégica dos painelistas e o perfil não especializado em saúde dos debatedores, a reunião permitiu avançar muito mais no espírito da determinação social, econômica e política da saúde do que costuma ocorrer nos ambientes típicos do setor saúde, como a própria OMS.

As intervenções dos painelistas - Vice-Ministro das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia, Freddy Mamani; a Embaixadora e Representante Permanente do Estado Plurinacional da Bolívia junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra, Maira Mariela Macdonal, a qual é vice presidenta do CDH; a representante especial para os Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores da China, Li Xiaomei; a vice-diretora do Departamento de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho, Valérie Schmitt, e o membro da Academia Europeia de Ciências e Artes, Peter Herrmann; trouxeram elementos fundamentais para compor um caminho de maior efetividade da cooperação internacional de forma geral e em saúde de forma particular. Também merece atenção as palavras do Alto Comissariado de Direitos Humanos e suas diretrizes sobre o tema.

Pela importância do documento traduzimos a íntegra do Relatório.

“Resumo. O presente relatório é apresentado ao Conselho de Direitos Humanos nos termos da Resolução 46/13 do Conselho. Contém um resumo da reunião sobre o reforço da

cooperação técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), realizada em 7 de março de 2022, durante a quadragésima nona sessão do Conselho.

Nações Unidas A/HRC/52/46. Assembleia Geral Distr.: Geral. 6 de janeiro de 2023. Original: Inglês A/HRC/52/46 2

[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/001/47/PDF/G2300147.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/001/47/PDF/G2300147.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/001/47/PDF/G2300147.pdf?OpenElement)

I. Introdução

1. De acordo com a Resolução 46/13 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho realizou uma reunião sobre o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), em 7 de março de 2022, na sua quadragésima nona sessão.

2. Os objetivos do encontro foram destacar os desafios colocados pela pandemia de COVID19 ao gozo dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalização; Permitir um diálogo construtivo entre Estados, organizações internacionais e outras partes interessadas para partilhar informações, boas práticas e experiências sobre o reforço da cooperação técnica e do reforço das capacidades na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas nos esforços de recuperação durante e após a pandemia; compreender como reforçar a cooperação técnica e o reforço das capacidades a este respeito, nomeadamente através de uma melhor utilização da revisão periódica universal e de outros mecanismos das Nações Unidas em matéria de direitos humanos; e fornecer aos Estados, organizações internacionais e outras partes interessadas uma plataforma para compartilhar informações sobre cooperação técnica, reunir os necessitados com aqueles dispostos a prestar assistência técnica e facilitar a parceria e o desenvolvimento de capacidades nos níveis bilateral, regional e global de maneira viável, sustentável e eficaz.

3. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho dos Direitos Humanos. O Alto Comissariado Adjunto das Nações Unidas para os Direitos Humanos proferiu a declaração de abertura.

O painel foi composto pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia, Freddy Mamani, juntamente com a Embaixadora e Representante Permanente do Estado Plurinacional da Bolívia junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra, Maira Mariela Macdonal, 1 Representante Especial para os Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores da China, Li Xiaomei, vice-diretora do Departamento de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho, Valérie Schmitt, e membro da Academia Europeia de Ciências e Artes, Peter Herrmann.

4. Após a declaração de abertura, os painelistas fizeram apresentações iniciais por mensagem de vídeo e on-line, que foram seguidas por uma discussão interativa dividida em dois segmentos. A discussão incluiu intervenções de representantes de Estados, organizações intergovernamentais, instituições nacionais de direitos humanos e organizações não-governamentais, com comentários e perguntas dos participantes. Concluiu com as respostas finais dos membros do painel. 2

5. A reunião foi transmitida ao vivo pela Web TV das Nações Unidas.³

II. Abertura da reunião.

6. Na sua declaração inicial, a Vice Alta Comissária recordou que a pandemia de COVID-19 teve um impacto em todas as esferas da vida e alterou a vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas. Tinha exposto e exacerbado desigualdades de longa data e padrões de discriminação no gozo dos direitos humanos universais. Dentro dos países, afetou desproporcionalmente os vulneráveis e marginalizados, incluindo os pobres, mulheres e meninas, crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência, minorias raciais, étnicas e religiosas, povos indígenas, migrantes, refugiados e pessoas LGBTIQ+. Múltiplas causas cruzadas de desigualdade e discriminação foram agravadas pela crise. 1 O Embaixador e o Representante Permanente fizeram as considerações finais no final da reunião, em representação do Vice-Ministro das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia. 2

As declarações recebidas estão disponíveis a partir de <https://hrcmeetings.ohchr.org/HRCSessions/RegularSessions/49session/Pages/Paneldiscussions.aspx>. 3 A gravação em vídeo da reunião está disponível em <https://media.un.org/en/asset/k1g/k1qmok024x>.

7. Entre os países, a injustiça vacinal e as assimetrias estruturais e sistêmicas estavam levando a recuperações divergentes. Os países mais pobres e vulneráveis, em particular, experimentaram grandes reversões na proteção dos direitos humanos e no progresso na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A dívida, a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos negaram aos países a amplitude do espaço fiscal necessário para atender às necessidades básicas, como alimentos, água, saúde, educação, habitação e proteção social. A boa governação a todos os níveis, nomeadamente através da luta contra a corrupção e do reforço dos sistemas fiscais, foi vital para mobilizar os recursos internos para a concretização de direitos.

8. A Vice Alto Comissária recordou o apelo do Secretário-Geral a um novo contrato social e a um novo acordo global e instou todas as partes interessadas a construir em conjunto um multilateralismo centrado nos direitos humanos, tal como salientado no Apelo à Ação do Secretário-Geral para os Direitos Humanos. A solidariedade tinha assumido várias formas. O Acelerador de Acesso às Ferramentas COVID-19 (ACT) e sua Instalação de Acesso Global à Vacina COVID-19 (COVAX) entregaram mais de 1 bilhão de vacinas a quase 150 países. Os países compartilharam conhecimentos e boas práticas, inclusive por meio da cooperação Sul-Sul e regional. Os Estados mobilizaram médicos e enfermeiros, distribuíram vacinas e medicamentos, doaram equipamentos e suprimentos, desenvolveram instalações de saúde e treinaram profissionais de saúde.

9. A Vice-Comissária sublinhou que os atos de solidariedade devem ser reforçados. As vacinas contra a COVID-19 devem ser reconhecidas como bens públicos globais. Os Estados devem considerar uma renúncia aos direitos de propriedade intelectual relevantes para a produção de vacinas. Ela também enfatizou a importância da responsabilidade corporativa, inclusive das empresas farmacêuticas, em garantir o respeito ao direito à saúde de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.

10. A fim de assegurar a recuperação baseada nos direitos e travar a tendência de aumento das desigualdades, o ACNUDH, através de 92 presenças no país em todo o mundo, intensificou a cooperação com os Estados-Membros, as equipas nacionais de países das Nações

Unidas, as instituições nacionais de direitos humanos e a sociedade civil. Em 2018, por meio de uma colaboração produtiva com a academia para lançar um treinamento on-line, o ACNUDH trabalhou para operacionalizar o direito ao desenvolvimento com vistas a apoiar políticas nacionais e internacionais ancoradas em direitos humanos que possam cumprir os compromissos da Agenda 2030. Em 2019, o Alto Comissariado lançou a Iniciativa Surge, composta por equipes conjuntas de especialistas em direitos humanos e economistas na área, trazendo conhecimentos reforçados em direitos econômicos e sociais. Por meio dessa iniciativa, o ACNUDH trabalhou com uma série de parceiros das Nações Unidas, governos e atores da sociedade civil para ajudar a criar as condições para "reconstruir melhor", não deixar ninguém para trás e reduzir as desigualdades. Esses esforços focados no país produziram conselhos práticos sobre como integrar os direitos humanos na política econômica. Era responsabilidade coletiva de todos defender o pleno gozo dos direitos humanos e a plena realização da dignidade humana.

III. Resumo da reunião.

A. Contribuições dos membros do painel 11.

Falando em nome do Governo e do povo do Estado Plurinacional da Bolívia, Freddy Mamani enfatizou que a pandemia de COVID-19 teve um impacto negativo no desenvolvimento econômico e social global, dificultando o pleno gozo dos direitos humanos. As profundas desigualdades decorrentes do sistema capitalista, agravadas pela pandemia, foram deploráveis. Os países em desenvolvimento enfrentaram muito mais dificuldades e adversidades e tiveram recursos limitados para combater a pandemia. O lucro foi priorizado sobre a vida das pessoas e os monopólios converteram a saúde em um negócio. O acesso às vacinas estava reservado a um punhado de pessoas privilegiadas, apesar da existência de conhecimento científico para desenvolvê-las. Em vários fóruns multilaterais, o Estado Plurinacional da Bolívia apoiou o levantamento das patentes de vacinas contra a COVID-19, acreditando que vacinas e medicamentos devem ser um bem público global. 12. O Sr. Mamani salientou que o Governo de facto formado após o golpe de Estado de 2019 tinha arrastado o país para uma crise política, econômica e social, que tinha sido exacerbada pela crise sanitária. No auge da pandemia, o Governo de facto tinha A/HRC/52/46 4 cometido atos de corrupção e imposto um lockdown apenas para adiar as eleições nacionais, restringindo as liberdades fundamentais e violando os direitos humanos. 13. O Sr. Mamani observou que, com o regresso à democracia em novembro de 2020, o Governo liderado pelo Presidente Luis Arce teve de abordar uma situação muito complexa herdada do Governo de facto. O Governo desenvolveu um plano de vacinação, com base no princípio do acesso livre, justo, coordenado e multisectorial às vacinas, e promoveu a vacinação voluntária para as populações prioritárias, incluindo as que apresentam maiores riscos para a saúde, certas faixas etárias e as historicamente excluídas e discriminadas, como os povos indígenas, camponeses, refugiados, migrantes, detidos e sem-abrigo. 14. Através de negociações diplomáticas, o Estado Plurinacional da Bolívia tinha adquirido até à data 22,5 milhões de doses para vacinar mais de 12 milhões de pessoas, a quantidade necessária para cinco anos. Os acordos exemplares de cooperação internacional alcançados pelo Estado permitiram-lhe obter acesso a milhões de doses de vacinas Sinopharm da China, vacinas Sputnik V da Federação Russa e vacinas da Argentina e do México. O governo também chegou a acordos com a Organização Pan-Americana da Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para apoio na concepção e implementação de seu programa de imunização, incluindo o treinamento de pessoal de saúde sobre aspectos técnicos. 15. O Sr. Mamani sublinhou o valor fundamental do multilateralismo e da solidariedade entre os Estados e congratulou-se com o

consenso alcançado na mais recente sessão extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde sobre a elaboração e negociação de um texto sobre a preparação e resposta a emergências sanitárias. Era crucial que esse documento se centrasse na equidade e na eliminação das lacunas existentes entre os países, para que todos pudessem responder eficazmente às emergências de saúde. 16. A pandemia demonstrou, através da resiliência dos povos indígenas, suas boas práticas de gestão da terra, saúde e medicina ancestrais tradicionais, soberania alimentar e solidariedade econômica. Mamani lembrou que, ao abordar as crises climáticas, de saúde e econômicas que o planeta enfrenta, as pessoas devem olhar para a sabedoria ancestral dos povos indígenas. 17. O Sr. Mamani enfatizou que o dever de cooperação entre os Estados era um componente-chave no estabelecimento de uma ordem social internacional que levasse à realização dos direitos humanos em pé de igualdade e para todos, sem discriminação.

18. Falando em nome da China e dos co-patrocinadores da resolução que determinou a reunião, Li Xiaomei deu as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu ao ACNUDH pelo seu trabalho a este respeito. Ela destacou o fato de que grupos vulneráveis e marginalizados estavam sujeitos a consequências desproporcionais. Em primeiro lugar, os direitos à vida e à saúde estavam ameaçados. Os idosos foram sujeitos a uma maior taxa de infecções por COVID-19, casos graves e mortes; as pessoas com deficiência enfrentaram desafios em termos de cuidados de saúde, alguns países até abandonando grupos vulneráveis em tratamento, em desrespeito aos direitos humanos. Em segundo lugar, as vacinas foram distribuídas de forma desigual. As pessoas mais pobres e vulneráveis não tinham acesso a vacinas; os países em desenvolvimento careciam de vacinas e estavam em desvantagem no controle da pandemia. Em terceiro lugar, os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento foram prejudicados, resultando na primeira queda em três décadas do índice de desenvolvimento humano, com 4 mil milhões de pessoas sem proteção social básica e um número crescente de pessoas a enfrentar uma crise alimentar. Em quarto lugar, a discriminação e a desigualdade aumentaram. O discurso de ódio e os crimes violentos contra minorias étnicas, povos indígenas e refugiados aumentaram, marginalizando ainda mais os grupos vulneráveis. 19. A Sra. Li recordou que, durante o segmento de alto nível do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, tinha proposto a defesa do seu país na promoção dos direitos humanos. A Sra. Li, falando em nome da China, apelou a todas as partes para que deem igual atenção e protejam todos os direitos humanos, eliminem a discriminação e a desigualdade e considerem plenamente as situações e necessidades especiais dos grupos vulneráveis, a fim de não deixarem ninguém para trás; colocar as pessoas em primeiro lugar, estabelecer um sistema de proteção social adequado, abrangente e sustentável, dar prioridade aos grupos vulneráveis na elaboração de políticas e reforçar constantemente o sentimento de ganho, felicidade e segurança das pessoas. Era necessário responder positivamente à Iniciativa de Desenvolvimento Global proposta pela China, acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promover e proteger os direitos humanos através do desenvolvimento e melhorar a proteção do direito ao desenvolvimento das pessoas vulneráveis; defender um verdadeiro multilateralismo, distribuir igualmente as vacinas em todo o mundo, realizar intercâmbios construtivos com base na igualdade e no respeito mútuo e reforçar a assistência técnica e o reforço das capacidades para alcançar progressos conjuntos e uma cooperação vantajosa para todos os lados. 20. A China sempre colocou as pessoas em primeiro lugar e nunca desistiu de ninguém. Deu elevada prioridade à proteção dos grupos vulneráveis durante a pandemia, apoiando as pessoas idosas que vivem sozinhas, alargando o socorro às pessoas com deficiência, fornecendo linguagem gestual durante os comunicados de imprensa sobre a pandemia,

garantindo padrões de vida básicos às pessoas em dificuldades, prestando assistência adequada, ajudando e protegendo as crianças não assistidas e garantindo cuidados e partos seguros para as mulheres grávidas. Em particular, os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim testemunharam um número recorde de atletas do sexo feminino e um número de eventos em que elas poderiam participar. Os locais paralímpicos eram todos acessíveis, fato que demonstrou o conceito de atleta em primeiro lugar e o cuidado com as pessoas com deficiência. A China forneceu a mais de 120 países e organizações internacionais 2,1 bilhões de vacinas, cumprindo assim a promessa feita por seu presidente, e se tornou o país que forneceu mais vacinas a outros. A China também enviou equipes de especialistas para os países mais afetados e convocou intercâmbios de especialistas com mais de 100 países e regiões, para compartilhar sua experiência e apoiar a capacitação local. A China estava pronta para trabalhar com todos para aumentar a unidade e a cooperação, para não deixar nenhum país e nenhuma pessoa para trás.

21. Valerie Schmitt, Diretora-Adjunta do Departamento de Proteção Social da OIT, recordou que a proteção social é um direito humano reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e em muitas constituições nacionais. Não era acessível, no entanto, a mais de 4 bilhões de pessoas em todo o mundo. A crise da COVID-19 evidenciou a necessidade de todas as sociedades de sistemas de proteção social robustos e sustentáveis, tanto para evitar riscos rotineiros do ciclo de vida quanto para responder a crises e choques sistêmicos. A atual recuperação de duas vias estava criando uma grande divisão entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, o que poderia minar a confiança e a solidariedade, alimentar conflitos e forçar a migração e tornar o mundo mais vulnerável a crises futuras. 22. Na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho de 2021, os Estados membros da OIT reconheceram a necessidade de construir sistemas universais de proteção social e definiram este conceito pela primeira vez como abrangendo todos com proteção ao longo do ciclo de vida de uma pessoa, e também construindo uma assistência robusta e sustentável. Eles também reconheceram a necessidade de uma maior solidariedade global, a necessidade de a OIT fortalecer seu papel de liderança e a necessidade de criar um mecanismo global de financiamento da proteção social. O secretário-geral fez eco deste apelo e lançou, em setembro de 2021, o Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para uma Transição Justa. A OIT foi responsável pela coordenação da criação dessa iniciativa. 23. Para o efeito, a OIT implementou o seu Programa Global Emblemático para a Construção de Pisos de Proteção Social para Todos (2016-2030), destinado a apoiar progressivamente mais países na construção dos seus sistemas nacionais de proteção social. Durante a sua primeira fase (2016-2020), o programa ajudou 21 países, incluindo Cabo Verde e Indonésia, a fazer mudanças institucionais, com resultados duradouros para 25 milhões de pessoas. Durante a pandemia, o programa ajudou os países a desenvolver programas ad hoc de transferência de renda, como em Timor-Leste, ou a reutilizar sistemas pré-existentes para canalizar apoio de emergência, como foi o caso da República Democrática Popular do Laos. Tais medidas de apoio foram tomadas de acordo com a Recomendação de Pisos de Proteção Social da OIT, 2012 (No. 202), com foco no diálogo social e no engajamento de organizações de trabalhadores e empregadores na tomada de decisões. 24. O Programa Emblemático iniciou a sua segunda fase (2021-2025), apoiando 50 países nos seus esforços de recuperação. Teria ênfase no apoio aos países para levantar recursos domésticos para complementar os esforços internacionais, uma vez que a lacuna de financiamento para os sistemas de proteção social em países de baixa renda era de US \$ 78 bilhões por ano. A OIT estava atualmente projetando e implementando o Acelerador Global para Empregos e Proteção Social para uma Transição Justa em colaboração com agências e Estados das Nações Unidas, do qual o Programa Emblemático constituiu um componente crucial.

25. Peter Herrmann, membro da Academia Europeia de Ciências e Artes, recordou que, hoje, as pessoas em todo o mundo enfrentam graves desafios: outra guerra, a ameaça crescente e a longo prazo das alterações climáticas, o desenvolvimento da digitalização e da inteligência artificial que necessita de uma regulamentação adequada e a ameaça duradoura da pandemia. Ele citou as palavras de Oscar Wilde de que "hoje em dia as pessoas sabem o preço de tudo e o valor de nada", observando que as pessoas hoje concentram suas vidas inteiras no crescimento e na chamada riqueza, onde tinham um preço em tudo, mas não olham mais para os valores ou perguntam "por quê?". 26. Em contraste com o conceito de homo economicus e uma sugestão sócio-darwinista da sobrevivência do mais apto, a neurociência, a sociologia e até a economia provaram que os seres humanos eram seres sociais e interagem não por meio de trocas competitivas. O Sr. Herrmann enfatizou o significado das relações entre as pessoas e as oportunidades que elas tinham, a vontade de aprender e trocar pela melhoria da sociedade global. Infelizmente, muitas vezes as pessoas só se aperceberam disso em tempos de ameaças imediatas e manifestas, quando o bom senso prevaleceu. 27. As novas ameaças aos direitos humanos vieram de fontes que não precisavam de respostas técnicas. Herrmann não falaria de uma nova geração de direitos humanos, embora fosse importante reconhecer a mudança nas realidades sociais. As pessoas interferiram muito na natureza, que foi cada vez mais afetada pelas repercussões dessas intervenções. As velhas questões dos direitos civis, políticos e socioeconômicos, bem como as questões do desenvolvimento, tiveram que considerar cada vez mais os desafios "tecno-sociais" envolvidos. 28. O Sr. Herrmann destacou as áreas que precisam de intercâmbio e respostas positivas: cooperação no campo da pesquisa, sobre o que era o vírus COVID-19, como ele sofreu mutação e sobre vacinas; Prestação de apoio médico, incluindo formação, medicamentos e envio de equipas médicas; movimentar recursos de forma interseccional, seguindo a necessidade em vez da rentabilidade; reconhecendo o valor do trabalho que, demasiadas vezes, tinha uma má reputação e baixos salários, realizado em condições dificilmente suportáveis; e fomentar os recursos das comunidades. Ele concluiu que as pessoas precisavam de cooperação, o que se provou possível.

B. Discussão interativa.

29. O representante da Bélgica, em nome do Grupo de Embaixadores da Francófona, salientou que a pandemia de COVID-19 agravou a situação das pessoas vulneráveis, em particular das mulheres, das raparigas e dos idosos. O Grupo manifestou a sua especial preocupação com a sua situação e apresentou várias propostas. Salientou a necessidade de desenvolver a cooperação técnica e a assistência, dirigidas a nível nacional, a fim de, em primeiro lugar, ter em conta os direitos económicos e sociais das mulheres e das raparigas em todas as medidas tomadas; em segundo lugar, desenvolver programas que envolvam a sociedade civil, que estava próxima dos grupos vulneráveis, para identificar as suas necessidades; em terceiro lugar, assegurar o acesso a ferramentas digitais para combater os efeitos do fosso digital, com especial ênfase no ensino à distância como parte do reforço das capacidades; em quarto lugar, assegurar a participação efetiva das pessoas interessadas em todos os fóruns internacionais sobre estas questões, no que diz respeito ao multilinguismo, a fim de moldar as políticas em conformidade com as suas prioridades.

30. O representante da Costa do Marfim, em nome do Grupo de Estados Africanos, congratulou-se com a adoção da Resolução 46/13 do Conselho dos Direitos do Homem, na qual o Conselho mandatou a presente reunião, manifestando a convicção dos efeitos positivos deste diálogo no reforço da cooperação a todos os níveis. No espírito da Resolução 46/13, o Grupo encorajou os Estados a defenderem o multilateralismo e a trabalharem em conjunto para

promover uma cooperação mutuamente benéfica no domínio dos direitos humanos, através da partilha de boas práticas e experiências. O Grupo permaneceu preocupado com os efeitos devastadores da pandemia de COVID-19 em diferentes aspectos da vida humana e no pleno gozo dos direitos humanos. Todos os esforços de recuperação devem levar em devida conta a proteção das pessoas em situação vulnerável e marginalizada, que são as mais atingidas, garantindo que ninguém seja deixado para trás, de acordo com os objetivos da Agenda 2030. O Grupo apelou a uma abordagem global bem coordenada, baseada na solidariedade entre todas as nações e todos os povos, a fim de combater as desigualdades e construir um mundo melhor.

31. O representante do Paraguai, também em nome da Argentina, Brasil, Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru e Uruguai, observou que a pandemia de COVID-19 fortaleceu a discriminação e as desigualdades estruturais e sistemáticas existentes dentro e entre os países. Esta crise provou que mais atenção deve ser dada aos grupos em situação de vulnerabilidade com uma abordagem holística, levando em conta todos os direitos humanos e uma perspectiva de gênero. As soluções nacionais devem ser acompanhadas de ações multilaterais por meio da solidariedade e cooperação internacionais, concentrando-se nas populações mais vulneráveis e destacando certas questões, como os direitos à água potável e ao saneamento, à moradia adequada e à educação, e a exclusão digital. Era necessário um sistema de recolha de dados com uma abordagem baseada nos direitos humanos para tornar visíveis os grupos vulneráveis, e o apoio financeiro adicional e a assistência técnica das organizações internacionais deveriam ser adaptados às necessidades de cada região. As políticas e ações de recuperação devem ser orientadas pela implementação das obrigações e compromissos de direitos humanos, bem como pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

32. O representante do Azerbaijão, falando em nome do Movimento dos Países Não-Alinhados, expressou profunda preocupação com o impacto negativo da pandemia de COVID-19 no gozo dos direitos humanos e reconheceu que os mais pobres e os que se encontram em situação mais vulnerável são os mais atingidos. Em resposta à pandemia, o Movimento apelou à intensificação da cooperação e solidariedade internacionais, apoiando o intercâmbio e o acesso à informação, ao conhecimento científico e às melhores práticas, e promovendo iniciativas de investigação e capacitação para garantir o acesso universal, equitativo e a preços acessíveis às vacinas contra a COVID-19. O Movimento saudou os esforços dos países que doaram vacinas e encorajou uma maior partilha a favor dos países de baixa e média renda e de outros países necessitados. Manifestou a sua preocupação com os crescentes efeitos adversos das alterações climáticas e sublinhou a necessidade de os países desenvolvidos reforçarem o financiamento da luta contra as alterações climáticas, transferirem tecnologia e prestarem apoio técnico. O Movimento apelou a uma resposta global coordenada e concertada baseada na unidade, na cooperação multilateral, na solidariedade e no respeito pelos direitos humanos.

33. A União Europeia considerou a pandemia de COVID-19 como uma das maiores emergências sanitárias da história recente e manifestou a sua profunda preocupação com a forma como catalisou a erosão da democracia e dos direitos humanos. As pessoas em situação vulnerável e marginalizada foram excluídas das medidas de proteção da saúde e dos programas socioeconómicos. A recuperação não se tratava apenas de salvaguardar a saúde pública, e os Estados tinham o dever de abordar as consequências de suas ações para os direitos humanos, inclusive abordando as causas profundas das desigualdades, em conformidade com as orientações emitidas pelos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas. Produtos e serviços médicos destinados a alcançar a imunização contra a COVID-19 devem estar disponíveis

para todos. Como o principal doador do COVAX Facility, a União Europeia garantiria 700 milhões de doses para compartilhamento até meados de 2022. Mobilizou 48 mil milhões de euros para promover a recuperação inclusiva, nomeadamente através da prestação de 563 milhões de euros em apoio humanitário. O trabalho realizado pela União Europeia com os seus parceiros em todo o mundo também incluiu a abordagem dos determinantes subjacentes da saúde. Foi também um dos principais doadores nos esforços para promover a justiça social e a boa governação e estava pronto para contribuir para uma abordagem baseada nos direitos humanos para "reconstruir melhor".

34. A República Bolivariana da Venezuela apoiou firmemente a Resolução 46/13 do Conselho de Direitos Humanos que determinou a presente reunião. A pandemia de COVID-19 afetou a realização e o gozo dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, especialmente para as pessoas mais vulneráveis. A falta de acesso a vacinas e medicamentos em todo o mundo ameaçou milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, que também não tinham os recursos financeiros e tecnológicos necessários para enfrentar a situação. Por outro lado, os países ricos que haviam atingido a cobertura vacinal total já começavam a levantar as restrições para a recuperação econômica. A República Bolivariana da Venezuela condenou alguns países hegemônicos por sua contínua imposição de medidas coercitivas unilaterais contra os povos do Sul e enfatizou que somente a cooperação internacional sem quaisquer condições poderia superar os desafios colocados pela pandemia. Essa cooperação deverá ser levada a cabo em conformidade com os objetivos e princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e em conformidade com os princípios da não seletividade, imparcialidade e objetividade.

35. A Serra Leoa alinhou-se com a declaração feita pelo Grupo dos Estados Africanos. A pandemia afetou desproporcionalmente grupos populacionais marginalizados e vulneráveis – como mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos, refugiados e migrantes – que estavam sujeitos a taxas mais altas de infecção e mortalidade e mais suscetíveis a violações dos direitos humanos. As questões sistêmicas e estruturais nos sistemas globais de saúde e financeiro exacerbaram essas preocupações. O representante de Serra Leoa enfatizou a necessidade de colocar esses grupos no centro dos esforços de recuperação e pediu medidas para garantir o acesso equitativo, acessível e oportuno às vacinas contra a COVID-19 e outros serviços de saúde. Sublinhou a importância da cooperação internacional e do multilateralismo, especialmente para ajudar os países em desenvolvimento a responder eficazmente às questões de direitos humanos causadas pela pandemia, e reafirmou o seu compromisso de proteger e promover os direitos humanos das pessoas marginalizadas e vulneráveis.

36. O representante da República Islâmica do Irão observou que, nos últimos dois anos, a pandemia de COVID-19 expôs desigualdades extremas dentro e entre os países e demonstrou a necessidade de solidariedade e cooperação internacionais para evitar que as lacunas aumentem. Era imperativo identificar os obstáculos à realização da cooperação internacional. Os Estados tinham o dever de cooperar para assegurar o desenvolvimento, e a cooperação técnica era parte integrante de uma cooperação internacional eficaz, que era complementar aos esforços dos países em desenvolvimento para realizar o desenvolvimento em todos os seus aspectos. A cooperação internacional foi imperativa para enfrentar os desafios globais à proteção e promoção dos direitos humanos de todos, e foi importante para remover obstáculos, como medidas coercitivas unilaterais e mitigar os efeitos negativos. Os Estados devem tomar medidas para permitir a cooperação internacional neste domínio, evitar comprometer a capacidade dos Estados-Membros para responder eficazmente aos desafios e abster-se de

quaisquer medidas destinadas a impedir que outros Estados cumpram as suas responsabilidades.

37. A Líbia elogiou os esforços envidados para atenuar os efeitos da pandemia de COVID-19 em todo o mundo. A pandemia evidenciou as desigualdades em todos os níveis entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, refletidas na enorme lacuna no acesso e distribuição de vacinas. Essas desigualdades estavam dificultando os esforços dos países para se recuperar da pandemia e superar os desafios financeiros e de desenvolvimento. A Líbia procurou fornecer vacinas a todo o seu povo sem qualquer discriminação, abrangendo todas as categorias, incluindo pessoas sem status regular no país. O representante da Líbia destacou a necessidade de um maior intercâmbio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de diversificar a produção de vacinas e garantir a sua distribuição adequada. Sublinhou igualmente a necessidade de garantir o acesso das pessoas à informação factual e de combater a informação enganosa e incorreta divulgada sobre as vacinas. A Líbia manifestou o seu apoio ao trabalho da Organização Mundial de Saúde (OMS) a este respeito.

38. O representante da Tailândia fez quatro observações sobre este tema. Em primeiro lugar, as medidas públicas adotadas para conter a pandemia de COVID-19 com caráter restritivo tiveram que ser usadas de forma proporcional e conforme necessário, sem quaisquer efeitos não intencionais sobre os direitos das pessoas. Em segundo lugar, os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável sobre não deixar ninguém para trás tiveram que ser ouvidos. A disponibilidade e a acessibilidade dos preços dos cuidados e serviços de saúde essenciais, em conformidade com o princípio da cobertura universal de saúde, foram elementos-chave. Em terceiro lugar, a concepção de alívio socioeconómico e apoio relacionados com a pandemia exigiu a participação e o envolvimento de vários grupos de pessoas, em particular os desfavorecidos e aqueles em situações vulneráveis. A assistência prestada tinha de ser centrada nas pessoas, reativa e criativa, fazendo uso da tecnologia disponível. O governo da Tailândia implementou o esquema "meio a meio" em um aplicativo de telefone celular, que compartilhava metade do custo que os consumidores pagavam por alimentos e produtos essenciais, gerava gastos domésticos e estimulava a economia em geral. A Tailândia confirmou a sua disponibilidade para continuar a empenhar-se na cooperação internacional a este respeito.

39. A Argentina associou-se à declaração proferida pelo Paraguai em nome de um grupo de países latino-americanos. A pandemia de COVID-19 tornou-se uma crise humana sem precedentes que afetou a saúde, as economias e o desenvolvimento das pessoas e teve um impacto desproporcional nos países em desenvolvimento e nas pessoas em situação vulnerável. Por conseguinte, era vital intensificar a cooperação internacional através de respostas multidimensionais, coordenadas, inclusivas e inovadoras a todos os níveis, no pleno respeito pelos direitos humanos, em particular das pessoas em situação vulnerável. Enfatizando que as vacinas devem ser consideradas como bens comuns globais, o representante da Argentina ressaltou a necessidade de garantir o acesso equitativo e universal às vacinas para todos os países e encorajou os Estados e outras partes interessadas a cooperarem para esse fim. A Argentina considerou necessário manter e fortalecer o intercâmbio de informações, conhecimentos e melhores práticas, particularmente para ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade e os países em desenvolvimento, a construir um futuro equitativo e inclusivo e a realizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

40. A Austrália manifestou a sua profunda preocupação com as consequências sanitárias, económicas e sociais da pandemia de COVID-19, em particular para os indivíduos em situação de vulnerabilidade. A Austrália manifestou sua solidariedade com parceiros no Indo-

Pacífico nos esforços para combater a pandemia, com foco nesses grupos; por exemplo, partilhou 60 milhões de doses de vacinas com a região e ajudou os países apoiando o acesso equitativo às vacinas. O representante da Austrália encorajou os Estados a projetar, implementar e investir em programas de recuperação da COVID-19 mais inclusivos e acessíveis e enfatizou a necessidade de envolver aqueles em situações vulneráveis como participantes ativos e líderes na tomada de decisões nos níveis comunitário, nacional e internacional. A Austrália continuou a opor-se à ligação da assistência técnica e do reforço das capacidades com conceitos nacionais, como a cooperação mutuamente benéfica, que considerou não terem um significado acordado nos fóruns multilaterais. A Austrália saudou, no entanto, os esforços conjuntos e individuais para oferecer assistência técnica e capacitação, observando a interconexão de todos os direitos humanos.

41. Durante a pandemia, o Governo do Togo empreendeu uma série de ações decisivas a favor das pessoas vulneráveis. Um exemplo foi o programa Novissi (solidariedade), que permitiu transferências monetárias eletrônicas e prestou assistência financeira no valor de 13,3 mil milhões de francos CFA (cerca de 20,2 milhões de euros) a 820 mil pessoas. O Governo também cobriu as despesas relacionadas com o abastecimento de água e eletricidade a pessoas vulneráveis e reduziu os custos de ligação. O apoio aos parceiros técnicos e financeiros foi vital, como o prestado pelo Banco Mundial, para reforçar a ajuda económica urgente do Governo às populações vulneráveis. O Togo congratulou-se com a oportunidade de informar sobre os progressos realizados e os desafios que superou na proteção e promoção dos direitos humanos durante a revisão periódica universal realizada em janeiro de 2022.

42. O representante da Tunísia assinalou que a pandemia de COVID-19 afetou toda a atividade humana e todos, em particular os mais vulneráveis. Desde o início da pandemia, a Tunísia alertou contra suas repercussões e pediu aos Estados que reforçassem a solidariedade e a cooperação para combatê-la. Este apelo assumiu a forma da Resolução 2532 (2020), adotada em 1 de julho de 2020 pelo Conselho de Segurança como uma iniciativa conjunta com a França. A Tunísia reafirmou a importância de trabalhar coletivamente, reforçar a cooperação técnica e estabelecer programas de capacitação para apoiar os esforços nacionais para a proteção e promoção dos direitos humanos, pois esse é o único caminho a seguir para uma resposta eficaz e justa à pandemia. A Tunísia expressou seu apreço por ter sido escolhida pela OMS como um dos seis países africanos para fabricar vacinas contra a COVID, o que, por sua vez, ajudaria o continente africano a fornecer vacinas suficientes. Sublinhou a importância de continuar a prestar apoio financeiro aos organismos das Nações Unidas para promover e proteger os direitos humanos.

43. A Costa Rica reconheceu o compromisso que a reconstrução do mundo pós-pandemia representou. A cooperação internacional e a capacitação foram os dois pilares que abordaram as graves desigualdades geradas pela pandemia de COVID-19. O representante da Costa Rica destacou que os direitos dos grupos vulneráveis foram desproporcionalmente afetados e que uma abordagem multilateral e mais inclusiva deve ser adotada, sob a orientação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para não deixar ninguém para trás. O reconhecimento do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável foi também um fator catalisador na promoção da cooperação. Cada país deve ter recursos suficientes para enfrentar emergências de saúde e enfrentar crises socioeconômicas subsequentes; era, por conseguinte, vital alcançar um acesso equitativo às vacinas e a transferência de tecnologias de saúde. A Costa Rica, juntamente com a OMS e 42 Estados, lançou a iniciativa COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP), um exemplo de

cooperação internacional para garantir o acesso justo a produtos e serviços médicos para todos em todo o mundo.

44. O representante do Vietname salientou que a cooperação técnica e o reforço das capacidades são essenciais para reforçar as capacidades dos Estados para cumprirem os seus deveres em matéria de direitos humanos para uma recuperação inclusiva da pandemia, e que tal processo deve ser empreendido de forma construtiva e em resposta às necessidades dos Estados em causa. No Vietnã, os setores público e privado e parceiros internacionais mobilizaram extensos pacotes de apoio social e financeiro para grupos vulneráveis. Com apoio internacional, o Vietnã garantiu a vacinação de 97% de sua população adulta e foi selecionado como país receptor da tecnologia de vacina de RNA mensageiro (mRNA) pela OMS. O Vietnã contribuiria para o fornecimento de vacinas regional e internacionalmente. Apelou aos seus concidadãos e a outras partes interessadas para que se comprometam com o multilateralismo, a solidariedade internacional e a cooperação no que diz respeito às vacinas e a outros produtos e serviços médicos, e considera que é a única forma de ultrapassar a pandemia e de assegurar o gozo dos direitos humanos por parte dos grupos vulneráveis.

45. O representante da Malásia observou que a promoção e a proteção dos direitos humanos dos grupos vulneráveis constituíam um compromisso prioritário da sua composição no Conselho dos Direitos do Homem. A Malásia implementou várias iniciativas para melhorar a vida dos grupos vulneráveis, nomeadamente através da prestação de assistência financeira aos beneficiários elegíveis. O governo aprovou recentemente uma alocação de US \$ 24 milhões de dólares sob o orçamento de 2022 para financiar vários programas sociais para grupos vulneráveis em educação, geração de renda e saúde mental. A Malásia pediu a todos os países que cooperem e fortaleçam os esforços para garantir a distribuição equitativa de vacinas e aumentar a imunização para os países necessitados. Sublinhou a importância de dar prioridade à recuperação pós-pandemia, que deve ser resiliente e sustentável, e expressou o seu compromisso de continuar a empenhar-se em programas de reforço de capacidades mutuamente benéficos a este respeito.

46. A Geórgia reiterou o seu apoio aos ucranianos à luz das operações militares russas em curso na Ucrânia e instou a Federação Russa a cessar imediatamente as suas operações, uma vez que a responsabilização deve ser assegurada. Em resposta à continuação da pandemia e às suas consequências devastadoras, o Governo da Geórgia implementou um plano anticrise e outros mecanismos nacionais relevantes para apoiar os mais vulneráveis, incluindo o seu formato de informação e serviços de linha direta favoráveis às pessoas com deficiência, bem como um programa de "fique em casa" que forneceu serviços de entrega de supermercado e assistência domiciliária a pessoas idosas que vivem sozinhas. A Geórgia lamentou que a ocupação das regiões da Abcásia e de Tskhinvali pela Federação Russa tenha impedido a Geórgia de proteger os direitos humanos das pessoas que permanecem atrás da linha de ocupação, onde as violações da liberdade de circulação e a recusa de evacuações médicas de emergência agravaram o impacto humanitário negativo e as condições socioeconómicas das populações se deterioraram continuamente. A Geórgia abriu um hospital multifuncional perto da linha de ocupação para residentes da região da Abecásia ocupada pela Rússia para apoiar o acesso irrestrito a cuidados médicos para pacientes com COVID-19.

47. O representante da Argélia salientou que a pandemia de COVID-19 se está em constante expansão e manifestou a sua preocupação com o seu impacto negativo no gozo dos direitos humanos, incluindo o crescente empobrecimento, a incapacidade de beneficiar das tecnologias e a discriminação racial, particularmente no caso de grupos marginalizados e

vulneráveis. A Argélia expressou sua preocupação com as desigualdades na distribuição de vacinas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que privaram toda a comunidade internacional da chance de superar a pandemia em um prazo razoável e minaram o progresso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Argélia considerou essencial fornecer vacinas e permitir o acesso às mesmas, bem como às tecnologias e técnicas pertinentes, numa base justa e equitativa.

48. As Maldivas ecoaram as preocupações levantadas pelo Conselho de Direitos Humanos na sua resolução 46/13, sobre a forma como a pandemia de COVID-19 perpetuou e exacerbou as desigualdades existentes. O Governo das Maldivas e as instituições do setor social tomaram várias medidas para mitigar o impacto da pandemia nas pessoas vulneráveis e marginalizadas. Os empregadores foram obrigados a fornecer licença remunerada especial aos funcionários que testaram positivo para COVID-19 ou eram casos suspeitos; foram criados abrigos governamentais temporários para vítimas de violência doméstica, sexual e de gênero; mais de 500 trabalhadores migrantes foram transferidos para instalações de alojamento mais adequadas e dotadas de necessidades básicas; as pessoas idosas com condições crônicas de alto risco tinham sido autorizadas a renovar as suas prescrições em linha e a entregar-lhes os seus medicamentos; enquanto todos os sem-teto nas Maldivas sem acesso a alimentos ou moradia durante o lockdown receberam abrigo temporário, juntamente com todos os serviços essenciais. As Maldivas renovaram seu compromisso de proteger os direitos dos grupos vulneráveis, incluindo os trabalhadores migrantes, para garantir que ninguém seja deixado para trás.

49. A resposta do Camboja à pandemia de COVID-19 colocou os direitos humanos no seu centro. As mulheres estiveram na vanguarda dos esforços de controle e recuperação da pandemia. Social A/HRC/52/46 11 As intervenções de proteção foram orientadas para as populações desfavorecidas e vulneráveis, inclusive sob a forma de esquemas de caixa para os empobrecidos, renda mensal de apoio aos empregados no campo do turismo e das fábricas de vestuário dominantes para as mulheres, e subsídios em dinheiro para as pessoas afetadas pela pandemia. Com a cooperação internacional, a campanha nacional de inoculação gratuita beneficiou mais de 90% da população, bem à frente da meta estabelecida pela OMS. Mais de 85% das pessoas idosas e com deficiência foram totalmente vacinadas. Com isso, o país reabriu e as atividades socioeconômicas foram totalmente retomadas desde novembro de 2021. O Camboja também doou milhões de máscaras e vacinas, e outros produtos médicos, para vários países. Para "reconstruir melhor", o Camboja lançou um plano de recuperação econômica pós-COVID-19 para 2021-2023, juntamente com uma estrutura de proteção social capaz de responder aos choques e crises.

50. De acordo com o Egito, a pandemia de COVID-19 teve consequências multidimensionais e exacerbou as desigualdades existentes. Em particular, aqueles que trabalham nos setores informais viram sua vulnerabilidade agravada e seu gozo dos direitos humanos piorado, especialmente seu direito à saúde. O Egito aumentou as alocações financeiras para melhorar a cobertura de saúde e destinou mais recursos para melhorar o equipamento em laboratórios e instalações de saúde. No que diz respeito à vacinação, o Estado alcançou uma cobertura de 70 por cento da população; em particular, as pessoas idosas estavam a ser vacinadas. O Egito continuou a assumir suas responsabilidades na esfera humanitária, prestando ajuda a outros países no campo da saúde, como a iniciativa "100 Milhões de Saúde" em curso em cooperação com a OMS. A cooperação foi vital para superar a pandemia.

51. O representante do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNHabitat) concordou que a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades e a marginalização pré-existentes. Locais como distritos de migrantes, assentamentos informais, campos de refugiados e comunidades indígenas foram frequentemente os mais afetados pela superlotação ou falta de serviços, o que levou a uma disseminação desproporcional da COVID-19. Restrições de mobilidade para bairros de baixa renda, despejos e demolições invariavelmente afetaram os mais vulneráveis. Habitação adequada e boas instalações de água, saneamento e higiene mitigaram os efeitos da COVID-19 e de outras doenças infecciosas, embora um rápido aumento nos despejos estivesse se tornando evidente à medida que as medidas de emergência terminavam. A ONU-Habitat enfatizou que o mundo não deve recuar dos esforços feitos nos dois anos anteriores. Fez eco do apelo do Secretário-Geral no sentido de um contrato social renovado para habitação adequada e serviços básicos, e comprometeu-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para apoiar os Estados-Membros e os governos a todos os níveis a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

52. A Ordem Soberana de Malta apresentou o seu projeto "Doctor to Doctor", que tinha lançado em 2020, e constituiu uma rede de peritos médicos e decisores políticos. A iniciativa teve como objetivo permitir que o pessoal médico, cientistas e autoridades de saúde de diferentes países que enfrentam a mesma crise de saúde sem precedentes aprendam uns com os outros, compartilhem os últimos avanços médicos, promovam protocolos mais eficazes no tratamento de pacientes com COVID19 e discutam estratégias de contenção. Muitos especialistas em cuidados de saúde confirmaram que beneficiaram das informações fornecidas pelo projeto, que desde então se tornou um exemplo de um mecanismo de cooperação. A Ordem Soberana de Malta estava convencida de que a melhor maneira de superar tal desafio global era através de uma resposta unida e transversal.

53. O representante da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Índia salientou que o mundo está a recuperar da terceira vaga da pandemia e deu vários exemplos de como a tecnologia foi utilizada de várias formas na Índia para proteger os direitos humanos de grupos vulneráveis e marginalizados: transferência direta de benefícios através de contas bancárias e telemóveis, um esquema pelo qual o governo poderia transferir alívio monetário para os necessitados; Índia Stack, uma plataforma de software unificada que havia sido disponibilizada para outros países para fornecer serviços escaláveis e seguros; o aplicativo Aarogya Setu e os portais Aadhar e E-sanjeevani, para monitoramento e serviços médicos relacionados à COVID-19; uma plataforma eletrônica e uma linha de apoio dedicada aos serviços jurídicos; o portal e-Shram, para o bem-estar dos trabalhadores; e um sistema público de distribuição de alimentos. A Comissão emitiu 23 avisos sobre os serviços acima referidos, visando especificamente as comunidades marginalizadas. A Índia estava comprometida em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se solidarizou com a comunidade internacional sob a filosofia de Vasudeva Kutumbakam – o mundo é uma só família.

54. A Comissão Nacional Independente dos Direitos do Homem do Burundi acompanhou de perto os efeitos da pandemia de COVID-19 nos direitos humanos e tomou medidas para garantir que os seus serviços continuassem a funcionar, em benefício de toda a população. Certos grupos de pessoas, no entanto, ainda enfrentavam desafios: para as pessoas com deficiência, os centros de reabilitação tiveram que fechar devido à falta de equipamentos essenciais; as pessoas que utilizavam a língua gestual nem sempre conseguiam obter informações sobre as medidas tomadas; e as visitas a pessoas em residências residenciais foram limitadas. A Comissão organizou uma sessão com instituições de estatística e de comunicação

social para sensibilizar para o papel que desempenharam durante a pandemia, tendo também acelerado um programa de repatriamento voluntário e um programa de repatriamento para os requerentes de asilo que tinham sido afetados pelas medidas restritivas introduzidas durante a pandemia.

55. O representante da Associação Internacional de Redução de Danos, falando também em nome da Amnistia Internacional, da Iniciativa Global para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, da Rede Global de Projetos de Trabalho Sexual, da Rede Jurídica do VIH e do STOPAIDS, declarou que muitas das restrições implementadas pelos poderes executivos de emergência para o controlo da pandemia eram desnecessárias ou desproporcionadas, e as estratégias de controle da pandemia careciam de transparência, prestação de contas e participação significativa da comunidade e da sociedade civil. Especialistas e profissionais de saúde foram marginalizados na tomada de decisões, e as forças policiais ou mesmo os militares se mudaram para o centro do palco. O resultado foi uma pandemia de abusos dos direitos humanos, particularmente para grupos vulneráveis e marginalizados. A Associação estava preocupada com as negociações sobre um "tratado de pandemia", uma vez que as discussões atuais prestaram pouca atenção à salvaguarda dos direitos humanos ou ao envolvimento transparente e significativo da sociedade civil. Salientou a responsabilidade do Conselho dos Direitos do Homem e dos seus membros de assegurar que os direitos humanos sejam racionalizados nas negociações; a este respeito, perguntou como isso seria feito.

56. A Associação Internacional de Lésbicas e Gays fez uma declaração conjunta, também em nome da Federatie van Nederlandse Verenigingen tot Integratie Van Homoseksualiteit (COC Nederland) e da Federação Sueca dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros. A Associação recordou sua declaração ao Conselho de Direitos Humanos em sua quadragésima quarta sessão, em junho de 2020, em nome de 187 organizações, chamando a atenção para a situação das pessoas LGBTI e daqueles que defenderam seus direitos no contexto da pandemia de COVID-19. Enfatizou que esses grupos viram seus direitos particularmente afetados, incluindo seu acesso à saúde e ao bem-estar, a liberdade de discriminação e o espaço cívico. Congratulou-se com a convocação da presente reunião e com o relatório do Perito Independente sobre orientação sexual e identidade de género sobre a pandemia de COVID-19. Recordou princípios como a igualdade e a não discriminação, a participação, o empoderamento e a responsabilização, bem como os processos fundamentais, como o reconhecimento da diversidade, a desconstrução do estigma e o envolvimento das organizações LGBTI na tomada de decisões, tal como observado pelo Perito Independente no seu relatório. Também levantou questões sobre o impacto, as medidas tomadas e as formas e meios de acompanhamento para proteger os direitos da população LGBTI.

57. A representante da Federação Luterana Mundial agradeceu ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos o seu relatório sobre as implicações para os direitos humanos da falta de acesso e distribuição acessíveis, atempados, equitativos e universais das vacinas contra a COVID-19 e do aprofundamento das desigualdades entre os Estados⁵, que confirmaram muitas das experiências da organização. A Federação enfatizou que a desigualdade global no acesso às vacinas COVID-19 era a razão pela qual a pandemia estava persistindo e reiterou que, sem acesso equitativo e universal à vacina, o impacto da pandemia nos direitos humanos poderia piorar, como no direito das meninas à educação, na proteção de refugiados e pessoas deslocadas, na violência baseada em género, na pobreza e em uma série de outras questões econômicas, direitos sociais e culturais. A prevalência da desigualdade vacinal também dificultou a recuperação econômica e o progresso em direção aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável. Apelou a todas as partes interessadas para que tomem medidas para garantir um acesso equitativo e universal às vacinas.

58. O representante da Rede Internacional para a Prevenção do Abuso de Idosos salientou que a pandemia de COVID-19 expôs e exacerbou a discriminação sistêmica quotidiana contra as pessoas idosas em todos os países. O preconceito de idade e as medidas arbitrárias baseadas na idade levaram à negação de tratamento ou à não admissão hospitalar e privaram as pessoas idosas de igual acesso à vida política, econômica, social e familiar. Por outro lado, as pessoas idosas em comunidades e países que tinham em vigor políticas favoráveis ao idoso se saíram melhor. Os exemplos incluíram um número crescente de pessoas idosas que utilizam as tecnologias da informação e da comunicação e boas relações intergeracionais e solidariedade. Os quadros jurídicos internacionais existentes não conseguiram proteger os direitos das pessoas idosas no contexto da pandemia; a Rede apelou, por conseguinte, à criação de uma convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas idosas. Também levantou questões às partes interessadas sobre como proteger e promover os direitos das pessoas idosas e eliminar o preconceito de idade.

59. Devido à falta de tempo, os representantes do Bangladesh, Botsuana, China, Cuba, Indonésia, Iraque, Quênia, República Democrática Popular do Laos, Federação Russa, Senegal, Uganda e Estados Unidos da América; do Fundo de População das Nações Unidas e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UNWomen); e as organizações não-governamentais Fundación Abba Colombia, World Vision International, a China NGO Network for International Exchanges, a Associação Chinesa para a Compreensão Internacional e a China Foundation for Poverty Alleviation não puderam fazer suas declarações.

As declarações estão disponíveis em:

<https://hrcmeetings.ohchr.org/HRCSessions/RegularSessions/49session/Pages/Panel-discussions.aspx>.

IV. Observações finais

60. A Representante Permanente do Estado Plurinacional da Bolívia, Maira Mariela Macdonal, reiterou o impacto desproporcional da pandemia de COVID-19 nos países em desenvolvimento e, especialmente, nas mulheres, crianças e grupos vulneráveis, agravado pela falta de acesso a vacinas e medicamentos. Ela observou que a crise exacerbou o sofrimento daqueles que experimentaram formas pré-existent de violência na esfera doméstica, no local de trabalho e na vida econômica.

61. A Sra. Macdonal afirmou que o fortalecimento da cooperação internacional era vital e enfatizou a necessidade de promover mudanças estruturais, como no acesso a patentes de vacinas, na transferência de tecnologia e no desenvolvimento de capacidades. Ela também destacou a importância de recuperar o conhecimento médico tradicional das comunidades indígenas e de compilar experiências e melhores práticas que possam contribuir para uma maior equidade no mundo quando integradas na elaboração de um instrumento vinculativo sobre a resposta à pandemia, facilitado pela OMS.

62. A OMS indicou que 50% da população mundial foi vacinada, enquanto nos países de baixa renda a taxa de vacinação foi de apenas 9%. A Sra. Macdonal enfatizou a necessidade de solidariedade entre os Estados para o trabalho interseccional com uma abordagem baseada nos direitos humanos, centrada em populações vulneráveis, incluindo camponeses, migrantes, povos indígenas, refugiados, mulheres, meninos e meninas, pessoas de ascendência africana,

peças com deficiência, pessoas LGBTI e idosos, entre outros grupos que foram historicamente marginalizados.

63. O Representante Especial para os Direitos Humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Li Xiaomei, agradeceu aos membros do painel, delegações e outros participantes pelos seus contributos para o debate. Considerou encorajador o facto de as delegações terem partilhado muitas reflexões sobre a importância de prestar especial atenção aos grupos vulneráveis. Salientou os esforços envidados pela China nesta área, salientando que, durante as duas "sessões" que estão a decorrer na China, nomeadamente pelo Congresso Nacional do Povo e pela Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, o Presidente Xi assistiu à discussão sobre como ajudar os grupos vulneráveis. De acordo com o relatório do primeiro-ministro apresentado ao Congresso Nacional do Povo, o Governo da China pretendia adotar uma abordagem mais coordenada para a recuperação da COVID-19.

64. A reunião alcançou o que o Conselho de Direitos Humanos pretendia em sua resolução, a saber, partilhar as melhores práticas e manter um diálogo construtivo sobre cooperação mutuamente benéfica e aprimoramento da cooperação e capacidade técnica⁶. A China está pronta para continuar a trabalhar com parceiros a este respeito. Para encerrar, a Sra. Li lembrou o próximo Dia Internacional da Mulher.

65. A Diretora Adjunta do Departamento de Proteção Social da OIT, Valérie Schmitt, fez eco dos comentários feitos por outros participantes sobre os efeitos da pandemia de COVID-19, que aumentaram a pobreza e exacerbaram as desigualdades, e a importância de estabelecer bons sistemas públicos para ajudar as pessoas vulneráveis. Ela enfatizou que os sistemas universais de proteção social devem abranger toda a população e fornecer um nível adequado de proteção, que depende de diferentes necessidades que variam de acordo com o país e por pessoa.

66. A Sra. Schmitt sublinhou que o investimento na proteção social era insuficiente e deveria ser aumentado. Para atingir um piso básico de proteção social, os países de baixa renda tinham um déficit anual de US \$ 70 bilhões para compensar, o equivalente a uma média de 15,9% de seu produto interno bruto. Era necessária uma maior solidariedade dentro e entre os países para alcançar esse objetivo. Foi necessário apoio técnico e financeiro, devendo a ajuda ao desenvolvimento ser reforçada. Devem ser disponibilizados mais recursos aos países em desenvolvimento, para que possam continuar a desenvolver os seus sistemas de proteção social baseados na legislação e nas normas internacionais, sustentáveis em termos sociais e económicos.

67. A construção de uma proteção social universal contribuiria para a recuperação inclusiva prevista pelo Secretário-Geral. A OIT também estava trabalhando para garantir que as pessoas tivessem empregos decentes e solicitaria esforços conjuntos a esse respeito.

68. As vacinas devem ser tornadas bens públicos e nos espaços públicos devem ser fornecidos como bens públicos, sublinhou Peter Herrmann, membro da Academia Europeia de Ciências e Artes. Era necessária uma nova abordagem da solidariedade – não se tratava apenas de dar, mas também de reconhecer a necessidade de um comportamento responsável por parte dos Estados e das corporações em relação ao acesso às vacinas. Ele ressaltou a importância do envolvimento da comunidade, não apenas em termos de educar as pessoas, mas também em aprender com elas, como foi observado em relação ao papel dos povos indígenas. Em alguns países com sistemas médicos altamente industrializados, as pessoas no terreno poderiam fazer o trabalho que esses sistemas não poderiam.”

As iniquidades em saúde e seus muitos planos: dados, vacinas, preparo e força de trabalho

***Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão***

Lançamento do Repositório de Dados sobre Desigualdades em Saúde pela OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o Repositório de Dados sobre Desigualdade em Saúde, a coleção global mais abrangente de dados desagregados disponíveis publicamente e evidências sobre a saúde da população e seus determinantes. O repositório permite rastrear as desigualdades em saúde entre grupos populacionais e ao longo do tempo, dividindo os dados de acordo com as características do grupo, variando do nível de escolaridade à etnia.

Os dados do repositório mostram que, em apenas uma década, a diferença entre ricos e pobres na cobertura de serviços de saúde entre mulheres, recém-nascidos e crianças em países de baixa e média renda caiu quase pela metade.

O Health Inequality Data Repository (HIDR) inclui quase 11 milhões de pontos de dados e consiste em 59 conjuntos de dados de mais de 15 fontes. Os dados incluem medições de mais de 2.000 indicadores divididos por 22 dimensões de desigualdade, incluindo fatores demográficos, socioeconômicos e geográficos. Os tópicos abordados incluem: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); COVID 19; saúde reprodutiva, materna e infantil; imunização; HIV; tuberculose; malária; nutrição; assistência médica; doenças não transmissíveis e saúde ambiental. Esta é a primeira ferramenta de acesso aberto a permitir o rastreamento de desigualdades de saúde entre grupos populacionais ao longo do tempo.

Dados coesos são fundamentais para destinação de capacidades e serviços para aqueles que mais precisam. É vital para promover a equidade na saúde e melhorar vidas. Projetado como um balcão único para dados sobre desigualdade em saúde, o Repositório contribui para ir além da contagem de nascimentos e mortes, e torna possível desagregar dados de saúde de acordo com sexo, idade, educação, região e muito mais. A proposta de organização dos dados conflui com a estratégia do Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS “Se estamos realmente comprometidos em não deixar ninguém para trás, devemos descobrir quem está fazendo falta.”

No entanto, dados desagregados ainda não estão disponíveis para muitos indicadores de saúde e, quando disponíveis, são mais frequentemente desagregados apenas por sexo e, em menor escala, por idade e local de residência. Por exemplo, apenas 170 dos 320 indicadores no portal da OMS para estatísticas relacionadas à saúde, o Global Health Observatory, são desagregados, dos quais 116, ou dois terços, são desagregados apenas por sexo. Isso gera uma limitação à capacidade das autoridades de saúde de calibrar suas respostas políticas para atingir os que mais precisam de assistência.

Embora limitados, os dados desagregados disponíveis revelam importantes padrões de desigualdade. Em países de alta renda, a hipertensão é mais comum entre os homens do que entre as mulheres e as taxas de obesidade são semelhantes entre homens e mulheres. Por outro lado, em países de baixa renda, as taxas de hipertensão são semelhantes entre mulheres e homens, mas as taxas de obesidade são maiores entre as mulheres do que entre os homens.

O repositório também revela desigualdades nas respostas nacionais a COVID-19. Em 2021, em mais de um terço dos 90 países com dados, a cobertura vacinal contra COVID-19 entre os mais educados foi pelo menos 15 pontos percentuais maior do que entre os menos educados.

Ao liberar o HIDR, a OMS está pedindo aos países que adotem o monitoramento rotineiro da desigualdade na saúde, disponibilizem dados desagregados ao público, expandam a coleta de dados e aumentem a capacidade de análise e geração de relatórios. As análises de desigualdade devem ser conduzidas regularmente nos níveis global, nacional e subnacional, com o monitoramento da desigualdade em saúde integrado a metas, indicadores e metas globais e nacionais e avaliações de desempenho em saúde.

As informações podem ser acessadas neste site <https://www.who.int/data/inequality-monitor> e utiliza o seguinte [toolkit](#) para facilitar o manuseio e exploração dos dados.

Semana Global de Imunização: the big catch-up

Em 20 de abril 2023 foi lançado pela UNICEF o relatório - Situação Mundial da Infância 2023: Para Cada Criança, Vacinação. Pode ser acessado na íntegra *The State of the World's Children 2023: For Every Child, Vaccination* – [disponível somente em inglês](#).

O relatório faz um alerta para a urgência de retomar as coberturas vacinais no mundo. No Brasil, para a vacina contra a pólio, os dados são semelhantes aos da DTP: 1,6 milhão não receberam nenhuma dose entre 2019 e 2021.

As vacinas salvam vidas, mas muitas crianças no mundo não estão sendo vacinadas. A pandemia do COVID-19 apenas aprofundou a crise vacinal, já que houve interrupção de calendários vacinais ao redor do mundo, associado a uma quebra de confiança nos insumos. Com toda a polêmica e desserviço de desconfiança às vacinas de covid-19, o drama respingou em outros programas.

As crianças mais afetadas são sobretudo as que residem em comunidades mais pobres, remotas e marginalizadas, que enfrentam desafios de disponibilidade e acesso. Para alcançá-los, é vital priorizar o investimento na atenção primária à saúde e nos profissionais de saúde – principalmente mulheres – que prestam serviços. Também é essencial criar confiança nas vacinas e aproveitar ao máximo uma série de novas ideias e tecnologias que podem aumentar o poder das vacinas e garantir que cheguem a todas as crianças.

Os pais e as comunidades precisam acreditar no valor da vacinação; há sinais preocupantes de que a confiança nas vacinas está diminuindo em alguns países. Envolver-se com as comunidades e promover o diálogo, além da realização de escuta social são estratégias a serem utilizadas para minimizar gargalos.

25 milhões de crianças perderam pelo menos uma vacina essencial em 2021 e 18 milhões de crianças no mundo não receberam nenhuma vacina.

De acordo com a Opas, a região das Américas é a segunda do mundo com a pior cobertura vacinal. Cerca de 2,7 milhões de crianças não receberam todas as doses da vacina em 2021, ficando sem proteção total contra difteria, tétano e coqueluche.

E além de muitos outros dados importantes, refletindo sobre o Brasil, um dos mais preocupantes foi: 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose da vacina DTP, que previne difteria, tétano e coqueluche, entre 2019 e 2021. E outros 1,6 milhão não receberam vacinas contra a poliomielite.

Essas crianças foram deixadas para trás. Como podemos falar e promover um mundo igualitário se não estamos protegendo nossas crianças. Estamos falhando como sociedade em promover um espaço de equidade com redução das desigualdades em saúde.

As crianças não escolhem simplesmente não serem vacinadas. É por isso que reforçar as lacunas de comunicação, desmistificar falsas preocupações e notícias falsas, empoderar comunidades e engajar pais e responsáveis é tão importante.

"Antes o Brasil tinha 95% de cobertura em relação a vacinas como a poliomielite, e agora não atingimos 60% das crianças vacinadas. Esta imagem tem que mudar. Para isso, de forma muito clara, temos que combater o negacionismo em relação a essa proteção dada pelas vacinas e pelas fake news que infelizmente têm sido transmitidas de forma irresponsável e criminoso", afirma a ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade.

Neste contexto, parceiros globais, como OMS, UNICEF, Gavi e a Fundação Bill & Melinda Gates, anunciaram um novo esforço – "The Big Catch-up" – para vacinar milhões de crianças e restaurar o progresso da imunização perdido durante a pandemia. 'The Big Catch-up' é um esforço estendido para elevar os níveis de vacinação entre as crianças para pelo menos os níveis pré-pandêmicos e se esforça para superá-los. Liderado por uma ampla gama de parceiros de saúde nacionais e globais, a estratégia também visa garantir serviços de saúde primários mais fortes para imunização essencial no futuro.

Terceira Reunião do Grupo de Trabalho sobre as Emendas do Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI)

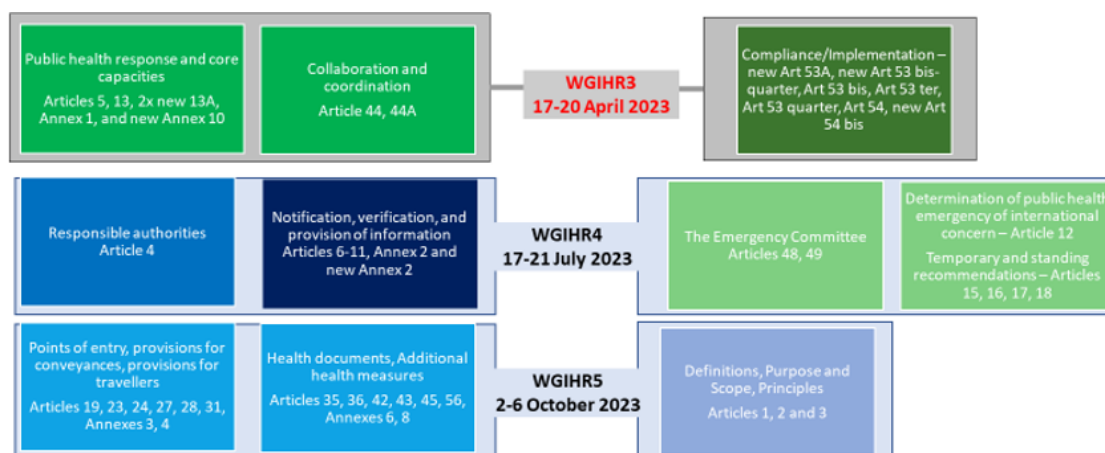
O terceiro Encontro do Grupo de Trabalho sobre as Emendas do Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI) teve lugar entre os dias 17 e 20 de abril, na sede da OMS, em Genebra, Suíça.

Dr. Tedros, em seu discurso de abertura, recordou que o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) é o único instrumento vinculante vigente no âmbito de preparação e resposta às emergências de saúde. O DG destacou a importância da velocidade de resposta durante os estágios iniciais de uma potencial emergência de saúde pública, o que demanda emendas ousadas ao RSI, porém bem direcionadas. Reiterou então que a alteração do Regulamento deve levar a uma estrutura de incentivos que encoraje, em vez de punir, a transparência e o cumprimento do RSI, como houve com alguns estados que foram penalizados com restrições de viagens e comércio após cumprirem suas obrigações de notificar rapidamente a OMS sobre eventos de saúde pública.

O encontro iniciou com uma discussão aberta sobre as emendas propostas com a participação dos *stakeholders*. Logo após o GT procedeu para uma sessão de redação e discutiu as emendas propostas relacionadas com compliance e implementação, resposta à saúde pública e capacidades básicas, e colaboração e coordenação. No segundo dia, uma consulta informal adicional foi realizada, durante uma pausa na sessão de redação, para deliberar sobre os novos artigos propostos 53A, 53bis-quart e 54bis, bem como emendas propostas ao artigo 54.

Foi acordado que consultas informais serão facilitadas durante o período intersessional pela mesa, com apoio da secretaria, para consolidar e alinhar várias propostas de emenda. As discussões devem abranger os Artigos 44, 13A, Anexo 1 e o novo Anexo 10. O resultado das consultas será um rascunho dos artigos propostos que será disponibilizado para os Estados Partes considerarem na próxima reunião formal do GTRSI, em julho.

Por fim, uma proposta para agrupar as emendas propostas para a discussão na quarta e quinta reuniões do GTRSI foi apresentada pelo *bureau*, conforme imagem abaixo:



Fonte: A/WGIHR/3/3

A proposta feita no início de abril durante o INB5 de realizar uma reunião plenária conjunta dos dois órgãos foi apoiada pelo GTRSI. Assim, o cronograma, a agenda e a abordagem da plenária conjunta serão acordados entre os dois *bureaus*, que devem se reunir na próxima semana, e comunicados aos Estados Membros assim que possível. Cabe destacar a importância de alinhar e articular muito bem os dois processos, inclusive para evitar a conhecida tática de negociação de “forum shifting” utilizada principalmente por países desenvolvidos, que pode acabar deixando temas relevantes fora dos dois instrumentos.

Diversos países do Sul Global defendem que uma das principais limitações atuais do RSI é a ausência de qualquer provisão para apoiar o acesso a produtos de saúde necessários para a preparação e resposta a uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII). De acordo com o RSI, os Estados membros são obrigados a relatar quaisquer surtos de doenças ou eventos incomuns de saúde pública em seu território que possam constituir uma ESPII. No entanto, argumenta-se que não há nenhuma disposição clara no instrumento para garantir que os Estados Partes recebam assistência no acesso a produtos de saúde para responder efetivamente às possíveis emergências. Neste sentido, o RSI acaba servindo essencialmente como um mecanismo para informar outros Estados Partes sobre o surto de uma potencial ESPII, o que pode ajudar esses Estados Partes a acessar os produtos de saúde necessários para proteger sua própria população. Porém, isso pode deixar os países que fornecem informações por meio do RSI sem qualquer assistência legalmente garantida ou qualquer obrigação de proporcionar acesso a produtos de saúde necessários.

O que fica cada vez mais evidente é que o RSI deve promover boa governança, com transparência, responsabilidade e participação inclusiva. A revisão do Regulamento Sanitário Internacional apresenta uma oportunidade valiosa para a OMS e seus estados membros de fazerem as mudanças necessárias e estabelecerem uma estrutura global mais eficaz para a cooperação e solidariedade em momentos de crise.

saúde e na força de trabalho da saúde em toda a Região, para gerar um quadro de profissionais de saúde que melhorarão a segurança e a equidade regionais em saúde face às necessidades e ameaças de saúde emergentes, ao mesmo tempo que aumentam o acesso à saúde com base na base sólida dos Cuidados de Saúde Primários.

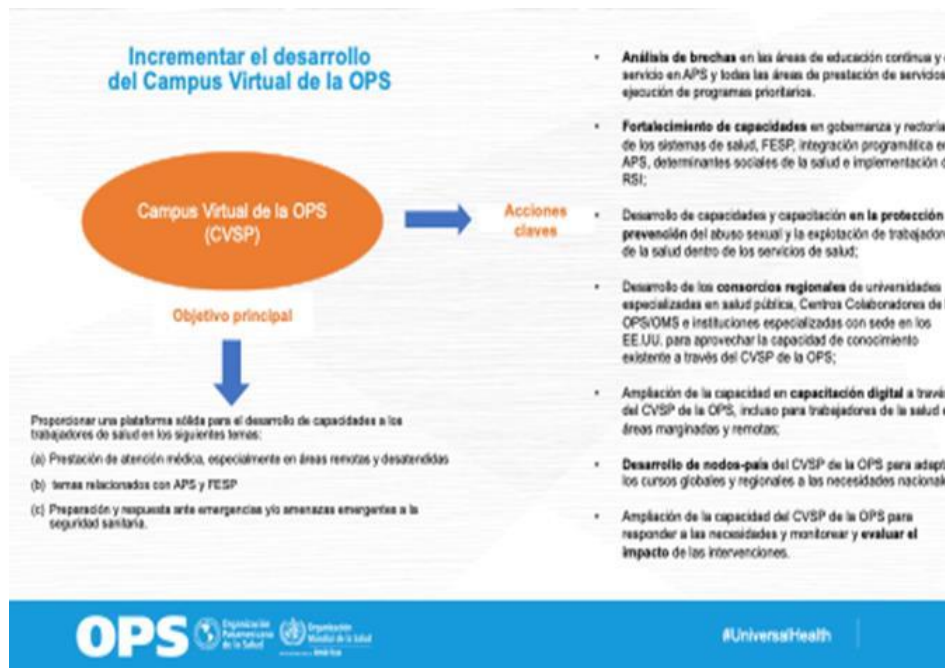
Os pilares do AHC para a ação são:

1. Aumentar o acesso e a disponibilidade dos profissionais de saúde qualificados: a iniciativa de formação do Corpo Pan-Americano de Saúde Pública;
2. Ampliar o desenvolvimento do Campus Virtual da OPAS: Uma Escola Virtual de Saúde Pública nas Américas;
3. Construir a Liderança Futura em Governança de Saúde e Administração de Saúde Pública;
4. Estabelecer o Consórcio das Américas de Centros Acadêmicos em Ciências da Saúde e Saúde Pública; e
5. Promover o engajamento e a inovação do Setor Privado para apoiar o Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde.

- O Fórum de Parceiros da AHC

O governo dos Estados Unidos, por meio do HHS, e a OPAS liderarão os esforços colaborativos para aumentar a disponibilidade, a qualidade e a competência da força de trabalho em saúde nas Américas por meio do AHC. No entanto, as ligações com iniciativas globais e regionais apoiadas e financiadas por parceiros de saúde globais e regionais serão importantes para otimizar o impacto das intervenções. Para este fim, a administração da AHC será apoiada por meio de um Fórum de Parceiros, presidido pela OPAS, convocando parceiros internacionais de desenvolvimento de toda a região, trabalhando ativamente para fortalecer a capacidade da força de trabalho regional de saúde. Os parceiros incluirão o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), agências bilaterais de ajuda e desenvolvimento (USAID, Health Canada, União Europeia etc.), representação de grupos de associações profissionais (médicas, de enfermagem etc.), representação do Consórcio das Américas de Centros Acadêmicos em Ciências da Saúde e Saúde Pública, e do setor privado e da sociedade civil. Os países participantes no AHC serão instados a estabelecer mecanismos de coordenação semelhantes a nível nacional para apoiar as suas atividades da AHC.

As principais funções do Fórum de Parceiros do AHC são fornecer orientação estratégica sobre o desenvolvimento de atividades e prioridades do AHC, mobilizar fundos em apoio às atividades do AHC, revisar avanços e desafios na implementação de atividades e promover e defender os objetivos do AHC, inclusive por meio de programas de trabalho das respectivas organizações parceiras.



172ª Sessão do Comitê Executivo da OPS

O projeto de agenda provisória para a 172ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde a realizar-se em Washington, D.C. de 26 a 30 de junho 2023 inclui:

- Projeto de Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025
- Escala de contribuições fixas 2024-2025
- Política sobre a força de trabalho em saúde para 2030: fortalecendo os recursos humanos em saúde para alcançar sistemas de saúde resilientes

- Política para prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e adultos jovens
- Comunicação estratégica em saúde pública para promover mudanças de comportamento
- Estratégia para melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio na Região das Américas
- Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas (Resolução CD58.R9 [2020])
- Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
- Situação do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva
- Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016-2022: Relatório final (Resolução CD55.R9 [2016])
- Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018-2022: Relatório final (Resolução CSP29.R12 [2017])
- Plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017-2022: Relatório final (Resolução CSP29.R4 [2017])
- Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central: Relatório final (Resolução CD52.R10 [2013])
- Saúde e turismo: Relatório final (Resolução CD49.R20 [2009])
- Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças: política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas: Relatório de progresso (Resolução CD57.R7 [2019])
- Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030:
- Relatório de progresso (Resolução CD57.R11 [2019])
- Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020-2025:
- Revisão intermediária (Resolução CD57.R13 [2017])
- Estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde: Relatório de progresso (Resolução CD53.R14 [2014])
- Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019-2025: Relatório de progresso (Resolução CD57.R14 [2019])
- Cooperação para o desenvolvimento da saúde nas Américas: Relatório de progresso (Resolução CD52.R15 [2013])
- A saúde e os direitos humanos: Relatório de progresso (Resolução CD50.R8 [2010])
- Proteção radiológica e segurança das fontes de radiação: Normas básicas Internacionais de Segurança: Relatório de progresso (Resolução CSP28.R15 [2012])

Desafios e conflitos na transição para fontes de energia limpa e renovável

Danielly Magalhães e Guto Galvão



Lula participou da Cúpula Virtual do Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima Imagem: [uol](https://uol.com.br)

A segurança energética após a invasão da Ucrânia pela Rússia é a justificativa usada para enfraquecer as ambições de descarbonização. Os países do G-7 estão utilizando essa prerrogativa para viabilizar a perpetuação da exploração dos combustíveis fósseis ao invés de fazer a transição para fontes de energia limpas renováveis e mais promissoras, como eólica e solar.

As nações do G-7, responsáveis por 25% das emissões globais de carbono e 40% da atividade econômica mundial, foram instadas a acelerar sua transição para energia mais limpa e renovável. No entanto, a questão de eliminação das usinas termelétricas a carvão (a única energia de combustível fóssil acordada para ser extinta de acordo com o Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh) ainda é um ponto de discordância, com o Japão dependendo do carvão para quase um terço de sua geração de energia e promovendo o uso de "carvão limpo".

Alguns estudos sugerem que as tecnologias de carvão limpo, particularmente CCS²⁹ (*carbon capture and storage*), têm o potencial de reduzir as emissões de dióxido de carbono de usinas movidas a carvão em até 90%. No entanto, é uma tecnologia cara que exige uma grande quantidade de energia para capturar e armazenar o dióxido de carbono. Isso produziria emissões reduzidas, mas ainda em níveis potencialmente perigosos. Essas tecnologias de descarbonização

²⁹ A energia limpa do carvão refere-se ao processo de geração de eletricidade a partir do carvão, minimizando as emissões de carbono e outros impactos ambientais. Isso é alcançado por meio do uso de tecnologias avançadas, como captura e armazenamento de carbono (CCS) e combustão supercrítica, que permitem que usinas a carvão produzam eletricidade com mais eficiência e menos emissões. Em uma usina de carvão limpo, o carvão é queimado em altas temperaturas para produzir vapor, que aciona uma turbina para gerar eletricidade. As emissões da queima de carvão são então capturadas e armazenadas no subsolo ou usadas para outros fins, como recuperação avançada de petróleo.

são distrações arriscadas das opções viáveis de emissão zero, além de desviar os recursos de fontes de energia limpas e perpetuar os subsídios aos combustíveis fósseis. Financiar tal tecnologia viola o compromisso do G-7 de acabar com o novo apoio público direto à energia inabalável de combustível fóssil.

Em seu [discurso](#), Lula chamou a atenção que no Brasil cerca de 80% da energia é proveniente de fontes renováveis, como hidrelétricas, etanol e biomassa e que haverá também expansão de fontes eólicas e solar. Reforçou seu compromisso contra o desmatamento da Amazônia, a colaboração entre os países da região e com países mega biodiversos. Disse ainda que “os efeitos da mudança do clima agravam ainda mais a pobreza, a fome e a desigualdade no mundo, flagelos que o Brasil combate com todas as forças”. Porém, o ponto alto foi quando falou sobre a guerra: “Também somos defensores intransigente da paz entre os povos. Não há sustentabilidade num mundo em guerra”.

Em outro momento, o presidente Lula fez declarações, verdadeiras, mas que geraram muitas críticas porque co-responsabiliza as nações envolvidas: "O presidente [russo, Vladimir] Putin não toma a iniciativa de parar. [O presidente ucraniano, Volodimir] Zelenski não toma a iniciativa de parar. A Europa e os Estados Unidos continuam contribuindo para a continuação desta guerra. Temos que sentar à mesa e dizer para eles: 'basta', cobrou dos EUA que "parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz" – Lembrando que os EUA destinaram US\$ 40 bi e a Europa, US\$9.18 bi, para ajudar a Ucrânia, enquanto que as metas de US\$100 bi anuais para clima e para biodiversidade nunca são alcançadas.

A guerra entre Rússia e Ucrânia vai ao reverso da promessa de sustentabilidade e tem impactos significativos no meio ambiente e na economia global. O aumento do preço da gasolina em vários países levou os governos a aplicarem mais subsídios a essa fonte poluente e a aumentarem o uso de energia de termoelétricas de carvão, interrompendo os planos de redução de agrotóxicos na Europa. Os preços dos alimentos aumentaram devido às sanções contra o fertilizante Russo. A destruição das cidades e a poluição causada pelas armas e bombas terão impactos ambientais duradouros. Além disso, vários países, principalmente os EUA, alocaram recursos financeiros para financiar a Ucrânia na guerra, prejudicando ainda mais a economia global e o meio ambiente.

Embora a guerra entre Rússia e Ucrânia tenha gerado instabilidade econômica, energética e alimentar, ela não deve ser usada para justificar a continuação de subsídios para novos e atuais combustíveis fósseis. De acordo com [um relatório do Fundo Monetário Internacional](#), em 2020, carvão, petróleo e gás natural receberam US\$ 5,9 trilhões em subsídios, o que equivale a US\$ 11 milhões a cada minuto. O relatório aponta que 47% do gás natural e 99% do carvão custam menos da metade do seu custo real e que apenas cinco países - China, Estados Unidos, Rússia, Índia e Japão - respondem por dois terços dos subsídios globalmente. Além disso, há evidências cientificamente comprovadas de que o uso desses combustíveis causa impacto na saúde, nos ecossistemas, na biodiversidade e na economia, com maiores proporções afetando as nações mais pobres e populações mais vulneráveis

Reunião dos ministros de Clima e Ambiente do G-7



Reunião de Ministros do G7 sobre Clima, Energia e Meio Ambiente em Sapporo, Japão, em 15 de abril de 2023

Em 15 e 16 de abril, os ministros responsáveis pela energia e meio ambiente dos países que compõem o G-7, que incluem nações ricas como os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e o Japão, se reuniram para debater a promoção da Transformação Verde (GX) em escala global. A ideia é realizar uma mudança completa na estrutura econômica, social e industrial, de modo a impulsioná-la através da energia limpa, e assim, alcançar objetivos como a neutralidade de carbono, a economia circular e a preservação da natureza de forma integrada.

Como resultado emitiram um [communiqué de 36 páginas](#) estabelecendo seus compromissos antes da cúpula do G-7 em Hiroshima em maio.

Os ministros do G-7 enfatizaram a necessidade de acelerar a transição para emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e de alcançar um setor de energia predominantemente descarbonizado até 2035. O predominantemente, ao invés de totalmente, foi um pedido do Japão. A versão divulgada do Communiqué aprova novos investimentos em gás natural, apesar da advertência da Agência Internacional de Energia de que todo desenvolvimento de novo petróleo e gás devem cessar. Kishida Fumio, o primeiro-ministro japonês, também está liderando um movimento para expandir o financiamento público para o desenvolvimento de tecnologias que suportam combustíveis fósseis em toda a Ásia, como a “co-incineração” de usinas de carvão com hidrogênio e amônia.

Infelizmente, os ministros apoiaram a estratégia nacional do Japão de “energia limpa”, “carvão limpo”, hidrogênio e nuclear para garantir sua segurança energética. Nesse contexto, prometeram acelerar a transição para energias mais limpas e renováveis e eliminar o mais rápido possível as usinas termelétricas de carvão que não façam captura de carbono (“carvão limpo”). Além de ser contrário ao acordo de Implementação de Sharm-el Sheikh, que determinou a eliminação total do uso do carvão, eles ainda não estabeleceram um cronograma específico para a eliminação dessas indústrias termelétricas que não fazem a captura de carbono.

As declarações dos países convidados no G-7 sobre o apoio financeiro aos Países em Desenvolvimento

O presidente designado para as próximas negociações climáticas da ONU, a COP28, que também participou das conversas em Sapporo, emitiu uma declaração solicitando as nações do G-7 a aumentar o apoio financeiro para a transição dos países em desenvolvimento para a energia limpa. Sultan Al Jaber pediu aos líderes que ajudassem a entregar um "novo acordo" sobre finanças climáticas para impulsionar os esforços para mitigar e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas e ajudar a proteger a biodiversidade, especialmente em nações em desenvolvimento.

Ele disse que os países desenvolvidos devem cumprir uma promessa de US \$ 100 bilhões que fizeram na reunião da COP15 em 2009. As próximas negociações serão realizadas em Dubai no final de novembro.

Corroborando, o presidente chinês, Xi Jinping, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, emitiram uma declaração conjunta dizendo: "Continuamos muito preocupados com o fato de que o financiamento fornecido pelos países desenvolvidos continue aquém do compromisso de US \$ 100 bilhões por ano."

Enquanto isso, países em desenvolvimento como a China têm exigido mais ajuda para estabilizar os preços e o fornecimento de energia diante das interrupções causadas pela guerra da Rússia na Ucrânia. Embora as emissões nas economias avançadas estejam diminuindo, as economias emergentes e em desenvolvimento agora respondem por mais de dois terços das emissões globais de carbono.

O desenvolvimento econômico é a primeira defesa contra as mudanças climáticas, disse o ministro do Meio Ambiente da Índia, Bhupender Yadav, em um tweet.

O Dia da Terra

O Dia da Terra, é uma celebração global que ocorre todo dia 22 de abril para conscientizar e promover ação sobre questões ambientais. Foi comemorado pela primeira vez em 1970 como uma resposta às crescentes preocupações sobre questões ambientais, como poluição, desmatamento e destruição de habitats. Desde então, tornou-se uma observância global realizada em 22 de abril de cada ano, com um tema diferente focado em uma questão ambiental específica. O tema desse ano foi a mudança climática, onde foi destacado a necessidade de uma ação urgente e decisiva para mitigação e enfrentamento de seus impactos nas pessoas e no planeta.

O Dia da Terra visa aumentar a conscientização sobre a sustentabilidade ambiental, promover a ideia de que indivíduos e comunidades podem fazer a diferença por meio de suas ações e servir como um lembrete da necessidade de cuidar do nosso planeta e trabalhar para um futuro mais sustentável e igualitário. Também serve como um lembrete da necessidade de uma mudança em direção a uma economia sustentável que beneficie tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

Esse é o segundo Dia da Mãe Terra celebrado durante a [Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas](#)³⁰, a importância de ecossistemas saudáveis é enfatizada para o benefício do planeta e de seu povo. A restauração de ecossistemas danificados pode combater a pobreza, as mudanças climáticas e prevenir a extinção em massa, mas isso requer a participação de todos. O site earthday.org disponibiliza uma série de iniciativas globais e oportunidades para voluntários.

App para promover a agricultura sustentável e mitigar o impacto das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis

O uso da tecnologia é crucial para que os países menos desenvolvidos alcancem a sustentabilidade, gerenciem as mudanças climáticas e aumentem sua resiliência. No Mali, onde vivem 21 milhões de pessoas, a agricultura emprega cerca de 75% da população e é responsável por 50% do produto interno bruto. Mas muitos agricultores não têm acesso a informações meteorológicas precisas, em parte devido à falta de internet móvel de alta velocidade. Assim, o Climate Technology Center and Network³¹ fez parceria com a WeatherForce para construir o MaliCrop. O aplicativo analisa 10 anos de dados, o que aumenta significativamente a precisão das previsões, que são transmitidas em francês e em vários idiomas locais. O projeto, iniciado em julho de 2021, atinge regularmente mais de 110 mil pessoas.

O app fornece informações sobre padrões climáticos, saúde do solo e biodiversidade. Ele também oferece conselhos sobre as melhores práticas de manejo de culturas e alerta sobre riscos relacionados ao clima, ajudando os agricultores a tomarem decisões mais informadas

³⁰ O principal objetivo da Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas é promover e apoiar a restauração de ecossistemas degradados e destruídos em todo o mundo. A iniciativa visa atingir os seguintes objetivos:

- Aumentar a conscientização e promover a ação: a década visa aumentar a conscientização sobre a importância da restauração do ecossistema e mobilizar governos, sociedade civil, empresas e indivíduos para agir.
- Restaurar e proteger ecossistemas: A década busca restaurar ecossistemas degradados e destruídos, incluindo florestas, pântanos, oceanos e pastagens, implementando projetos de restauração em larga escala.
- Promover o uso sustentável da terra: A iniciativa promove práticas sustentáveis de uso da terra, como a agricultura regenerativa, que podem ajudar a restaurar os ecossistemas e melhorar a segurança alimentar.
- Combater as mudanças climáticas: a restauração de ecossistemas pode contribuir para a mitigação das mudanças climáticas ao sequestrar carbono na vegetação e nos solos.
- Melhorar a conservação da biodiversidade: A restauração do ecossistema pode ajudar a proteger e aumentar a biodiversidade, criando habitats para a vida selvagem e promovendo a recuperação de espécies ameaçadas de extinção.
- Criar empregos e apoiar as comunidades locais: A iniciativa visa criar empregos e promover o crescimento econômico sustentável, principalmente em áreas rurais, onde a restauração de ecossistemas pode oferecer oportunidades de subsistência.
- No geral, a Década da ONU sobre Restauração de Ecossistemas busca promover uma abordagem holística e integrada para a restauração de ecossistemas que aborda os desafios interconectados de mudança climática, perda de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

³¹ O CTCN é o braço de implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Mecanismo de Tecnologia de Mudança do Clima. O centro oferece desenvolvimento acelerado e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis para desenvolvimento de baixo carbono e resistente ao clima a pedido dos países em desenvolvimento. O CTCN oferece um portfólio de soluções de tecnologia, capacitação e consultoria em políticas, estruturas legais e regulatórias adaptadas às necessidades de cada país, aproveitando a experiência de uma rede global de empresas e instituições de tecnologia. O CTCN é sediado pelo Programa Ambiental da ONU e está sediado em Copenhague, na Dinamarca.

sobre suas práticas agrícolas, melhorando o rendimento de suas colheitas e a resiliência às mudanças climáticas. O aplicativo faz parte dos esforços do PNUMA para promover a agricultura sustentável e mitigar o impacto das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis.

Na próxima semana: STI Forum, STI in Africa Day 2023 e Global Solution Summit

O Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I- sigla em inglês, STI) da ONU se reúne anualmente em Nova York, esse ano ocorrerá de 3 a 4 de maio. O Fórum é uma plataforma criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para promover a cooperação global em ciência, tecnologia e inovação para a Agenda 2030. Reúne atores de todo o mundo, incluindo governos, setor privado, academia e sociedade civil, para compartilhar conhecimentos e experiências relacionados à CT&I e sua contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, além de produzir relatórios e recomendações para ajudar os tomadores de decisão a implementar políticas e programas de CT&I que possam promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Alinhado ao HLPF, o STI fórum discute grupos de ODS. Esse ano, o 8º Fórum de *multi-stakeholders* sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável discutirá os ODS 6 água, ODS 7 energia, ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 17 Parcerias e meios de implementação.

Antecedendo, no dia 2 de maio ocorrerá o *STI in Africa Day 2023* e após, no dia 5 de maio, o *Global Solution Summit*.

A Fiocruz, juntamente com a VITO da Bélgica apresentarão os resultados do G-STIC Rio que organizamos em fevereiro em um *side event* no dia 4 de maio. A programação completa e mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

PNUD apresenta resultados construindo o futuro

Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa

O relatório anual do PNUD de 2022 apresenta os resultados da organização em termos de orçamento aplicado, países alcançados e princípios orientadores. Apresenta uma série de dados e atividades realizadas pela organização que revelam a preocupação central com a sustentabilidade ambiental, com questões de gênero e com esforços por influenciar o mundo das finanças, orientando investimentos por sentidos mais éticos e comprometidos com planeta. Entre estes temas, são apresentadas outras ações mais tradicionais no portfólio do PNUD, como a melhoria da governança e o combate às vulnerabilidades. Contudo, é interessante notar que o modelo escolhido para apresentar os dados do ano passado seja justamente se perguntando: como é o futuro? Essa escolha anuncia a preocupação do PNUD em olhar pra frente e orientar o desenvolvimento em linha com o que propõe a Agenda 2030.

Na visão de seu diretor geral, Achin Steiner, que abre o relatório, há esperança no futuro, apesar de, em 2023, isso parecer difícil. Ele reconhece que as manchetes narram um mundo sombrio de conflitos, deslocamentos e luta para acompanhar o aumento do custo de vida; de pobreza em crescimento e confiança nas instituições democráticas em declínio; de ecossistemas em desequilíbrio e natureza revoltada. Mas destaca que, para enfrentar esse quadro, em 2022, o PNUD investiu 4,8 bilhões de dólares em programas e projetos que atingiram 170 países com um portfólio de “abordagens inteligentes para o futuro” que ajudam a empurrar as fronteiras do pensamento sobre o desenvolvimento.

Com essa introdução, o PNUD apresenta seu trabalho por meio de experiências escolhidas que ilustram sua compreensão sobre o desenvolvimento – inclusivo, democrático, digital, solidário. No documento, é possível notar o esforço pela transdisciplinaridade e por apoiar a implementação da Agenda 2030, principalmente no que tange ao princípio de “não deixar ninguém pra trás”. As linhas gerais escolhidas pelos autores do relatório procuram dar sentido a um futuro em construção.

O futuro é não deixar ninguém pra trás

Com este enunciado, o Pnud anuncia suas 6 credenciais de ação: pobreza, governança, resiliência, ambiente, energia e gênero, mas aponta a última como de especial interesse para o Programa, afirmando que, por ser uma questão urgente de nosso tempo, ela atravessa todo o trabalho do PNUD, assim como é transversal a vários temas da governança pública. Dentre as realizações apoiadas, o documento destaca que: 17 países latinoamericanos já incluíram o feminicídio como crime em suas legislações e, na Somália, foi criada a primeira agência de mídia integrada somente por mulheres e dedicada a fazer avançar questões de gênero no país.

Para nortear futuras ações serão utilizadas duas questões: por que o progresso em direção a igualdade de gênero tem sido tão lenta e dispersa, e às vezes até inversa? O que o PNUD pode fazer de melhor?

Além das questões de gênero, o programa apoia ações a inclusão de pessoas LGBTQI+, direitos humanos e inclusão de jovens nos debates sobre mudança climática.

O futuro já está aqui

Neste tema, o PNUD anuncia duas iniciativas de inovação para o desenvolvimento: a rede de “acelerator labs” e as redes “future smart”.

A primeira, é uma rede de laboratórios dedicados a buscar inovação para problemas locais desenvolvidos por pessoas locais. Parte do princípio de que quem vive o problema o conhece melhor. Está presente em 115 países e busca vincular solucionadores de problemas globais entre si e com governos. Essa ação vem se configurando como um dos principais canais a partir dos quais o PNUD vem ampliando seu envolvimento com o setor privado e deste com os governos. A partir desses laboratórios o PNUD acredita poder ampliar o investimento nos ODS a medida que as iniciativas se orientam a soluções baseadas em suas 6 credenciais.

A rede de inteligência de futuro é a iniciativa a partir da qual o PNUD conecta suas redes de especialistas buscando se conformar como uma liderança no pensamento sobre o desenvolvimento. É a partir daí que se produzem documentos com novas abordagens que buscam influenciar os debates globais, alcançando jornalistas, acadêmicos e decisores nos países e organismos multilaterais. A iniciativa mais recente é a série “*Development Future*”, que sistematiza insights sobre as principais questões de hoje e de amanhã.

O futuro é planetário

Em 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu que um ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano. A crise ambiental global causada pelas mudanças climáticas, poluição, biodiversidade e perda da natureza está afetando desproporcionalmente as comunidades mais marginalizadas do mundo, e o paradoxo ético é que quem menos polui sofre as maiores consequências dos impactos ambientais. Para enfrentar essa crise, o PNUD ajuda o mundo a se descarbonizar ajudando os países a cumprirem suas metas de emissão de gases do efeito estufa, ou NDCs, como são chamadas as contribuições nacionalmente determinadas.

Nesse sentido, vem apoiando, por exemplo, o programa de Antigua e Barbuda de implementar uma mudança 100% para a adoção de energias renováveis entre setores nas próximas duas décadas e de Dominica, outra ilha caribenha, no objetivo de se tornar o primeiro país resiliente ao clima no mundo. Isso é feito a partir do programa “*Climate Promise*” que atua em doze frentes relacionadas ao combate à mudança climática que incluem financiamento climático, economia circular, transição justa, questões urbanas, entre outras, e que apoiam ações no Sul global, Europa e Ásia Central.

Natureza, clima e energia formaram grande parte dos esforços do PNUD no ano passado, conformando um portfólio do que totalizou 3.2 bilhões de dólares, sendo o maior entre todo o sistema das nações unidas. Algumas das iniciativas neste marco incluem o apoio à transição para métodos mais limpos e sustentáveis na indústria de mineração de ouro, que utiliza mercúrio e é responsável por enormes impactos negativos na saúde pública em regiões da Colômbia, Equador, Gana, Honduras, Quênia, Indonésia, Peru e Suriname. Outro exemplo é um extenso programa de implantação de mini-redes de energia solar em diversos países da África e Oceania, que promete levar energia elétrica e mais possibilidades de desenvolvimento local a milhares de pessoas. Várias iniciativas também estão em curso para diminuir a pegada de carbono dentro da organização.

O futuro é mais impactante

O PNUD busca influir sobre o mundo das finanças, direcionando-as por suas credenciais. Acredita que é preciso que se pare de financiar fraturas que dividem o mundo e práticas que ameaçam destruí-lo, e que o futuro das finanças deve alinhar fluxos públicos e privados com desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Esse é o objetivo do programa “Sustainable Finance Hub”, que colabora com mais de 40 países em reestruturação da dívidas e emissão de títulos temáticos, uma iniciativa que, ao final de 2022, havia gerado mais de US\$ 11 bilhões para os ODS e ação climática. O trabalho do PNUD é ajudar os países a acessarem fundos verticais para o clima, como por exemplo o Fundo Verde do Clima, ou para a saúde, como o Fundo Global de Combate à AIDS, TB e Malária. Em 145 países, as iniciativas conectam governos, o setor privado e as instituições financeiras internacionais para acelerar o progresso dos ODS por meio medidas como reforma tributária, políticas para desenvolver mercados de capitais, desenvolvimento de mapas de investidores e orçamento baseado em gênero.

Com relação aos títulos e mercado de capitais, o PNUD fornece apoio para gestão de dívidas (por exemplo, trocas de dívida por natureza) e emissão de títulos temáticos (por exemplo, títulos SDG, títulos verdes, títulos azuis, títulos de gênero, etc.) Um exemplo é o Uruguai, que emitiu um título inovador vinculado à sustentabilidade no valor de US\$ 1,5 bilhão que estende o vencimento da dívida existente e capta novos recursos com base em metas climáticas e ambientais. O mercado sinalizou forte aprovação, resultando num total de US\$ 4 bilhões em pedidos de 188 investidores. Outros países apoiados pelo PNUD estão iniciando emissão significativa de títulos incluindo Argentina, Bolívia, China, Indonésia e México.

Outras ações para conectar finanças, mercados privados e governos em torno da sustentabilidade incluem o mercado de seguros contra riscos climáticos, o apoio aos governos à construção de portfólios para investimentos (o que significa promover uma transição entre financiamentos de projetos para financiamentos para portfólios de projetos), apoio aos governos no relacionamento com as Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos.

O futuro é quebrar o ciclo

As formas tradicionais de resposta e recuperação não são mais compatíveis com a magnitude e a complexidade dos desafios que o mundo enfrenta. As crises de hoje são emergências de desenvolvimento que requerem soluções de desenvolvimento integradas. Fornecer comida, abrigo e moradia no início de uma emergência continuará sendo uma tarefa essencial, mas não deve ser perpétua. Por isso, o PNUD vem buscando resignificar suas ações em situações de emergência com o objetivo de ampliar a sustentabilidade e ampliar as bases para o desenvolvimento. Um exemplo é uma nova abordagem à situações de crise, que inclui atuar sob o ciclo da antecipação, prevenção, resposta e recuperação.

A resiliência é uma das credenciais do PNUD e seu fortalecimento em localidades vulneráveis foi uma das diretrizes para se quebrar o ciclo do subdesenvolvimento. Por exemplo, no Sahel, uma das áreas mais voláteis do mundo, com incidentes de segurança recorrentes e conflitos prolongados e onde situações de deslocamento afetam milhões de vidas, o PNUD vem apoiando a introdução de métodos de agricultura inteligente; no Yemem, onde conflitos em curso, choques relacionados ao clima e COVID-19 deixaram milhões sofrendo da fome extrema, apoia o desenvolvimento de cadeias de valor alimentar em parceria com o Banco Mundial; no Paquistão, onde as enchentes atingiram níveis históricos, o PNUD vem apoiando o desenvolvimento de ações integradas de financiamentos atrelados à resiliência e sustentabilidade.

O futuro é digital

O digital está definindo como vivemos, trabalhamos e interagimos uns com os outros. Se a tecnologia se tornará uma força fortalecedora para o bem ou semeará mais divisão e

exclusão, dependerá das escolhas que fizermos agora. Hoje, 2,7 bilhões de pessoas, principalmente em países em desenvolvimento, estão do lado errado da exclusão digital. Se deixados lá, eles ficarão ainda mais para trás.

Pesquisas do PNUD em parceria com a Universidade de Denver descobriram que investimentos direcionados em digitalização, proteção social e economia verde podem reduzir o número de pessoas que vivem na pobreza extrema em 146 milhões até 2030. É por isso que o PNUD investiu para se tornar uma organização alfabetizada digitalmente que aplica a tecnologia mais recente no próprio trabalho e apoia os países em desenvolvimento no aproveitamento da revolução digital. A ideia é pensar o digital como uma força para o bem público e ajudar governos a melhorar sua infraestrutura digital.

Em 2022, 124 países implementaram 480 soluções digitais para o desenvolvimento, e o PNUD apoiou mais de 40 na realização de avaliações de prontidão digital³², desenvolvendo infraestrutura digital inclusiva e obtendo acesso a parcerias e tecnologias de código aberto. Um desses países foi a Ucrânia, onde o PNUD introduziu e apoiou o desenvolvimento de um sistema de troca de dados que ajuda a manter o sistema de proteção social do país ativo, apesar da guerra.

Outros resultados ressaltados pelo Relatório Anual do PNUD apontam a importância da produção de conhecimentos, com destaque para o Relatório do Desenvolvimento Humano, que o Programa vem produzindo há três décadas e cujo alcance e impacto são motivos de orgulho para a Organização. Como destacado, a produção de conhecimentos e a busca por novas abordagens para o desenvolvimento é uma das principais atividades do PNUD e um dos seus mais recentes achados destaca um cenário de incertezas complexas, onde múltiplos estresses interagem reforçando-se mutuamente e descarrilhando o progresso. Talvez por isso, o tom do relatório pareça indicar que o PNUD considera o cenário atual bastante desafiador.

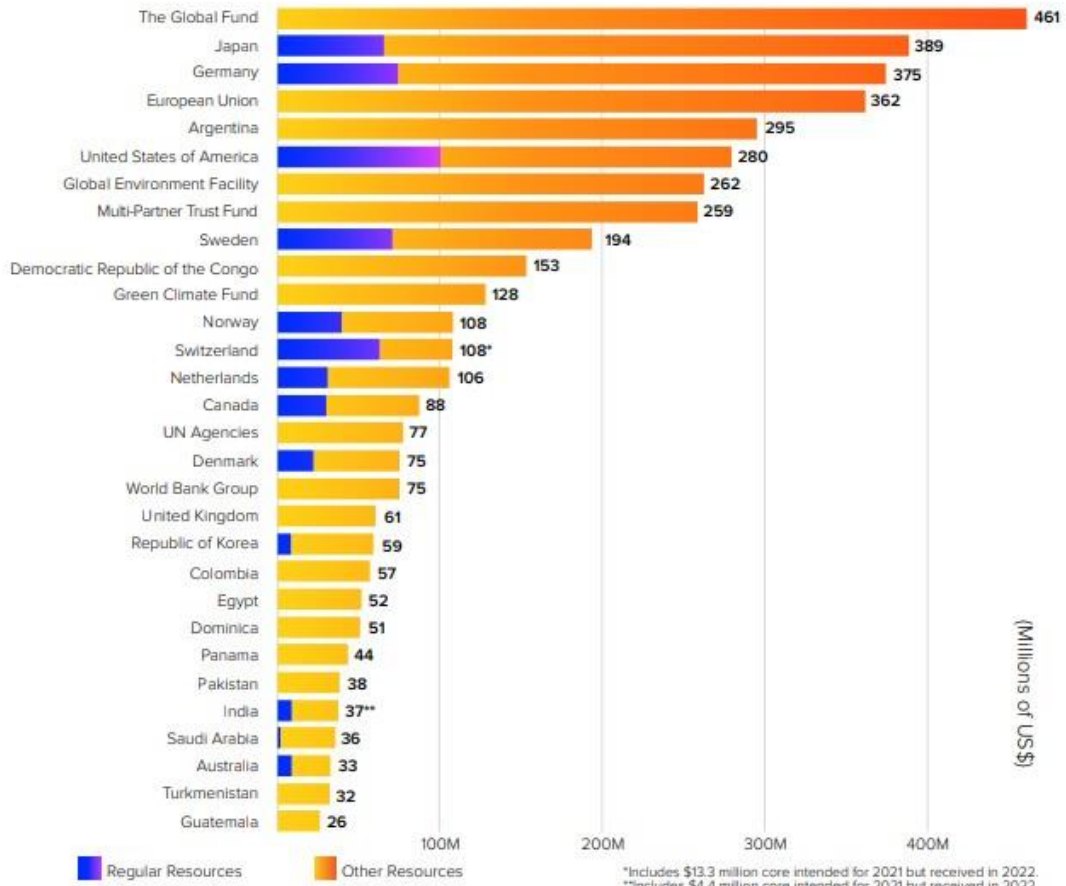
Como na nota sobre o processo de planejamento ocorrido no início do ano, abordada no número 03/23 destes cadernos, o documento aponta a ameaça da Agenda 2030 enquanto quadro norteador das políticas globais para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo que:

“As crises globais vêm impondo novos desafios à cooperação para o desenvolvimento e exacerbando os desafios existentes. A apenas sete anos da data final, é tentador ver o copo dos ODS meio vazio. No entanto, apesar dos contratempos, os ODS continuam sendo nossa melhor chance de espalhar prosperidade, segurança e direitos humanos em todos os cantos do mundo.”

O documento apresenta ainda a estrutura do PNUD, que conta com mais de 20.000 pessoas trabalhando em 170 países e uma gama de esforços inovadores e necessários, principalmente nas localidades mais pobres do planeta. Contudo, a análise de sua configuração orçamentária sugere grandes vulnerabilidades. Seguindo uma tendência mais geral presente nas organizações do sistema ONU, o valor das dotações extra-orçamentárias excede em muito o orçamento regular do Programa. Ademais, o volume da participação dos fundos verticais, cujas metas são determinadas pelos seus próprios dirigentes e muitas vezes estão desalinhadas com as necessidades dos países, sugerem contradições com relação ao modelos de atuação enunciados ao longo do relatório

³² A avaliação para Prontidão Digital (digital readiness) tem como objetivo ajudar as organizações a se prepararem para as mudanças – organizacionais e comportamentais - que ocorrem com a adoção de novas tecnologias no ambiente de trabalho.

Top 2022 UNDP funding partners



Top partners



Época de muitas celebrações, mas pouco a comemorar: os muitos significados do 28 de abril e do 1º de maio para a classe trabalhadora no mundo

René Mendes

Ao se aproximar esta época do ano – últimos dias de abril e primeiros dias de maio - todos nós - os profissionais que se dedicam a promover e cuidar da saúde de trabalhadores e trabalhadoras, em quase todos os países do mundo, nos sensibilizamos pelos significados tão próximos e convergentes, evocados pela celebração do dia 28 de abril e do dia 1º de maio. Estas datas e estes significados não podem passar em “brancas nuvens”, como se fossem dias comuns. E isto todos e todas sabem (ou deveriam saber), mas, por meio deste breve texto, desejamos renovar a lembrança destas datas e convidar a que a todos e todas celebrem em seus locais de trabalho, empresas, serviços, instituições ou onde estiverem. Ou, para que se juntem às celebrações que outros promoverem, levando, porém, uma mensagem de solidariedade, de apoio e de esperança!

Pela proximidade e sequência do calendário, começo pelo dia 28 de abril. Em 1989, a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais, conhecida por sua sigla AFL-CIO - a maior central operária dos Estados Unidos e Canadá - declarou o dia 28 de abril como o “*Memorial Day*” (“*Dia em Memória dos Trabalhadores*”) para homenagear as centenas de milhares de trabalhadores mortos e feridos no trabalho todos os anos³³.

Estava ainda muito viva a lembrança do grande acidente na mina de Farmington, uma explosão que aconteceu aproximadamente às 5h30 em 20 de novembro de 1968, na [mina de carvão](#) Consol No. 9 ao norte de [Farmington](#) e [Mannington, West Virginia, Estados Unidos](#). A explosão foi grande o suficiente para ser sentida em [Fairmont](#), a quase 19 quilômetros de distância. Na época, 99 mineiros estavam lá dentro. Ao longo das próximas horas, 21 mineiros conseguiram escapar da mina, mas 78 ainda estavam presos. Os incêndios continuaram a queimar por mais de uma semana e, em 29 de novembro, os socorristas finalmente admitiram a derrota depois que amostras de ar de furos de perfuração mostraram ar incapaz de sustentar a vida humana. A mina foi selada em 30 de novembro com concreto para evitar o fogo de oxigênio. Em setembro de 1969, a mina foi deslacrada na tentativa de recuperar os corpos dos mineiros. O progresso foi lento porque os trabalhadores descobriram desmoronamentos que tiveram que ser cavados na rocha. Esse esforço de recuperação continuou por quase dez anos. Em abril de 1978, 59 dos 78 corpos foram recuperados. A causa da explosão nunca foi determinada, mas o acidente serviu de catalisador para várias novas leis que foram aprovadas para proteger os mineiros.³⁴

Com efeito, como um dos resultados do desastre de Farmington, o [Congresso dos Estados Unidos](#) aprovou a Lei de Segurança e Saúde de Minas de Carvão de 1969, que fortaleceu os padrões de segurança, aumentando as inspeções federais de minas e deu aos mineradores de carvão direitos específicos de segurança e saúde.

Saliente-se que o dia **28 de abril** foi escolhido por ser o aniversário da data em que a Lei de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA Act) de 1970 entrou em vigor e quando a Administração de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA) foi instituída (28 de abril de 1971).

³³ https://en.wikipedia.org/wiki/Workers%27_Memorial_Day

³⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Desastre_na_mina_de_Farmington

Nesta breve reconstituição histórica, cabe lembrar que em 1984, o Sindicato Canadense de Funcionários Públicos (CUPE) estabeleceu um **dia de luto** (**'Mourning Day'**). O Congresso Trabalhista Canadense declarou um dia anual de lembrança (memória) em 28 de abril de 1985, que é o aniversário de uma Lei de Indenização ('compensation') dos Trabalhadores³⁵, aprovada em 1914. Em 1991, o parlamento canadense aprovou uma lei respeitando um **"Dia Nacional de Luto por pessoas mortas ou lesionadas no local de trabalho"**, tornando o dia 28 de abril um **"Workers' Mourning Day"**, isto é, **"Dia de Luto pelos Trabalhadores"**.

Num país ou no outro, este dia é celebrado com o dramático subtítulo: **"Lembrar dos mortos – Lutar pelos vivos"**, e esta tem sido a mensagem crescentemente universal, desta data tão emblemática, ainda que com títulos e nomes diferentes.

No Brasil, o **"Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho"** tornou-se, de 2005 em diante, o **"Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho"**, graças à Lei no. 11.121/2005, de autoria do Deputado Roberto Gouveia (PT/SP).

Desde 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu, também, sua proposta para o "28 de abril", denominando-o **"Dia Mundial da Promoção da Saúde e Segurança do Trabalho"**.

Para este ano de 2023, o tema proposto pela OIT é o da importância da inclusão de **"Um ambiente de trabalho seguro e saudável"** no conjunto de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, segundo Resolução aprovada em junho de 2022, pela 110ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

O chamamento da Confederação Sindical Internacional (ITUC) a propósito do "28 de abril"³⁶

No Dia Internacional em Memória dos Trabalhadores, 28 de abril, os sindicatos estão promovendo o papel que a organização desempenha em tornar os locais de trabalho mais seguros e saudáveis, pois lembramos todos os trabalhadores que perderam suas vidas em acidentes e doenças no local de trabalho. Os sindicatos de trabalhadores estão planejando usar o novo direito fundamental da OIT a um ambiente de trabalho seguro e saudável para combater o chocante número de **mortos de três milhões de trabalhadores que morrem a cada ano por causa de seu trabalho, com dezenas de milhões sofrendo lesões e doenças que mudam sua vida.**

Os sindicatos usarão a organização para garantir que o novo direito fundamental seja colocado em prática e faça uma diferença positiva na vida cotidiana dos trabalhadores. As duas Convenções da OIT (155 e 187) dão respaldo à organização sindical, por meio da criação de comitês de segurança do trabalho com representação dos trabalhadores e representantes de segurança dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Essa organização pode melhorar o ambiente de trabalho por meio do direito de recusar trabalhos perigosos e direitos de consulta sobre avaliações de risco, serviços de saúde ocupacional e fornecimento de equipamentos de proteção individual. A Convenção 187 também exige a criação de órgãos nacionais tripartidos de saúde e segurança com representação do governo, trabalhadores e empregadores.

³⁵ Equivalente à "Lei dos Acidentes do Trabalho"

³⁶ https://www.ituc-csi.org/iwmd23_es?lang=en <https://www.ituc-csi.org/iwmd23?lang=en>

Lutando contra os locais de trabalho tóxicos

Em todo o mundo, os sindicatos usarão o 28 de abril para combater riscos como **amianto** e **produtos químicos tóxicos**, e perigos como **longas horas** e **estresse no local de trabalho**, além de exigir um aumento no número de países que ratifiquem e implementem todas as convenções de saúde e segurança da OIT.

Os sindicatos tornam o trabalho mais seguro e já salvaram vidas nestas áreas, em áreas como a **silicose**, por exemplo. As empresas continuam a expor milhões de trabalhadores a níveis excessivos de poeira de sílica, que podem causar câncer mortal e doenças pulmonares. Os sindicatos australianos ganharam novas restrições aos produtos que contêm sílica e cortaram pela metade o limite de exposição à sílica para os trabalhadores, o que pode fazer com que os casos de silicose mortal caiam para um sexto do nível atual.

Outro tema em que importantes vitórias sindicais foram registradas – numa perspectiva mais global -, refere-se aos **trabalhadores marítimos**. Em 2022, um tribunal holandês concedeu uma importante vitória aos sindicatos ITF, FNV Havens e Nautilus NL, que haviam entrado com uma ação contra a Marlow Cyprus, Marlow Netherlands e Expert Shipping. O tribunal decidiu que os administradores de navios, armadores e afretadores devem cumprir a cláusula trabalhista que exige que estivadores profissionais, e não marítimos, executem o exigente trabalho de amarração quando estiverem disponíveis. A decisão implica em maior segurança aos marítimos e garante empregos aos estivadores.

O chamamento da OIT, referente ao “28 de abril”³⁷

Em 2023, todos os esforços da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referentes ao 28 de abril - Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho – estão focados no mote “**Um ambiente de trabalho seguro e saudável é um princípio fundamental e um direito no trabalho**”³⁸. Com efeito, em junho de 2022, a Conferência Internacional do Trabalho decidiu incluir “**um ambiente de trabalho seguro e saudável**” no quadro de princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT.

Em 28 de abril de 2023, a OIT celebrará esta decisão, reunindo especialistas e constituintes para discutir as implicações que ela tem para o mundo do trabalho, bem como implementar na prática esse direito no mundo do trabalho. Também servirá para apresentar os resultados da pesquisa sobre o estado de implementação de várias disposições das Convenções fundamentais nº 155 e nº 187.

Como subsídio preparatório dos eventos em torno do 28 de abril deste ano, a OIT está divulgando amplamente uma publicação em vários idiomas, que contém levantamento sobre a situação dos grandes desafios globais, regionais e nacionais, na direção da implementação efetiva do direito a ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Vale a pena conferir.

³⁷<https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/events-training/events-meetings/safeday2023/lang--en/index.htm>

³⁸https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/genericdocument/wcms_865326.pdf

A versão em inglês tem por título *“Implementing a safe and healthy working environment: Where are we now?”*³⁹. A correspondente versão em espanhol é intitulada *“Implementar un Medio Ambiente de Trabajo Seguro y Saludable”*⁴⁰.

O chamamento da ONU, referente ao “28 de abril”⁴¹

O site das Nações Unidas também traz um chamamento internacional ao 28 de abril, dando muito destaque às conquistas recentes da OIT (2022), quanto à inclusão do ‘novo’ direito fundamental no trabalho, já referido. Seria o 5º direito. (Ver BOX)

Resolução sobre a inclusão de um ambiente de trabalho seguro e saudável no quadro de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT⁴²⁴³

- (a) liberdade de associação e liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- (b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- (c) a abolição efetiva do trabalho infantil;
- (d) a eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação; e
- (e) um ambiente de trabalho seguro e saudável**

Na chamada geral feita pela ONU em seu site, foram identificados por ela (ou pela OIT), as **grandes prioridades** para este ano de 2023:

Riscos emergentes no trabalho

A pandemia é um dos exemplos mais tangíveis da necessidade de adaptação da Saúde e Segurança do Trabalho aos novos riscos emergentes, exigência também presente neste dia internacional. Perigos novos e emergentes no local de trabalho podem ser causados por inovação técnica ou por mudanças sociais ou organizacionais, por exemplo:

- Novas tecnologias e processos produtivos. É o caso de campos como a nanotecnologia ou a biotecnologia.
- Novas condições de trabalho, por exemplo, aumento da carga de trabalho, intensificação do trabalho devido ao downsizing, más condições associadas à migração laboral, empregos na economia informal.

³⁹www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_876334.pdf

⁴⁰www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_876335.pdf

⁴¹<https://www.un.org/es/observances/work-safety-day#:~:text=En%202003%2C%20la%20Organizaci%C3%B3n%20Internacional,profesionales%20en%20todo%20el%20mundo.>

⁴²www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848653.pdf

⁴³https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_848632.pdf

- Novas formas de emprego, por exemplo, trabalho independente, subcontratação ou contratos temporários.

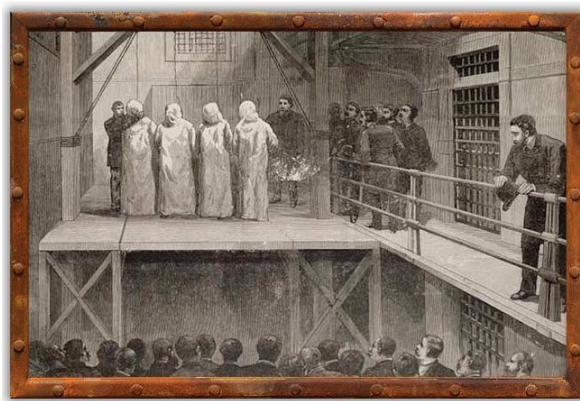
Para a ONU, esses riscos podem ser mais amplamente reconhecidos por meio de uma melhor compreensão científica, por exemplo, os efeitos dos riscos ergonômicos em distúrbios do sistema musculoesquelético. Mas também podem ter maior ou menor influência dependendo das percepções de sua importância em cada sociedade, como os efeitos de fatores psicossociais no estresse relacionado ao trabalho.

No chamamento da ONU são utilizados alguns números, cuja fonte provavelmente vem da OIT: cerca de 2,9 milhões de trabalhadores morrem a cada ano devido acidentes e doenças do trabalho; pelo menos 402 milhões de pessoas sofrem acidentes do trabalho num ano; e a surpreendente afirmação que **“o fator de risco ocupacional ao qual se atribui o maior número de mortes é a exposição a longas jornadas de trabalho (que causaram 745 mil mortes), seguida da exposição a partículas, gases e fumaças, que causaram 450 mil mortes.”** (negrito introduzido)

Sobre o 1º de maio: lembrar a sua origem

Por último, indo para o 1º de maio, **“Dia Internacional do Trabalho”**, mais corretamente denominado **“Dia Internacional do Trabalhador”** (e da trabalhadora), sempre é oportuno lembrar a sua origem, muito triste, por sinal. Esta data é referida, historicamente, ao 1º de maio de 1886, data de início de uma greve que rapidamente se alastrou até se tornar gigantesca, nos Estados Unidos, onde o pleito principal era o direito à jornada de trabalho de 8 (oito) horas. A luta era por **“8 horas para trabalho; 8 horas para descanso; 8 horas livres, para fazer o que deseja”**. Em Chicago – grande centro industrial à época – uma das manifestações no Haymarket, acabou gerando um tumulto que foi seguido de um atentado que matou policiais e trabalhadores, resultando na prisão de supostos autores, os quais, sem direito a se defenderem em tribunais justos, foram condenados à morte por enforcamento, aplicada a quatro deles. Um quinto condenado se suicidou na prisão, e outros tiveram penas de natureza menos pesada. Mais tarde, foram esclarecidos os detalhes dos erros judiciais, da truculência e da desproporção dos castigos impostos.

Onde celebrado, o 1º de maio é dia de lembranças sensíveis, dia de luto e dia de luta!



The Haymarket Affair executions are widely considered one of the most notorious miscarriages of justice in American history. Photo Credit: Chicago History Museum

Reconstituição da cena da pena de morte por enforcamento de quatro trabalhadores acusados pela morte de policiais, durante tumulto insuflado pela repressão à greve em Chicago, maio de 1886.

Fonte: <https://interactive.wttw.com/timemachine/haymarket-affair-hangings>

Concluimos este breve texto, fazendo, também, um chamamento geral (convite) para que nos vejamos – mais do que nunca – como trabalhadores e trabalhadoras. Somente assim

teremos a sensibilidade para abrir o coração e a mente para a importância destas duas datas. Somente assim estaremos capacitados para ouvir, auscultar e dedicar nosso trabalho e profissão a serviço do outro. Eu, por exemplo, que escolhi a especialidade médica chamada “Medicina do Trabalho” somente poderei exercê-la bem se me colocar como um “Médico do Trabalhador” (e da Trabalhadora). Caso contrário, estarei colocando o meu talento e o meu saber a serviço do capital, cuja ‘história de vida’ – pior: ‘história de morte’ – todos nós conhecemos, e está na raiz histórica das celebrações do 28 de abril e do 1º de maio. Aliás, esta reflexão se aplica a todos nós, profissionais de saúde!

Migrações, refúgio e saúde global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura*

Neste Informe destacamos a abordagem de gênero e as migrações e a nova figura da “mulher global” que vincula a migrante ao trabalho doméstico e aos cuidados. As políticas migratórias adotadas pelos Estados de origem e receptores têm um papel preponderante sobre as configurações que assumem as migrações de mulheres e o “mercado dos cuidados”. A tensão entre dois grupos militares no Sudão, a eminência de uma guerra civil nacional, resultando nos primeiros refugiados à procura de segurança no Chade.

A face feminina das migrações globais⁴⁴

Levar em consideração tanto as questões de gênero quanto as de migração é, nos dias de hoje, uma abordagem frequentemente vista no campo da pesquisa. Ao adotar uma abordagem de gênero fica explícito o interesse pelos processos de distinção e hierarquização existentes entre os sexos. Esse cenário de distinção e hierarquização acaba estruturando organizações coletivas e caminhos individuais, constituindo relações de poder complexas. É por esse motivo que o gênero está presente em todas as maneiras e esferas da migração, afetando homens e mulheres de modos totalmente distintos, quanto aos motivos da partida, as formas de circulação, a segregação dos mercados de trabalho, a administração e manejo de fronteiras, as políticas de migração e integração etc. Porém, esta “evidência” do gênero presente nos fluxos migratórios ainda é relativamente nova.

Na literatura que relaciona gênero e migração, o conceito da “feminização da migração” tornou-se comum durante os anos 90, e agora é frequentemente usado pela mídia e por lideranças políticas. Contudo, esta expressão, ao decorrer dos anos, tornou-se complicada de ser utilizada, por conta dos diversos significados que ela assumiu, mas também devido às inverdades e simplificações que a ela foram atribuídas. Logo, as migrações femininas não podem ser vistas de maneira uniforme, elas são complexas, dinâmicas e possuem um desdobramento multifacetado. Portanto, ao invés de falar da “feminização da migração” como um acontecimento global, seria interessante utilizar a ideia de “bolsões de feminização”.

Alterações de ordem quantitativa vem sendo observadas nos padrões de migração, mas as mudanças qualitativas são o que têm chamado mais atenção. Desde os anos 1990, é possível analisar uma transformação nas formas de deslocamento. As mulheres migram cada vez mais sozinhas, à procura de trabalho, para destinos que estão ficando, pouco a pouco, mais distantes do que eram antigamente. Ocorreu também uma modificação no sentido de dependência, antes elas eram mais dependentes e ao longo do tempo, passaram a ocupar com maior frequência a posição de pioneiras da migração familiar. Nesse processo, são consideradas as principais geradoras de renda para suas famílias, que acabam ficando nos países de origem, desse modo, desafiam as normas instituídas e papéis tradicionais de gênero dentro das famílias e comunidades. Em 2019, considerando todos os trabalhadores migrantes internacionais, cerca de 70 milhões – ou aproximadamente de 41,5% – eram mulheres. E quase 80% dessas trabalhadoras migrantes possuíam emprego no setor de serviços.

⁴⁴ <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-face-feminina-da-migracoes-globais/>

A dedicação do campo feminista sobre a feminização da migração tornou possível modificar o perfil das mulheres migrantes e dissociar da abordagem “universal masculina” da migração. Principalmente, proporcionou apontamentos referente às transformações que estavam e ainda estão em curso nos caminhos das mulheres migratórias e identificou os efeitos mútuos das dinâmicas de mobilidade e de gênero.

Um dos problemas mais comuns de uma abordagem das migrações que deixe de fora as questões de gênero, é a divisão arbitrária entre o fator econômico, que está presente frequentemente na explicação dos fenômenos migratórios e está classicamente ligada ao masculino, e os fatores sociais e culturais, que são normalmente ligados ao âmbito feminino. Esta estrutura conceitual gerou uma classificação da mobilidade fundamentada em um único critério determinado de acordo com o “canal de entrada”: o trabalho, a família ou o direito de asilo; esses elementos apresentam a impossibilidade de dar conta da complexidade dos aspectos que estão na origem da tomada de decisão. Essa lógica simplista e fragmentada, mesmo sendo criticada, permaneceu prevalecendo no discurso e na legislação relacionados a imigração, tendo como desfecho o fato de que, em termos de política oficial, a migração voltada para o reagrupamento familiar não afeta, por exemplo, no mercado de trabalho, independentemente de sua natureza, informal ou doméstico. As mulheres migrantes são vistas somente como companheiras, conectadas a uma esfera privada, realizando no melhor dos cenários, uma atividade não remunerada e, portanto, não contabilizada.

Separar arbitrariamente os aspectos econômicos e sociais, trabalho e família, trajetórias produtivas e reprodutivas, reafirma a persistência de dicotomias simplistas e a inexistência de integração das relações de gênero nas políticas e produções científicas sobre as migrações. Estas visões binárias não deixam claras as motivações das mulheres migrantes para partir. Elas podem chegar a um país por meio de um processo de reunificação familiar e depois sair em busca de emprego, independentemente do setor, seja ele formal ou informal. Em outros cenários, um casamento com uma “esposa estrangeira” pode ser compreendido como um “recrutamento de mão-de-obra” para ocupar uma lacuna de cuidados no lar. Logo, os percursos econômicos e “familiares” estão estreitamente conectados.

Mulheres migrantes trabalhadoras domésticas e dos cuidados

A feminização dos fluxos migratórios e as novas modalidades neoliberais de trabalho feminino geraram uma nova figura de “mulher global”, vinculada ao trabalho doméstico e aos cuidados. A construção dessa imagem se dá, principalmente, pela clássica identificação entre mulheres migrantes e trabalho doméstico, o que reflete a realidade em algumas regiões: na América Latina, por exemplo, cerca de 60% das migrantes internas eram trabalhadoras domésticas. A Organização Internacional do Trabalho também identificou, em 2015, que uma em cada seis trabalhadoras domésticas no mundo era migrante internacional.

O chamado trabalho de “reprodução social” teve, com os processos de liberalização econômica, uma maior mercantilização e informalização em regiões periféricas. Nos países do sul global, por exemplo, a retração econômica, o desemprego e o aumento da pobreza, resultantes das políticas neoliberais, intensificou o trabalho doméstico de mulheres e as levou a buscar fontes de renda a partir da migração. Ao mesmo tempo, ocorre um movimento do aumento da demanda por trabalhos de cuidado em países de alta renda, principalmente pelo envelhecimento da população e o declínio das políticas sociais, o que gerou um fluxo de mão de obra de mulheres migrantes de zonas periféricas para o centro, numa espécie de “divisão internacional do trabalho reprodutivo”.

Cadeias globais e fuga dos cuidados

O artigo se debruça, então, sobre a tese das “cadeias globais do cuidado”, elaborada por Arlie Hochschild, que desenvolve a ideia de um fluxo internacional de trabalhadoras do cuidado de países pobres para países ricos, os quais enfrentam uma escassez de mão de obra. Essas migrações internacionais levariam, conseqüentemente, a uma elevação nos fluxos migratórios internos para satisfazer as novas necessidades criadas em termos de cuidados. Assim, o valor do trabalho ao fim das cadeias seria cada vez menor.

Aponta-se uma grande conquista dessa tese, ao trazer à luz as questões de mulheres trabalhadoras migrantes e as relações hierárquicas de cuidado no mundo. Contudo, a teoria proposta pela acadêmica tem fragilidades. Em primeiro lugar, o fluxo migratório de mulheres não é unidirecional, do sul ao norte global, como sugerido por Hochschild. Além disso, não foram consideradas maiores especificidades de raça, classe e condições de trabalho, que são variáveis. Por fim, não se podem excluir fatores como a desqualificação da mão de obra do sul global em relação ao norte, além da discriminação e xenofobia, o que acaba impondo o trabalho doméstico e sexual como formas de obtenção de renda para mulheres migrantes ao passo que não acessam o mercado de trabalho formal.

Políticas migratórias dos Estados do Sul e o “mercado dos cuidados”

As políticas migratórias adotadas pelos Estados de origem e receptores têm um papel preponderante sobre as configurações que assumem as migrações de mulheres e o “mercado dos cuidados”. Em geral, regiões em fase de desenvolvimento econômico, como países do Oriente Médio, houve a criação de políticas específicas de imigração de trabalhadoras, ao passo que as mulheres locais passaram a ingressar no mercado de trabalho. Já no sul global, em sua maioria, países adotam políticas restritivas de imigração de trabalhadoras, fazendo com que ocupem a posição de mão de obra barata e tenham maior dificuldade de acessar direitos e a cidadania no país de destino.

Refugiados do Sudão

O ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, alarmou sobre o aumento da violência no Sudão, resultando nos primeiros refugiados à procura de segurança no Chade. Nos últimos dias, cerca de 10 a 20 mil pessoas fugiram do conflito na região sudanesa de Darfur para buscar refúgio no país vizinho.⁴⁵ A maioria dos que chegam são mulheres e crianças, que atualmente estão se abrigando ao ar livre. O ACNUR está trabalhando em colaboração com o Governo do Chade e seus parceiros para avaliar suas necessidades e preparar uma resposta conjunta.⁴⁶

As necessidades iniciais e mais prementes são água, comida, abrigo, assistência médica, proteção infantil e prevenção da violência de gênero. Devido à violência sofrida por aqueles que atravessam a fronteira, o apoio psicossocial também é prioridade. O ACNUR está auxiliando as autoridades do Chade no registro dos recém-chegados. Ademais, junto aos seus parceiros, está coordenando atividades de proteção e monitoramento de fronteiras nos principais pontos de entrada.

O leste do Chade hoje abriga mais de 400 mil refugiados do Sudão e os recém-chegados estão sobrecarregando ainda mais os serviços e recursos públicos do país. Já foram registrados

⁴⁵ <https://www.unhcr.org/news/unhcr-gravely-concerned-refugees-fleeing-fighting-sudan-arrive-chad>

⁴⁶ <https://www.unhcr.org/news/unhcr-gravely-concerned-refugees-fleeing-fighting-sudan-arrive-chad>

relatos de refugiados capturados nos combates em andamento no Sudão.⁴⁷ “É urgente que o conflito pare para evitar a perda de mais vidas. Reiteramos nosso apelo para que todas as partes protejam os civis, incluindo refugiados e deslocados”, disse Raouf Mazou, Alto Comissariado Adjunto para Operações do ACNUR.⁴⁸

Sudão em risco de guerra civil⁴⁹

Recentemente, uma tensão entre dois grupos militares no Sudão vem emergindo: o próprio exército e o grupo paramilitar RSF. No final de 2021, esses dois grupos protagonizaram um golpe no governo civil do Sudão. Hoje, estão disputando a capital e outros territórios do Sudão, aumentando a possibilidade de uma guerra civil nacional.

A tensão teve como centelha um plano internacional para uma transição civil, previsto para ser assinado no começo deste mês de abril. Ambos os grupos militares perderiam poder e o RSF teria de ser integrado ao exército – que passaria a estar abaixo do poder civil. Esta situação não agradou os grupos militares.

Quando começou a violência, em 15 de abril (2023), ambos os lados acusaram um ao outro de ter começado as movimentações. Isso pode resultar num conflito com o potencial de desestabilizar toda uma região volátil e com fronteiras porosas, abrangendo o Sahel, o Mar Vermelho e o Chifre da África. É nesse contexto que a Federação Internacional da Cruz Vermelha junto à Sociedade do Crescente Vermelho do Sudão tem agido no país.⁵⁰

Vários relatórios indicam que dezenas de pessoas morreram, com muitos feridos e necessitados de atenção médica. Muitas famílias não conseguem sair de suas casas e estão necessitadas de suprimentos essenciais, que estão acabando nas prateleiras. Há muitos civis presos em escolas e hospitais, precisando de evacuação. Com isso o Crescente Vermelho afirma a dificuldade que se está enfrentando para acessar e fazer chegar saúde no território, devido ao conflito.

⁴⁷ <https://www.unhcr.org/news/unhcr-gravely-concerned-refugees-fleeing-fighting-sudan-arrive-chad>

⁴⁸ <https://www.unhcr.org/news/unhcr-gravely-concerned-refugees-fleeing-fighting-sudan-arrive-chad>

⁴⁹ <https://www.cbc.ca/news/world/sudan-violence-explainer-1.6812990>

⁵⁰ ifrc.org/article/sudan-internal-violence-sudanese-red-crescent-society-and-ifrc-teams-responding

Oito bilhões de vidas, possibilidades infinitas e a defesa de direitos e escolhas

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

UNFPA

Com 8 bilhões de pessoas, a população mundial é a maior que já existiu. Neste momento demográfico marcante, pode ser tentador concluir que a dinâmica populacional é a causa raiz de vários desafios que se cruzam no mundo. Alguns culpam os recursos cada vez menores e os conflitos violentos por haver "muitos" de nós; outros temem que a queda nas taxas de natalidade deixará o planeta sem pessoas, com "muito poucos" para sustentar a vida como a conhecemos.

No entanto, o mundo é também um lugar de ansiedade e incertezas. Desafios como as mudanças climáticas, turbulência econômica, conflitos e a pandemia de COVID-19 nos levaram a uma encruzilhada, onde a ameaça de um futuro pior para a humanidade parece tão possível quanto a promessa de um futuro melhor.

Um mundo com "muitos".

Um mundo com "muito poucos".

Qualquer uma das opções parece levar a apenas um caminho: medo, culpa e controle. Mas a verdade é que as pessoas nunca foram o problema.



Questões demográficas

A população humana sempre passou por transformações. A cada momento de mudança demográfica, os alarmistas populacionais torcem as mãos, alertando contra "booms" ou "quedas" populacionais. Ainda assim, apesar das previsões frequentemente repetidas de colapso social, a história deixou claro que a humanidade pode não apenas sobreviver à mudança populacional – mas prosperar por causa disso.

Isso não significa que as tendências populacionais não sejam importantes. E precisamente por serem tão importantes as narrativas simplistas e superficiais de "muitos" ou "muito poucos" deve ser superada. O risco que essas narrativas representam é considerar as taxas de fecundidade como um problema a ser resolvido, reduzindo o corpo da mulher a campo de batalha político e negando seu direito à autonomia. Mas como combater o alarmismo populacional e salvaguardar os direitos reprodutivos e as escolhas para o futuro?

O problema com 'muito'

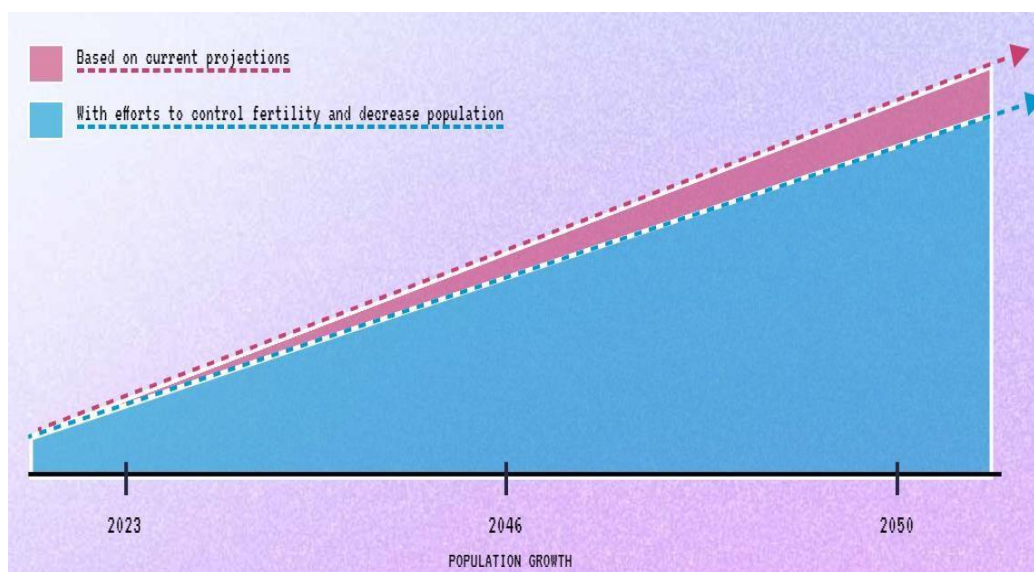
De acordo com os alarmistas da população, o mundo está invadido e prestes a explodir. Políticos, especialistas da mídia e até alguns acadêmicos afirmaram que os desafios globais, como instabilidade econômica, mudanças climáticas e guerras por recursos, podem ser atribuídos à superpopulação – demanda excessiva e oferta insuficiente.

Eles expõem um quadro de taxas de natalidade fora de controle, geralmente direcionando críticas às comunidades pobres e marginalizadas que há muito tempo são

retratadas como reproduzindo de forma imprudente, apesar de fazerem as menores contribuições para questões como a destruição ambiental e mudanças climáticas. Esta narrativa simplifica demais questões complexas e causa danos reais.

Quais são os fatos?

1. Expectativa de Vida - A expectativa de vida global atingiu 72,8 anos em 2019 – um aumento de quase 9 anos desde 1990. Espera-se ainda que ela chegue a 77,2 anos até 2050. Isso é algo a ser comemorado.
2. Crescimento Populacional - A maior parte do aumento projetado na população global até 2050 será impulsionado pelo crescimento passado. Isso significa que novas ações dos governos destinadas a reduzir a fertilidade farão pouco para diminuir o ritmo de crescimento entre agora e 2050.

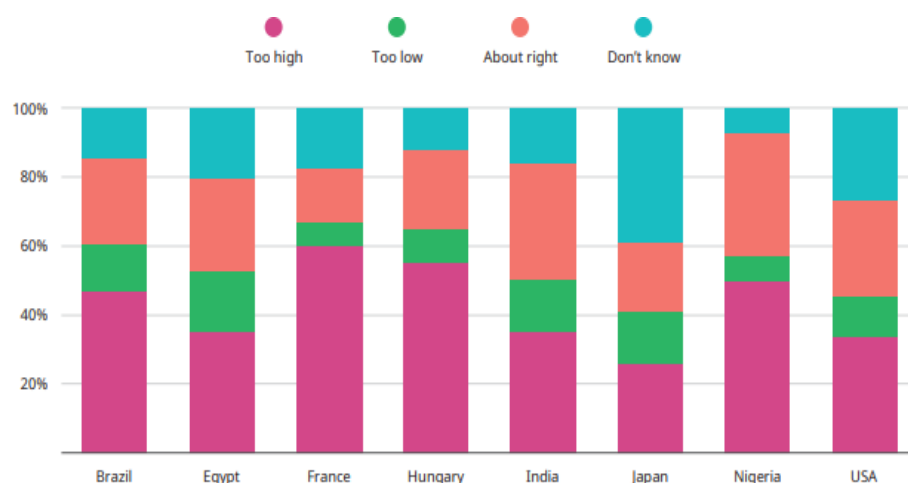


3. Emissões - Metade de todas as emissões vem dos 10% mais ricos da população mundial e, portanto, confundir o aumento das emissões com o crescimento populacional é um erro.

Talvez o resultado mais alarmante da narrativa do “muitos” seja que, ao culpar uma população crescente por questões globais, sugere-se que alguns valem mais a vida do que outros. Que alguns merecem sobreviver e se reproduzir, enquanto outros não. E a história já mostrou que esse pensamento leva a humanidade a um caminho sombrio.

Vozes de 'MUITOS' - Em uma pesquisa com quase 8.000 pessoas em oito países (Brasil, Egito, França, Hungria, Índia, Japão, Nigéria e Estados Unidos), a visão mais comum era que a população mundial atual era muito grande.

Figura - Visão sobre as taxas de fertilidade global



Fonte: UNFPA/YouGov survey, 2022.

Mudando a Narrativa

- **População crescente ameaça o planeta: estamos condenados?**
- Os menos responsáveis e mais afetados: como as mudanças climáticas prejudicam os mais vulneráveis do mundo?
- **Identidade nacional ameaçada pelo fluxo de migrantes.**
- Sociedades inclusivas são fundamentais para desenvolver a resiliência demográfica.
- **Para parar a mudança climática, tenha menos filhos.**
- Para frear a crise climática, as corporações devem reduzir urgentemente as emissões

Não é preciso acreditar na narrativa de que os corpos das mulheres e as escolhas reprodutivas são o problema ou a solução para a “superpopulação”. É importante reforçar que as escolhas individuais são fundamentais, além da adoção de uma abordagem de justiça sexual e reprodutiva para apoiar todas as formas de progresso humano.

Isso significa focar em investimentos em educação, saúde, energia limpa e acessível e trabalhar pela igualdade de gênero, ao invés de tentar reduzir o número de pessoas no planeta.

O problema com 'poucos'

Pode parecer confuso que os temores de uma “crise de subpopulação” estejam aumentando quando a população mundial mais do que dobrou em apenas 50 anos e a taxa de fertilidade global permanece acima do chamado “nível de reposição” de 2,1 nascimentos por mulher. Alguns começaram a soar o alarme que, se isso continuar, países inteiros ou até mesmo a própria população humana pode “colapsar”.

Quais são os fatos?

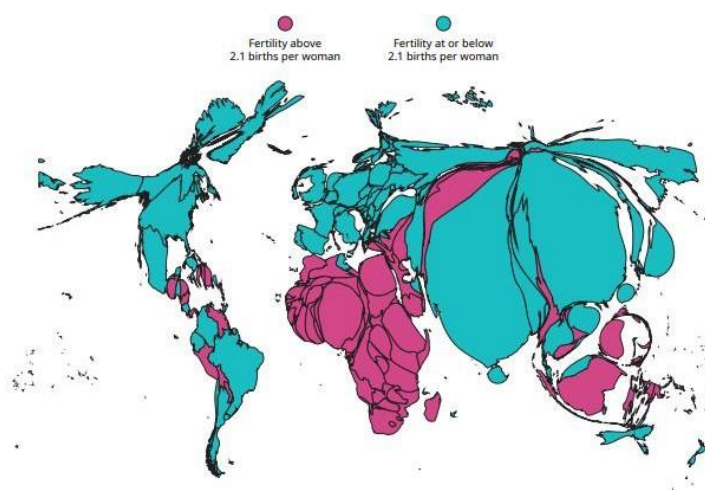
1. População - Hoje, a única região do mundo que se espera que experimente uma diminuição geral da população no prazo imediato (entre 2022 e 2050) é a Europa, onde se espera um crescimento menor que 7%. As populações de outras regiões – no centro, sul e sudeste da Ásia, América Latina e Caribe e América do Norte – devem continuar crescendo até atingir seu pico antes de 2100.

Figura: Aumento ou diminuição da fertilidade por região



Fonte: UNFPA, 2023.

Figura: Mapa de fertilidade mundial por país e território, considerando o tamanho da população



Fonte: UNFPA, 2023.

Cerca de 2/3 da população mundial vive em países onde a fertilidade total está abaixo da média global de 2,1 filhos por mulher.

2. Imigração - Taxas de crescimento de fertilidade abaixo de zero existem em muitas partes do mundo desde a década de 1970, sem declínio concomitante na população. Isso ocorre porque muitos desses países têm imigração.

De fato, nas próximas décadas, prevê-se que a migração se torne o único motor do crescimento populacional em países de alta renda.

Em ensaio publicado na revista *Alternatives Sud*, com o tema *Migração em todos os gêneros*, Aurélie Leroy e outros autores abordam como o gênero se desdobra em todos os estágios da migração, afetando homens e mulheres de forma diferente quanto às razões da partida, os tipos de circulação, a segregação dos mercados de trabalho, a gestão de fronteiras, as políticas de migração e integração etc. Também, a falta de dados estatísticos é reveladora. A primeira avaliação global da proporção de mulheres migrantes, fornecida pela UNFPA só ocorreu em 1998. As mulheres migrantes ficam no segundo plano, nos papéis sociais das mães e esposas, seguidoras e dependentes, e não protagonistas e autônomas. Econômica e

politicamente, elas o papel dessas mulheres é insignificante ([A Face Feminina das Migrações Globais](#)).

3. Fertilidade - Em todo o mundo, a fertilidade caiu de uma média de 5 nascimentos por mulher em 1950 para 2,3 nascimentos por mulher em 2021, uma indicação do crescente controle que os indivíduos – particularmente as mulheres – podem exercer sobre suas vidas reprodutivas. Prevê-se que a fertilidade geral caia para 2,1 nascimentos por mulher até 2050.

Mudando a Narrativa

- **Taxas de natalidade despencam e ameaçam a segurança nacional.**
- Os jovens querem filhos, mas não podem pagar por eles. Como as sociedades podem ajudar?
- **Sociedades envelhecendo: a próxima bomba-relógio demográfica do mundo.**
- O mundo se alegra com o aumento da expectativa de vida e os idosos podem desfrutar de uma saúde melhor.
- **Taxas de natalidade caem à medida que as mulheres rejeitam a maternidade em números recordes**
- O desejo das mulheres pela maternidade é prejudicado pela discriminação de gênero implacável.

Apesar dos temores de que em breve haverá “muito poucas” pessoas para sustentar as economias, serviços e sociedades, os especialistas dizem que a queda nas taxas de natalidade não significa desastre. Em vez disso, são marcas da transição demográfica e se correlacionam com o aumento da expectativa de vida.

Desde 1950, a expectativa de vida média global aumentou quase 28 anos (de 45,51 em 1950 para 73,16 em 2023), acompanhada por um declínio na fertilidade global. Esses desenvolvimentos são uma indicação do crescente controle que os indivíduos, particularmente as mulheres, podem exercer sobre suas vidas reprodutivas – e como a qualidade de vida melhora com o acesso a direitos e escolhas.

Direitos e escolhas são os pontos chaves

É direito básico de todo indivíduo decidir livremente o número e o espaçamento entre seus filhos. Como sociedade global, deve-se garantir a capacidade de tomar decisões sobre a saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminação, coerção e violência. Os serviços de saúde devem ajudar a garantir essas metas reprodutivas, serem acessíveis e atender aos padrões internacionais de qualidade. Garantir esses direitos é essencial, especialmente para as mulheres, cujos corpos há muito são usados como ferramentas para afirmar o controle social, político ou religioso.

Intervenções destinadas a influenciar as taxas de fertilidade, sejam elas altas ou baixas, nunca são a resposta, uma vez que essas taxas não são inerentemente boas nem más. Com a abordagem certa, sociedades resilientes podem prosperar, qualquer que seja sua taxa de fertilidade.

Resiliência demográfica - qualidade ou estado de ser capaz de se adaptar e prosperar em meio a mudanças demográficas.

Como as Mulheres se sentem sobre suas escolhas reprodutivas?

Na realidade, a fertilidade pretendida pelas mulheres muitas vezes não corresponde à fertilidade alcançada. Quando as taxas de natalidade se movem para altos ou baixos extremos, isso pode ser um sinal de alerta de que as escolhas reprodutivas das mulheres estão sendo direcionadas em uma ou outra direção – com profundas consequências para seus corpos, futuros, famílias e comunidades.

É importante ressaltar que o número de filhos que as mulheres desejam ter costuma ser omitido nas conversas sobre taxas de natalidade. Quando se elaboram políticas populacionais sem considerar o que os indivíduos desejam para seus corpos e futuros, perde-se um ponto central: para que uma população seja o mais saudável possível e capacitada para contribuir, inovar e prosperar, seu povo deve desfrutar – como pré-condição – do cumprimento de seus direitos e escolhas.

Mudando a Narrativa

- Como podemos prevenir o envelhecimento da população?
- Como podemos garantir que os idosos sejam apoiados ao longo de suas vidas?
- Como podemos fazer as mulheres terem mais filhos?
- Como podemos apoiar as mulheres em suas escolhas reprodutivas?
- Como podemos impedir que as populações mudem?
- Como podemos antecipar melhor as mudanças populacionais para desenvolver sociedades resilientes?

A pergunta que se deve fazer não é se há pessoas demais ou de menos no planeta, mas se todos os indivíduos estão preparados para prosperar e exercer seu direito humano básico à autonomia sexual e reprodutiva. Atualmente, apenas uma proporção da humanidade tem acesso a esses direitos.

Deve-se defender um mundo em que cada indivíduo seja livre para escolher seu futuro reprodutivo – um mundo em que os países constroem resiliência demográfica adaptando-se às mudanças populacionais, em vez de tentar controlá-las. É importante que os países entendam que as tentativas de restringir os direitos reprodutivos não funcionam. Em vez disso, essas intervenções causam danos e prejudicam as sociedades como um todo, especialmente mulheres, meninas e grupos marginalizados.

Um futuro de 8 bilhões de pessoas exige que se perceba o potencial de todas elas, independentemente de gênero, etnia, nacionalidade ou deficiência, para que cada indivíduo possa contribuir para o nosso futuro coletivo. Um futuro de possibilidades infinitas.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar o relatório interativo, [clique aqui](#). Para acessar o vídeo, [clique aqui](#).

A transformação dos sistemas alimentares na agenda do B20, em 2023: Quais as discussões e propostas do setor produtivo?

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana**

Nos dias 20 e 21 de abril de 2023, em paralelo às discussões do G20, sobre a coordenação da Índia e secretariado pela Câmara Indiana de Indústrias, foi realizado o Diálogo Global sobre a Transformação de Sistemas Alimentares 51.

Em parte, a iniciativa também responde ao chamamento feito no âmbito da Cúpula das Nações Unidas para Sistemas Alimentares de 2021 para enfrentar a situação global em que existem perdas de aproximadamente um terço da produção de alimentos enquanto 800 milhões de pessoas passam fome e 3 bilhões estão desnutridas. A resposta a esses desafios, deve ser enfatizado o papel central dos sistemas alimentares contribuírem mais efetivamente para o alcance dos compromissos da agenda 2030, considerando, por um lado, as mudanças nas preferências dos consumidores e a crescente urbanização global e, por outro, a depleção de recursos naturais relacionados aos modelos atuais de produção.

Na perspectiva do setor de negócios, é importante o reconhecimento da necessidade de uma abordagem holística e multidimensional dos sistemas alimentares, ao contrário da tradicional abordagem de produção e de mercados, para os sistemas alimentares para enfrentar os problemas complexos relacionados à agricultura e os espaços alimentares na atualidade. Assim, nas palavras dos organizadores, o grande objetivo a ser alcançado globalmente deve ser a provisão de alimentos nutritivos, acessíveis financeiramente e sustentáveis e contribuindo para o alcance dos ODS com base em uma visão de pessoas, do planeta e da prosperidade a partir do engajamento das indústrias nos países do G20, compartilhamento de experiências exitosas e a construção de redes colaborativas e de parcerias.

O Diálogo Global buscou engajar atores chaves nos países do G20, incluindo líderes do setor industrial, diplomatas, representantes governamentais (autoridades, agências regulatórias e outras instituições públicas), veículos de mídia, academia e consultorias de impacto social, para moldar o futuro dos sistemas *think tanks* alimentares a partir do compartilhamento de modelos exitosos de transformação dos sistemas alimentares e sua relação com tópicos como nutrição, ciência de dados, agroecologia, desperdícios de alimentos, desperdício de alimentos, economia circular, inovação e segurança de alimentos, entre outros, em uma série de painéis temáticos.

Contudo, causa preocupação o fato de que grande parte dos financiadores do evento são empresas transnacionais ligadas aos sistemas alimentares hegemônicos, tais como a Herbalife (fabricante de suplementos alimentares), DSM (fabricantes de vitaminas e suplementos), Unilever (fabricante de alimentos ultraprocessados) e Corteva (fabricante de produtos químicos agrícolas e sementes), colocando em dúvida o alcance das mudanças que poderiam ser propostas. Outro problema na governança do evento foi a grande ausência de instituições da sociedade civil local e internacional e limitada participação da academia,

⁵¹ <https://face-cii.in/global-dialogue-on-fst/>

enquanto predominavam representantes diretos do setor privado e acadêmicos e organizações associadas a este setor.

Considerando os temas tratados nas sessões desse Diálogo Global, no campo da segurança dos alimentos, há grande preocupação com os mercados informais, que são reconhecidos como estratégias fundamentais para garantir o acesso a alimentos locais frescos, diversificados e saudáveis que estejam harmonizados com os padrões de segurança preconizados pelo Codex Alimentarius e traduzidos para a regulação nacional. Além disso, foram previstas discussões sobre a governança dessas ações, incluindo a abertura de possibilidades para parcerias público-privadas. Apesar do potencial e relevância desse tema, há dúvidas em relação a diversos pontos nessa agenda, principalmente no tocante à aplicação de padrões higiênico-sanitários sem considerar as condições locais e os atores envolvidos e a sua necessidade de apoio técnico e financeiro, de capacitação e de espaços de participação social, visto que o próprio Codex não diferencia pequenos de grandes produtores e revendedores e isso frequentemente se reflete nas legislações sanitárias nacionais. Além disso, a temática de redução dos desperdícios deve estar também fortemente incorporada na agenda dos mercados informais.

No campo das carências de micronutrientes, como a anemia, que causam ainda são responsáveis por mortes e adoecimento e comprometem o alcance do pleno potencial dos indivíduos, na medida em que se estabelecem desde a infância, inclusive durante a gestação. Para tanto, é reconhecida a importância de trabalhar em múltiplos componentes, tais como a diversificação das dietas, a suplementação de micronutrientes e a fortificação de alimentos, conforme preconizados pela OMS, FAO e Unicef. Vale a pena destacar, todavia, que frequentemente a principal estratégia de redução das carências nutricionais, a promoção do acesso a alimentos nutritivos, não é tratada como tal, sendo priorizadas medidas como a suplementação sem considerar que, numa abordagem holística de sistemas alimentares, é primeiro necessário garantir a produção, a distribuição, o acesso e o consumo de alimentos locais frescos e diversificados. Outra questão, não tratada nessa temática, são os riscos representados pela fortificação voluntária de alimentos ultraprocessados, que leva a informações conflitantes aos consumidores sobre a saudabilidade dos produtos e contribuem para que substituam alimentos saudáveis como fontes de micronutrientes.

Outro tema, de transformação dos sistemas de produção a partir de práticas agroecológicas, deve estar no centro da transformação nos sistemas alimentares para promover uma produção saudável e diversificada, reconciliando biodiversidade, regeneração, produtividade e sustentabilidade. Nesse sentido, é destacado o papel da ampliação e compartilhamento de conhecimentos sobre esses modos de produção e da participação dos negócios e instituições financeiras na valorização das práticas agroecológicas para além de nichos específicos, configurando maior escala e oportunidades que liguem a natureza aos sistemas de produção. Numa visão otimista dos organizadores, a integração com o setor agrícola e de alimentos poderia criar novas oportunidades, aprimorando o sistema de produção, reduzindo os riscos das cadeiras de suprimentos e convertendo a força transformativa dos sistemas agroecológicos em mudanças institucionais. Contudo, as lógicas dos sistemas agroecológicos e dos sistemas financeiros são muito diferentes em muitos aspectos e há dúvidas sobre a possibilidade de conciliar interesses e trajetórias que muitas vezes são antagônicas. Isso se reflete em aspectos não tratados dessas questões, como a necessidade de incorporar simultaneamente as iniquidades sociais e um discurso mais ampliado de sustentabilidade, abandonando o paradigma de crescimento e redefinindo também o papel dos alimentos,

padrões alimentares e estilos de vida a partir de princípios que sobreponham a suficiência deve se sobrepor à eficiência, assim como a regeneração sobre a extração, distribuição sobre a acumulação, a comunalidade sobre a propriedade privada e a atenção sobre o controle 52.

Proseguindo nas agendas temáticas, foram tratados sistemas limpos de produção de alimentos, reconhecendo que o setor agrícola é um dos grandes contribuidores para emissão de gases de efeito estufa, particularmente na pecuária, seguida dos fertilizantes sintéticos, reconhecendo que o alcance dos objetivos da Agenda 2030 depende muito de mudanças nesse setor. Para tanto, são demonstrados, primeiramente, os impactos ambientais associados aos modelos de produção hegemônicos, enquanto as soluções propostas também são predominantemente ligadas a esses mesmos modelos, como parcerias público-privadas para novas tecnologias e inovações, buscando ligar a mitigação das mudanças climáticas e maiores oportunidades de comércio global. Assim, as soluções propostas envolveram a cooperação para edição genômica, processamento de alimentos, técnicas de embalagem, rastreabilidade, aumento da vida de prateleira de produtos e a redução de desperdícios, ou seja, colocando as tecnologias do sistema alimentar hegemônico como soluções para os problemas causados por este mesmo sistema, inclusive ignorando as discussões do outro painel, de agroecologia, como as verdadeiras promotoras de transformação nos sistemas alimentares.

Ligada também às novas tecnologias, outro painel tratou do ecossistema digital e do uso de informações desde as fazendas até a distribuição, venda e consumo. Apesar do inegável papel da informação aos sistemas alimentares, o uso de tecnologia da informação vem sendo capturado por indústrias do agronegócio (sementes, agroquímicos, maquinário), configurando um dos próximos grandes nichos de poder nos sistemas alimentares e convertendo-se em mais um commodity, a partir do qual se ampliam as relações de dependência dos produtores em relação aos produtores de insumos. Além disso, as informações são vistas como instrumentos para facilitação do comércio global e não no seu papel de transformação da produção local. Dessa forma, a abordagem foi na contramão da necessidade de ampliação de pesquisas, produção e compartilhamento livre de informações que são precisos para combater a fome global, reduzir os impactos ambientais da produção de alimentos e aumentar a escala de modelos alternativos de produção, como a própria agroecologia.

Em outro painel, de alguma forma ligado à governança dos sistemas produtivos, novamente predomina a visão utilitarista da integração dos pequenos produtores aos mercados, como forma de contemplar as necessidades dos grupos de baixa renda inclusive na provisão de bens e serviços e garantir renda e preços equitativos. Essa visão é bastante frágil, pois claramente ignora as relações de poder envolvidas nessas possíveis interações, nas quais as políticas de preços são definidas pelas corporações e não pelos produtores e que trabalha a questão da integração dos indivíduos como consumidores e não detentores dos meios de produção, sem envolvê-los nos processos decisórios.

Por fim, o último dos painéis, no qual participaram representantes do Ministério da Saúde do Brasil e da Fiocruz, tratou da nutrição dos adolescentes a partir de uma abordagem integrada e sustentável e por isso será dado maior detalhamento a essa parte do Diálogo Global. Inicialmente, devido ao conhecimento prévio do perfil dos organizadores e financiadores, houve grande dúvida sobre a participação brasileira no evento, entretanto a organização técnica do painel pelo *Global Child Nutrition Foundation* enfatizou a importância da experiência nacional para o debate global e da liberdade para apresentação da visão brasileira sobre ambientes

⁵² <https://www.nature.com/articles/s41893-022-00933-5>

alimentares saudáveis e estratégias para implementá-los. Após consideração dos prós e contras da participação, tanto o Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA) da Fiocruz quanto da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde decidiram participar visando usar a oportunidade para reforçar questões que não estariam na agenda sem sua participação, como os problemas relacionados ao consumo de alimentos ultraprocessados e a importância de políticas regulatórias e fiscais para proteger crianças e adolescentes a partir de ambientes alimentares saudáveis.

Nas palavras de abertura pela representante das indústrias da Índia, buscou-se uma abordagem mais ampliada, enfatizando o papel da juventude na saúde planetária e na transformação dos sistemas alimentares, reforçando o desafio da carga de doenças principalmente nos países de renda baixa e média que leva a um ciclo intergeracional de pobreza e adoecimento que precisa ser rompido. Além disso reforçou que a saúde das populações é um dividendo para os países, na medida em que pessoas doentes significam também menor produtividade e a boa nutrição tem impactos sobre a economia e sobre a prosperidade das populações.

Em seguida, a representante regional do Unicef destacou que a nutrição dos adolescentes precisa ser abordada considerando a tripla carga da má nutrição, considerando problemas como desnutrição, anemia e excesso de peso que acometem simultaneamente grande parte do mundo. Para ela, é fundamental, portanto, considerar os ambientes alimentares são causadores de todas essas formas de má nutrição e que a autonomia individual só pode impactar esses desfechos quando os ambientes apoiam decisões saudáveis e sustentáveis. Nesse sentido, as principais barreiras à alimentação saudável, incluem o preço dos alimentos, a inexistência de mercados e estabelecimentos com alimentos saudáveis e a predominância de alimentos ultraprocessados no mercado local. Em resposta a esses desafios, segundo ela, é preciso traduzir as evidências em ações para criar e manter ambientes alimentares saudáveis, reconhecendo que governos têm um papel central na regulação e na implementação de políticas, mas não podem atuar sozinhos, e que as intervenções efetivas são baseadas em boas dietas, bons serviços e boas práticas ligando sistemas alimentares, saúde, educação e água e saneamento.

A sessão prosseguiu com a apresentação de estudos de casos de países: a alimentação escolar e educação nutricional no Japão, programas comunitários de nutrição para adolescentes na Índia e políticas para a promoção de ambientes escolares saudáveis no Brasil. Alguns dos principais destaques para as políticas japonesas foram a articulação entre a educação alimentar e nutricional e a alimentação escolar, bem como a oferta predominante de alimentos da cultura alimentar local, vinculando o ensino à prática e retirando, ao longo do tempo, os alimentos estranhos à dieta tradicional japonesa das escolas. Depois, a experiência indiana destacou a abordagem comunitária de educação e oferta de alimentos fontes como estratégias para a prevenção e controle da anemia em adolescentes, principalmente do sexo feminino, destacando o protagonismo juvenil da agenda. Em relação ao Brasil, foi destacado como os compromissos internacionais assumidos pelo país na agenda de nutrição podem impulsionar as agendas nacionais e que as ações intersetoriais no contexto escolar devem aliar educação nutricional, oferta de alimentos saudáveis e vinculação com os serviços de saúde, a exemplo das experiências no Programa Nacional de Alimentação do Escolar que incluem a previsão de compras de alimentos de agricultores familiares locais, o estabelecimento de parâmetros nutricionais para os alimentos e refeições priorizando alimentos in natura e minimamente processados e permitindo menos participação de alimentos ultraprocessados e o uso das

contracapas dos livros escolares para comunicar mensagens do Guia Alimentar para a População Brasileira.

No momento seguinte da sessão, um painel de especialistas discutiu diferentes estratégias para o desenvolvimento de uma abordagem integrada para um ecossistema sustentável para assegurar um futuro saudável para os adolescentes a partir de ambientes escolares saudáveis. Primeiramente, uma cientista representando as indústrias de alimentos e bebidas trouxe a necessidade de uma abordagem de sistemas, baseada na integração de ações e na sustentabilidade, para a saúde e nutrição dos adolescentes e destacou como essa agenda está integrada às políticas climáticas, chamando para um capitalismo e marketing responsáveis e para mais parcerias público-privadas. Contudo, ao tratar da disponibilidade de alimentos, trouxe o tradicional discurso da necessidade de equilíbrio nas escolhas, colocando grande peso na situação atual de doenças crônicas associadas à alimentação inadequada no conhecimento das pessoas sobre saúde, para que julguem adequadamente alimentos saudáveis e não-saudáveis, sejam capazes de compreender as informações nutricionais dos alimentos e saibam localizar pontos de venda de alimentos locais.

Na segunda fala do painel, por um representante da Food Future Foundation, foram destacadas políticas mais efetivas como os programas de alimentação escolar, a rotulagem nutricional frontal e a promoção de ambientes alimentares saudáveis, enquanto reforçou que a educação nutricional tem baixo impacto nas escolhas alimentares em ambientes que não são promotores de escolhas saudáveis. Como parte dessa participação também houve um espaço para depoimento de um representante da juventude, que destacou o momento atual em que a internet e influenciadores digitais tomaram o lugar da educação alimentar e nutricional, promovendo o consumismo e rompendo com a relação entre hábitos, cultura e ambiente alimentar e que é preciso trazer maior protagonismo aos jovens na alimentação, desde aprender a plantar e cozinhar até participar na discussão das políticas.

Na última fala do painel, pelo OBHA/Fiocruz, buscou-se trazer um relato das evidências e das políticas brasileiras e de outros países da América Latina para a promoção de ambientes alimentares saudáveis nas escolas. Como introdução, foi reforçado que o futuro das dietas saudáveis está diretamente relacionado à construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes, que promovam dietas baseadas em alimentos in natura e minimamente processados e restringindo ultraprocessados, como formas de combater a síndrome global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas associadas aos sistemas alimentares hegemônicos.

Partindo dos sistemas alimentares para o ambiente escolar, destacou-se que é fundamental que este seja protegido e que promova uma alimentação saudável, incluindo a adoção de políticas regulatórias e fiscais (tais como taxação de alimentos ultraprocessados e subsídios para alimentos frescos e minimamente processados, regulação da publicidade de alimentos, regulação da venda de alimentos nas escolas e aprimoramento da rotulagem nutricional), além de ações de educação e informação nutricional, reformulação de alimentos e com destaque para políticas de promoção da produção local de alimentos (agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana) atrelados a políticas de compras públicas de alimentos (a exemplo das compras de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar). Apesar de não serem bem recebidas pelo setor produtivo, reforçou-se que muitas dessas medidas, particularmente no campo da regulação e taxação, são amparadas por evidências crescentes e apoiadas inclusive por instituições como o Banco Mundial e pela OECD. Além disso, há grande quantidade de políticas nacionais que incorporaram essas estratégias de maneira exitosa na

América Latina, como a taxação de bebidas adoçadas, a regulação da publicidade infantil, a regulação da venda de alimentos em escolas e a rotulagem nutricional frontal de advertência.

Na segunda metade da fala do OBHA, foram destacadas mensagens às indústrias de alimentos para que participem efetivamente das transformações necessárias. Primeiro, em relação à reformulação de alimentos, diferenciou-se a reformulação mais necessária, baseada no foco nos ingredientes naturais no lugar dos aditivos alimentares e outros ingredientes industriais, enquanto a reformulação que está sendo priorizada, baseada na redução de nutrientes críticos, como sódio, gorduras e açúcares, tem impacto mais limitado, como uma redução de danos e sua efetividade é ainda menor quando realizada de maneira voluntária. Além disso, em exemplos dessa reformulação baseada em nutrientes, enquanto há alguns benefícios na eliminação de gorduras trans (substituindo-as por gorduras insaturadas) e redução do teor de sódio nos alimentos processados e ultraprocessados, pode haver reformulações indesejáveis como no caso da substituição do açúcar por adoçantes artificiais.

Finalizando a fala brasileira, foi relatado o que as indústrias podem mudar em relação à abordagem da oferta de alimentos, nos seus custos, no uso de tempo e produção de ingredientes culinários e na publicidade, tendo em vista o importante papel de cada um na determinação das escolhas alimentares por crianças, adolescentes e adultos. No campo da oferta, enquanto a situação atual é de onipresença e grande variedade de alimentos ultraprocessados, é preciso aumentar o portfólio de opções minimamente processadas e processadas, mudando o foco da reformulação para transformar alimentos ultraprocessados em processados e minimamente processados, utilizando tecnologias para aumentar a vida de prateleira desses produtos sem o uso de aditivos alimentares e focando a redução dos teores de sódio, açúcar e gorduras nos alimentos processados. No âmbito do custo dos alimentos, é preciso que promoções se apliquem a alimentos processados e minimamente processados ao invés dos ultraprocessados, que haja redução do tamanho de porções dos ultraprocessados e que haja incentivo à produção de alternativas menos processadas mais baratas em comparação às ultraprocessadas. Para os ingredientes culinários e uso do tempo, as indústrias precisam atuar na desconstrução da cultura que elas próprias construíram de praticidade dos alimentos ultraprocessados baratos e prontos para o consumo, por meio da oferta de mais opções de alimentos pré-preparados, como os congelados ou embalados à vácuo, que facilitam a elaboração de preparações culinárias sem recorrer aos ultraprocessados. Por fim, no campo da publicidade, é preciso impedir práticas como o uso de elementos infantis nas mensagens, o uso de embalagens de ultraprocessados que se direcionem a crianças, práticas como a venda casada de alimentos ultraprocessados e brinquedos e a utilização de influenciadores digitais para promover produtos e a própria publicidade de ultraprocessados, revertendo os incentivos e a promoção a alimentos processados e minimamente processados.

Atrasos nas falas dos participantes comprometeram o tempo previsto para debates, então a moderadora do painel finalizou a sessão reforçando a importância do engajamento do setor produtivo na agenda de nutrição e no que é necessário para promover transformações nos sistemas alimentares globais com vistas a garantir um futuro saudável e sustentável para os adolescentes.

A participação do B20 nas agendas dos sistemas alimentares é um passo importante para engajamento do setor produtivo, atendendo a um chamamento das Nações Unidas no contexto de diversos compromissos internacionais de nutrição, desde a Década de Ação sobre a Nutrição até a Cúpula de Sistemas Alimentares. Ao incorporar temáticas múltiplas, desde a nutrição até a agroecologia, podem ser abertos espaços de cooperação múltipla, desde que

sejam considerados aspectos como manejo de conflitos de interesses e busca dos interesses públicos de saúde humana e planetária.

Todavia, na configuração do evento, apesar de ser um possível primeiro passo nessa direção, não foi devidamente reconhecido pelo setor privado que os problemas de saúde associados à alimentação inadequada são consequências diretas de ambientes alimentares e a sistemas alimentares que não frequentemente promovem a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis. Além disso, o pouco espaço para especialistas com posições divergentes, bem como de representações da sociedade civil sem vínculos com o setor produtivo comprometeu os espaços de debate e de apresentação de alternativas de fato transformadoras e efetivas para os problemas atuais e suas consequências futuras e em momentos fez desses espaços de replicação dos ideais e interesses corporativos.

Por esses motivos, é primordial, na continuidade desses trabalhos, preservar essas agendas da apropriação e captura pelas indústrias sob sua perspectiva atual, de defesa de transformações por dentro dos sistemas alimentares hegemônicos e não de fortalecimento de estratégias que tirem o foco na monocultura de commodities, na pecuária intensiva e no ultraprocesso dos alimentos, usando o movimento para *blue, green, nutrition* e *social washing*, como tem sido frequente nas interações público-privadas.

Para o futuro, os caminhos precisam ser determinados pelos interesses coletivos e na abordagem de direitos, a partir de uma governança participativa e preservada de conflitos de interesses e guiada por evidências científicas robustas que garantam as transformações necessárias aos sistemas alimentares contemporâneos. Na perspectiva dos adolescentes e crianças, isso é ainda mais crucial na medida em que os aspectos de saúde dizem respeito à reversão da precocidade crescente nas doenças crônicas, a sustentabilidade diz respeito à redução das consequências futuras da inação atual em relação às mudanças climáticas e sua relação com os modos de produção e a inclusão se baseia no reconhecimento de crianças e adolescentes como cidadãos que devem participar dos processos locais, nacionais e globais relacionados aos sistemas alimentares e não como consumidores potenciais. Enquanto isso, reconhecendo o esforço coletivo que é necessário, cabe ao setor privado reconhecer os problemas relacionados ao sistema alimentar e financeiro em que se inserem e promover mudanças que não perpetuem suas consequências ou sejam paliativos e remediar seus danos, e aos governos nacionais e organismos internacionais cabe coordenar esses esforços, com alianças e parcerias estratégicas articulando setores, agendas e atores, colocando no centro sempre a saúde humana e planetária.

Elos perdidos na governança da Inteligência Artificial (IA)⁵³

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard

Lançado neste mês de abril, a publicação de 358 páginas, “Missing links in AI Governance” (tradução livre: Elos perdidos na governança da IA), disponível nos idiomas [inglês](#) e [francês](#), traz pensamentos e proposições de representantes da sociedade civil, academia, área de inovação e formuladores de políticas, em 18 capítulos incluindo temas tais como auditorias terceirizadas de sistemas de IA, ecossistemas de IA socialmente benéficos, DeepFakes,

Figura 1: Capa do livro “Missing links in AI governance” |
Fonte: UNESCO (2023).



alinhamento de IA com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a centralização do poder decisório sobre a IA.

Em novembro de 2021, na 41ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi aprovada a “[Recomendação sobre a ética da Inteligência Artificial](#)”⁵⁴ (SHS/BIO/PI/2021/1).

A Recomendação reconhece que a ética da IA é uma base dinâmica para avaliação e orientação normativa das tecnologias de IA propiciando às sociedades uma referencial para aceitar ou rejeitar essas tecnologias.

O resumo, neste informe, de alguns capítulos do livro da UNESCO em parceria com Mila – Québec Institute of Artificial Intelligence demonstra o dinamismo do campo da

IA que busca identificar e compreender os elos perdidos na governança da IA, fruto de uma compilação de 18 artigos submetidos à chamada aberta realizada pela UNESCO em 2021.

A IA agora faz parte de nossa vida cotidiana. Ela é usada em uma ampla variedade de campos, como saúde, transporte, manufatura e segurança cibernética, impactando a maneira como nos comunicamos, trabalhamos e aprendemos. A IA já oferece oportunidades e apresenta riscos que não eram previstos há apenas algumas décadas, e sua governança se tornou uma prioridade para todos os atores da sociedade, mobilizando o meio acadêmico, os governos, a sociedade civil e as organizações internacionais. Como o desenvolvimento da IA continua a se

⁵³ Licença CC-BY-SA 3.0 IGO: “The present work is not an official UNESCO or Mila publication and shall not be considered as such”.

⁵⁴ Sobre a UNESCO e Inteligência Artificial: <https://www.unesco.org/en/artificial-intelligence?hub=32618>
Acesso em: 24 abr. 2023

⁵⁵ Recomendação disponível nos idiomas [inglês](#), francês, [espanhol](#), chinês, árabe e lituano.

acelerar, seus impactos sobre as sociedades serão ainda mais profundos nos próximos anos. Nesse contexto, conversas globais e inclusivas são essenciais para nos ajudar a esclarecer esses desafios e a idealizar novas maneiras de compreendê-los e enfrentá-los (UNESCO, 2023, p.11).

O primeiro capítulo “Change from the outside: towards credible third-party audits of AI systems” trata da credibilidade de auditorias terceirizadas em sistemas de IA. Os autores propõem sete intervenções: 1) proteções jurídicas para o acesso de auditores terceirizados ao sistema de IA; 2) acreditação de auditores de IA; 3) desenvolvimento de padrões de para produtos de IA; 4) relato de incidentes prejudiciais à IA; 5) divulgação pública obrigatória do uso de sistemas de IA; 6) mudança de estrutura para além da tendência da IA em causar danos; e 7) mecanismos de responsabilização (*accountability*) para garantir respostas adequadas da auditoria.

O segundo capítulo “the AI industry through the lens of ethics and fairness” aborda a indústria da IA através das lentes da ética e da justiça. Por meio de entrevistas com pesquisadores em ética da IA, tanto da academia quanto da indústria, os autores trouxeram as três questões mais prevalentes levantadas pelos especialistas seguidas por uma análise de três possíveis rotas para a ética da IA. A justiça na indústria da IA é uma das questões importantes considerando que: 1) há falta de definições de justiça; 2) falta de diversidade e, 3) falta de padrões éticos. Nesse sentido, após a análise das entrevistas, os autores propõem três possíveis rotas sobre o que pode ser feito: 1) integração de várias perspectivas dos stakeholders, que incluem os atores estatais, os auditores externos, especialistas na área e sociedade civil; 2) aumentar a vigilância por meio da educação e, 3) elevar a discussão sobre dados e concretizar reformas. Os autores concluem o quão a indústria de IA está distante na aplicação de métodos de justiça na avaliação de seus modelos e a falta de definição apropriada de justiça que pode ter efeitos devastadores na implantação de modelos de IA. Além disso, há problemas culturais dentro da indústria destacando a consistente falta de diversidade nas práticas de contratação e na organização estrutural de papéis e funções ao longo do desenvolvimento de um produto. Falta de diversidade, nesse caso, se refere à gênero, multidisciplinaridade, mudanças culturais em níveis organizacionais dentro da indústria. O terceiro ponto conclusivo é sobre um ponto comum a todos os especialistas sobre a regulação do campo da justiça da IA e seus limites, além da incapacidade de autorregulação da área.

O terceiro capítulo “The attention skew in AI development: threats and corrective measures” mostra as ameaças e medidas de correção do desvio de atenção no desenvolvimento da IA. A autora enfatiza que o campo da IA sofre de desvio de atenção quando seus objetivos no desenvolvimento de sistemas de IA estão concentrados somente na melhor performance na execução de algumas tarefas (Modelo Geral de Inteligência Artificial) e nos danos que os sistemas de IA podem causar. Esse “desvio de atenção” tem afastado a área de IA de um melhor aproveitamento para resolver problemas urgentes da humanidade, tal como o uso qualitativo da coleta de dados (Big Data Systems). A autora ainda afirma estarmos testemunhando o surgimento de uma revolução tecnológica impulsionada pela IA, ao mudar a forma de realizar negócios, interação com o mundo e a vida no dia a dia, porém, a autora expõe questões para que o campo da IA seja benéfica para todos. Primeiramente, tornar prioridade o acesso da IA para todos, não concentrando o desenvolvimento e seus critérios nas mãos de uma elite; o financiamento para a criação e manutenção de base de dados em diferentes domínios, com seus respectivos *datasets* cuidadosamente selecionados, representativos e respeitando as regras de privacidade, incluindo tornar os sistemas de dados disponíveis para todos sem custos, além disso, melhorar a qualidade dos dados encorajando e apoiando esforços das comunidades locais

como aquelas localizadas em África. A cultura atual, impulsionada pelo objetivo de aprender a executar tarefas semelhantes às humanas, levou a avanços que são benéficos para poucos e prejudiciais para muitos em comunidades marginalizadas. A autora finaliza que a IA deve empoderar a humanidade ao remodelar o uso da IA na colaboração com especialistas da área para desenvolver sistemas de IA a fim de resolver os problemas mais urgentes da humanidade, por exemplo, solucionar a crise climática, assistência médica, ajudar os marginalizados, desbloquear novas descobertas científicas e melhorar a sociedade. Desenvolver uma IA que nos permita projetar perfeitamente informações de dados e seres humanos em soluções eficientes para os problemas da humanidade é uma oportunidade que o campo deve aproveitar.

O quarto capítulo “BIG AI can centralize decision-making and power, and that’s a problem” trata de como a centralização dos sistemas das “Big IA” na tomada de decisões e do poder é um problema. Segundo os autores, os sistemas de IA tornaram poderosos, com potencial de aumentar substancialmente a centralização da tomada de decisões. Apesar de ser mais eficiente, esse fenômeno leva à concentração de riqueza e poder. Os autores apresentam as tendências recentes em IA e outras tecnologias que podem alterar o equilíbrio entre centralização e descentralização, comparam os sistemas de tomada de decisão não humanos com os sistemas humanos, analisam algumas das evidências empíricas sobre concentração e apresentam algumas opções tecnológicas, econômicas e políticas para reduzir tal centralização. A abordagem tecnológica leva em conta plataformas projetadas a permitir que ideias e empreendedorismo floresçam de forma descentralizada, permitindo invenção, inovação e aprimoramento de novos bens e serviços por muitas pessoas diferentes, de forma similar aos padrões utilizados no início do desenvolvimento dos padrões da Internet (padrão TCP/IP, por exemplo). A interoperabilidade é um padrão que pode mitigar ou minimizar os efeitos da centralização dos grandes sistemas de IA permitindo preservar benefícios dos efeitos de rede e da propriedade descentralizada. A abordagem econômica visa diminuir os efeitos de monopólios e oligopólios de empresas proprietárias de sistemas de IA. A abordagem política se relaciona com preservar e fortalecer a democracia, ao atribuir poder final às pessoas por meio de princípios e instituições democráticas. Por um lado, “se os sistemas de Aprendizagem de Máquinas levam a uma maior centralização da tomada de decisões nos mercados e nas empresas, será ainda mais importante trabalhar pela democracia na esfera política”.

O sétimo capítulo “Innovation ecosystems for socially beneficial AI” vem propor sete recomendações para apoiar um ecossistema de inovação que promova projetos de IA para o bem social. As recomendações buscam atingir três objetivos principais: i) possibilitar o engajamento informado e altamente qualificado no campo da IA; ii) promover a colaboração multidisciplinar em toda a cadeia de valor do desenvolvimento da IA; e iii) recompensar os atores por contribuírem para esse ecossistema de inovação. Os autores afirmam que os governos mantêm o foco no potencial disruptivo maximizando o crescimento econômico que o campo da IA oferece ou minimizando o risco de violações de direitos, não sendo dada atenção no potencial para descobertas socialmente benéficas em áreas como medicamentos, educação e mudanças climáticas. A primeira recomendação se refere à educação em todos os níveis por meio da alfabetização digital básica até os níveis altamente qualificados nas universidades, aliando conscientização social e educação básica. A segunda recomendação está no incentivo nas cadeias de descobertas em aplicações socialmente importantes desde a pesquisa básica até a sua adoção nos setores produtivos. A terceira recomendação está associada à criação de polos de excelência em pesquisa e educação em IA. A quarta recomendação visa congregiar financiamento e integração de diferentes partes do pipeline do ecossistema da IA. A quinta recomendação se refere à facilitação para o crescimento de start ups de IA para o bem social e

promoção de sua conexão com o setor. A sexta recomendação visa estimular a pesquisa e inovação nos campos de grande valor social, porém com pouco valor comercial. A sétima recomendação estabelece uma estrutura para promover o compartilhamento de conhecimento e dados entre os atores, mantendo a privacidade dos dados. Os autores concluem que o papel dos governos são fundamentais para a criação de ecossistemas de IA com o potencial para gerar descobertas socialmente benéficas, especialmente, nos campos em que não existe grande valor comercial e não são atraentes para as indústrias de IA.

O nono capítulo “AI for the SDGs—and beyond? Towards a human AI culture for development and democracy” aborda a contribuição da IA para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e para a Agenda 2030 para acabar com a pobreza extrema, promover a igualdade de gênero, proteger os ecossistemas naturais e promover sociedades inclusivas, entre outros, buscando analisar os indicadores dos ODS para o incremento da tomada de decisão. Os autores alertam que “as principais armadilhas e o potencial da IA não são tecnológicos, são políticos e culturais” e discutem os limites e condições de uma cultura de IA humana “em que as sociedades aprendem e melhoram usando a IA como inspiração e como instrumento controlado por humanos”, e deixam claro que isso requer consciência, desenvolvimento de habilidades e de sistemas para monitorar todos os ODS, incluindo os mais sensíveis do ponto de vista político, como por exemplo, a liberdade de imprensa e de expressão.

Figura 2 IA para os ODS: Quatro canais de contribuição | Fonte: UNESCO, 2023, p. 167

AI for the SDGs: Four contribution channels

The four main contribution channels that we identify are as follows:

- 1.** A measurement and monitoring channel that aims to fill data gaps and improve situational awareness about specific SDG indicators or closely related indicators.
- 2.** A precision and smartness channel via AI-based products and services that are explicitly designed to have an impact on one or more areas covered by the SDGs.
- 3.** A design, monitoring and evaluation channel with the nascent development of AI-powered approaches that seek to design and deploy evidence-based policies and programs.
- 4.** A channel covering all other business, which includes every other AI system not purposely designed with the SDGs in mind; their developers may never have heard of the SDGs, but these systems affect them down the road.

The list is far from exhaustive but aims to give a summary of the state of play in a structured manner.

Os autores concluem que “A revolução dos dados e da IA precisa ser politizada”, considerando que o mundo está cada vez mais digital e desigual, a digitalização está aumentando enquanto a democracia e igualdade parecem estar em retrocesso. É óbvio que a IA pode ajudar a medir e promover melhor os ODS, mas os autores alertam que a IA pode alimentar ainda mais as desigualdades, a polarização e a quebra de confiança tendo em vista que os desafios são políticos e culturais. Os autores reconhecem a IA não cumprirá sua promessa se não houver alteração na proposta de indicadores de controle dos líderes globais e no comprometimento da educação e cooperação com vista para o desenvolvimento da cultura humana de IA.

Figura 3 Ilustração “The Data Revolution is here! (will it improve all lives?)”, de Emmanuel Letouz, feita no evento Eurostat NTTS, em 13 mar. 2019. | Fonte: UNESCO, p. 177, 2023.



No décimo quarto capítulo “Paradoxes of participation in inclusive AI governance: four key approaches from global south and civil society discourse”, a autora inicia o seu artigo estimando que “a IA poderá gerar uma produção econômica adicional de cerca de US\$ 13 trilhões até 2030”, porém, que as nações com maior poder econômico no Norte Global lucrarão com essa produção enquanto as nações no Sul Global suportarão os custos dessa produção. A autora traz uma abordagem em prol de uma inclusão significativa na governança da IA por meio de quatro recomendações as quais destacaremos alguns pontos a seguir.

1. Compreender o discurso da IA a partir do Sul Global (sociedade civil global, atores estatais, atores do setor, discurso público) para garantir um escopo significativo e a integração das demandas e metas do Sul Global, e compreender os alinhamentos e não alinhamentos com

o processo de governança permanente. O discurso do Sul Global sobre IA são inerentemente plurais, se baseiam em práticas contra hegemônicas e rotineiramente negligenciadas, marginalizadas por aqueles com poder de decisão.

2. Co-construir papéis formais para a sociedade civil, o setor e os atores estatais do Sul Global nos processos de governança global de IA. Isso é necessário para garantir que a integração dos atores do Sul Global seja produtiva, e não performativa, e atinja o objetivo de reestruturar processos de governança mais robustos e abrangentes. A autora propõe quatro papéis para os atores do Sul Global, em uma construção conjunta com a sociedade civil, o setor da IA e os atores estatais do Sul Global: i) atuar como uma função desafiadora para os mecanismos de governança excludentes; ii) fornecer conhecimento legítimo na interpretação e localização de riscos, preocupações, demandas e estruturação de questões; iii) fornecer estruturas de responsabilidade democrática para o Estado e para os processos de governança internacional; e; i) fornecer uma fonte de mecanismos alternativos de governança

3. Identificar e resolver as barreiras que impedem os atores do Sul Global de acessar o poder de tomada de decisões estruturais e de infraestrutura e evitar "paradoxos de participação". Deve ser examinado o potencial e as limitações dos atores do Sul Global, bem como os processos históricos de desigualdade. A autora chama de "taxonomia de armadilhas" para as barreiras à governança inclusiva da IA que são a cultural organizacional, as lógicas normativas, uso de linguagem ampla, cooptação e recuperação, participação, interdependência, direitos humanos, incentivos financeiros, Sul Global e as limitações da sociedade civil.

É importante lembrar que a inclusão dos governos do Sul Global nos processos de governança da IA nem sempre beneficiará materialmente a população mais ampla de um país, especialmente as populações mais vulneráveis no contexto das crescentes desigualdades intranacionais. As tensões entre a sociedade civil e os estados ou governos são bem conhecidas. É reducionista supor que os atores estatais do Sul Global e as organizações da sociedade civil estejam alinhados, que seus objetivos possam ser combinados ou que todos os atores do Sul Global adotem práticas ou narrativas pós-coloniais (UNESCO, p. 280, 2023).

4. Contextualizar as desigualdades geopolíticas na governança da IA em uma análise do poder e a dinâmica histórico-política, por exemplo, os precedentes de assimetrias de poder e exclusão transnacional na governança global de outras tecnologias emergentes. A autora destaca que não se pode entender as atuais desigualdades do setor da IA ou prever seu futuro sem analisar as suas trajetórias históricas, considerando que, o que vemos hoje, são "reliquias vivas de nossas histórias coloniais". Esta desigualdade reflete nos resultados da 4ª Revolução Industrial que os sistemas de IA estão liderando, apesar de beneficiar o Sul Global, as parcerias comerciais, infraestrutura, iniciativas mantêm as vantagens de quem chega primeiro em um padrão contínuo de desequilíbrio histórico de poder. A autora cita alguns estudos que a IA, por vezes, se encaixa nas propriedades "econômicas" e "geradoras de lucro para todos", não reconhecendo o enriquecimento seletivo, mas a autora ressalta que "as histórias coloniais não são reconhecidas nos discursos dominantes de governança da IA, em parte porque seus impactos não prejudicam abertamente os países ricos industrializados", exemplificando sobre os "ghost works" e os testes beta como práticas que articulam continuidades históricas de extração e exploração entre ex-Estados coloniais e ex-colônias.

Reuniões Anuais de Primavera do Banco Mundial e FMI

Com o slogan “*Rumo a uma Nova Era*” as Reuniões de Primavera do **Banco Mundial (BM)** e **Fundo Monetário Internacional (FMI)** aconteceram na segunda semana de abril. Durante as reuniões, a administração do Banco e os acionistas se comprometeram novamente com a visão da instituição de um mundo livre de pobreza e se comprometeram a explorar novas soluções para enfrentar um conjunto sempre presente de ameaças ao desenvolvimento e à vida dos pobres – do estresse no setor bancário e da inflação persistente ao aumento da dívida, à invasão da Ucrânia pela Rússia, e os perigos crescentes das alterações climáticas.



Avanços positivos foram dados durante as reuniões no processo em andamento do Roteiro de Evolução, que é projetado para

reforçar a capacidade do **BM** de enfrentar o complicado cenário de desenvolvimento e dedicar mais recursos aos desafios globais, como mudanças climáticas, pandemias e outras fragilidades. Os países membros endossaram medidas que podem somar até **US\$ 50 bilhões** em capacidade de empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (**BIRD**) nos próximos 10 anos. Essas etapas incluem uma revisão da relação capital próprio mínimo do Banco em relação ao empréstimo para 19%, um piloto de capital híbrido e um programa de garantia bilateral ampliado.

Dívida soberana

À medida que a desaceleração do crescimento global e o aumento das taxas de juros empurram mais países para crises de dívida, os esforços para desarmá-la até agora têm sido insuficientes. Um evento das Reuniões da Primavera sobre a dívida ponderou questões que vão desde a urgência de mais transparência da dívida e acordos de treino mais rápidos até à necessidade de reformas que equipem os países para gerir a dívida de forma mais eficaz.

David Malpass, presidente do **BM**, discursou falou sobre a questão da dívida dos países durante a reunião: “*As discussões com os acionistas nesta semana produziram sinais de progresso sobre a necessidade de maior transparência da dívida, aumento do financiamento do desenvolvimento, ação climática mais impactante e um foco mais nítido na visão e missão do Grupo Banco Mundial*”.

Uma reunião da Mesa Redonda Global da Dívida Soberana centrou-se em maneiras de acelerar o processo de reestruturação da dívida e torná-lo mais eficiente. A Mesa-Redonda acordou na necessidade de melhorar a partilha de informações, nomeadamente sobre as projeções macroeconômicas e as avaliações da sustentabilidade da dívida.

Kristalina Georgieva, Diretora-geral do **FMI**, ao ser questionada por um repórter sobre o que ficou acordado durante a Mesa Redonda disse: “*Não chegamos ontem a acordo, mas não pretendíamos chegar a esse acordo. Onde concluímos é que nós temos que identificar os princípios de como os prazos estão a ser definidos. Temos que aceitar que haverá uma decisão caso a caso, mas este caso a caso precisa estar dentro de prazos definidos, parâmetros definidos. Isso será a tarefa número um para nós na ordem do dia de nosso próximo compromisso*”.

Ucrânia

A Ucrânia teve uma Mesa Redonda Ministerial dedicada ao país, que teve uma sessão com a presença virtual do presidente Volodymyr Zelensky.

A recente Avaliação Rápida de Danos e Necessidades elaborada pelo BM estimou que o custo da recuperação e reconstrução na Ucrânia agora supera US\$ 400 bilhões. Malpass, em uma reunião com o primeiro-ministro da Ucrânia, Denys Shmyhal, discutiu maneiras de alavancar as descobertas do relatório para construir um consenso em torno de uma estratégia de financiamento de longo prazo, incluindo o papel do setor privado. O BM mobilizou mais de US\$ 23 bilhões em apoio à Ucrânia desde o início da guerra.

Quando se tratou das mudanças climáticas, foi realizado um evento específico para o assunto, onde se analisou como o investimento em capital humano pode ajudar a proteger as pessoas dos piores efeitos das mudanças climáticas e desbloquear seu potencial para impulsionar a transição para uma economia verde.

Outros eventos durante as Reuniões da Primavera consideraram temas prioritários, incluindo o empoderamento das mulheres empresárias e a importância do capital privado no desenvolvimento sustentável. A sessão sobre gênero enfatizou a importância de expandir o acesso ao financiamento para empresas lideradas por mulheres e reconhecer o papel que as mulheres desempenham na abordagem dos desafios globais. Os palestrantes discutiram a necessidade de melhorar a qualificação das mulheres, para que elas não sejam abandonadas em meio a rápidas mudanças na tecnologia.

No evento sobre capital privado, os palestrantes discutiram inovações financeiras para facilitar a mobilização de financiamento privado e trabalho de consultoria que podem ajudar a maximizar o acesso ao financiamento e mitigar riscos. Um exemplo: títulos de resultados inovadores que usam abordagens de financiamento misto para mobilizar capital privado para apoiar projetos de desenvolvimento sustentável, como o Wildlife Conservation Bond do **BM**.

Declaração Conjunta assinada pelo BID e Reino Unido visando o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Amazônica

Por meio da assinatura de uma declaração conjunta, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o Reino Unido reforçaram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da região amazônica e buscarão promover o desenvolvimento sustentável da bacia amazônica com foco especial na proteção florestal, natureza e biodiversidade.

A parceria estratégica do Reino Unido com o BID no âmbito da Iniciativa Amazônia está alinhada com o Quadro Estratégico para 2030 do país para a Ação Internacional para o Clima e a Natureza. Esta estratégia enfatiza a importância de ajudar os bancos multilaterais de desenvolvimento a cumprir os compromissos estabelecidos na Declaração Conjunta COP26 sobre a Natureza, as Pessoas e o Planeta. Por meio da assinatura da declaração conjunta, o Reino Unido elogiou os esforços do BID para coordenar ações na região amazônica.

Recentemente, o Reino Unido, através do Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento (FCDO) e do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS), finalizou sua contribuição de **GBP 4.745.000,00** para o Fundo Fiduciário de Multidoadores de Bioeconomia e Gestão Florestal da Amazônia, juntando-se aos governos da **Alemanha, Holanda e Suíça**.

A saber, o Fundo visa aumentar a mobilização de recursos dos setores público e privado para apoiar a região amazônica. Centra-se em três áreas principais: reduzir a pressão sobre os ecossistemas florestais através de uma melhor gestão ambiental e de alternativas econômicas sustentáveis; capacitar os pequenos e médios utilizadores da terra para proteger e utilizar de forma sustentável as florestas e desenvolver quadros normativos; e ampliar as soluções financeiras para reduzir o desmatamento e a degradação do ecossistema das cadeias de fornecimento de *commodities*, beneficiando os pequenos e médios agricultores.

Fontes:

<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/04/16/toward-a-new-era>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/04/14/tr41423-md-gpa-press-briefing-transcript>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/04/12/chair-s-statement-107th-meeting-of-the-development-committee-mr-mohamed-bin-hadi-al-hussaini-minister-of-state-for-finan>

<https://live.worldbank.org/events/spring-meeting-2023-human-capital-climate>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/04/12/world-bank-group-president-malpass-statement-on-2023-spring-meetings>

<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2023/04/13/remarks-president-david-malpass-g20-finance-and-central-bank-governors-meeting-spring-meetings-sustainable-finance>

<https://www.iadb.org/en/news/uk-and-idb-sign-joint-statement-sustainable-development-amazon-basin>

<https://ukcop26.org/mdb-joint-statement/>

Publicações

O **FMI** lançou duas publicações em meados de abril. O documento intitulado *Agenda de Política Global do Diretor Geral, Reuniões da Primavera de 2023: Salvaguardar a Estabilidade Econômica, Apoiar os Países Vulneráveis, Sustentar a Nossa Prosperidade Futura* trata-se de como traçar um caminho mais forte e sustentável para a economia global diante do momento altamente incerto que estamos vivendo.

O outro documento chamado *Manual de 2023 das Facilidades do FMI para Países de Baixa Renda* fornece orientações sobre as facilidades financeiras concessionais e os instrumentos não financeiros do **FMI** para os países de baixo rendimento, definidos como todos os países elegíveis para obter financiamento concessional do Fundo. Atualiza a versão anterior do Manual que foi publicada em dezembro de 2017 (FMI, 2017e), incorporando modificações resultantes da Revisão de Facilidades para Países de Baixa Renda de 2018-19 e da Revisão do Financiamento da Assistência Concessional e Alívio da Dívida do Fundo para Países Membros de Baixa Renda (FMI, 2019a, b), aprovada pelo Conselho em maio de 2019; as reformas introduzidas em 2021 com base no documento do Conselho de Administração Fundo de Apoio Financeiro Concessional para Países de Baixo Rendimento – Resposta à Pandemia (FMI, 2021a), aprovado em julho de 2021; e uma série de outros documentos recentes do Conselho. Concebido como uma ferramenta de referência abrangente para o trabalho de programa sobre os países de baixa renda, o Manual também se refere, de forma resumida, a uma série de políticas relevantes que se aplicam de forma mais geral aos membros do **FMI**.

O **BM** lançou o *Relatório de Desenvolvimento Mundial* durante as Reuniões de Primavera. O documento aborda sobre a mobilidade transfronteiriça e consequências

econômicas e sociais para aqueles que se deslocam, para as suas comunidades de origem e para os seus destinos. Consta no documento que essa questão envolve principalmente pessoas de países em desenvolvimento, que compõem uma grande maioria dos 295 milhões de pessoas que vivem fora de seu país de nascimento – migrantes econômicos e refugiados – e uma grande parte de suas comunidades de acolhimento.

O objetivo do relatório é mudar de um foco estreito nos mercados de trabalho para migrantes e proteção legal para refugiados para uma perspectiva mais holística – que reconheça a humanidade dos migrantes e a complexidade das sociedades de origem e destino.

O documento possui três temas principais: impulsores da mobilidade e o papel do desenvolvimento; impactos e respostas políticas; e a necessidade de uma ação coletiva para fortalecer o nexo entre proteção internacional e desenvolvimento. Embora reconheça que as situações são muito diversas e que não pode haver uma abordagem de "tamanho único", procurar identificar opções políticas para cada grupo de partes interessadas – países de origem e destino dos migrantes, países de acolhimento de refugiados, comunidade internacional, atores do desenvolvimento, bem como o setor privado e a sociedade civil – para proporcionar um sistema de "melhor mobilidade" em um mundo em transformação.

Fontes:

<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2023/04/12/The-Managing-Director-s-Global-Policy-Agenda-Spring-Meetings-2023-Safeguard-Economic-531906>

<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2023/04/21/2023-Handbook-of-IMF-Facilities-for-Low-Income-Countries-532709>

<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2023>

Projetos

O **BID** destacou-se na aprovação de dois projetos importantes nas áreas da saúde e da prevenção de desastres naturais.

Foi concedido à **Argentina** um empréstimo de empréstimo de **US\$ 200 milhões** para melhorar o sistema de saúde. Devido ao prejuízo causado pela pandemia, os cuidados de saúde de emergência deslocaram, limitaram e adiaram os cuidados preventivos e o tratamento de muitos pacientes com doenças crônicas. Além disso, uma parcela considerável da população geralmente não procura atendimento médico preventivo para receber avaliações oportunas de seus níveis de risco. Para melhorar a governança de risco de desastres naturais nas **Bahamas**, o Banco aprovou um empréstimo de **US\$ 160 milhões**. O projeto de prevenção busca criar melhores condições de governança para a implementação de políticas públicas de identificação e redução de riscos, preparação para desastres, recuperação e proteção financeira.

<https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-200-million-loan-bolster-argentinans-healthcare-system>

<https://www.iadb.org/en/news/bahamas-enhance-natural-disaster-risk-management-idb-support>

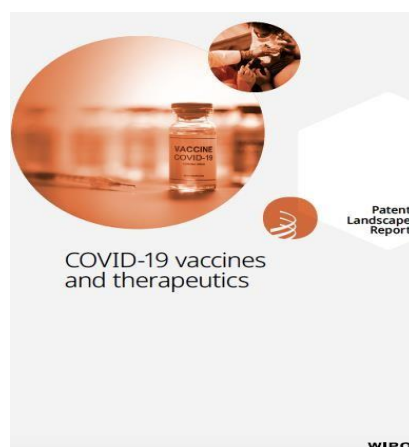
Patentes, Covid-19 e desenvolvimento: Informe OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

OMPI: Relatório "COVID-19-related vaccines and therapeutics: Insights into related patenting activity throughout the pandemic"

Em 20 de abril, a OMPI realizou [webinar](#) para o lançamento do [relatório](#) " COVID-19-related vaccines and therapeutics: Insights into related patenting activity throughout the pandemic." (Figura 1). Entre as principais descobertas da pesquisa, destacam-se:

- (1) China, EUA, República da Coréia, Alemanha e Reino Unido foram as principais origens dos 7.758 pedidos de patente depositados entre janeiro de 2020 e setembro de 2022;
- (2) 1.298 depósitos de patentes estão relacionados ao desenvolvimento de vacinas e desenvolvimento e 4.787 para terapias;
- (3) Atividade de patenteamento relacionada à COVID-19 ultrapassou a de outros vírus e doenças, como a gripe, tanto em volume e como velocidade de depósito;
- (4) Patentes de vacinas foram publicadas em 30 escritórios de patentes e patentes de terapias em 44 escritórios de patentes;
- (5) A OMPI, por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), recebeu a maior parte dos pedidos de vacinas e terapias relacionados à COVID-19, seguida pela Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China (CNIPA), o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO) e o Escritório Europeu de Patentes (EPO);
- (6) Os depositantes de patentes são distribuídos entre empresas (52% das vacinas e 49% de terapias) e universidades e organizações de pesquisa (42% das vacinas e 38% de terapias);
- (7) Os cinco principais locais de depósito de patentes de vacinas são China, Estados Unidos da América, Alemanha, República da Coréia e Federação Russa. No campo da terapia, China, Estados Unidos, República da Coréia, Índia e Alemanha são as principais localidades;
- (8) Terapias para a COVID-19 abarcam três tipos principais: pequenas moléculas que incluem compostos sintéticos, mas que também podem ser produtos naturais extraídos e purificados de plantas; drogas biológicas que incluem anticorpos, peptídeos/proteínas sem anticorpos, terapias baseadas em células e terapias baseadas em ácidos nucleicos; e medicina tradicional. A maior proporção de depósitos de patentes para terapias para COVID-19 está relacionada a pequenas moléculas e produtos biológicos (50% e 43%, respectivamente). 10% dos pedidos revelaram o uso da medicina tradicional no tratamento da COVID-19.



UNCTAD: Relatório "Trade and Development Report Update"

No [Relatório de Atualização do Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, *Trade and Development Report Update*) divulgado em 12 de abril (Figura 2), a [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) adverte que: (i) o cenário global é instável, com boa parte da economia mundial em desempenho inferior ao período anterior à pandemia e muito abaixo da década de forte crescimento que antecedeu a crise financeira global (Figura 3); países em desenvolvimento enfrentam dificuldades à medida que a economia global desacelera em meio à atual turbulência financeira e precisam lidar com aumento da dívida, aumento das taxas de juros e preços elevados dos alimentos. Taxas de juros elevadas custarão aos países em desenvolvimento mais de US\$ 800 bilhões em renda perdida nos próximos anos. Com exceção da China 81 países em desenvolvimento perderam US\$ 241 bilhões em reservas internacionais em 2022. O cenário provoca retração dos investimentos produtivos no setor público e no privado. A projeção da UNCTAD para o crescimento global em 2023 é de queda a 2,1%, em comparação com os 2,2% projetados em setembro de 2022.

Figura 2

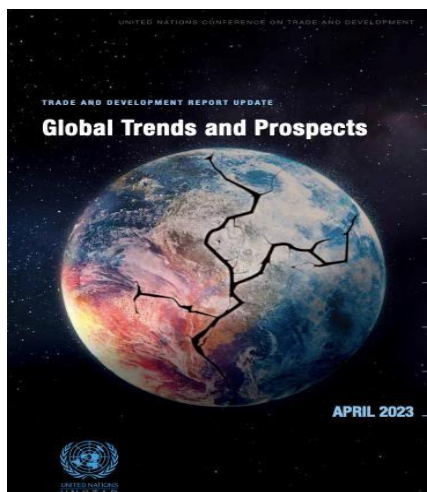
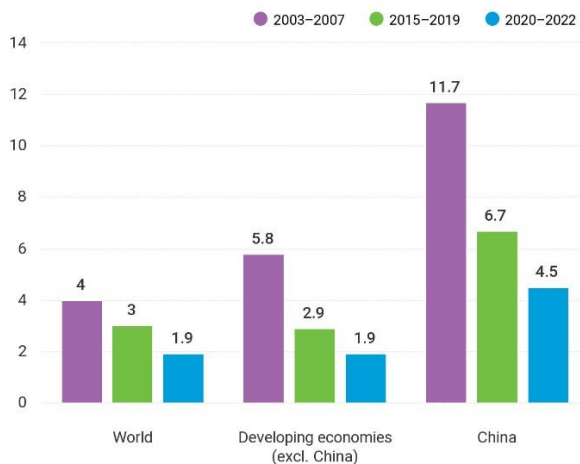


Figura 3



Economic growth rate is falling in all regions

Average growth rate 2002–2022

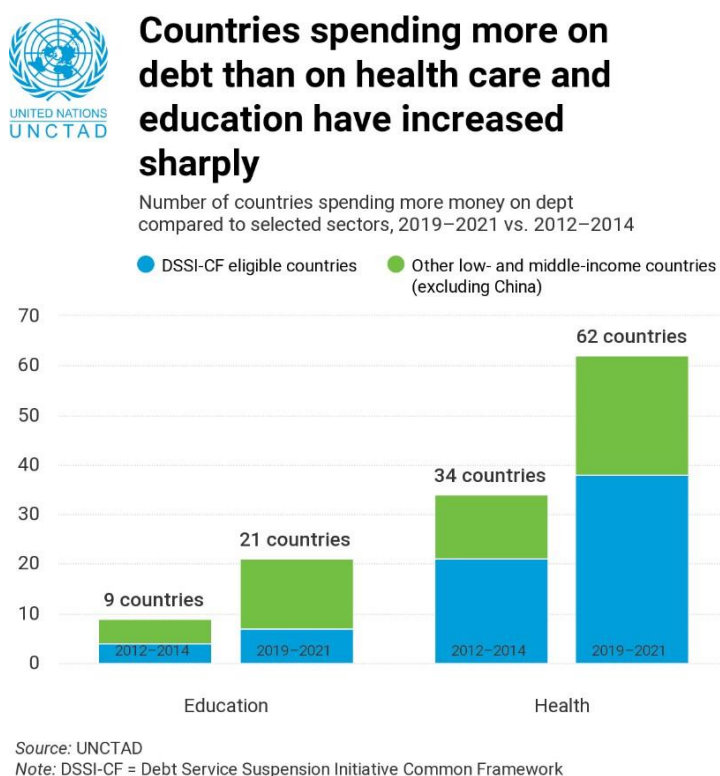


Source: UNCTAD

Segundo a UNCTAD, os problemas com as dívidas resultarão em crises de desenvolvimento e desigualdade mais amplas, com “39 países pagando mais a seus credores externos do que o que receberam em novos empréstimos, causando um impacto adverso nos investimentos públicos e na proteção social. Na última década, os custos da dívida aumentaram em relação aos gastos públicos com serviços essenciais. O número de países que gastam mais com o serviço da dívida pública externa do que com a saúde aumentou de 34 para 62 durante este período” (Figura 4).

Em face desse quadro, a UNCTAD propõe agenda de apoio aos países em desenvolvimento, com revisão da arquitetura da dívida global e regulação multilateral do sistema financeiro, levando-se em consideração as necessidades de desenvolvimento e o financiamento climático.

Figura 4



Referências

World Intellectual Property Organization (WIPO) (2023). *COVID-19-related vaccines and therapeutics: Insights into related patenting activity throughout the pandemic*. Geneva: WIPO. DOI: [10.34667/tind.48015](https://doi.org/10.34667/tind.48015) Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2023/article_0003.html Acesso em: 24 de abril de 2023.

UNCTAD. [UNCTAD calls for a bold international economic agenda to avert another lost decade for developing countries](https://unctad.org/news/unctad-calls-bold-international-economic-agenda-avert-another-lost-decade-developing-countries). Disponível em: <https://unctad.org/news/unctad-calls-bold-international-economic-agenda-avert-another-lost-decade-developing-countries> Acesso em: 24 de abril de 2023.

Organizações da Sociedade Civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

***Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Maria Christina Silva Carneiro Nobre,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira
e Luís Eugênio de Souza***

Introdução

Durante a última quinzena, foram monitoradas 32 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, das quais 18 apresentaram manifestações relevantes. Os dados coletados foram extraídos de páginas web e postagens no twitter das instituições acompanhadas. Neste período, os temas mais frequentes foram a crise climática, a equidade de gênero, o direito dos povos indígenas, as doenças infecciosas, especialmente o surto de cólera no Quênia e no Malawi, a força de trabalho em saúde e os conflitos armados, com destaque para o agravamento da situação no Sudão.

As manifestações sobre a crise climática abordam as graves consequências que a vida no planeta pode sofrer, se os objetivos de mitigação da crise não chegarem a ser atingidos. A situação específica dos grupos populacionais socialmente mais vulneráveis é especialmente destacada, cobrando-se que sejam postos em marcha planos de contingência para salvaguardar o planeta e evitar as piores consequências da crise climática.

O debate sobre equidade de gênero e orientação sexual continuou intenso nas manifestações das OSC nesse último período, com destaque para a denúncia da lei anti-homossexualidade, aprovada pelo parlamento de Uganda. De modo similar, as doenças infecciosas, incluindo Doença de Chagas que teve seu Dia Mundial em 14 de abril, estiveram bastante presentes na agenda de saúde global. A força de trabalho em saúde também foi objeto de múltiplas manifestações.

No mesmo âmbito nacional, pôs-se em relevância a importância da demarcação de território dos povos indígenas no Brasil, celebrando-se o Dia dos Povos Indígenas (21 de abril). Houve muitas menções à luta dos povos indígenas, seus direitos e o acesso à saúde e a um ambiente protegido, para resguardar a vida da população indígena que se encontra em estado vulnerável.

Ainda repercutindo a passagem do Dia Mundial da Saúde, várias manifestações das OSC lembraram que a questão social se encontra no centro de debate sobre a saúde, que deve ser tratada como direito humano fundamental. A implementação de políticas voltadas à melhoria das condições de vida da população foi bastante mencionada. No Brasil, em particular, o Dia Mundial da Saúde coincidiu com o período dos primeiros 100 dias de governo Lula, tendo sido um momento para a análise da implementação de políticas e programas sociais como o combate à pobreza, incluindo problemas como a desidratação e desnutrição no país.

Por fim, as consequências dos conflitos no Oriente Meio, na África Ocidental e a guerra na Ucrânia continuam preocupando e ocupando as Organizações da Sociedade Civil, que ressaltam seus efeitos trágicos sobre a vida e a saúde de milhares de pessoas, além das crescentes tensões geopolíticas que podem ter efeitos negativos em diversas dimensões.

A seguir, são apresentadas as manifestações de cada organização da sociedade civil, subdivididas em duas categorias: OSC de interesse público e de interesse privado. Em cada categoria, as manifestações são agrupadas por tema.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

Pesquisa da organização humanitária [ActionAid International](https://actionaid.org/)⁵⁶ revelou que 93% dos países mais atingidos pelos desastres climáticos estão se afogando em dívidas com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Muitos desses países cortam fundos para serviços públicos de saúde e educação para manter o pagamento da dívida. Ademais, às vezes, são levados a investir em indústrias extrativas que contribuem para a crise climática. Estas informações estão no relatório “[O ciclo vicioso: conexões entre a crise da dívida e a crise climática](#)”, em que a organização pede que os países mais vulneráveis ao clima tenham suas dívidas canceladas, juntamente com uma reforma radical na forma como a dívida global é administrada.

A [ActionAid International](https://actionaid.org/) destaca, no *Twitter*, que as semanas imediatamente posteriores a uma crise ou desastre podem ser tão fatais quanto o próprio evento. Como exemplo, aponta [a realidade do Malawi](#) após o [ciclone Freddy](#). O ciclone afetou mais de 1,5 milhão de pessoas em Moçambique, Malawi e Zimbábue, impactou os meios de subsistência e provocou o ressurgimento da cólera, em meio às dificuldades de garantir as necessidades de higiene e saneamento básico. A crise climática está tornando as tempestades tropicais, como o ciclone Freddy, mais intensas e colocando as comunidades em riscos cada vez maiores.

A ActionAid International compartilhou a reportagem do jornal Al Jazeera sobre a mobilização de mulheres do grupo “As Senhoras do Clima”, em defesa do enfrentamento das [questões climáticas na Suíça](#). O grupo processa judicialmente o governo suíço por não cumprir as suas obrigações referentes às ameaças e danos à saúde das pessoas provocadas pelas mudanças climáticas. Reafirmam o slogan “Os governos precisam entender que podem e devem agir agora”.

A diretora da ActionAid International, Razmi Farook, em visita à Somalilândia para apoiar a resposta à crise alimentar na região onde milhões de pessoas estão em risco, alertou que a [África Oriental enfrenta atualmente a pior seca](#) em décadas e, no entanto, pouca ou nenhuma atenção está sendo dada a tão grave a situação.

A Planetary Health Alliance (PHA)⁵⁷ divulgou o [artigo](#) “Libertando-se da visão de túnel para mudanças climáticas e saúde” em que os autores Deivanayagam & Osbourne (2023) argumentam que um foco estreito nas emissões e nos impactos da mudança climática carece de aspectos-chave das interações entre mudança climática, de um lado, e saúde, novas estruturas econômicas e sistemas de opressão, de outro. Link para o artigo [aqui](#).

A Planetary Health Alliance divulgou, no *Twitter*, o evento online sobre [mudanças climáticas e saúde mental](#), realizado pelo Institute of Global Health Innovation, em 18 de abril de 2023, para comemorar o lançamento do projeto “Mudanças climáticas e saúde mental: Catalisando uma comunidade de pesquisa global”. A atenção aos impactos da crise climática na saúde mental aumentou rapidamente, demandando pesquisas sobre o nexos entre mudança

⁵⁶ <https://actionaid.org/>

⁵⁷ <https://www.planetaryhealthalliance.org/>

climática e saúde mental. O projeto, financiado pela Wellcome Trust, desenvolverá uma agenda de pesquisa inclusiva, fundamentada nas necessidades de pessoas com experiência vivida de impactos climáticos e problemas de saúde mental.

O Greenpeace divulgou suas ações de ativismo ambiental, como o Encontro de Facilitadores na cidade de Manaus, dando contribuições às comunidades locais em [defesa da Floresta Amazônica](#). Já em outras cidades brasileiras, a ONG realizou [ações de plantio e limpeza de mares e rios](#). Esses mutirões e eventos buscam estabelecer um maior engajamento da sociedade brasileira com a pauta socioambiental.

A Interacademy Partnership (IAP)⁵⁸ destacou pontos do [discurso de Mary Robinson](#) na sua Conferência Trienal. A ex-presidente da Irlanda e comissária da ONU para os direitos humanos apontou que a crise climática afeta desproporcionalmente os países mais pobres e as comunidades mais vulneráveis, criando injustiças raciais, de gênero e intergeracionais. Destacou a necessidade de uma abordagem de justiça climática e defendeu uma abordagem positiva para o problema, com um movimento liderado por mulheres, cientistas, ativistas, comunidades indígenas e artistas.

A IAP anunciou uma nova colaboração com a Save the Children para organizar um livro com [estudos de caso sobre soluções sistêmicas envolvendo mudanças climáticas e políticas de saúde](#). O chamado para submeter os estudos de caso sobre os desafios interligados do clima e da saúde está aberto até o dia 31 de maio.

A [Planetary Health Alliance](#) divulgou uma entrevista com o seu diretor Samuel Myers sobre [mudanças climáticas, conservação e saúde humana](#). O *post* destaca que a Saúde Planetária evidencia as causas antropogênicas das mudanças ambientais, como perda de biodiversidade, mudança no uso da terra ou poluição do ar e da água. O diretor afirma que a equidade e a justiça são princípios fundamentais da saúde planetária.

A [Planetary Health Alliance](#) divulgou o [Simpósio](#) "Equidade Global em Saúde através do engajamento comunitário", realizado em 12 de abril pelo Harvard Global Health Institute que discutiu, dentre outros temas, "O valor da Saúde Planetária para a equidade em Saúde Global". Nos *posts*, destacaram-se que: a luta contra a equidade na saúde requer resposta centrada na comunidade, na colaboração e na confiança; as respostas de saúde precisam mudar de "baseadas na comunidade" para lideradas pela comunidade; é preciso refletir sobre as distinções entre descolonização e decolonialidade como uma tensão finita e as tentativas contínuas de lidar com os legados coloniais como várias formas de exclusão; as instituições precisam criar uma plataforma para compartilhar as preocupações dessas comunidades e remover as barreiras estruturais à equidade.

A Planetary Health Alliance retuitou o *post* relativo à [Declaração das Instituições Acadêmicas de Saúde sobre a Saúde Planetária](#), publicado pela Associação de Faculdades de Medicina do Canadá, que representa as 17 faculdades de medicina do país. As instituições declaram a saúde do planeta uma emergência de código vermelho, pedem a implementação imediata de educação e pesquisa em saúde planetária e a transição para sistemas de saúde resilientes e de baixo carbono, com investimentos em saúde pública.

A Planetary Health Alliance divulgou a [publicação](#) "Florestas e Árvores para a Saúde Humana: Percursos, Impactos, Desafios e Opções de Resposta". Trata-se de um relatório de que

⁵⁸ <https://www.interacademies.org/>

avalia as evidências científicas acerca dos múltiplos benefícios que florestas, árvores e espaços verdes têm para a saúde humana.

A International Federation of Environment Health⁵⁹ mencionou o [Dia Mundial da Saúde Ambiental](#), a ser celebrado em 26 de setembro, lembrando que as questões ambientais globais são responsáveis por mais de 12,6 milhões de mortes a cada ano. Destacou que essas questões têm maior impacto nas comunidades pobres que já apresentam vulnerabilidades.

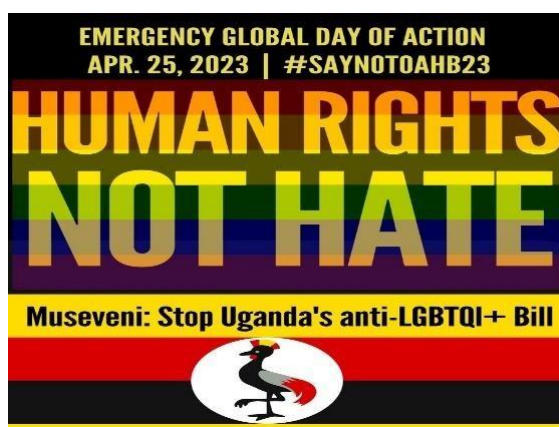
Saúde alimentar

O Greenpeace anunciou o lançamento da Aliança Internacional para Regulamentação de Agrotóxicos, a IPSA (em inglês, International Pesticides Standards Alliance), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Água de 2023. O objetivo é criar um [marco regulatório internacional de agrotóxicos](#) para eliminar gradualmente o uso dessas substâncias com a intenção de que, futuramente, se torne um acordo ratificado entre países.

A ActionAid International compartilhou no Twitter o artigo de opinião “Devemos construir a resiliência do sistema alimentar antes da próxima crise”, do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar (IFPRI), destacando que a guerra da Ucrânia levou ao aumento vertiginoso dos custos de itens básicos de consumo em todo o mundo, especialmente em lugares já vulneráveis como a África Leste, que enfrenta historicamente a escassez desses produtos.

Equidade de gênero e orientação sexual

A STOPAIDS⁶⁰ anunciou no Twitter que está apoiando e promovendo o “Emergency Global Day of Action” que será realizado em 25 de abril, como ato para deter a onda de ódio que está impulsionando o [projeto de lei anti-LGBTQI+ na Uganda](#).



A ActionAid International divulgou no Twitter a [websérie produzida pela ActionAid Nepal](#), composta por seis vídeos sobre a jornada de empoderamento das mulheres e a quebra de estereótipos. A série aborda vários temas cotidianos, como os esforços de jovens ativistas que trabalham para criar transportes públicos mais seguros para mulheres e meninas; a importância de reconhecer o trabalho do cuidado não remunerado; e a importância do engajamento dos homens para minimizar a violência contra as mulheres.

⁵⁹ <https://www.ifeh.org/>

⁶⁰ <https://stopaids.org.uk/>

A InterAcademy Partnership (IAP) comunicou que, no encontro regional do World Health Summit de 2023 em Washington DC, a [Dra. Milagro Sanchez Cunto](#), membro do Young Physician Leaders (YPL) em 2022 participou do painel "Emerging Leaders in a Globalized World", discutindo os desafios e as oportunidades de liderança em um mundo globalizado. Ela enfatizou a necessidade de líderes que sejam apaixonados, sempre dispostos a aprender e capazes de lidar com o fracasso e discutiu a escassez de líderes femininas na área da saúde, apesar da maioria dos profissionais de saúde ser formada por mulheres.

Direitos dos povos indígenas

A Planetary Health Alliance destaca o [apoio aos líderes indígenas](#) do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas. A instituição afirma que os direitos dos povos indígenas à saúde e a um ambiente limpo e sustentável são indissociáveis.

A Oxfam divulgou que, entre os dias 24 e 28 de abril, será realizado em Brasília (DF) a 19ª edição do [Acampamento Terra Livre \(ATL\)](#), maior mobilização indígena do Brasil. O mote deste ano é "O futuro indígena é hoje. Sem demarcação, não há democracia!". A ONG também pontua que [a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami e a violência sistemática do agronegócio, de grileiros e de empresas privadas dos setores madeireiro e de extração de minérios](#) contra os povos Guajajara, Guarani, Kaiowá e Pataxó são problemas que serão levadas para a Esplanada dos Ministérios.

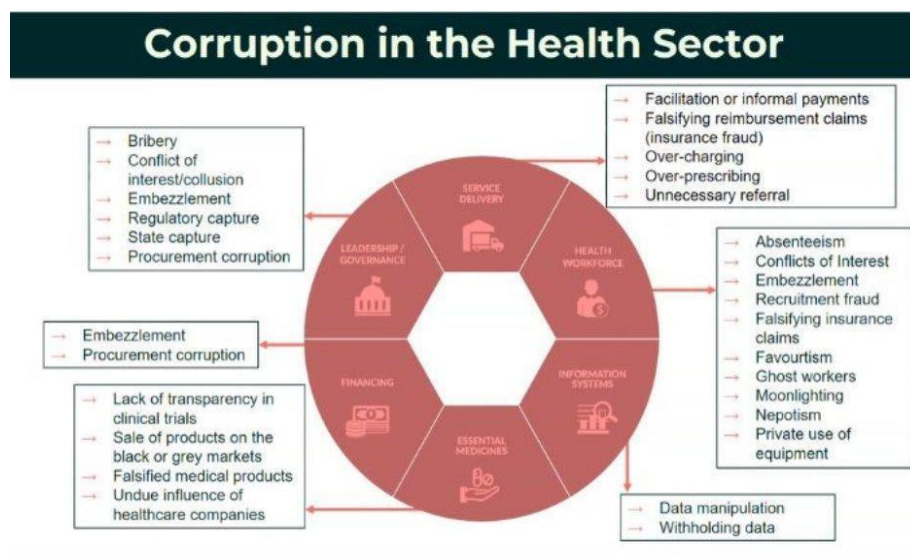
O Greenpeace divulgou o relatório "[Parem As Máquinas: Por uma Amazônia Livre de Garimpo](#)" e a mobilização realizada no Rio de Janeiro. No relatório, são identificadas 176 escavadeiras sendo utilizadas de maneira ilegal dentro de três Terras Indígenas brasileiras, de 2021 até agora, sendo que 75 delas (cerca de 42%) são da marca sul-coreana Hyundai. Esses territórios respondem sozinhos por mais de 90% da área garimpada que existe hoje em Terras Indígenas na Amazônia; e são um retrato dramático do que o garimpo ilegal causa nesses locais: os Yanomami sofrem com malária e desnutrição; e os Kayapó e os Mundurucu são vítimas da contaminação por mercúrio, que tem afetado principalmente mulheres e crianças. Todos esses povos sofrem ainda com o assoreamento e morte dos rios, trabalhos forçados, violências (física, psicológica, sexual) e a destruturação social que o garimpo provoca nas aldeias e comunidades. Na mobilização, ativistas se posicionaram em frente à fábrica da Hyundai em Itatiaia (RJ), fazendo "[um chamado às fabricantes de escavadeiras](#)" para que essas empresas se responsabilizem e ajam para que seu maquinário não seja utilizado em atividades ilegais.



Fotografia: Tuane Fernandes. Ato do Greenpeace em Itatiaia (RJ) em 2023.

Sistemas de saúde e corrupção

O Global Health Center (GHC)⁶¹ organizou um painel para discutir “[Como a corrupção afeta a saúde em todo o mundo?](#)” e o que pode ser feito para combatê-la. Conforme artigo publicado no Lancet, cerca de 10% a 25% dos US\$ 7 trilhões gastos em saúde globalmente todos os anos são perdidos por causa da corrupção, ressaltando que essa quantia excede os investimentos necessários para alcançar a saúde universal até 2030.

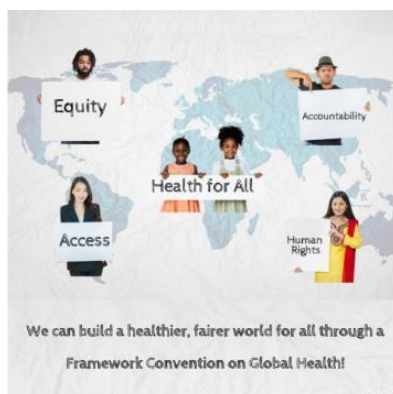


Corruption in the health sector

Fonte: <https://healthpolicy-watch.news/how-does-corruption-affect-healthcare-worldwide/>

Dia Mundial da Saúde

O People's Health Movement⁶² Europe montou uma [campanha de mídia social](#) para trazer o foco de todos para as questões que afligem a saúde das pessoas na Europa, aproveitando a passagem do Dia Mundial da Saúde. A campanha salienta que a saúde não está à venda, bem como denuncia que, até 2030, haverá falta de 2 milhões de profissionais de saúde. Ressalta ainda que os empregos mais precários na área da saúde são executados por mulheres, que são as mulheres que realizam 76% do trabalho de cuidado não remunerado e que os recursos financeiros da saúde pública acabam em mãos privadas para fornecer serviços de saúde precários.



⁶¹ <https://www.graduateinstitute.ch/globalhealth>

⁶² <https://phmovement.org/>

A Framework Convention on Global Health⁶³ lembrou o Dia Mundial da Saúde como [um dia para aumentar a conscientização sobre a importância da saúde e do bem-estar para as pessoas em todo o mundo](#). Lembrou que saúde é uma questão social, determinada socialmente e que as iniquidades impedem muitas pessoas de usufruir de um direito fundamental.

A World Heart Federation⁶⁴ e a NCD Alliance⁶⁵ divulgaram um [novo curso da NCD Academy: Health Equity and Social Determinants of Health in NCDs](#). O curso tem como objetivo “educar e aumentar a conscientização sobre as desigualdades na saúde e fornecer suporte sobre como abordá-las para alcançar cuidados equitativos para todos.” O lançamento do curso foi no Dia Mundial da Saúde que teve como tema *Saúde para Todos*.

A Wonca aproveitou a passagem do Dia Mundial da Saúde para ressaltar a [importância da atenção primária à saúde](#) como estratégia para alcançar a saúde para todos.

Doenças Infecciosas

A CARE International denunciou que a [pandemia de cólera](#) ameaça milhões de mulheres grávidas e lactantes em vários países. Segundo o comunicado, a cólera tem se espalhado rapidamente desde o início do ano, impulsionada pelas mudanças climáticas, desastres relacionados a essas mudanças e conflitos. A análise da CARE mostra que essa disseminação afeta principalmente países com altos níveis de desigualdade de gênero. E como a cólera afeta particularmente mulheres e crianças, a organização pede dados desagregados sobre populações em risco para melhorar a resposta humanitária.

A CARE também aponta que, antes do ciclone tropical Freddy atingir a costa, o Malawi já estava vivendo o pior [surto de cólera](#) em décadas. O ciclone, segundo a ONU, deslocou cerca de 660.000 pessoas no sul do Malawi, provocou 676 mortes e 537 pessoas continuam desaparecidas. A CARE distribuiu kits de água, saneamento e higiene.

A Drugs for Neglected Diseases initiative⁶⁶ (DNDi) destacou o trabalho de pesquisadores africanos e europeus para viabilizar o Roteiro para Doenças Tropicais Negligenciadas da Organização Mundial da Saúde e reduzir a carga de [doenças associadas a infecções por vermes](#). Um consórcio multidisciplinar, envolvendo diversas instituições na África Subsaariana e na Europa, trabalhará em conjunto para estabelecer uma nova plataforma de ensaios clínicos e melhorar a infraestrutura de pesquisa clínica em países da África.

No [Dia Mundial da Doença de Chagas](#), 14 de abril, a DNDi reforçou os apelos à ação da comunidade científica e das associações de pacientes por meio da Carta de Santa Cruz de 2018 e do Manifesto de Bogotá de 2022. Entre as recomendações prioritárias, destaca que é preciso melhorar o acesso a diagnósticos e tratamentos, aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento para obtenção de novas ferramentas diagnósticas e tratamentos mais simples e seguros, melhorar a vigilância e controle de doenças, bem como ampliar a notificação compulsória e aumentar a divulgação e a participação das pessoas afetadas.

Em comemoração do [Dia Mundial da Doença de Chagas](#), 14 de abril, a World Heart Federation publicou notícia sobre a importância da detecção precoce na Atenção Primária, a necessidade de se estabelecer sistemas de vigilância epidemiológica e de notificação em todos

⁶³ <https://fcghalliance.org/>

⁶⁴ <https://world-heart-federation.org/>

⁶⁵ <https://ncdalliance.org/>

⁶⁶ <https://dndi.org/>

os países, e de cuidados integrais aos indivíduos e comunidades afetadas. Especialistas em saúde pública e cientistas estimam que cerca de 7 milhões de pessoas estejam infectadas e que mais de 70 milhões de pessoas tenham risco de serem infectadas em todo o mundo. A situação é agravada pelos impactos e desafios decorrentes da pandemia de COVID-19.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento divulgou a [Semana Mundial de Imunização](#) (24-28/04) que visa destacar a ação coletiva necessária para proteger as pessoas de doenças evitáveis pela vacinação.

Conflitos armados

A CARE International denunciou que o conflito armado no Sudão vai piorar [a situação humanitária](#) no país. O conflito está acontecendo dentro e ao redor de áreas residenciais, exacerbando a crise humanitária, com mais de 11 milhões de pessoas com dificuldades para satisfazer suas necessidades mínimas de alimentação. A CARE condena os combates em curso e pede o fim das hostilidades e a priorização da proteção dos civis.

O Conselho Internacional de Enfermeiros⁶⁷ (ICN), está pedindo um [cessar-fogo imediato no Sudão](#), onde facções militares rivais estão em uma luta pelo poder que até agora resultou em mais de 180 mortos e 1.800 feridos e na destruição ou interrupção de serviços de saúde. O Diretor Executivo do ICN afirmou que “se a comunidade internacional não agir quando as leis humanitárias internacionais forem tão flagrantemente violadas, o risco é que isso se normalize, o que é abominável e inaceitável”.

Foram relatados [combates intensos](#) entre as Forças Armadas do Sudão e as Forças de Apoio Rápido em Jartum e outras partes do Sudão. Muitas pessoas foram detidas, incluindo profissionais de saúde. Os Médicos Sem Fronteiras⁶⁸ (MSF) têm recebido centenas de pacientes feridos nos hospitais onde atuam. A organização alerta que os hospitais estão sem suprimentos como remédios e sangue para transfusões. Também houve corte de energia na cidade, desde o início dos combates, e o abastecimento de combustível para o gerador do hospital está acabando.

A International Federation of Social Workers⁶⁹ divulgou notícia sobre [os desafios dos assistentes sociais no leste da República Democrática do Congo](#). Embora seja o segundo maior país do continente africano, com recursos naturais excepcionais, como cobalto, cobre, urânio, ouro, entre outros, o povo não se beneficia disso. O país vive sob uma pobreza extrema resultante da exploração das riquezas minerais por multinacionais e governo, que produzem conflitos, instabilidade, agitação política e regimes autoritários que levam a crises humanitárias persistentes. Nesse contexto, assistentes sociais enfrentam muitos desafios para reduzir a violência, facilitar a co-construção das economias locais e defender o fim da superexploração de seu país.

Força de trabalho em saúde

A International Federation of Medical Students' Associations repercutiu o discurso do diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, sobre a [escassez de 10 milhões de trabalhadores da](#)

⁶⁷ <https://www.icn.ch/>

⁶⁸ <https://www.msf.es/>

⁶⁹ <https://www.ifsw.org/>

saúde em todo o mundo até 2030, acrescentando que não adianta ter coisas ou ferramentas, se não se tem pessoal.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) participou do [5º Fórum Global sobre Recursos Humanos para Saúde](#) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e fez uma série de intervenções sobre os desafios enfrentados pela força de trabalho global em saúde. O ICN ressaltou que é preciso encontrar soluções para a agenda global de saúde, que inclui o envelhecimento da população, doenças não transmissíveis, promoção da saúde e prevenção de doenças.

O Conselho Internacional de Enfermeiros solicita aos governos que tomem medidas urgentes para proteger, ampliar e reenergizar a [força de trabalho global de enfermagem](#), para que a Cobertura Universal de Saúde (UHC) possa se tornar uma realidade até a data-limite de 2030.

A International Federation of Social Workers⁷⁰ firmou parceria com o Grupo de Interesse Especial de Pesquisa da Força de Trabalho Social (WRSIG) para hospedar uma rede global informal de pessoas interessadas em [pesquisas sobre o ambiente de trabalho dos assistentes sociais](#). A presidente do SIG, Dra. Paula McFadden declarou: “A parceria com a IFSW ampliará nosso escopo e alcance, permitindo-nos informar profissionais, empregadores, educadores, órgãos profissionais e reguladores em todo o mundo para criar conhecimento para melhorar as condições de trabalho e apoiar as melhores práticas para usuários de serviços, famílias, cuidadores e grupos”.

Avaliação de Políticas Públicas

O Greenpeace apontou os [avanços brasileiros obtidos nos 100 primeiros dias de Governo Lula](#), mas ressaltou que há muito mais a fazer, em especial, nas pautas relativas a: clima, ecossistemas, agricultura e alimentação. De maneira análoga, a Oxfam Brasil publicou um artigo que versa sobre a [avaliação das dez medidas esperadas pela instituição em relação ao novo governo federal](#) brasileiro. Das dez, sete foram avaliadas como “em andamento” (ex. Retomada dos compromissos climáticos e das políticas ambientais), duas como “concluídas” (ex. Aprimoramento do Bolsa Família), e a taxa extra-ordinária de super-ricos, como “não iniciada”.

Hélio Santos, presidente do Conselho da Oxfam Brasil, participou do Congresso GIFE 2023 (GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Segundo ele, o país precisa adaptar suas políticas públicas para atender as diferentes [violências geradas pelas desigualdades, como a fome](#), estipulando recortes de raça, gênero, geração e região na construção e aplicação dessas políticas. Hélio lembrou que o Brasil é capaz de construir bens sofisticados, mas não consegue impedir que crianças morram de desidratação e desnutrição, e que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são eficazes para combater a pobreza, mas não as desigualdades.

Saúde do idoso

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) repercutiu a publicação, pela OMS, do guia “Acelerar o desenvolvimento de [cidades e comunidades Amigas do Idoso](#)”,

⁷⁰ <https://www.ifsw.org/>

acrescentando que esta é uma das melhores maneiras de maximizar as oportunidades oferecidas por vidas mais longas para todos.

Acesso equitativo a medicamentos

A DNDi [publicou contratos-modelo](#) como novos exemplos de como os princípios que garantem o acesso a medicamentos podem ser operacionalizados em acordos de colaboração em pesquisa e desenvolvimento. O artigo publicado pelo Journal of Intellectual Property Law & Practice mostra como acordos equitativos de acesso a medicamentos podem ser firmados com a indústria farmacêutica.

Tratado/Acordo pandêmico

The [People's Vaccine Alliance](#)⁷¹ informou que se juntou às ONGs que denunciam os Estados Unidos por tentar [excluir o público da visualização dos rascunhos do Acordo Pandêmico](#) que está sendo negociado pelos estados membros da OMS. As organizações enviaram uma carta ao Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos EUA e ao Secretário de Estado pedindo transparência no processo de negociação. A carta critica a postura da China e dos EUA em se opor à proposta da União Europeia que sugere que todas as partes interessadas tenham acesso aos rascunhos do Acordo. As ONGs alertaram que essa exclusão do público mina a confiança no processo de negociação e que o acesso exclusivo a esses documentos por grupos de interesse privados é inadequado para a definição de normas de saúde pública.

Promoção da saúde

A ACT⁷² continua acompanhando o [caso da publicidade da Coca-Cola na estação de metrô Botafogo](#), no Rio de Janeiro, que foi removida em novembro de 2022 após pressão de 50 organizações lideradas pela ACT Promoção da Saúde. A ACT criticou a venda do nome de um espaço público para promover uma marca de produtos nocivos à saúde, em desrespeito ao patrimônio cultural imaterial representado pelo nome da estação, por um valor considerado irrisório em relação ao lucro da empresa.

A ACT Promoção da Saúde lançou seu [boletim mensal](#) que apresenta aspectos jurídicos das causas trabalhadas pela ACT, notícias, agenda e oportunidades. Esse mês foi intitulado "Campanha joga luz na indústria de ultraprocessados", manifesto pela reforma tributária 3S, entrevista com diretor-geral do Inca e fatores de risco de câncer. Boletim 190".

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Saúde do idoso

Consortium of Universities for Global Health divulga artigo sobre : Recursos sobre [capacitação em cuidados geriátricos](#) em países de baixa e média renda O cuidado geriátrico é um problema em países de baixa e média renda e a capacitação é uma solução.

Acidentes de trânsito

Consortium of Universities for Global Health divulga artigo sobre [Risco de fatalidade e questões de desigualdade entre utentes vulneráveis das estradas na África do Sul](#). Os efeitos contextuais do ambiente físico e social contribuem para a proteção desigual de uma grande proporção de usuários das vias, especialmente em países de baixa e média renda como a África

⁷¹ <https://peoplesvaccine.org/>

⁷² <https://actbr.org.br/>

do Sul onde o planejamento urbano distorcido e as disparidades socioespaciais do apartheid ainda prevalecem.

Dia Mundial da Saúde

GAVI, The Vaccine Alliance publicou relatório acerca da necessidade de acelerar a ação na agenda de saúde da África. A Nova Ordem de Saúde Pública do CDC da África defende iniciativas e investimentos em áreas críticas de [políticas e práticas de saúde no continente africano](#).

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou o documento [Dia Mundial da Saúde: 8 tendências que moldam a saúde global](#), incluindo a inflação, o esgotamento do trabalhador, o diagnóstico assistido por IA e a medicina de precisão.

Doenças Infecciosas

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou um relatório, informando que [prever epidemias não é fácil](#). Um novo conjunto de dados globais recentemente desenvolvido demonstra que não há um aumento global claro de surtos de doenças infecciosas ao longo do tempo, bem como pode sugerir quais países provavelmente seriam afetados por um surto.

GAVI, The Vaccine Alliance, publicou o artigo “A visão da linha de frente: como a Nigéria está lidando com o ressurgimento da [febre de Lassa](#)”. Para os médicos, enfermeiros, zeladores e epidemiologistas na linha de frente, lutar contra a última onda de febre de *Lassa* na Nigéria é exaustivo, mas compensador.

GAVI, The Vaccine Alliance, disponibilizou um relatório acerca de como as equipes de saúde estão trabalhando para conter surtos do [vírus Marburg](#) na Guiné Equatorial e na Tanzânia.

GAVI, The Vaccine Alliance, publicou documento com “Perguntas e respostas: lições sobre COVID podem aliviar [surto de cólera na África](#)”.

GAVI, The Vaccine Alliance, alertou que o atual [surto de cólera no Quênia](#) é um risco mortal para as populações agrupadas dos assentamentos informais de Nairóbi.

GAVI, The Vaccine Alliance informa que a [pandemia de COVID corre o risco de causar danos duradouros à assistência social para adultos](#). A pandemia de COVID deixou consequências persistentes tanto para as pessoas que recebem cuidados e apoio social adulto na Inglaterra, quanto para a força de trabalho que os presta.

Vacinas

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou relatório sobre a [implantação da vacina contra a COVID 19](#) e a remoção de obstáculos para aumentar os níveis de cobertura

GAVI, The Vaccine Alliance informa que [cobertura da vacina COVID-19](#) continua a aumentar em países de baixa renda. A instalação COVAX enviou quase dois bilhões de doses em todo o mundo, garantindo que os profissionais de saúde e idosos em países de baixa renda estejam protegidos contra um vírus que ainda está ceifando vidas em todo o mundo.

GAVI, The Vaccine Alliance, discutiu estratégias para aumentar a cobertura vacinal da população de Gana, mobilizando a comunidade [por meio de estratégias centradas no ser humano](#). Em meados de 2022, apenas 36% da população elegível em Gana havia sido vacinada

contra a COVID-19. As mais recentes técnicas da ciência comportamental ajudaram a virar a maré.

GAVI, The Vaccine Alliance elencou cinco coisas que se precisa saber sobre a nova [vacina contra a malária R21](#). Gana é o primeiro país a aprovar uma nova vacina contra a malária que pode salvar milhões de vidas nas regiões mais afetadas pela malária do mundo.

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou artigo sobre os efeitos da [Vacina Sanofi](#): o que saber sobre este reforço COVID a base de proteína que está sendo oferecido no Reino Unido.

GAVI, The Vaccine Alliance, em uma publicação, questiona: Por que focar nas mortes por COVID subestima os [danos à saúde causados pela pandemia](#)? Um novo estudo tentou quantificar os efeitos da pandemia na saúde global, pesquisando pessoas em 13 países.

A Fundação Bill e Melinda Gates divulga preocupação do Centro de Controle de Doenças norte-americano com o [vírus Shigella](#), sua resistência a medicamentos e indisponibilidade de vacina eficaz. A Fundação afirma estar desenvolvendo uma vacina candidata destinada a fornecer ampla proteção contra as formas de Shigella causadoras de doenças mais comuns.

A Fundação Bill e Melinda Gates divulga podcast próprio em que trata da história e importância das [seringas](#), ferramentas subestimadas que tornam a medicina moderna e as vacinas possíveis.

GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou uma nova iniciativa de aprendizado para enfrentar as barreiras finais para a [equidade na imunização](#). Trata-se do Zero-Dose Learning Hub (ZDLH), um novo mecanismo para identificar e alcançar as milhões de crianças que ainda não receberam uma única vacina de rotina – crianças “dose zero”.

GAVI lançou um aplicativo móvel, o HelpMum, baseado em IA para ajudar as mães nigerianas a manterem atualizados os [calendários de imunização de seus bebês](#). A HelpMum, uma empresa social, construiu um aplicativo Rastreador de Vacinas, disponível para download em smartphones. Ele permite que as mães se registrem com nome, telefone e endereço residencial e solicita que especifiquem o hospital de parto e também tem a oportunidade de vacinar as crianças. Após o registro, o aplicativo exibe um painel que mostra aos usuários a próxima data de vencimento e os detalhes da vacina.

GAVI destacou a experiência de uma comunidade rural do Malawi, em que lideranças femininas incentivaram grupos da aldeia a levantarem fundos para construção de abrigos para a vacinação de seus membros mais jovens e vulneráveis, com o objetivo de aumentar a [cobertura vacinal](#).

A GAVI, The Vaccine Alliance publicou o documento intitulado [A engenharia genética poderia nos tornar à prova de vírus](#)? Os geneticistas sintetizaram uma cepa de E Coli que contém um firewall contra vírus invasores. Os vírus são essencialmente máquinas de replicação que operam sequestrando o código genético de um hospedeiro para produzir proteínas virais e replicar continuamente até que as partículas virais saiam das células hospedeiras. Desvendar o código genético poderia ser a maneira de impedir a replicação do vírus e interromper uma infecção viral, o que poderia um dia ter implicações na prevenção de doenças humanas.

Crise climática e crise humanitária

O Center for Strategic and International Studies⁷³ publicou um Relatório de Neelima Jain e Richard M. Rossow sobre [um plano para cooperação direcionada em energia renovável com os principais estados indianos](#). A Índia como um dos líderes mundiais em capacidade de geração de energia renovável não atingiu sua meta de final de ano de 175 GW por uma margem significativa, pelo qual, atingir metas com prazo determinado exigirá que o país resolva desafios sistêmicos no nível estadual. Contudo, muitas barreiras persistem, incluindo energia renovável distribuída lentamente, saúde financeira precária das empresas de distribuição de eletricidade, disponibilidade de terras e infraestruturas limitadas para integração renovável e falta de opções de financiamento. O relatório avalia tais perspectivas de várias partes interessadas em nível estadual, identificando barreiras estaduais à instalação de energia renovável.

O Center for Strategic and International Studies publicou em 13 de abril de 2023 o artigo [“Paralisia: a resposta da comunidade internacional à crise no Haiti.”](#) Debate-se o apoio internacional para lidar com a crise do Haiti, o que gerou uma série de visitantes de alto nível dos EUA, Canadá e outros visitantes ao Haiti ante a urgência de ação internacional, no entanto, uma desconcertante desconexão permanece entre a resposta da comunidade internacional e os pedidos de ajuda do Haiti. As respostas internacionais enquadraram-se no contexto de uma “ação armada”, “operação de segurança”, quando o país precisa de apoio econômico, humanitário, em saúde, governança e reconstrução institucional.

Racismo e suas consequências na saúde

A Fundação Bill e Melinda Gates divulga podcast próprio em que trata da crise atual [da mortalidade materna](#) e como ela afeta as mulheres negras nos Estados Unidos. Segundo as participantes, “a exposição crônica ao [estresse do racismo](#) pode ter um grande impacto nos resultados da gravidez”.

Nutrição materna

O Center for Strategic and International Studies publicou uma entrevista [Intitulada Investimentos no Futuro: revertendo o estado terrível da nutrição materna](#); com a participação de Anita Kirschenbaum, Zane Swansone e Caitlin Welsh, publicado em 14 de abril de 2023, abordando o tema onde mais de um bilhão de meninas e mulheres adolescentes sofrem de desnutrição. A nutrição desempenha um papel crítico na saúde materna e infantil, ainda assim o estado global de nutrição materna não progrediu significativamente desde os anos 2000

Força de trabalho em saúde

A World Federation of Occupational Therapist disponibilizou artigo sobre uma [pesquisa global sobre educação em terapia ocupacional](#): resultados e implicações para a educação em nível de diploma. Trata-se dos resultados da Pesquisa Global da WFOT realizada para entender as questões que afetam a transição para a educação de nível superior em jurisdições que continuam a oferecer programas de diploma.

A GAVI divulgou a ação dos agentes comunitários de saúde na Etiópia na [promoção da saúde](#). O país tem um programa nacional de saúde comunitária que visa aumentar a disponibilidade de serviços básicos de saúde e promover estilos de vida saudáveis. Para isso, utiliza atividades de base comunitária, incluindo visitas domiciliares. Um estudo analisou a

⁷³ <https://www.csis.org/>

associação entre esse programa de agentes de saúde e 12 indicadores de saúde e bem-estar de adolescentes. O programa se concentra principalmente na prevenção de doenças e promoção da saúde. Os agentes de saúde na Etiópia tiveram um impacto mensurável em desafios interconectados, como casamento infantil, gravidez na adolescência e evasão escolar.

A GAVI também destacou a ação [de um trabalhador da poliomielite](#) que anda de moto e salva vidas na zona rural do Paquistão. Amina Khaskheli descobriu que pode alcançar mais crianças em duas rodas do que em dois pés – então é isso que ela está fazendo. Se a visão dela em sua bicicleta incomodou alguns espectadores conservadores, também inspirou muitas meninas.

Câncer cervical

GAVI, The Vaccine Alliance, lembra a importância de vencer o [câncer de colo do útero](#). Mais de 3.200 mulheres quenianas morrem de câncer cervical que poderia ser evitado com a vacinação. Também disponibilizou orientações sobre como o [câncer do colo do útero](#) pode ser derrotado - a chave é vacinar as meninas, pois esse é um dos cânceres mais comuns em mulheres. As taxas de mortalidade na África subsaariana são três vezes maiores do que a média global.

EVENTOS

Saúde Planetária

A Planetary Health Alliance divulgou [o painel interuniversitário sobre Saúde Planetária](#) realizado pela Organização de Colaboração Internacional IDEC da Universidade de Hiroshima, em 21 de abril, no Japão, em preparação para a Cúpula do G7 em Hiroshima.

Com o slogan "Quem tem saúde tem esperança, e quem tem esperança tem tudo", a [Planetary Health Alliance](#) celebrou o Dia Mundial da Saúde, 07 de abril, e divulgou o 17º Congresso Mundial de Saúde Pública, evento organizado pela Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) que ocorrerá em Roma/Itália, de 2 a 6 de maio, com foco especial na saúde planetária.

Força de trabalho em saúde

International Hospital Federation anunciou que a Sociedade Americana para Administração de Saúde em Recursos Humanos (ASHHRA) estará sediando a maior e mais longa [conferência de recursos humanos em saúde](#) nos EUA de 23 à 25 de abril, com apresentadores e participantes das maiores e mais prestigiadas instituições de saúde, esta é a principal conferência de RH de saúde do ano.

O People's Health Movement realizou um [webinar](#), no dia 19 de abril, sobre a estigmatização dos profissionais de saúde em contextos de conflito armado. Os profissionais de saúde em todo o mundo estão enfrentando diferentes tipos de repressão e uma parte significativa é estigmatizada ou rotulada quando trabalha em zonas de conflito.

Economia do Bem-Estar

Em 26 de abril, o diretor da Planetary Health Alliance, Dr Samuel Myers, apresentou [o webinar](#) "Por que sua vida depende da reestruturação da economia", com enfoque nos impactos das mudanças ambientais causadas pelo homem na saúde e bem-estar e na necessidade urgente de fazer a transição para uma Economia do Bem-Estar.

Instrumento Pandêmico e do Regulamento Sanitário Internacional

O Global Health Centre divulgou o [painel](#) “Evitando uma rota de colisão? Além do Instrumento Pandêmico e do Regulamento Sanitário Internacional”, realizado no formato híbrido em 26 de abril, pela Plataforma Internacional de Saúde Global de Genebra. A Covid-19 expôs as principais lacunas na preparação, prevenção e resposta (PPR) globais à pandemia e gerou debates profundos sobre como reformar o cenário jurídico global para responder melhor à próxima pandemia.

Inovação digital, tecnologias e direito à saúde

O Global Health Centre divulgou o “Evento paralelo do Conselho de Direitos Humanos da ONU: inovação digital, novas tecnologias e direito à saúde”. O [evento ocorrerá em 23 de junho de 2023](#), pela Plataforma Internacional de Saúde Global de Genebra. Este evento compartilhará um novo relatório temático para o Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre inovação digital, tecnologias e direito à saúde do Relator Especial da ONU sobre o Direito de todos ao desfrutar do mais alto padrão atingível de saúde física e mental.

International Hospital Federation divulga a Conferência e Exposição Global de Saúde a ser realizada de 17 à 21 de abril 2023 em Chicago, que reúne líderes de pensamento disruptores e agentes de mudança que representam todos os setores globais de [informações e tecnologias em saúde](#).

Consortium of Universities for Global Health disponibilizou a inscrição do [4º Congresso Mundial de SEPSE](#) que ocorreu de 25 a 26 de abril de 2023, na modalidade virtual. O evento contará 85 palestrantes de mais de 30 países que abordarão todos os aspectos da sepse, incluindo o link para pandemias e RAM, o papel da IA, ML, big data, paciente segurança, o impacto da política, design de ensaio inovador e as pesquisas mais recentes.

Inovação farmacêutica

O Global Health Centre realizou, no dia 13 de abril, o evento de divulgação de resultados da [pesquisa sobre inovação farmacêutica](#), com o tema “A ascensão da inovação farmacêutica no sul global: pintando com novas cores”. O GHC aponta que a distribuição globalmente desigual de tecnologias de saúde é uma questão de grande preocupação e está em alta no debate público e político. Abordar esse problema requer a compreensão do complexo ecossistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D) farmacêutico.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) e a Associação Canadense de Enfermeiras (CNA) anunciaram parte da [programação do Congresso do ICN](#) que ocorrerá em Montreal, de 1 a 5 de julho de 2023. O ex-diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PAM), David Beasley, participará da sessão plenária intitulada 'Construir um futuro melhor hoje' que visa promover a importância da colaboração e parceria na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assistência de segurança no Oriente Médio

O Evento de [Assistência de segurança no Oriente Médio](#) realizado pelo Center for Strategic and International Studies; patrocinado pelo Programa Oriente Médio no dia 19 de abril de 2023. Uma conversa com o Dr. Robert Springborg e o Dr. Hicham discutiram sobre a Assistência de Segurança e Apoio Público para Militares Árabes e da UE.

Congresso Mundial de Saúde Pública

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública intensificou na última quinzena a divulgação da realização do 17º Congresso Mundial de Saúde Pública, a ser realizado em Roma, de 2 a 6 de maio de 2023. Como tema geral “[O mundo em turbulência: oportunidade de focar na saúde pública](#)”, o Congresso terá oito sessões plenárias: Não há saúde pública sem saúde planetária; Determinantes Sociais da Saúde: Perpetuando ou Combatendo as Iniquidades em Saúde?; Inteligência Artificial e Saúde Digital: Oportunidades e Ameaças à Saúde Pública; Covid-19: o desafio contínuo, as lições aprendidas e como prevenir a próxima pandemia; Saúde mental e bem-estar social: uma prioridade ao longo da vida; Doenças evitáveis por vacinação e confiança nas vacinas: melhorando o conhecimento e restaurando a confiança; Habilidades e capacidade para melhorar a saúde: aumentando a força de trabalho global em saúde pública; e Conflitos e Saúde Pública: Prevenção, Respostas, Recuperação, Reabilitação e Reconciliação.

International Hospital Federation divulga o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#) a ser realizado em Lisboa de 25 à 27 de outubro.

Cooperação Internacional em Saúde

No dia 17 de abril, a IANPHI e o Instituto de Saúde Global Emory receberam uma delegação brasileira de líderes de saúde, entre elas a Fiocruz, para explorar novas [oportunidades de cooperação](#), pesquisa e treinamento em saúde global.

Saúde Pública e Bem-estar

Os diretores dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da Europa se reunirão em Lisboa, Portugal, nos dias 20 e 21 de abril de 2023, na [Reunião Anual](#) da IANPHI Europe, para analisar e debater o futuro da saúde pública europeia. O encontro tem como nome “Saúde pública e bem-estar nos próximos 10 anos: novos desafios, novas respostas?”.

Migração e Saúde

Consortium of Universities for Global Health divulga cursos da parceria entre o Instituto Pegasus e a Mc Gill para oferecer cursos aos estudantes interessados em como [a migração, o conflito e o meio ambiente moldam a saúde humana](#). Os cursos: “Introdução à Migração e Saúde” e “Meio Ambiente e Saúde Global” exploram conexões entre eventos maiores do mundo e a saúde de populações e indivíduos.

Mudança Climática e Saúde

Consortium of Universities for Global Health divulgou a realização do evento: Saúde global em uma encruzilhada: [Equidade, Mudança Climática e Ameaças Microbianas](#), que ocorreu entre 14 e 16 de abril em Washington DC.

COMENTÁRIOS FINAIS

Tanto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quanto as de Interesse Privado, enfatizaram a crise ambiental em suas manifestações, considerando os seus efeitos na saúde, sobretudo, dos grupos mais vulneráveis da população mundial. Lembraram que o pagamento de dívida, em particular, e as desigualdades sociais, em geral, devem ser enfrentadas como parte da compensação das perdas e danos das populações que mais atingidas (que são as que menos contribuem para o aquecimento global). Os impactos da crise climática na segurança alimentar e na saúde mental também foram destacados. Uma nota curiosa da ActionAid

International mostra que os cidadãos estão recorrendo ao Judiciário para cobrar do governo suíço a inação frente à crise ambiental.

Sobre a equidade de gênero, foram relatadas ações para impulsionar o empoderamento das mulheres, refletindo sobre a força de trabalho em saúde, onde as mulheres são maioria das profissionais na área médica. O avanço da homofobia em Uganda, com a aprovação de uma lei anti-homossexualidade que prevê, inclusive a pena de morte, foi também denunciado.

O apoio aos povos indígenas ganhou importância nesta quinzena, destacando-se o caso brasileiro. As lutas por demarcação de território e contra a violência sistemática do agronegócio e dos garimpos no Brasil foi marcada, nesta quinzena, pela convocação 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), entre 24 e 28 de abril.

Outros temas destacados foram: as doenças infecciosas, notadamente, o novo surto de cólera na África e o Dia Mundial da Doença de Chagas; os conflitos armados, tendo ganho proeminência o caso do Sudão; a força de trabalho em saúde, por conta do 5º Fórum Global sobre Recursos Humanos para Saúde da OMS; e a avaliação (positiva, em geral) dos primeiros 100 dias do Governo Lula.

No caso das OSC de interesse privado, os temas mais destacados foram as vacinas, especialmente as questões da cobertura e do desenvolvimento tecnológico; as doenças infecciosas, incluindo a cólera, a febre de Lassa e o Marburg que têm atingido países africanos; a crise climática; e a força de trabalho em saúde.

Enfim, as OSC mantiveram-se bastante ativas, acompanhando de perto a evolução da situação de saúde em todo o mundo e participando dos fóruns globais, sempre em defesa da equidade em saúde.

Os *grassroot movements* e suas relações com os maiores desafios do século

Rafaella Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

“É em tempos críticos como estes que a sociedade civil se mostra vital. A sociedade civil presta serviços essenciais, ajuda e defende as vítimas, monitora os direitos humanos e coleta provas de violações para pedir contas aos responsáveis. Mas, por fazer isso, a sociedade civil fica sob ataque. Ela é tanto apanhada no fogo cruzado quanto deliberadamente visada.” (CIVICUS, 2023)



Neste informe iremos explorar o *State of Civil Society Report* da Civicus <https://www.civicus.org/index.php/state-of-civil-society-report-2023>, Informe sobre o Estado da Sociedade Civil 2023, documento de 86 páginas que analisa as ações da sociedade civil dentro dos maiores desafios dos últimos anos, tendo o ano de 2022 como palco principal. Dividido em seis capítulos principais que serão dissecados e relacionados com outros eventos abaixo, o relatório já está disponível em português. As seis entradas serão exploradas e apresentadas as 3 ações propostas pelo relatório para enfrentar o desafio em questão e junto delas serão também abordados e anexados documentos e notícias externas ao *report*, mas que corroboram os aspectos tratados, esses serão marcadas por hiperlinks.

O relatório expõe as falhas por trás das maiores Organizações Internacionais e como, quando o assunto é linha de frente, a sociedade civil ocupa as trincheiras, defendendo direitos humanos, abrindo e mostrando como é profunda a ferida da crise econômica e como a democracia que temos é frágil, manipulável e disfuncional e falha nos momentos em que deveria proteger seus cidadãos através de - olhe só - princípios democráticos que não se estendem a toda população. Por levar em si ações destemidas, a sociedade civil organizada e combativa também é vista como alvo, relatados como “contra-poder” e “contra-narrativa” competindo por recursos e por isso devem ser controlados por seus governos. Ucrânia, Etiópia, Síria, Chile, Afeganistão - as principais iniciativas de ação, e não de palavras vazias, foram tomadas pela sociedade civil organizada.

No hall de honra dos ativistas da sociedade civil: o médico de saúde pública Dr Zafrullah Chowdhury, que faleceu no dia 11 de Abril. <https://www.dhakatribune.com/bangladesh/2023/04/11/dr-zafrullah-chowdhury-no-more>

Doutor Chowdhury tinha 30 anos quando saiu da Inglaterra - onde estava estudando - e pegou um voo de volta a Delhi para participar da recém estourada Guerra pela Independência. “Freedom Fighter”, como o descreveram os jornais, fez parte de alguns episódios de guerrilha e logo depois abriu um hospital rural para tratar guerrilheiros feridos e refugiados. Após a independência, ele se dedicou à saúde rural do país, fazendo parte de um comitê que impulsionou a produção nacional de medicamentos e o desenvolvimento dos cuidados rurais nacionais, além de campanhas para eliminação de medicamentos danosos - políticas públicas que serviram de inspiração ao redor do mundo.

Também foi o idealizador do “Bangladesh Field Hospital of the Liberation War” depois renomeado Gonoshasthaya Kendra por motivos políticos, clínica rural de invejável alcance.

[“Os voluntários do Kendra iam à aldeia por iniciativa própria, viviam na aldeia e, levando consigo os aldeões, decidiam os programas necessários.”](#)

[As funções de Gonoshasthaya Kendra podem ser divididas em duas categorias: serviços diretos e serviços indiretos. A primeira fase inclui apoio à agricultura, escolas comunitárias, centros de saúde primários e hospitais, treinamento técnico para mulheres, desenvolvimento nutricional, gerenciamento de desastres e socorro, etc. São algumas fontes de renda de Gonoshasthaya Kendras. \(...\) Gonoshasthaya Kendra foi pioneira ao introduzir o conceito de paramédico em Bangladesh.”](#)

Informe Civicus

A resposta a conflitos e crises

“Muitos outros conflitos e crises correram o risco de serem ofuscados pela guerra da Ucrânia, embora todos eles tenham sido eventos que mudaram a vida daqueles que foram forçados a suportá-los” (CIVICUS, 2023)

A existência de conflitos armados e ebulições violentas não foi ímpar no ano de 2022, porém, certos acontecimentos foram especialmente televisionados. O conflito entre Rússia e Ucrânia foi assunto diário desde que Putin mobilizou suas tropas no dia 24 de Fevereiro de 2022. Num relatório divulgado em 12 de Abril pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) <https://www.cncd.be/Hausse-record-de-l-aide?lang=fr>

é possível observar um montante recorde de *Official Development Aid*, tendo a maior parte desse valor ido para Ucrânia e seus refugiados, com os Estados Unidos encabeçando as doações. Nossa colocação não é uma crítica às políticas de transferência de dinheiro em si - apesar de todos seus problemas - mas sim à solidariedade seletiva.

[“Em conclusão, a guerra na Ucrânia teve impactos extremamente significativos na ODA internacional: uma explosão da ODA artificialmente inflada pelo custo de acolhimento de refugiados, em particular ucranianos; um fortalecimento da tendência de aumentar a ajuda aos países de renda média \(incluindo a Ucrânia\) em vez dos países menos desenvolvidos, particularmente na África subsaariana; e um aumento na proporção da ajuda humanitária, bem como dos empréstimos, no total da APD.”](#)

Enquanto isso, outros conflitos são esquecidos numa combinação de interesse e proximidade social (Nelson Trakinas, sobre os Valores Notícia) e interesse político (a mina de ouro estrangeira que se tornou a guerra NA Síria, porque não é, e se é que algum dia foi, mas DA Síria), num looping inflado pela indústria bélica e lutas por uma liberdade ficcional dentro da *neoliberal peace agenda*.

“Não há como resolver uma crise, construir a paz e promover a reconciliação na ausência de uma sociedade civil diversificada, com recursos adequados e capacitada, trabalhando em condições em que o espaço cívico seja respeitado em vez de restrito. Já é hora de se aprender essa lição.

3 Ideais para Ação:

1. Em todo o mundo, os conflitos estão causando uma devastação evitável em escala incalculável, com imensos custos econômicos, ambientais, sociais e humanos. A sociedade civil deve continuar a defender e fazer campanha contra a militarização e o belicismo e intensificar as iniciativas de construção da paz e de resolução de conflitos.

2. A documentação dos crimes de guerra e a coleta de provas de violações dos direitos humanos é uma pedra angular dos esforços para responsabilização. Os civis devem continuar engajados com o mecanismo internacional de direitos humanos na coleta de provas, e as organizações internacionais devem se comprometer a trabalhar com a sociedade civil para documentar as violações com vistas a um processo judicial.

3. A sociedade civil há muito tempo defende os migrantes, refugiados e deslocados, inclusive prestando serviços essenciais e defendendo seus direitos. Ela deve instar os Estados a respeitar a Convenção sobre Refugiados de 1951 e contribuir para desenvolver novas normas internacionais que reconheçam a realidade da migração e os direitos das pessoas em movimento.” (CIVICUS, 2023).

Mobilizações pela justiça econômica.

“O aumento dos custos dos alimentos e dos combustíveis está empurrando as pessoas para a beira de um precipício em todo o mundo, obrigando-as a ir para as ruas protestar. Além dos contínuos impactos da pandemia, a guerra da Rússia contra a Ucrânia tem desempenhado um papel importante ao elevar os preços do petróleo, gás e produtos básicos como trigo e óleo de cozinha, que são grandes produtos de exportações tanto da Rússia como da Ucrânia. Como consequência, mais de 12.500 protestos foram documentados em 2022, em 148 países em todos os níveis de desenvolvimento econômico. Os manifestantes geralmente culpavam os governos e pediam a eles que os protegessem dos impactos do custo de vida. Em numerosos contextos, a raiva estimulada pela economia aumentou queixas de longa data sobre desemprego, baixos salários e práticas trabalhistas exploradoras, desigualdade econômica e crescente riqueza das elites, corrupção, má governança e negação de direitos civis e políticos. Para muitos que já lutavam para sobreviver, frustrados pela ausência de oportunidades econômicas e forçados a viver com redes de segurança social mínimas e serviços públicos deficitários, o aumento dos preços foi o ponto de inflexão. Ao lado dos protestos de rua, em muitos lugares as pessoas tomaram ações coletivas sob a forma de greves e campanhas de sindicalização” (CIVICUS, 2023)

Alimento, combustível, aluguel, salário e políticas de austeridade de recuperação econômica pós crise do COVID-19 foram os principais motivos para a maioria das mobilizações e protestos ao redor do mundo em 2022 e continuam sendo em 2023, numa espécie de *scarcity conflict syndrome* combinada com *Shock Syndrome*. Indonésia, Panamá, Líbano, Equador, Sri Lanka, Serra Leoa, Irã, Alemanha, França e Inglaterra. Todos vem registrando grandes paralisações causadas por um aumento intolerável no preço de bens comuns de necessidade básica - que deveria, teoricamente, ser providos pelo Estado, mas foram transformados em mercadoria - gerando ondas de desempregados, pessoas em situação de rua, insegurança alimentar e a montagem de um Estado violento de repressão constante, armado para reprimir as manifestações, usando violência física para gerir as insatisfações geradas por violências estruturais, injustiças sociais e econômicas. A situação de cada país é singular e pode ser melhor explorada no relatório, porém, há uma economia comum e cruel e um sistema que está beirando o colapso, como temos visto em quase todos os últimos informes.

Mais cedo neste mês, a Alemanha foi completamente parada por greves contra a falta de aumento salarial frente à crescente inflação do país, França vê protestos contínuos contra a reforma da previdência e a Inglaterra se vê numa disputa por um reequilíbrio econômico após o aumento do custo de vida provocado pelos impactos da guerra. <https://www.youtube.com/watch?v=P6Q5GrhFTBQ>

Nos países “em desenvolvimento”, a crise pelo aumento da dívida externa se agrava, assim como a luta pela narrativa anti-austeridade, procurando uma alternativa sustentável à crise de crescimento. https://envivo.bancomundial.org/eventos/reuniones-primavera-2023-superando-deuda?cid=ECR_GA_worldbank_ES_EXTP_sm23-hybrid-conv-discov-post&gclid=CjwKCAjw0N6hBhAUEiwAXab-Tf0wWtgSi_H5ezmGp9kdmfEf3gJUUiBdTreYICGr0IQvkudf3P3bZxoCDngQAvD_BwE

[“Eu gostaria de começar com a questão da dívida que está sendo discutida aqui. Há países que estão desesperados e não têm um programa que beneficie de algo que lhes dê acesso a financiamentos de curto prazo para evitar os danos às populações e a convulsão política que ocorre nessa altura. Há duas questões, no entanto. Uma é que não queremos que o financiamento da dívida seja invocado para prolongar um problema antigo. Isso é um problema porque é um programa que não deu em nada. Eles querem concluí-lo nas costas das pessoas que estão sofrendo. Mas isso tem que parar. Desde que os recursos estejam fluindo na direção certa, isso significa um certo direcionamento dos recursos captados e financiados. Como isso é feito? Isto é muito importante.”](#)

Como observado anteriormente, os trabalhadores da saúde não escapam da falta de equidade e proteção econômica, presos a baixos salários e a um sistema de desassistência planejada e crônica, sendo especialmente pior em países empobrecidos o que leva a fuga de cérebros e ao enfraquecimento de um já raquítico sistema de saúde e cuidados. <https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-48/>

“3 Ideais para Ação:

1. A sociedade civil deve criticar as falhas estruturais do atual modelo econômico global que beneficia poucas pessoas, deixando muitas vulneráveis a crises. Áreas para incidência poderiam incluir tributação progressiva, tais como impostos sobre ganhos inesperados e sobre a riqueza, pisos de proteção social, renda básica universal, reconhecimento sindical e regulamentação empresarial mais eficaz.

2. Com os gastos militares globais previstos para aumentar, inclusive em resposta aos conflitos atuais e às batalhas mundiais pelo poder, são necessárias novas campanhas para garantir que o aumento dos gastos militares não desvie os fundos públicos das políticas sociais necessárias para proteger os grupos mais excluídos e vulneráveis.

3. O engajamento da sociedade civil com os tomadores de decisões sobre políticas climáticas deve se concentrar em garantir uma transição justa que atenda ao teste da justiça tanto econômica quanto social. Os esforços da sociedade civil devem se concentrar em garantir que as mudanças para modos mais limpos de produção e consumo de energia permitam a criação de empregos de alta qualidade e sejam acompanhados por esforços para proteger as pessoas de choques econômicos.” (CIVICUS, 2023)

A defesa da democracia

“A democracia continua a ser contestada e sujeita a retrocessos ao redor do mundo.”
(CIVICUS, 2023)

Democracia - o meio, o fim e o motivo declarado de quase todos grandes conflitos, embates e movimentos econômicos e políticos dos séculos 19, 20 e 21. Mas, já chegamos a ter democracia?

O Ocidente, orgulhoso de seus feitos de libertação e moral anti teocracia, diria que sim. Aqui discordamos. A democracia, regime político no qual o poder emana do povo, é a plataforma para a conquista e manutenção de direitos. Não há democracia sem PLENOS direitos humanos, direitos econômicos, direitos sociais, políticos, ambientais, de gênero e isso não se tem em lugar nenhum, nem o mais desenvolvido dos países escapa da escadinha de opressão que é o sistema econômico internacional. A democracia não existe dentro do neoliberalismo. Então, o que temos é uma democracia vazia, um casca oca que é usada para defender atores e ações políticas, mas que falha no seu propósito teórico. Essa democracia vazia é movida pelo mercado, como nos lembra Wendy Brown, e vê o povo como “pequenos capitais” lucrativos e não como a incorporação do poder político. Falar que a democracia está sujeita a retrocessos é, de alguma forma, um elogio, já que ela nunca esteve viva. Esse cadáver é movido para lá e pra cá, validando certos governos e invalidando outros, num jogo narrativo de poder e controle.

Dentro deste ringue vale tudo, as *fakes news* encontraram um terreno fértil para manipulação narrativa ideológica, se tornando uma das principais armas e ameaças políticas desde a eleição de Trump em 2016.

“Em país após país, a desinformação compartilhada e acelerada pelas mídias sociais normalizou o extremismo e alimentou a violência da vida real. É de se esperar que ela continue a representar uma grande ameaça à democracia nos próximos anos.” (CIVICUS, 2023)

O fascismo como apresentação de uma direita extrema e anti-direitos avança utilizando as técnicas da desinformação crônica, distorção de fatos e manipulação política.

Contudo, a desordem que provocam é inversa à ordem com a qual agem, sendo percebidos grupos altamente organizados e com poder de atrair manifestantes de outras causas, como *anti vaxxers* e politicamente insatisfeitos, tendo apoio econômico de empresários, como podemos ver no Foro Madrid <https://wayka.pe/los-empresarios-aliados-del-foro-madrid-el-encuentro-de-la-extrema-derecha-fascista/>

“(...) organizou o Fórum de Madri, encontro que reuniu a direita mais rançosa da região latino-americana, da Espanha e de outras partes do mundo. Todos alinhados ao discurso conspiratório de “luta contra a esquerda” e contra a suposta ingerência do Foro de São Paulo e do Grupo Puebla no Peru. O Fórum de Madrid é uma rede internacional de personagens, entidades e partidos que se dizem defensores da “liberdade, da democracia e do Estado de direito”. É a segunda edição deste evento desde que a primeira foi realizada em Bogotá. Eles recentemente escreveram uma carta que foi assinada por diferentes personalidades da América Latina”

Essas preocupações se somam a governos que recorrem à violência como forma de controle social - como vimos acima - e aos governos autoritários que prejudicam os direitos humanos e a liberdade civil individual e a possibilidade de se manifestar como grupo.

“3 Ideais para ação

1. Eleições livres e justas são um componente vital da democracia. Para assegurar que as eleições reflitam com precisão os desejos dos eleitores, grupos da sociedade civil nacional e internacional devem trabalhar em conjunto para monitorar as eleições e expor qualquer ato ilícito.

2. Um espaço cívico saudável é o alicerce de uma democracia adequada. A sociedade civil deve trabalhar para defender o espaço cívico e controlar e equilibrar o poder político. Ao fazer isso, a sociedade civil evitará a erosão da democracia a partir de dentro pelos líderes democraticamente eleitos e ajudará a preservar as condições de existência da sociedade civil.

3. Mudanças políticas podem trazer tanto desafios quanto oportunidades. Quando mudanças políticas progressivas acontecem, a sociedade civil deve ajudar a responsabilizar os líderes políticos por suas promessas, ao mesmo tempo em que se protege contra a perspectiva de boicote retrógrado.” (CIVICUS, 2023)

E quem sabe, uma visão de democracia que luta abertamente contra o sistema neoliberal e seus princípios profundamente avessos à democracia.

Lutas pelos direitos das mulheres e das pessoas lgbqti+

“Gênero e sexualidade permanecem no centro de uma guerra cultural travada por uma rede internacional bem-organizada e bem financiada de forças ultraconservadoras que alavancam estas questões visando obter vantagem política. A sociedade civil continua a trabalhar para mobilizar solidariedade e defender direitos e, apesar da hostilidade, em 2022 conseguiu alguns ganhos significativos em direitos em todo o mundo. O ano ofereceu um lembrete de que a trajetória dos direitos é não linear e reversível: o retrocesso é possível e os direitos conquistados podem ser perdidos. Nos locais onde foram feitos avanços, as pessoas ganharam um reconhecimento de direitos que antes pareciam impossíveis” (CIVICUS, 2023)

A Liberdade é uma luta constante, já nos disse Angela Davis; e em qualquer momento de mudança política, principalmente de austeridade cerceada por uma extrema direita altamente organizada, os direitos das populações minorizadas estão sempre em perigo, perigo esse que aumenta na situação de insegurança socioeconômica pós COVID-19, com políticas globais de condenação de identidade e expressão de gênero e de controle dos corpos com úteros. Esse movimento é comum após grandes baques econômicos, são os movimentos do neoliberalismo para retomar controle e para alavancar políticas que permitam esse controle, como nos lembram Federici e Klein. Corpos subversivos não produzem, logo não importam. Devem ser subjugados à lei da produção, da normatividade.

Os corpos com útero continuam sendo o berço de controle capitalista, com o direito ao aborto, a educação sexual, a escolha e ao prazer feito refém, com número preocupantes de meninas que foram forçadas a manterem gravidezes indesejadas. O número é ainda pior em países com leis duras contra o aborto em sua totalidade, como o Peru <https://wayka.pe/170-ninas-de-entre-11-y-14-anos-fueron-obligadas-a-ser-madres-entre-enero-y-febrero-del-2023/>

[“PL nº 785-2021, "Lei que reconhece os direitos dos concebidos" da deputada pela Renovação Popular Milagros Jauregui de Aguayo e PL nº 1520-2021, "Lei de proteção à gravidez da gestante, do nascituro e de seu ambiente familiar” da deputada Fujimori Rosangela Barbarán buscam arrebatam o direito de decisão das mulheres e forçar meninas e adolescentes a continuar com uma gravidez indesejada, prejudicando sua saúde física e emocional.”](#)

“3 Ideias para Ação:

1. Com ataques intensos à igualdade de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos, a solidariedade transnacional da sociedade civil é mais necessária do que nunca para aumentar a conscientização, compartilhar táticas, reunir recursos e impulsionar.

2. À luz do papel crítico da mobilização de rua na luta contra os ataques à identidade de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos, a sociedade civil deve se concentrar em salvaguardar a liberdade de reunião pacífica, inclusive assegurando que os perpetradores de violência contra os manifestantes sejam responsabilizados.

3. O litígio estratégico em nível nacional e internacional provou ser uma estratégia eficaz para expandir direitos. A sociedade civil deve se engajar com os tribunais e instituições de direitos humanos para alcançar mais progresso.” (CIVICUS, 2023)

O sinal de alerta da emergência climática

“Foi mais um ano de ação da sociedade civil para ajudar a evitar os piores impactos do que está sendo cada vez mais reconhecido como uma crise planetária tripla, com a ameaça combinada da mudança climática, da perda da biodiversidade e da poluição. Mas também foi mais um ano de ação insuficiente por parte dos Estados, do setor privado e do sistema internacional.” (CIVICUS, 2023)

Um documento liberado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas no dia 20 de março afirma que os próximos passos globais, em especial até 2025, terão consequências futuras graves ou capazes de salvar a vida na terra, dependendo da direção seguida. <https://www.cncd.be/GIEC-Un-rapport-de-synthese-au?lang=fr>

O documento é o último de seis publicações que tratam de mudanças climáticas e adaptação, soluções para frear o destemperamento climático e proteger a terra e os oceanos e frear o aumento da temperatura.

Há também a necessidade de destacar a diferença entre responsabilidades. Muitas vezes, os países mais afetados são os que menos emitem poluentes, mas devido a sua falta de acesso às "finanças climáticas" para apoiar projetos de proteção e adaptação civil, sofrem as consequências do clima extremo.

“Ainda é muito cedo para ser tarde demais”, como disse o IPCC, porém, é tempo de ação; não unicamente pela possibilidade da irreversibilidade, mas sim porque nossa população global já sofre com as mudanças desse desequilíbrio. Talvez, junto de uma nova ordem econômica e de maneira meta-organizada, a imaginação de um novo modo de relação com a natureza seja a chave para um desenvolvimento realmente sustentável e de uma relação de respeito à vida e ao planeta. Longe de validar narrativas ecofascistas, há que acreditar na possibilidade da mudança e analisar nosso modo de interação com o ecossistema não como algo estático e natural, mas como uma construção da exploração. Um estudo recente mostra como o modo de vida e produção dos povos originários da região Amazônica tem protegido à vida e mostram um possível novo caminho: https://phys.org/news/2023-04-amazon-indigenous-disease-billions.html#aoh=16811162037105&csi=0&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=From%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fphys.org%2Fnews%2F2023-04-amazon-indigenous-disease-billions.html

[“O estudo de uma década analisou os impactos à saúde dos incêndios florestais na Amazônia brasileira, que liberam grandes quantidades de partículas na atmosfera que podem percorrer centenas de quilômetros, prejudicando a qualidade do ar em cidades distantes.](#)

[Ao proteger suas próprias terras contra esses incêndios – muitas vezes provocados por grileiros, criadores de gado e outros que invadem a floresta – e, em vez disso, salvar árvores que absorvem a poluição, os povos indígenas da Amazônia ajudam a prevenir milhares de casos de doenças potencialmente mortais, descobriu o estudo, publicado na revista *Communications, Earth & Environment*.](#)

[“Em todo o mundo, as florestas são conhecidas por absorver poluentes de incêndios através de poros na superfície das folhas, mas esta é a primeira vez que estimamos a capacidade das florestas tropicais de fazer isso”, disse a principal autora Paula Prist, do grupo de pesquisa com sede nos Estados Unidos. Aliança EcoSaúde.](#)

[“Nossos resultados indicam que a floresta amazônica pode absorver até 26.000 toneladas de partículas por ano, e os territórios indígenas são responsáveis por 27% dessa absorção”, disse ela em um comunicado.](#)

[O estudo descobriu que as florestas indígenas evitam 15 milhões de casos de doenças a cada ano, economizando ao sistema de saúde pelo menos US \\$2 bilhões – uma estimativa conservadora, disseram os pesquisadores.”](#)

Como um novo sistema socioeconômico, uma nova relação com a natureza requer força imaginativa e a construção de uma narrativa baseada nos direitos totais da vida e que tira o lucro do centro da conversa.

“As lutas da sociedade civil estão deixando claro que a resposta à mudança climática tem que ir além da substituição de uma forma de energia por outra. Há muitos desafios, tais como eliminar gradualmente os subsídios e ao mesmo tempo proteger as pessoas de choques econômicos, como tornar os preços da energia acessíveis e como substituir empregos extrativos por outras formas de emprego de boa qualidade. Há uma necessidade de enfrentar os mitos difundidos pelas empresas de combustíveis fósseis e aqueles a cargo delas de que a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis acarreta uma desaceleração econômica. Há também a necessidade de fomentar a paz onde há conflitos, já que os conflitos e a militarização são, por sua natureza, destrutivos: a guerra da Rússia contra a Ucrânia tem provocado um aumento significativo das emissões. Os formuladores de políticas precisam respeitar os direitos e se engajar positivamente com a sociedade civil na busca de soluções.” (CIVICUS, 2023)

“3 Ideais para Ação:

1. A mobilização de rua e a ação direta são táticas chave para soar o alarme sobre a mudança climática, mas estão sendo atacadas, inclusive em Estados democráticos que se dizem campeões do clima. A sociedade civil deve fazer um esforço concertado para aumentar a consciência da importância dos direitos de protesto, incluindo o direito de participar em protestos disruptivos e não violentos.

2. Os esforços da sociedade civil para aumentar a conscientização sobre a realidade da mudança climática e a necessidade de enfrentá-la estão tendo algum sucesso em influenciar a opinião pública a chamar os tomadores de decisão para agir. A sociedade civil deve incorporar a justiça climática em todo o seu trabalho e deixar claras as múltiplas formas pelas quais a mudança climática afeta os direitos humanos.

3. A desinformação é uma barreira fundamental para a ação climática. A sociedade civil deve trabalhar com a mídia e os cientistas para combater as imprecisões e ajudar a ganhar apoio para a ação. Como parte de sua estratégia de influência, a sociedade civil deve desenvolver um letramento mais forte de mídia e ciência.” (CIVICUS, 2023)

A demanda por uma reforma da governança global.

Até aqui, nada de exatamente novo foi exposto: os conflitos de 2022 são os de 2004 ou 2010, a crise econômica vem se arrastando desde 2009 e a crise climática é um desastre anunciado desde os anos 90. Talvez, a abertura torácica de queixo a umbigo da ferida da Governança Global seja, no seu modo, o grande furo de 2022. A guerra da Ucrânia acarretou e tirou o freio de segurança de uma série de processos políticos internacionais e, junto das questões trazidas aqui, mostrou como os que mandam no mundo não governam para ele. O poder social governa para uma parcela pequena de super-cidadãos (super-ricos, super-influências, super-poderosos) e para uma parcela menor ainda de países ricos o bastante para fazerem pressão e chantagem política e econômica (normalmente chamados de embargos). Com a mudança na política internacional e a ascensão política da China como Suíça econômica <https://www.brasil247.com/mundo/china-sera-principal-fonte-de-crescimento-mundial-papel-do-brics-aumentara-preve-fmi>, talvez vejamos certas mudanças, um diálogo mais extenso e o desenvolvimento real do sul global através de ações solidárias de crescimento mútuo; porém, nossos problemas sistêmicos continuarão aqui, sendo necessária uma reforma, um novo ranking de prioridades e ações, com uma parceria conjunta do Estado com as organizações civis que vem encabeçando movimentos de transformação e que tem em si o contato e o conhecimento sobre a insatisfação popular.

“3 Ideais para Ação:

1. Ao expor de forma categórica as disfunções do Conselho de Segurança da ONU - CSNU, a invasão russa da Ucrânia abriu uma oportunidade única para a reforma. A sociedade civil deve trabalhar com os Estados que pensam da mesma maneira para expandir o Conselho e limitar o uso do poder de veto, tornando-o mais inclusivo e mais eficaz.

2. É necessário um maior escrutínio sobre as nomeações para altos cargos da ONU, incluindo as funções do Secretário-Geral e do Alto Comissário. A sociedade civil deve continuar pressionando por processos de seleção transparentes, incluindo o diálogo com a sociedade civil, e por um compromisso de seleção por mérito.

3. O acesso limitado da sociedade civil aos fóruns intergovernamentais resulta em maus resultados: na ausência da pressão e influência que a sociedade civil exerce, os compromissos e padrões são muitas vezes mais fracos do que o necessário. Como um primeiro passo para melhorar o acesso da sociedade civil em geral, a ONU deve estabelecer um enviado ou defensor da sociedade civil para coordenar o engajamento.” (CIVICUS, 2023)

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC entre 12 e 25 de abril de 2023



12 de abril de 2023 - Na primeira Reunião Interagências sobre Cooperação Sul-Sul de 2023, a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, falou sobre a cooperação Sul-Sul e a próxima 21ª Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (HLCSSC).



17 de abril de 2023 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib participou do Fórum para Financiamento (FfD 2023) do ECOSOC que aconteceu de 17 a 20 de abril de 2023 em NY. O Fórum oferece uma plataforma para diálogo inclusivo e multissetorial para enfrentar os atuais desafios globais e promover políticas para financiar prioridades de desenvolvimento sustentável de longo prazo, de acordo com seu mandato estabelecido na Agenda de Ação de Adis Abeba.



A Diretora do UNOSSC discutiu tendências e oportunidades atuais para a Cooperação Sul-Sul e Triangular já que são necessárias medidas imediatas e de longo prazo para financiar respostas eficazes às múltiplas crises sobrepostas e, ao mesmo tempo, aumentar os investimentos essenciais nos ODS.



18 de abril de 2023 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib reuniu-se com a Embaixadora Cindy Rodriguez, Vice-Ministra de Relações Exteriores e Cooperação Internacional de Honduras para discutir a próxima 21ª reunião do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul (HLCSSC).

Mais sobre esta reunião, [clique aqui](#).



18 de abril de 2023 - A FAO (Organização para Agricultura e Alimentação) anunciou o lançamento de um novo projeto de US\$ 5 milhões apoiado pelo **Programa de Cooperação Sul-Sul da FAO-China** para ajudar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) a fortalecer suas capacidades e enfrentar desafios comuns de desenvolvimento.



19 de abril de 2023 - Atendendo a uma solicitação do governo da Nigéria, a Índia estenderá o financiamento por meio do Commonwealth do Fundo das Nações Unidas da Índia para um projeto de apoio a negócios de biodiversidade em reservas da biosfera.



20 de abril de 2023 - O Embaixador da Missão da China junto à ONU, Dai Bing se reuniu com a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib e reafirmou o compromisso de seu país com o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, especialmente para promover os ODS.



20 de abril de 2023 – A Diretora do UNOSSC também se reuniu com o Diretor Geral do Centro de Promoção para o Desenvolvimento Global (GDPC), Tang Ying da Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China (CIDCA) para discutir as principais áreas prioritárias do GDPC para acelerar a implementação dos ODS.

Visando os países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, as áreas de colaboração Sul-Sul poderiam se concentrar na agricultura, emprego dos jovens, mulheres e crianças, mudança climática, biodiversidade, recursos humanos e capacitação.



20 de abril de 2023 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib buscou maior envolvimento da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) na aplicação de sua tecnologia por meio da cooperação Sul-Sul. Lembrando que a IAEA é o centro mundial de cooperação no campo nuclear, promovendo o uso seguro e pacífico da tecnologia nuclear.



20 de abril de 2023 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib se reuniu com a Diretora Geral Adjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Mia Seppo para discutir oportunidades de ampliação da cooperação e apoio às prioridades da OIT com estratégia de Cooperação Sul-Sul e Triangular.

South-South Galaxy



14 de abril de 2023 - Destaca o projeto do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) que está usando a cooperação Sul-Sul para apoiar a Costa Rica e o Peru na capacitação para a implementação e fortalecimento dos mecanismos para ecossistemas dentro do ODS15 (vida terrestre)



18 de abril de 2023 - O 11º Boletim do WFP - CERFAM⁷⁴ sobre "Melhorar a Cooperação Sul-Sul através da partilha de Boas Práticas para a Fome Zero na África" destaca as iniciativas bem-sucedidas de Cooperação Sul-Sul e Triangular que contribuem para o ODS2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) na região.

Para ler o Boletim publicado em fevereiro de 2023, [clique aqui](#).



Entre os dias 25 a 27 de abril, o ECOSOC promoveu o Fórum Jovem do ECOSOC.

Este Fórum oferece uma plataforma para os jovens se engajarem em um diálogo com os Estados Membros e outros atores para expressar suas opiniões, preocupações e galvanizar ações sobre como transformar o mundo em um lugar mais justo, mais verde e mais sustentável guiado pelos ODS.

O Fórum abordou o tema do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (HLPF) de 2023 sobre "Acelerar a recuperação da doença do coronavírus (Covid-19) e a implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

⁷⁴ O CERFAM é um catalisador e facilitador de boas práticas e soluções inovadoras contra a fome e a desnutrição na África

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD⁷⁵, Nairóbi (UNEP)⁷⁶, Paris (UNESCO)⁷⁷, Roma (FAO/IFAD)⁷⁸, Viena (UNIDO)⁷⁹ e Washington ((G-24)⁸⁰. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

Destaques do G-77 entre 12 e 25 de abril de 2023

O G-77 e a China não participaram de nenhuma reunião da AGNU no período.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)

12 de abril de 2023 - A Vice-Ministra da Cultura de Cuba, Kenelma Carvajal, convidou o G-77 + China para a Reunião de Ministros da Cultura do G-77 + China que acontecerá em Havana para abordar a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.



13 de abril de 2023 - Em nome do G 77 e da China, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante especial para coordenar a presidência de Cuba junto ao G-77 e China se reuniu com o Diretor Executivo interino do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), Jens Wandel, para discutir o apoio do UNOPS para os países em desenvolvimento e a disposição de trabalhar em conjunto com o Secretariado do G-77.



17 de abril de 2023 - O Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante especial para coordenar a presidência de Cuba junto ao G-77 e China falou em nome do Grupo, no Fórum para Financiamento (FfD 2023) do ECOSOC, sobre a reforma da arquitetura financeira internacional que não pode esperar mais. É preciso fortalecer a participação dos países em desenvolvimento. na tomada de decisões em assuntos econômico e financeiros.

“Vamos insistir com os países industrializados para que cumpram com sua responsabilidade histórica”. É preciso apoiar - por meio da Cooperação Norte-Sul – os esforços de desenvolvimento, especialmente em termos de transferência de tecnologia, capacitação e financiamento.

⁷⁵ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁷⁶ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁷⁷ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

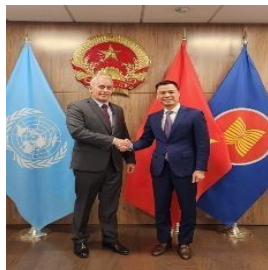
⁷⁸ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁷⁹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸⁰ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento



17 de abril de 2023 - Geraldo Penãlver Portal reuniu-se com a Embaixadora Alya Ahmed Saif Al-Thani Representante Permanente do Catar junto às Nações Unidas para alinhar suas agendas de cooperação na ONU *vis-à-vis* os compromissos de alto nível agendados para 2023.



18 de abril de 2023 - Gerardo Penãlver Portal, Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas e Presidente do G-77 e China, reuniu-se com o Representante Permanente do Vietnã na ONU, Embaixador Dang Hoang Giang, países parceiros de longa data, com o intuito de fortalecer suas cooperações, incluindo o Movimento dos países não-alinhados.



20 de abril de 2023 - Gerardo Penãlver Portal, Presidente do G-77 e China expressou durante a 56ª sessão da Comissão de População e Desenvolvimento (CPD56) que ainda há muito a ser feito em nosso esforço coletivo do G-77 e da China para erradicar a pobreza, o analfabetismo e alcançar o acesso universal à educação de qualidade, metas vitais para o desenvolvimento sustentável.

A Comissão de População e Desenvolvimento é uma das dez Comissões Funcionais do ECOSOC. Na sua criação, em outubro de 1946, o nome da Comissão era "Comissão de População" e, em dezembro de 1994, foi alterado para "Comissão de População e Desenvolvimento".

O Embaixador Geraldo declarou que o G-77 e a China consideram a educação um direito humano básico e um pré-requisito para consolidar a paz, o desenvolvimento sustentável e a justiça social. O Grupo considera a educação um bem público e comum global e uma ferramenta essencial para moldar o futuro compartilhado da humanidade.

A aspiração da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” está longe de ser cumprida: 771 milhões de jovens e adultos são analfabetos, dois terços deles mulheres; 258 milhões de crianças e jovens estão fora da escola em todo o mundo; 70% dos países gastam menos de 4% de seu PIB em educação; enquanto as lacunas nos sistemas educacionais dentro e entre os países estão se aprofundando.

Para tanto, os Ministros da Educação e chefes de delegação do G-77 e da China se reuniram em Havana, Cuba, em 2 de fevereiro de 2023, para deliberar sobre os desafios existentes e iniciar estratégias comuns para intensificar o compromisso e a ação para o cumprimento do ODS4, maximizar a cooperação entre as nações do Sul e promovendo uma verdadeira transformação da educação em resposta aos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo o Grupo se movimenta para aumentar sua capacidade para agir juntos em prol de um futuro mais sustentável e equitativo.

A [declaração completa do G-77 e da China, pode ser lida aqui](#).

Nesta mesma reunião, o **representante do Brasil** disse que o governo brasileiro está comprometido com a superação das desigualdades. Que existem iniciativas estaduais e municipais bem-sucedidas para garantir o direito humano à educação que servem de parâmetro e inspiração para orientar a ação do governo federal. Entre essas ações está a valorização

profissional e a capacitação dos docentes, em consonância com as metas estabelecidas no ODS4 (Educação de qualidade). Deixou claro que o Brasil apoia o papel da UNESCO para liderar debates sobre o ODS 4, bem como outros fundos, agências e programas do sistema ONU, como o UNICEF.

Disse ainda que o Brasil também está comprometido em promover a saúde sexual e reprodutiva de sua população de acordo com a legislação interna, com atenção especial aos direitos de mulheres e meninas.



20 de abril de 2023 - No Painel sobre ações nacionais para financiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Gerardo Penãlver Portal, Presidente do G-77 e China expressou que, embora Cuba enfrente grandes dificuldades econômicas, agravadas pelo bloqueio dos Estados Unidos, investe 20% de seu PIB em saúde, educação e benefícios sociais.

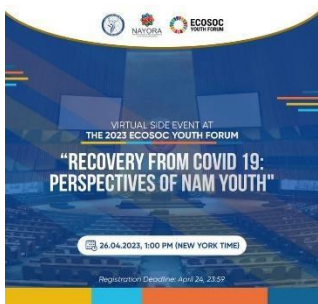
Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



No dia 26 de abril de 2023, o Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO) e o Conselho Nacional de Organizações Jovens da República do Azerbaijão organizaram um evento virtual paralelo no Fórum da Juventude do ECOSOC de 2023 sobre a "Recuperação do Covid-19: Perspectivas do Movimento Jovem dos Não Alinhados.

O NAMYO discutirá o papel das organizações lideradas por jovens para impulsionar o progresso dos ODS e outros temas globais. Considerando os valores profundamente enraizados de solidariedade e colaboração do Movimento dos não-alinhados, o NAMYO espera promover o intercâmbio e a ação entre os jovens, particularmente, para garantir a recuperação pós-pandemia.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em

desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



19 de abril de 2023 O Centro Sul apresentou uma declaração na reunião especial do UN ECOSOC sobre Cooperação Internacional em assuntos fiscais dizendo que existe a necessidade de uma Convenção Tributária multilateral vinculante da ONU que estabeleça um órgão tributário intergovernamental e forneça a estrutura da cooperação

tributária internacional.

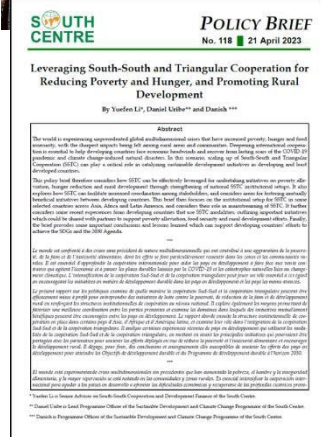


20 de abril de 2023 – O Centro Sul destacou que pelo menos 67 milhões de crianças perderam parcial ou totalmente as vacinas de rotina em todo o mundo entre 2019 e 2021 devido a bloqueios e interrupções na saúde causadas pela pandemia de Covid-19, alertando sobre o potencial surto de poliomielite e de sarampo, de acordo com o UNICEF.

21 de abril de 2023 – Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul esteve com Embaixador e Representante Permanente de Honduras junto à ONU, S.E. Carlos Roberto Aguilar Pineda, assim como outras organizações internacionais em Genebra, para discutir áreas de cooperação com o Centro Sul, incluindo direitos humanos, tributação e acesso a medicamentos.



21 de abril de 2023 – O Centro Sul publicou o resumo de políticas sobre o avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular para reduzir a pobreza e a fome e promover o desenvolvimento rural.



Considerando que o mundo vive crises multidimensionais globais sem precedentes que aumentaram a pobreza, a fome e a insegurança alimentar, com impactos mais agudos, sentidos nas áreas e comunidades rurais. Desta forma, o aprofundamento da cooperação internacional é essencial para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar os desafios econômicos e a se recuperar das “feridas” deixadas pela pandemia do Covid-19 e pelos desastres naturais induzidos pelas mudanças climáticas.

Portanto, a intensificação da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) pode desempenhar um papel catalizador de iniciativas para o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Este resumo de política, considera como a CSST pode ser efetivamente alavancada para a realização de iniciativas de redução da pobreza, redução da fome e desenvolvimento rural por meio do fortalecimento das estruturas institucionais nacionais de CSST. Ela também explora como o SSTC pode facilitar uma maior coordenação entre as partes interessadas e considera áreas para promover iniciativas mutuamente benéficas entre os países em desenvolvimento. O documento enfoca a configuração institucional para CSST em alguns países selecionados na Ásia, África e América Latina, e considera seu papel na integração da CSST. Além disso, considera algumas experiências recentes de países em desenvolvimento que usam modalidades de SSTC,

delineando iniciativas importantes que podem ser compartilhadas com parceiros para apoiar esforços de redução da pobreza, segurança alimentar e desenvolvimento rural. Por fim, o resumo fornece algumas conclusões importantes e lições aprendidas que podem apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para alcançar os ODS e a Agenda 2030.

Para ler o resumo completo, [clique aqui](#).



25 de abril de 2023 - Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul estará presente no debate virtual do Centro para Desenvolvimento Global que discutirá as proteções da Propriedade Industrial e melhoramentos e inovação em saúde em países de baixa e média renda.

G7, G20 e OCDE na saúde Global: G20 avança nos trabalhos em saúde

***Pedro Burger, Paulo Esteves,
Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar***

O G7- Na última quinzena o destaque vai para o encontro dos ministros das relações exteriores das 7 potências do mundo em Karuizawa, a oeste de Tóquio. Na reunião, dois temas tomam mais espaço na agenda: guerra da Ucrânia e expansão militar e econômica da China, principalmente diante da tensa relação com Taiwan nos últimos dias. O evento, que teve a duração de 3 dias (16 a 18 de abril), discutiu que continuam comprometidos em aumentar as sanções à Rússia, impondo custos também aos que apoiam Moscou. Também convocaram Pequim a agir como um “membro responsável da comunidade internacional” pelas ações no estreito de Taiwan e disputa no mar da China meridional. Em resposta, o ministério das relações exteriores chinês afirmou que os países do G7 “interferiram nos assuntos internos da China, tendo maliciosamente caluniado e difamado o país”⁸¹.

Ainda, abordaram outras questões como os combates no Sudão, em que o número de mortos já passa de 330, e há pelo menos 3.000 feridos, segundo a OMS⁸². A principal cidade afetada é a capital Cartum, em que hospitais já se encontram sobrecarregados e as pessoas tentam fugir. Quanto ao conflito, os líderes do G7 pedem a interrupção imediata – embora as tentativas de cessar-fogo já tenham falhado –, e a retomada do poder civil no país. Também discutiram e condenaram como “abusos sistemáticos”⁸³ as restrições impostas às mulheres e minorias no Afeganistão pelo Talibã, principalmente diante da proibição de mulheres afegãs assumirem cargos na ONU e em organizações não governamentais. Em resposta, o porta voz do Talibã respondeu que os países do G7 não devem interferir nos temas internos do país.

Por fim, uma grande preocupação do primeiro ministro japonês Fumio Kishida para a cúpula em Hiroshima é a agenda em prol do desarmamento e não proliferação de armas nucleares. No entanto, o comunicado emitido após o encontro dos ministros não trazia conteúdo relevante no assunto sobre novos e diversificados compromissos. Ao encontro do discurso de Kishida, em uma carta da sociedade civil ao presidente, foi exigido que Biden também dê ênfase em seu compromisso com o desarmamento nuclear e as medidas tomadas sobre controle de armas com Rússia e China. Foi sugerido que os presidentes do G7 aproveitem a oportunidade histórica do encontro em Hiroshima para reconhecer os horrores de uma guerra nuclear, lembrando 1945 e os ataques catastróficos à cidade e a Nagasaki. Em meio às preocupações com a suspensão do acordo entre Rússia e EUA de limitação da proliferação de

⁸¹ G7 ministers pledge to intensify Russia sanctions, slam China. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/4/18/g7-ministers-pledge-to-intensify-russia-sanctions-slam-china>>. Acesso em: 22/04/2023.

⁸² Número de mortos durante combates no Sudão chega a 331, informa a OMS. CNN BRASIL. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mortos-durante-combates-no-sudao/>>. Acesso em: 22/04/2023.

⁸³ G7 alerta sobre ‘custos severos’ para quem ajudar a Rússia na guerra contra a Ucrânia. CARTA CAPITAL. 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/g7-alerta-sobre-custos-severos-para-quem-ajudar-a-russia-na-guerra-contra-a-ucrania/>>. Acesso em: 22/04/2023.

armas, a carta pede também que Grã-Bretanha, China e França congelem seus arsenais nucleares⁸⁴.



Ministros das relações exteriores do G7 em Karuizawa.

O Think Seven (T7), grupo de think tanks que presta apoio ao G7, vai se reunir nos próximos dias 27 e 28 de abril para discutir propostas desenvolvidas por especialistas para apresentar na cúpula do G7 em maio. Propostas essas, fruto das discussões das forças tarefas sobre os temas de crises, desenvolvimento sustentável, parcerias entre o G7 e o G20 para resoluções de problemas globais e desafios compartilhados, maior colaboração entre o G7 e o Sul Global. Até o momento, o grupo tem publicado pouco em seu website em comparação a presidências anteriores. O encontro será aberto e os interessados podem se inscrever no link: <https://www.adb.org/adbi/news/registration-think7-t7-japan-summit>.

Saúde e Finanças caminham juntas e foram os principais temas discutidos no G20 no final de abril

Com poucos alardes e expectativas baixas devido às divergências entre os países que compõe o bloco, aconteceu entre os dias 12 e 13 de abril, às margens das reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o segundo encontro dos Ministros das Finanças e governadores dos Bancos Centrais do G20⁸⁵ em Washington, nos Estados Unidos. As principais discussões foram divididas em três sessões e concentraram-se em temas como o endividamento de países de baixa e média renda; a mobilização de recursos para a mitigação das mudanças climáticas; o papel das instituições financeiras multilaterais na catalisação de financiamento privado para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); os

⁸⁴ Biden urged to deliver 'historic' arms control speech at G7 summit in Japan. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/biden-urged-deliver-historic-arms-control-speech-g7-summit-japan-2023-04-20/>>. Acesso em: 22/04/2023.

⁸⁵ 2nd Meeting of G20 Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) under the Indian G20 Presidency 12-13 April 2023, Washington, DC. G20. 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/april-23/fmcbg-april/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

desafios e riscos impostos pelos criptoativos; e a necessidade de esforços coordenados para a implementação efetiva e adoção mais ampla do pacote tributário internacional proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

A reunião, como de costume desde que o conflito na Ucrânia teve início, terminou sem alcançar uma declaração final e poucas foram as informações disponibilizadas oficialmente. Alguns avanços, no entanto, foram veiculados pela mídia local e internacional, sobretudo no que tange a mitigação dos custos climáticos e mecanismos para o alívio da dívida externa dos Estados⁸⁶. Nesse sentido, os participantes reafirmaram a promessa de criar um fundo para auxiliar os países em desenvolvimento a cumprir com as metas de redução de carbono, e a China, um dos maiores credores internacionais, acenou positivamente em direção a implementação de uma estrutura comum para lidar com o endividamento dos países em maior vulnerabilidade⁸⁷. Em comum acordo, também houve progresso na discussão sobre a necessidade de uma regulamentação globalmente coordenada dos criptoativos, enfatizando os riscos macroeconômicos que as moedas não respaldadas pelos Bancos Centrais podem trazer⁸⁸. Segundo a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, espera-se que tais tópicos estejam na agenda de prioridades econômicas do Brasil ao assumir o G20 em dezembro deste ano⁸⁹.

Dando continuidade aos acontecimentos da quinzena, de 17 a 19 de abril, o Grupo de Trabalho em Saúde (HWG, na sua sigla em inglês) se reuniu pela segunda vez no distrito de Goa, na Índia. O evento contou com a participação de cerca de 180 delegados distribuídos entre membros do bloco, países convidados e Organizações Internacionais, e marcou a primeira chamada de propostas para o Fundo Pandêmico do G20, criado no ano passado. Os debates orbitaram em torno das três prioridades definidas pela presidência indiana que serão percorridas ao longo de toda a gestão, a saber: a (i) prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde com enfoque na abordagem de Saúde Única (*One Health*) e resistência antimicrobiana (RAM); o (ii) fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico no acesso e disponibilidade de vacinas, tratamentos e diagnósticos seguros, eficazes e de qualidade; e (iii) inovações e soluções em saúde digital para auxiliar na cobertura universal de saúde e melhorar a prestação de serviços⁹⁰.

Em relação à primeira prioridade, os delegados discutiram sobre a necessidade de implementar sistemas de vigilância colaborativa apoiados por redes avançadas de laboratórios e outras estruturas relevantes. Ainda, foi pautada a importância de incorporar a resistência antimicrobiana em vários níveis de atuação como parte de todo sistema de governança de

⁸⁶ India's prowess in building consensus. **The Economic Times**. 16 abr. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/opinion/et-editorial/indias-prowess-in-building-consensus/articleshow/99540034.cms?from=mdr>. Acesso em: 22 abr. 2023.

⁸⁷ China willing to work with all parties for common debt disposal framework: central bank governor. **Global Times**. 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289155.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2023.

⁸⁸ India says G20 members see need for global crypto regulations. **Reuters**. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/india-says-g20-members-see-need-global-crypto-regulations-2023-04-13/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

⁸⁹ Brasil na presidência do G20 deve focar clima e dívida de países pobres, diz secretária. **Folha de SP**. 15 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/brasil-na-presidencia-do-g20-deve-focar-clima-e-divida-de-paises-pobres-diz-secretaria.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2023.

⁹⁰ 2nd G20 Health Working Group Meeting to Commence in Goa from 17 April. **G20**. 16 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/april-23/hwgm-commence/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

emergências em saúde. Sobre o segundo tópico, a criação de melhores oportunidades de colaboração por meio de parcerias público-privadas e internacionais para acesso e disponibilidade de contramedidas médicas, foi enfatizada. Já sobre o último objetivo, a Índia comprometeu-se a compartilhar suas plataformas digitais de saúde, como a plataforma de telemedicina *eSanjeevani* e o sistema de gerenciamento de vacinas CoWIN. É esperado que por meio dessa troca de boas práticas entre os países seja possível criar uma caixa de ferramentas hospedada em uma única plataforma digital, sob gestão de uma agência internacional, de modo que cada um possa utilizá-la e modificá-la de acordo com as necessidades locais⁹¹.

Para além da reunião principal, um evento paralelo sobre saúde digital foi organizado nos dias 18 e 19 de abril. Os painéis contaram com debates aprofundados sobre o papel das inovações digitais no alcance da cobertura universal de saúde⁹². Sobre este ponto, algo importante a ser destacado e que ainda deve repercutir dentro do bloco, é a questão da propriedade intelectual em situações de emergência em saúde pública. Durante a pandemia, a Índia foi um dos países que recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC) para suspender temporariamente os direitos de propriedade intelectual das vacinas da COVID-19, a fim de que os países do Sul Global pudessem ter acesso a tecnologia. Diante disso, existe a expectativa de que o país traga a discussão do licenciamento voluntário e da transferência de tecnologia para o centro da agenda nos próximos encontros do grupo.

Por fim, alguns desdobramentos do HWG que valem ser mencionados foram o consenso entre os membros no uso de medidas inclusivas, equitativas, transparentes e baseadas em evidências e necessidades para moldar as deliberações do grupo. E a relevância do turismo em saúde e em alternativas holísticas, como a ioga e a prática da *ayurveda*, principalmente pela atuação indiana nessa seara – só no ano passado mais de 1,4 milhão de pessoas visitaram o país para realizar algum tratamento.

Imagem 1: Segundo encontro do Grupo de Trabalho de Saúde do G20 (HWG)



Fonte: G20, 2023.

⁹¹ G20 health working group meet in Goa: Focus on comprehensive global health architecture, Minister urges G20 delegates. **The Indian Express**. 18 abr. 2023. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/g20-health-working-group-meet-in-go-a-focus-on-comprehensive-global-health-architecture-minister-urges-g20-delegates-8561837/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

⁹² Technology and data: G20 mulls remedies to fix healthcare. **The Times of India**. 20 abr. 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/goa/technology-and-data-g20-mulls-remedies-to-fix-healthcare/articleshow/99626497.cms?from=mdr>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Novo relatório da OCDE apresenta panorama sobre a saúde na América Latina e Caribe

Durante o período desta quinzena, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou junto ao Banco Mundial o documento “Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2023”⁹³, parte mais localizada da iniciativa “Health at a Glance” da organização. A edição mais atualizada do estudo apresenta um conjunto de variados indicadores-chave, como determinantes da saúde e gastos e financiamentos em saúde, a fim de analisar e fornecer dados e informações claros e comparáveis sobre a área da saúde e um panorama de sua situação em 33 países pertencentes da região da América Latina e do Caribe (ALC), ressaltando também aspectos como os impactos da pandemia de Covid-19 nos sistemas de saúde locais e a necessidade do fortalecimento da resiliência desses frente às ameaças relacionadas às mudanças climáticas e sua relação com temas de saúde.

Dentre seu rico conteúdo, o estudo aponta, por exemplo, que os sistemas de saúde da região são gravemente deficitários de recursos, com as médias de número de médicos, enfermeiros e leitos hospitalares por mil habitantes abaixo das médias da OCDE. Há também um maior índice de gastos privados em saúde do que se comparado à média da organização, justificado por ineficiências públicas. Outros destaques são que, mesmo com os efeitos da recente pandemia, a expectativa de vida da população continua aumentando ao longo dos anos, porém há desigualdades em sua distribuição, e questões como o sobrepeso, a obesidade e o célere envelhecimento populacional estão impulsionando uma rápida transição epidemiológica para doenças não transmissíveis.

O relatório culmina na reflexão de que, apesar dos gastos realizados em resposta à pandemia nos últimos anos, enfrentar os desafios estruturais da saúde na região é uma agenda inacabada e urgente, com espaços para mudanças e melhorias para potencializar a capacidade dos sistemas de saúde em se preparar melhor para responder às ameaças emergentes e evitar tragédias.

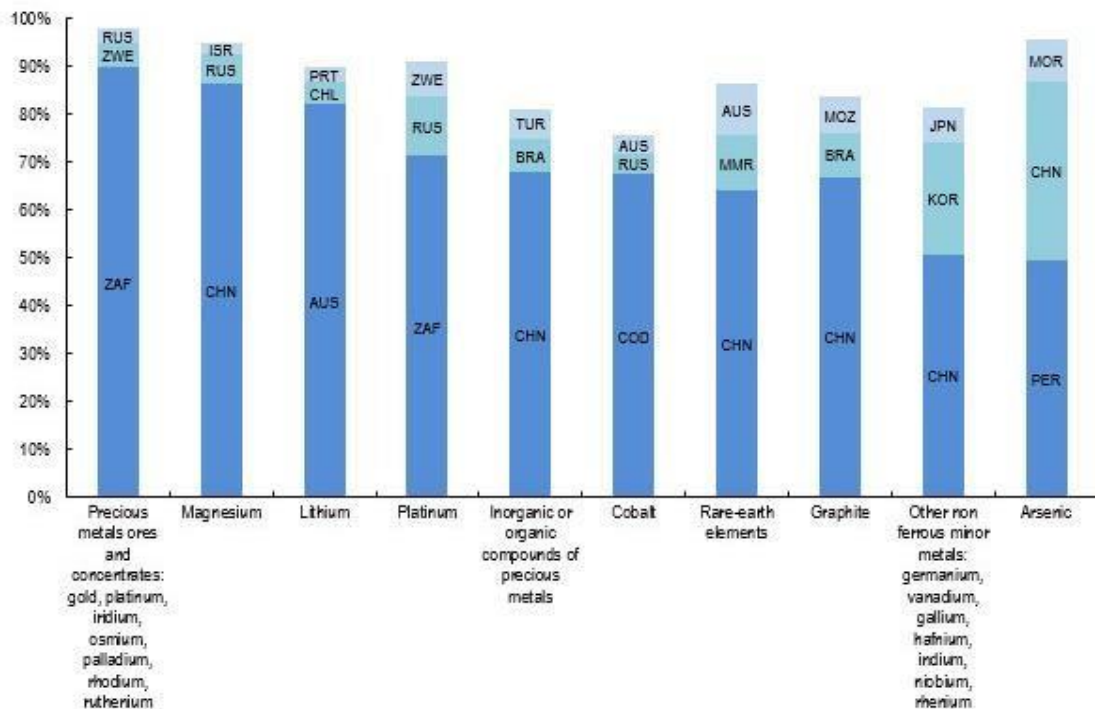
Em paralelo, outra publicação também relevante publicada pela OCDE no período analisado deste informe foi o artigo “Raw Materials for the Green Transition: Production, International Trade and Export Restrictions”⁹⁴. Nele, os autores buscam avaliar dados sobre produção, comércio internacional e restrições à exportação de matérias-primas essenciais para a transição da economia global dominada por combustíveis fósseis para uma liderada por tecnologias verdes e de energia renovável. É observado que, apesar da expansão na produção e comércio de algumas dessas matérias-primas críticas nos últimos anos, seu crescimento não está acompanhando a demanda projetada para transformar a economia global e assim comprometer avanços no desafio mundial no alcance de emissões líquidas zero de CO₂⁹⁵.

⁹³ BANCO MUNDIAL; OCDE. **Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/532b0e2d-en>. Acesso em: 21 abr 2023.

⁹⁴ KOWALSKI, Przemyslaw; LEGENDRE, Clarisse. Raw Materials for the Green Transition: Production, International Trade and Export Restrictions. **OECD Trade Policy Papers**, Paris, nº 269, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c6bb598b-en>. Acesso em: 21 abr 2023.

⁹⁵ Supply of critical raw materials risks jeopardising the green transition. **OCDE**. 11 abr 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/supply-of-critical-raw-materials-risks-jeopardising-the-green-transition.htm>. Acesso em: 21 abr 2023.

Figura 1: Os 3 principais produtores das 10 matérias-primas críticas mais concentradas na produção – participações na produção global (%)



Note: AUS – Australia; BRA – Brazil; CHN – China; CHL – Chile; COD – Democratic Republic of Congo; ISR – Israel; KOR – Korea; MAR – Morocco; MMR – Myanmar; MOZ – Mozambique; PER – Peru; PRT – Portugal; TUR – Türkiye; RUS – Russian Federation; ZAF – South Africa; ZWE – Zimbabwe.

Shares in global production based on gross weight of production.

Source: OECD calculations based on the United States Geological Survey data.

Fonte: OCDE, 2023.

Há também um nível de concentração na produção, importação e exportação de tais materiais entre os países, enquanto o comércio permanece relativamente bem diversificado – o que sugere que a possibilidade de interrupção significativa da transição verde global por perturbações nos fluxos de importação ou exportação das matérias-primas, em um sentido geral, é limitada.

Outro destaque da organização em relação à economia verde foi o acordo para expandir o apoio ao crédito à exportação para projetos ecológicos e amigáveis ao clima, modernizando o já existente Arranjo sobre Apoio Oficial em Créditos à Exportação⁹⁶.

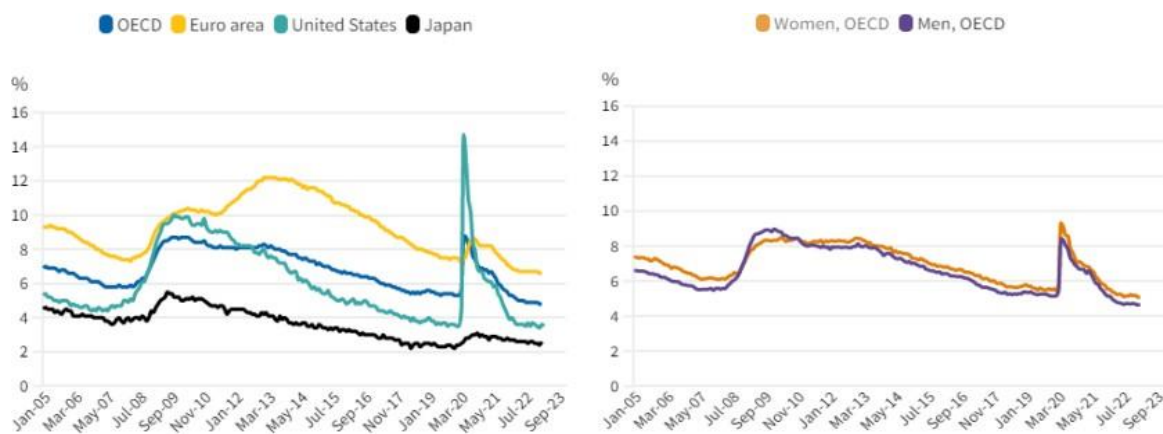
Por fim, a OCDE divulgou a atualização referente ao quarto trimestre de 2022 sobre seu estudo e acompanhamento do mercado de trabalho mundial⁹⁷. Durante o período, as taxas de emprego e participação na força de trabalho da OCDE aumentaram para 69,6% e 73,3%, marcando novos recordes para os indicadores desde o início da série. A Zona do Euro e a União Europeia também apresentaram números positivos, com quase 70% de taxa de emprego. Já nos

⁹⁶ Agreement to expand export credit support for climate-friendly and green projects. **OCDE**. 09 abr 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/agreement-to-expand-export-credit-support-for-climate-friendly-and-green-projects.htm>. Acesso em: 21 abr 2023.

⁹⁷ Labour Market Situation, OECD - Updated: April 2023. **OCDE**. 13 abr 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/labour-market-situation-oecd-updated-april-2023.htm>. Acesso em: 21 abr 2023.

dados referentes a fevereiro de 2023, as taxas de desemprego se mantiveram em mínimos históricos na OCDE (4,8%) e na Zona do Euro (6,6%), além de permanecer estável ou diminuir em 70% dos países da OCDE⁹⁸.

Figura 2: Taxas de desemprego entre OCDE, Zona do Euro, Estados Unidos da América e Japão e entre gêneros feminino e masculino dentro da OCDE – porcentagem da força de trabalho, ajustada sazonalmente



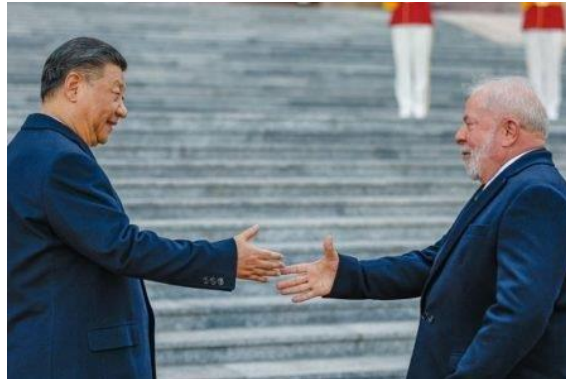
Note: The fall in the OECD unemployment rate when compared with the April 2020 peak should be interpreted with caution, as it largely reflects the return of temporary laid-off workers in the United States and Canada, where they are recorded as unemployed, unlike in most other countries, including European member states, where they are recorded as employed.

Fonte: OCDE, 2023.

⁹⁸ CALDAS, Sergio. Desemprego nos países da OCDE atinge 4,8% em fevereiro, mínima histórica. **CNN BRASIL**. 13 abr 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/desemprego-nos-paises-da-ocde-atinge-48-em-fevereiro-minima-historica/>. Acesso em: 21 abr 2023.

Lula visita a China:
Saúde, sustentabilidade, C&T, neindustrialização e paz são temas na agenda

Claudia Horisch



"A amizade é como uma garrafa de vinho, quanto mais velha, melhor." Além desse comentário, Lula saudou a relação China-Brasil em Xangai, como extraordinária. A avaliação do presidente Lula sobre as relações bilaterais foi repetida pelo presidente Xi Jinping, que se dirigiu a Lula como "um velho amigo" durante as conversas em Pequim.

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível, do ponto de vista econômico e político. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado e com um poder econômico e militar muito inferior ao da Argentina. Em 2014, o Brasil era a 7ª maior economia do mundo, mas caiu diversas posições depois de um golpe de Estado⁹⁹ e do choque econômico ultraliberal.

Uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas¹⁰⁰. As grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos Estados e economias líderes, através da monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica.

Hoje, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina e a 12ª maior economia do mundo; possui um Estado centralizado, uma sociedade altamente urbanizada – ainda que desigual – e é o principal *player* internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente se tomarmos em conta seu território, sua população e dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de *commodities* com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico¹⁰¹.

99 O qual já vinha sendo preparado há alguns anos, com o apoio do governo americano

100 Fiori, J.L., 2014. História, Estratégia e Desenvolvimento. Para uma Geopolítica do Capitalismo. Editora Boitempo, 2014, SP, p. 35.

101 <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/para-recalculiar-o-futuro-depois-da-viagem-a-china/>

A convite de Xi Jinping, o Presidente Lula, que volta a se projetar na geopolítica e vem assumindo uma posição ativa nos diálogos de paz na Ucrânia, fez uma visita de Estado àquele país entre os dias 12 e 15 de abril de 2023. Durante a visita, os dois líderes assinaram uma série de acordos e Memorandos de Entendimento, e emitiram uma Declaração conjunta¹⁰², sinalizando uma aproximação que promete ajudar o país a recuperar posições perdidas nesses últimos anos.



Na foto, Xi oferece uma cerimônia de boas-vindas à Lula na Praça perto da entrada do Grande Salão do Povo antes de iniciarem conversas em Pequim, 14 de abril de 2023.

Os principais temas de negociação durante a visita foram a diversificação do comércio e as relações comerciais desdolarizadas, o combate à fome e à pobreza, a colaboração em saúde, o apoio ao multi e ao plurilateralismo com o BRICS, o combate às mudanças climáticas, o papel da China na reindustrialização da economia brasileira, projetos de investimentos e cooperação industrial e posicionamentos políticos na guerra da Ucrânia e na questão de Taiwan.

Comércio e relações comerciais desdolarizadas

A China é o maior parceiro comercial do Brasil há 14 anos consecutivos. Em 2022, o comércio bilateral totalizou US\$ 171 bilhões, um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior. Apesar da China ser o maior parceiro comercial do Brasil, o governo brasileiro defendeu uma relação mais equilibrada com a China para deixar de ser apenas um vendedor de produtos primários (carne, soja, minério de ferro e derivados de petróleo) e comprador de tecnologia chinesa. Está claro que o país precisa avançar em complexidade econômica editando ações que a própria China praticou com seus parceiros, ou seja, compromissos dos investimentos estrangeiros (chineses) no Brasil, cobrando desde joint-ventures a transferências tecnológicas¹⁰³.

Com o intuito de promover ações para o aperfeiçoamento do fluxo comercial com vistas ao equilíbrio e ao progresso entre os países, Brasil e China concordaram em aprofundar o intercâmbio entre seus órgãos legislativos e comissões específicas e a parte brasileira anunciou o restabelecimento da Frente Parlamentar BRICS no Congresso Nacional.

¹⁰² <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/joint-communicue-between-the-federative-republic-of-brazil-and-the-people2019s-republic-of-china-on-the-deepening-of-their-global-strategic-partnership-beijing-14-april-2023>

¹⁰³ Pequim se dispôs a avaliar uma mudança no perfil do comércio bilateral. Isso porque a China deseja se consolidar na AL e convencer o Brasil a aceitar a ideia de uma expansão dos BRICS para criar um bloco que atenda a seus interesses e onde seus aliados estejam presentes, tudo isso almejando deslocar o poder dos EUA e redefinir seu papel no mundo nas próximas décadas.

À medida que suas relações econômicas crescem, os dois países decidiram negociar em suas próprias moedas, descartando o dólar americano como intermediário. A moeda chinesa renminbi, ultrapassou o euro para se tornar a segunda maior moeda de reserva internacional do país. Na véspera da cúpula sino-brasileira, as duas partes assinaram um acordo sobre o comércio em moedas nacionais e anunciaram a criação de uma câmara de compensação que foi considerado pelo governo americano como um golpe importante na hegemonia do dólar.

Uma boa opção seria se os países BRICS pudessem trabalhar com uma cesta de moedas e usar suas próprias moedas. Posteriormente poderiam evoluir para uma moeda comum para os BRICS. É importante que os países estejam livres do domínio de uma moeda única, porque não raro, ela é usada politicamente¹⁰⁴.



Na foto: Xi Jinping conversa com Lula no Grande Salão do Povo em Pequim, 14/4/2023.

O Brasil saudou a Iniciativa de Desenvolvimento Global proposta pela China como forma de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ODS). Os dois países trabalharão juntos para buscar um desenvolvimento global mais sustentável e equilibrado, de maneira a não deixar ninguém para trás. Diversos acordos e MdE assinados durante a visita estão relacionados aos ODS.

Combate à fome e a pobreza e melhoria da saúde (ODS 1, 2 e 3)

Em relação aos **ODS 1 e 2**, as duas partes assinaram um MdE para aprofundar a cooperação nas áreas de desenvolvimento social e rural com vistas a realizar iniciativas conjuntas de **combate à fome e à pobreza**¹⁰⁵ e promover a nutrição e a agricultura sustentável.

Depois do Brasil ser retirado do Mapa Mundial da Fome da ONU em 2014, 33 milhões de brasileiros voltaram a passar fome durante o governo anterior¹⁰⁶. Hoje, cerca de 125 milhões

104 <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289218.shtml>

105 12-acordo-brasil-china- (poder360.com.br)

106 <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/26/bolsonaro-diz-que-nao-ha-fome-mas-49-milhoes-de-miseraveis-discordam.htm#:~:text=Ele%20estava%20pessoalmente%20irritado%20com,milh%C3%B5es%20no%20in%C3%ADcio%20de%202022.>

de brasileiros sofrem de algum tipo de insegurança alimentar^{107, 108}. A China acumulou um enorme conhecimento de políticas públicas neste setor com o qual os brasileiros têm muito a aprender, especialmente de seu programa de redução da pobreza, que alçou cerca de 100 milhões de chineses da pobreza nos últimos cinco anos¹⁰⁹. É importante que Brasil e China tenham um diálogo sobre seus respectivos programas e analisem como eles funcionam.

No quesito saúde, ODS 3, saudaram o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS (CPDV) e se comprometeram a fomentar o intercâmbio científico bilateral em áreas como combate precoce a doenças com potencial epidêmico e produção de vacinas e de fármacos.

Assinaram dois acordos, um deles para revigorar e aprimorar a cooperação internacional na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas e o outro que criou o Centro Sino-Brasileiro de Pesquisa e Prevenção de Doenças Infecciosas (IDRPC). O Centro é uma iniciativa da Fiocruz e do Centro de Excelência CAS-TWAS para Doenças Infecciosas Emergentes (CEEEID), por meio do Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências (IM/CAS) e contará com duas sedes físicas, uma no IM/CAS em Pequim e outra no Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)¹¹⁰, na Fiocruz. As sedes irão alinhar pesquisa básica e desenvolvimento de bens públicos como testes de diagnósticos rápidos, vacinas, terapias e fármacos com foco na prevenção e controle de pandemias e epidemias como Covid-19, influenza, chikungunya, zika, dengue, febre amarela (FA), oropouche, e outras doenças infecciosas como a TB. As sedes serão frequentadas por pesquisadores chineses e brasileiros.

A Covid-19 atinge ambos os países, mas a China possui interesse em estudar a FA devido ao aumento de obras chinesas de infraestrutura na África que levou alguns de seus trabalhadores a contraírem FA, uma enfermidade para a qual a Fiocruz tem *know-how*, já que produz a vacina. Por outro lado, a China produz grande parte do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) usado no mundo e o Brasil pode aprender a produzir alguns insumos¹¹¹.

Estão previstos também projetos de investimento e a cooperação industrial para o desenvolvimento e a produção de medicamentos e equipamentos médicos¹¹².

Enquanto os países desenvolvidos represavam suas vacinas para garantir a imunização de suas próprias populações e deixavam para trás os países em desenvolvimento, as vacinas chinesas foram fundamentais no combate à pandemia de Covid-19 no Brasil e contribuíram para que milhões de vidas brasileiras fossem salvas. A China tem muito a aportar; em setembro de

107 Em relação aos ODS 1 e 2, o Brasil precisa fortalecer a produtividade dos pequenos agricultores, que responde por 70% dos alimentos consumidos no país e é estratégica para combater a fome e gerar renda. O governo precisa formular políticas públicas para estimular o setor e facilitar o acesso dos agricultores às máquinas, substituir agrotóxicos por bioinsumos e prover energia solar de pequena escala, tudo isso pode representar uma revolução na produtividade da agricultura familiar.

108 <https://pt.globalvoices.org/2022/07/22/o-que-colocou-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu-depois-de-oito-anos-fora/>

109 <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289218.shtml>

110 O prédio tem previsão de conclusão em 2024 e início de operação em 2025. Neste interim serão selecionados pesquisadores.

111 Fiocruz e instituição chinesa assinam acordo para criação de centro de prevenção de doenças

112 <https://static.poder360.com.br/2023/04/5-acordo-brasil-china-promocao-investimento-cooperacao-industrial.pdf>

2022, aprovou uma vacina inalatória para Covid, administrada sob a forma de spray¹¹³ e nesse ano desenvolveu domesticamente sua primeira vacina de m-RNA contra a Covid-19¹¹⁴ que foi aprovada para uso emergencial. Até então, a China havia aprovado apenas vacinas inativadas produzidas pelas Sinovac Biotech e Sinopharm.

Apoio ao multi e plurilateralismo expresso nos BRICS e sua expansão, e ao NBD para reduzir as desigualdades entre países ricos e em desenvolvimento (ODS 10)

O presidente brasileiro já havia devolvido o Brasil a fóruns regionais como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e quitou uma dívida com o fundo do Mercosul após anos de inadimplência o que lhe dará direito a acessar R\$ 350 mi do fundo para financiar projetos em municípios brasileiros em regiões de fronteira com os países do bloco em setores de saúde, saneamento básico, infraestrutura urbana e segurança.

China e Brasil ratificaram a escolha do multi e plurilateralismo como forma de intensificar a coordenação em questões globais de interesse comum na ONU e dentro do BRICS (e G20) para a construção de uma ordem internacional mais democrática e inclusiva. As duas partes se comprometeram a aprofundar a cooperação em todas as áreas no âmbito do BRICS. Apoiaram as discussões entre os membros do grupo sobre o processo de expansão do bloco e ressaltaram a necessidade de esclarecer os princípios para a aceitação de novos interessados a ingressar no grupo, o que será feito na próxima Cúpula.



O presidente participou da posse de Dilma como presidente do NBD

Reafirmaram o apoio ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)¹¹⁵, instrumento financeiro que busca ajudar países em desenvolvimento. Por uma série de fatores, tanto o NBD quanto o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) - um fundo de US\$ 100 bilhões cujo propósito original era ser uma alternativa ao FMI e ao BM - ainda estão aquém de seu enorme potencial. À frente do NBD, Dilma terá a missão de reduzir a desigualdade entre países ricos e emergentes ao mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. Atualmente, a carteira de investimentos do Banco dos BRICS é da ordem de US\$ 33 bilhões em 96 projetos pelo mundo e a meta é investir mais US\$ 30 bilhões até 2026¹¹⁶.

113 <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/09/05/china-aprova-primeira-vacina-nasal-contracovid-19.ghtml>

114 <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/china-aprova-sua-primeira-vacina-de-rna-mensageiro-contracovid-19/>

115 O NBD tem como propósito mobilizar recursos para investimento em energia limpa, infraestrutura de transporte, de água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e digital.

116 Dilma toma posse como presidente do banco dos Brics. Qual a importância do cargo? | Exame

Combate às mudanças climáticas (ODS 13)

Um dos acordos prevê a construção conjunta de um satélite (CBERS-6) cuja tecnologia permitirá o monitoramento da Amazônia e outros biomas inclusive com a presença de nuvens, o que garantirá um combate ao desmatamento mais eficaz.

Neoindustrialização, inovação e infraestrutura (ODS 9)

Por meio da transferência de tecnologia e Parceria Público-Privadas (PPP) (levando em consideração o meio ambiente e a crise climática), os países acordaram em cooperar e investir nas seguintes áreas¹¹⁷: indústria agrícola (agricultura e a transformação de produtos agrícolas e pecuários); alta tecnologia (desenvolvimento e a produção de medicamentos e equipamentos médicos); energia, eletricidade e energias renováveis; mineração (desenvolvimento e processamento de minerais); indústria de transformação (fabrico de aço, metais não ferrosos, automóveis, máquinas, materiais de construção, produção de eletrodomésticos) e infraestrutura (construção e operação de estradas, ferrovias, aeroportos, portos, gasodutos, pontes).

Entre 2005 e 2021, o Brasil foi o 4º maior receptor global de investimentos chineses. Mas de 2007 a 2021, 40,1% dos investimentos foram concentrados no setor de energia (eletricidade e extração de petróleo e gás), 25,5% na indústria manufatureira, 10,9% em TI, 6,4% em agricultura, pecuária e serviços relacionados, e somente 3,5% em infraestrutura¹¹⁸, que é a maior necessidade do país.

Na década de 1980, quando a China iniciava seu processo de reforma e abertura, buscava aprender com o desenvolvimento industrial do Brasil, na indústria automobilística, nas telecomunicações e na mais avançada tecnologia hidrelétrica (na época, Usina hidrelétrica de Itaipu brasileira). Centenas de engenheiros, pesquisadores e funcionários do governo chinês visitaram o Brasil ao longo dos anos para absorver a experiência brasileira e adaptá-la às necessidades chinesas. Naquela época, os PIBs do Brasil e da China eram semelhantes. Hoje, o PIB da China é mais de dez vezes maior que o do Brasil. Chegou a hora de o Brasil enviar seus alunos, funcionários e quadros das mais diversas áreas para a China, para que aprendam as lições do modelo chinês de modernização e se engajem em inúmeras formas de cooperação.

O Brasil precisa urgentemente de um grande programa de obras públicas. Há algum tempo, Xi Jinping vem encorajando os dois lados a impulsionar grandes projetos e expressou a disposição da China de explorar uma maior sinergia com a sua Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) uma vez que a China tem dado mais ênfase aos contratos de construção no âmbito da Iniciativa¹¹⁹. A China tem capacidade de investimento e expertise em engenharia e o Brasil precisa gerar empregos, revitalizar sua infraestrutura, recuperar as empreiteiras destruídas pela operação Lava Jato e impulsionar outros setores industriais. O Brasil está analisando se adere à Iniciativa para que a China contribua com a reindustrialização do país e estuda também que projetos concretos resultariam dessa adesão¹²⁰.

117 <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289097.shtml?id=11>

118 Estudo_Investimentos_2021_PT%20(2).pdf. Pag 31. Investimentos chineses no Brasil 2021: um ano de retomada. Conselho Empresarial Brasil-China.

119 Estudo_Investimentos_2021_PT%20(2).pdf. Pag 38. Investimentos chineses no Brasil 2021: um ano de retomada. Conselho Empresarial Brasil-China.

120 Na ocasião da visita, houve uma reunião com empresa chinesa State Grid para discutir questões como fontes renováveis de energia¹²⁰.

Posicionamentos políticos: a guerra na Ucrânia e a questão de Taiwan

Ambos os lados concordaram que o diálogo e a negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia e todos os esforços para uma solução pacífica da crise devem ser encorajados e apoiados. Brasil e China receberam positivamente a proposta um do outro em prol da paz (o plano de 12 pontos da China e a proposta do Brasil de constituir um grupo de países neutros que buscam a paz) e pediram que mais países desempenhem um papel construtivo para a promoção da solução política da crise na Ucrânia.

Após a conversa com Xi, Lula disse que os EUA precisam parar de encorajar a guerra e que EUA e a União Europeia precisam começar a falar de paz para que ele e Xi Jinping possam convencer Putin e Zelensky que a paz é de interesse de todos, e que a guerra só é de interesse dos EUA e da UE.

O Brasil reiterou sua posição sobre a questão de Taiwan: adere ao princípio de Uma Só China e concorda que o governo da China Continental é o único governo legal que representa toda a China e que Taiwan é uma parte inalienável do território chinês.

Comentários

A visita do presidente brasileiro contribuiu para sedimentar o entendimento de que a relação entre Brasil e China vai além da dimensão bilateral. Os dois países têm um papel crucial nos espaços globais de decisão e são peça-chave na busca de soluções para alguns dos maiores desafios do nosso tempo, como a erradicação da fome e da pobreza, a prevenção e controle de pandemias e epidemias, a mudança do clima, a transição energética e a paz e a segurança.

Lula e Xi possuem a visão convergente de uma ordem global baseada em uma nova forma de progresso humano, em que a pobreza não pode existir, os países têm o direito de prosperar e a harmonia com a natureza é fundamental. O encontro dos dois líderes propicia a oportunidade de buscar soluções conjuntas e financiamentos para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no mundo e, a industrialização em um modelo inclusivo sustentável e verde, se insere nesse processo.

Além do MdE para combater a fome e a pobreza e a promoção da nutrição e da agricultura sustentável, os dois países procurarão trabalhar juntos para o desenvolvimento de uma Aliança global contra a fome e a pobreza extrema¹²¹. A iniciativa ainda pretende ir mais a fundo e, por meio da colaboração em organismos multilaterais e tornando o tema prioritário na agenda global, assim como pretende trocar experiências, coordenar posições e prestar apoio a agrupamentos internacionais como BRICS e G20 em temas relacionados ao desenvolvimento social, combate à fome e pobreza extrema, desenvolvimento agrário e agricultura familiar. A aliança irá se basear na experiência do Brasil e da China¹²² no combate à fome e à pobreza, na importância da agricultura brasileira para a segurança alimentar da China e na necessidade de redesenhar os sistemas alimentares para garantir o acesso aos alimentos em todo o mundo. Como presidente do NBD, Dilma Rousseff pode posicionar o banco como uma plataforma de ideias, parcerias e soluções do sul global para o combate à pobreza e às desigualdades. Inclusive, os dois países podem se coordenar com a Organização para a Agricultura e Alimentação

121 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/23/brasil-e-china-fecharao-acordo-para-criar-alianca-internacional-contra-fome.htm>

122 O país asiático foi o primeiro a atingir as metas da ONU de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza.

(FAO/ONU), que está atualmente sob o comando do chinês Qu Dongyyu, para promover iniciativas de cooperação trilateral de combate à fome voltada para África.

Afora a infraestrutura nacional, a ICR deveria ser pensada como alavanca para a integração física sul-americana. Sem estradas, ferrovias, linhas de transmissão de energia, telecomunicações, conexões aéreas e marítimas, não haverá integração regional. Empreiteiras chinesas podem se associar às brasileiras para integrar os países da região. O BNDES, os bancos públicos nacionais podem cooperar com os Bancos e Fundos chineses construindo alianças bilaterais para financiar o desenvolvimento nacional e sul americano.

Diplomacia da saúde na América Latina e no Caribe

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito

CEPAL: Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável

A Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável será realizada na sede da CEPAL em Santiago, de 26 a 28 de abril de 2023, sob o tema “Acelerando a recuperação após a pandemia de COVID-19 e a implementação plena da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis”.

O Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável é convocado com o auspício da CEPAL e é guiado pelos princípios estabelecidos para todos os processos de acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Seu objetivo é fornecer aos responsáveis pela implementação da Agenda 2030 nos países um espaço propício para aprendizado entre pares. O Secretário Executivo da CEPAL apresentará o documento *América Latina e Caribe na metade do caminho para 2030: progressos e propostas de aceleração*, sexto relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe – comentado no próximo item deste informe.

Na reunião, serão abordados os desafios de cada um dos ODS que correspondem a ser examinados neste ano e será organizada uma Mesa Redonda para debater as iniciativas transformadoras para enfrentar os desafios globais e criar oportunidades para fortalecer o compromisso com a Agenda 2030 e acelerar a plena implementação dos ODS.

CEPAL: Informe América Latina e Caribe na metade do caminho para 2030: progressos e propostas de aceleração¹²³

O informe traz os desafios que a América Latina e o Caribe enfrentam para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente após o impacto negativo da pandemia de COVID-19 e outros eventos desfavoráveis. O contexto internacional não é favorável devido à incerteza e falta de clareza na trajetória econômica para os próximos anos. A região experimentou uma década de baixo crescimento, baixas taxas de investimento e aumento insuficiente do emprego e produtividade. Além disso, a região enfrenta dificuldades e incertezas adicionais geradas por uma série de crises em cascata, como a crise ambiental, social e econômica. Tudo isso dificulta as ações públicas, mas, ao mesmo tempo, obriga a abordar os diversos desafios e crises simultaneamente e alinhar os esforços dos diferentes atores para superá-los. A solução está em impulsionar um processo de transformação do modelo de desenvolvimento por meio de políticas públicas decididas e criativas, com um foco claro no cumprimento dos ODS por meio de um desenvolvimento produtivo mais inclusivo e ambientalmente sustentável na região.

O relatório analisa o progresso geral em relação ao cumprimento de todos os ODS e aprofunda em cinco deles: água limpa e saneamento (ODS 6); energia acessível e não poluente (ODS 7); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e parcerias para alcançar os Objetivos (ODS 17). O documento argumenta que é necessária

¹²³ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48823/1/S2300097_es.pdf

uma mudança na forma de fazer política pública para alcançar as metas. Também são discutidos os processos institucionais relacionados à implementação e acompanhamento dos ODS.

Agenda da Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável

A Sexta Reunião vai convocar a altas autoridades das Nações Unidas, dos Ministérios de Relações Exteriores dos Países, e participantes de Estado e de Governo dos 33 países da região, agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas, de instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento, de organismos de integração regional e sub regional e da sociedade civil. No site <https://foroalc2030.cepal.org/2023/es> podem ser encontradas todas as informações e documentos de referência da reunião.

O encontro vai começar no dia 25 de abril com uma Reunião do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento. As organizações da sociedade civil da região se organizaram para pactuar posições sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

No dia 26 de abril está prevista a abertura formal e a cerimônia de posse com a participação do Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar Zirinachs, a vice-presidente do Conselho Econômico e Social e Representante Permanente do Chile junto às Nações Unidas, Paula Narváez, a Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed, e o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, na qualidade de Presidente do Fórum dos Países da ALC sobre Desenvolvimento Sustentável. No mesmo dia, o Alto Comissário das Nações Unidas, Volker Turk, saudará todos os presentes, lembrando que se completam 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Enquanto um fórum privilegiado para os países da ALC apresentarem as estratégias utilizadas para avançar na implementação da Agenda 2030, o Caribe organizou uma mesa com a participação do Ministro de Finanças da Guiana Ashni K Singh; o Ministro do Turismo, Aviação Civil, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de São Vicente e Granadinas, Carlos James; o Ministro do Gabinete do Primeiro Ministro de Barbados, Shantal MunroKnigh; o enviado especial do Primeiro Ministro das Ilhas Virgens Britânicas, Benito Wheatley, e o Secretário Geral da EICLID-Pole Universitaire Euclides, Winston Dookeran. Em seguida, os demais países do Caribe farão suas respectivas intervenções.

Em seguida, terá lugar uma mesa onde serão apresentadas as contribuições do Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da América Latina e Caribe, que será moderado por Roberto Valente, Diretor Regional para América Latina e Caribe do Escritório de Coordenação de Desenvolvimento (TOC) das Nações Unidas. O Secretário Executivo da CEPAL apresentará o relatório de resultados de todo o Sistema da Plataforma Regional de Colaboração para a América Latina e o Caribe, juntamente com o Diretor Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, na qualidade de Vice-presidente da Plataforma

No dia 27 de abril, pela manhã, haverá uma mesa sobre **ODS 6: Água Limpa e Saneamento**, onde o Chefe da Unidade Especial de Execução Temporária "Assuntos Internacionais e Cooperação Federal" do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina será o mediador. A mesa terá como palestrantes:

- ✓ Freddy Mamani: Vice-Ministro de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia.

- ✓ Pavel Isa Cotreras: Ministério da Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana.
- ✓ Mario Lubetkin: Representante Regional para LAC da FAO.
- ✓ Daniel Tugues; Subgerente de Águas Andinas
- ✓ Ruth Spencer: Aliança Internacional Yale de Antígua e Barbuda.

A mesma metodologia será usada para abordar o **ODS 7: Energia Acessível e Limpa** que vai ser moderada pela Presidência do Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável (Argentina) e participação:

- ✓ Walter Verri, Vice-Ministro da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai
- ✓ Andrés Rebolledo, Secretário Executivo da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE)
- ✓ Germán Carmona, Acadêmico do Instituto de Engenharia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)
- ✓ Kaira Reece, Secretária de Desenvolvimento Sustentável, Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA)

ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, moderada por Michelle Muschett, Diretora Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- ✓ Nicolás Grau, Ministro da Economia, Desenvolvimento e Turismo do Chile
- ✓ Clelia Hernández, Diretora Geral da Iniciativa Nuevo León 4.0 do México
- ✓ Perpétua Almeida, Diretora da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) do Brasil
- ✓ Manuel Albaladejo, Representante Regional para Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)
- ✓ Brígida Fernández Rubio, Diretora Geral do Comitê de Planejamento para o Desenvolvimento do Estado de Baja California (México)
- ✓ Hernán Ceballos, Gerente de iNNpulsa Colômbia
- ✓ Fernando Saiz, Diretor de Assuntos Públicos e Regulação da Telefónica Chil
- ✓ María-Noel Vaeza, Diretora Regional para as Américas e Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN-Women)
- ✓ Dulce Patricia Torres Sandoval, Membro da Coordenação Geral da Coordenadoria Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), Ponto Focal do Elo Continental de Mulheres Indígenas das Américas (ECMIA), México

Seguidamente será abordado o **ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis** moderado por Santiago Maggiotti, Ministro de Desenvolvimento Territorial e Habitat da Argentina e Presidente do Fórum de Ministros e Altas Autoridades de Habitação e Planejamento Urbano da América Latina e Caribe (MINURVI). Vão participar:

- ✓ Wendy Molina Varela, Vice-Ministra de Planejamento do Ministério de Habitação e Assentamentos Humanos da Costa Rica
- ✓ Elkin Velásquez, Diretor Regional para a América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat)
- ✓ María Soledad Cisternas Reyes, Enviada Especial do Secretário-Geral para Deficiência e Acessibilidade
- ✓ Armando Enrique Navarrete, Economista Chefe do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (CABEI)

- ✓ Augusto Du Bois Goitia, Segundo Vice-Presidente da União Interamericana de Habitação (UNIAPRAVI)
- ✓ Augusto Barrera Guarderas, Diretor do Centro de Transferência de Conhecimento e Inovação Social (CETCIS) da Pontifícia Universidade Católica do Equador
- ✓ Arturo Noel Noyola Muñoz, da Rede Nacional de Juventude Afro-Mexicana do México

Na sexta-feira haverá uma mesa redonda sobre **ODS 17 - Alianças para alcançar os Objetivos**, que será moderada por Marisol Merquel, presidente do Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais da Argentina, país que exerce a Presidência do Fórum de os países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável

- ✓ Ana Montañó Medina, Diretora Geral de Monitoramento, Administração e Supervisão do Cumprimento dos Acordos Comerciais do Ministério da Economia do México
- ✓ Luciana Servo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil
- ✓ Paula Poblete, Subsecretária de Avaliação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Família do Chile
- ✓ Sebastián Miller, Economista Líder do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Chile
- ✓ Pilar Garrido, Diretora de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- ✓ Christian Salazar, Diretor da Divisão de Operações de Campo e Cooperação Técnica do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)
- ✓ Pamela Martín García, Vecinas Feministas e Federação Internacional de Paternidade Planejada - Região das Américas e Caribe (IPPF ACRO), Argentina

Em seguida, haverá uma Mesa Redonda: “Road to the SDG Summit. Iniciativas transformadoras: criar oportunidades para fortalecer o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e sua plena implementação em todos os níveis”, que será moderado pela Embaixadora María del Carmen Squeff, Representante Permanente da Argentina junto às Nações Unidas, país que exerce a Presidência do Fórum. Participarão na mesa:

- ✓ José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL
- ✓ Pedro Luis Pedroso, Embaixador Representante Especial de Cuba nas Nações Unidas para coordenar a Presidência do Grupo dos 77 e a China
- ✓ Paula Narváez, Representante Permanente do Chile junto às Nações Unidas, país que ocupa a Vice-Presidência do Conselho Econômico e Social
- ✓ Luis Felipe López-Calva, Diretor Geral da Prática Global de Pobreza e Equidade do Banco Mundial

Em seguida, será lida a declaração elaborada pela Sociedade Civil, acordada por meio do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável.

Finalmente, serão apresentadas as conclusões e recomendações acordadas entre os Governos reunidos na Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável. Vale ressaltar que um conjunto significativo de eventos paralelos acontecerá à margem do Fórum.

ORAS- CONHU: Rede Andina de Institutos de Saúde Pública prepara plano de ação para fortalecer a capacidade de resposta frente futuras pandemias¹²⁴

Em reunião virtual, o ORAS-CONHU se comprometeu a trabalhar para que a Rede Andina de Institutos de Saúde Pública ofereça uma plataforma técnica e virtual que possa fortalecer a capacidade de resposta nacional e internacional frente a emergências sanitárias. Segundo Calle Dávilla, secretária executiva do Oras-Conhu, a plataforma poderá trazer maior autonomia aos países na resolução de problemas concertada entre os países da região. Ainda sobre a Rede Andina, a secretária executiva ORAS-Conhu ressaltou a importância de que a Rede se consolide através de um plano de ação para alcançar seus objetivos.

A Rede de Institutos de Saúde e homólogos na região andina (RAIS) delineou suas linhas de ação no começo do ano de 2023 e elas são: gestão da qualidade dos Institutos e seus homólogos; fortalecimento da vigilância e resposta a doenças emergentes e reemergentes; fortalecimento de intervenções coordenadas frente a problemas de saúde ambiental e ocupacional, desastres, emergências e segurança alimentar. Além disso, a Rede também busca harmonizar instrumentos técnicos para o diagnóstico, melhoria dos mecanismos de coordenação e comunicação das redes, fortalecer mecanismos de transferência tecnológica e intercâmbio científico, cooperação para pesquisa científica e vigilância genômica e identificação de problemas comuns de fronteira.

A reunião foi composta por representantes da Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Chile, do ORAS-Conhu e da OPAS/OMS. Alguns encaminhamentos gerados na reunião foram: desenvolvimento do regulamento da organização e funções do RAIS e da intenção conjunta de apresentar um projeto regional ao Pandemic Fund.

OTCA: Proposta para promover a governança e a gestão sustentável dos sistemas aquíferos da região Amazônica¹²⁵

A Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica apresentou para o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, a proposta intitulada “Uma melhor compreensão dos Sistemas Aquíferos Amazônicos para sua proteção e gestão sustentável”.

Essa proposta tem como objetivo gerar um conhecimento comum da importância e do funcionamento de aquíferos para fortalecer a governança e a gestão das águas subterrâneas e melhorar a segurança hídrica e resiliência dos ecossistemas da Região Amazônica. O projeto beneficiará diretamente a vida das comunidades regionais pois visa prevenir a degradação e contaminação das águas.

A proposta é resultado de um trabalho que envolveu os oito Países Membros da OTCA e contou com participação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

SEGIB: A SEGIB impulsiona o lançamento do Observatório Epidemiológico Ibero-americano juntamente com aliados e profissionais na área¹²⁶

¹²⁴ <https://www.orasconhu.org/es/red-andina-de-institutos-de-salud-publica-prepara-plan-de-accion-para-fortalecer-la-capacidad-de>

¹²⁵ <http://otca.org/otca-presenta-pif-gestion-sostenible-de-los-sistemas-de-acuiferos-del-amazonas/>

¹²⁶ <https://www.segib.org/la-segib-impulsa-la-puesta-en-marcha-del-observatorio-epidemiologico-iberoamericano-de-la-mano-de-aliados-y-profesionales-en-la-materia/>

Dos dias 18 a 20 de abril, os representantes ministeriais de saúde dos países ibero-americanos pertencentes à Rede Ibero-americana Ministerial de Aprendizagem e Investigação em Saúde (RIMAIS) se reuniram no Uruguai para fortalecer a cooperação em segurança na saúde e incluir outras entidades com capacidades na região. Durante o encontro, chamado “Conhecimento, planejamento e implementação do Observatório Epidemiológico Ibero-americano (OEPI): Preparando o futuro da segurança em saúde”, a SEGIB apresentou as atividades desenvolvidas até o momento como ponto de partida para o OEPI, como o levantamento dos sistemas de vigilância epidemiológica, a proposta de um plano de trabalho e a identificação de possíveis fontes de financiamento para o projeto.

Como resultado das sessões de trabalho, o grupo concordou unanimemente com as linhas estratégicas do OEPI para a troca de experiências e conhecimentos, o fortalecimento da coordenação da resposta a emergências sanitárias, estratégias de preparação e resposta e inteligência epidemiológica, comunicação e divulgação de informações e formação de recursos humanos. As atividades foram realizadas no Centro de Formação da Cooperação Espanhola em Montevideú, Uruguai, com o apoio e coordenação da SEGIB e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID).

Observatório Epidemiológico Ibero Americano

A Secretaria Geral Ibero-américa incorporou a saúde no seu III Plano de Ação Quadrienal para a Cooperação Ibero-Americana (PAQCI), onde são identificados 8 grandes eixos: fortalecimento da cooperação, coesão social, conhecimento, gênero, cultura, meio ambiente, justiça, inovação pública e cidadã e transformação produtiva.

A Fiocruz pode ser um grande apoio para as atividades propostas, contribuindo para ampliar os parceiros estratégicos e fortalecer as redes ibero-americanas.

O Plano identificou como resultado esperado o fortalecimento das Redes Ibero Americana e proximamente lançarão um edital de fundos para incentivar o desenvolvimento de projetos em duas áreas:

1. Formação e Capacitação (+ o – 6500 euros)
2. Veneração de Conhecimento (+ o – 11.000 euros)

Por um outro lado, o III PAQCI promove ações em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade e estabelece um novo resultado em saúde, que é o Observatório Epidemiológico Ibero-Americano (OEPI) em aliança com outros atores regionais e internacionais. Na organização deste OEPI, participou um representante do CRIS/FIOCRUZ numa oficina realizada em Montevideú, nos dias 18 ao 20 de abril de 2023. O OEPI poderia constituir uma importante ferramenta para o seguimento da realidade epidemiológica da região promovendo a transferência de conhecimento e a formação e capacitação nas áreas que priorize.

O Encontro realizado em Montevideú, chamado Conhecimento, Planejamento e Posta em Funcionamento do Observatório Ibero-americano – OEPI preparando o futuro da Seguridade em Saúde convocou os pontos focais da Rede Ibero Americana Ministerial de Aprendizado e Pesquisa em Saúde (RIMAIS) para reforçar a cooperação ibero-americana em matéria de segurança em saúde e somar a todas aquelas entidades com capacidades instaladas na region.

A SEGIB apresentou um levantamento dos sistemas de vigilância epidemiológica na região e uma proposta de um Plano de Trabalho e Mapa de Atores para avançar na sustentabilidade do OEPI.

Embora a iniciativa do OEPI pode constituir uma grande ferramenta, resulta chave a proposta consultar com as áreas epidemiológicas dos Ministérios da Saúde dos países Ibero Americanos, assim como identificar outras iniciativas de observatórios que já estão sendo implementada na região. Só para dar alguns exemplos, a nível sub-regionais o Organismo Andino de Saúde (ORAS/CONHU) desenvolveu um Observatório de Saúde e Equidade, o Organismo do Tratado de Cooperação Amazónico (OTCA) implementou o Observatório de Ambiente e Saúde, e temos importantes iniciativas nacionais como o Observatório da Covid-19 e o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da FIOCRUZ, o Observatório de Saúde dos Instituto Nacional de Saúde de Colômbia, entre outros.

SELA: Proposta de Atuação Regional Conjunta: Segurança Alimentar e Energia¹²⁷

Nos dias 20 e 21 de abril, será realizado o encontro “Propostas de Atuação Regional Conjunta: Segurança Alimentar e Energia.” Nessa ocasião serão discutidos os desafios para a convergência sobre temas de vulnerabilidade alimentar e integração energética na região.

A proposta é um desdobramento da aliança estabelecida pelos mecanismos de integração durante a VII Cúpula da CELAC e consequência do Foro Respondendo aos desafios da integração para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, organizado pela SELA e CELAC.

O encontro contará com a participação das seguintes organizações: Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), a Comunidade Andina (CAN), Associação dos Estados do Caribe (AEC), Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA-TCP), Sistema para a Integração Centro-americana (SICA), Associação Latino-americana de Integração (ALADI), Comunidade do Caribe (CARICOM), Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Mercosul: Relançamento da Cúpula Social Mercosul 2023¹²⁸

Na presidência Pro Tempore argentina, o Foro de Consulta e Concertação Política acordou em retomar a realização da Cúpula Social do Mercosul. Segundo o Mercosul, “A decisão reafirma a centralidade da participação de organizações e movimentos sociais no MERCOSUL POLÍTICO para aprofundar o processo de integração e ampliar direitos garantidos aos cidadãos e cidadãs do MERCOSUL”. A Cúpula Social será realizada no dia 1 de junho de 2023 em formato virtual e o sistema de novos registros de organizações e movimentos sociais já foi lançada em 31 de março. (link para registros <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/assuntos-sociais/>)

A Cúpula Social Mercosul já foi realizada mais 15 vezes, ininterruptamente, até os anos de 2016. A Cúpula, lançada nos anos 2000, esteve na esteira da orientação dos governos dos Estados Membros em fortalecer a participação dos indivíduos na estrutura do bloco. O I Encontro Regional por um Mercosul Produtivo e Social em 2006 gerou não somente a Cúpula, mas uma série de iniciativas como Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), a criação do Instituto Social (ISM), que, mais tarde, incentivaram a criação do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH), do Estatuto da Cidadania e da Unidade de Apoio à Participação

¹²⁷<https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88520/mecanismos-de-integracion-se-reunen-para-abordar-retos-y-desafios-sobre-la-seguridad-alimentaria-y-la-integracion-energetica-en-la-region>

¹²⁸<https://www.mercosur.int/pt-br/cupula-social-mercocul-2023/>

Social. Essas novas estruturas conseguiram reposicionar a importância do tema social em um bloco, pelo Tratado de Assunção, focado em temas comerciais. Para Caetano, Ventura e Vazquez (apud Silva e Martins, 2015, p.18) essas inovações fazem parte dos esforços de diminuição do déficit democrático histórico do Mercosul.¹²⁹

Nesse sentido, os encontros da Cúpula foram responsáveis por organizações e movimentos sociais dos Estados partes do bloco para debater e construir posicionamentos comuns sobre temas da agenda internacional e regional. Em mais de 10 anos, a cúpula debateu temas como agricultura familiar, reforma agrária, segurança e soberania alimentar, direitos humanos, educação, cultura, participação cidadã, saúde, migração, trabalho decente, economia solidária, povos originários, inclusão digital, pessoas com deficiência, pensamento latino-americano, fronteiras, juventude, comunidades afro descendentes, comunidades LGBT entre outros.¹³⁰ Segundo Silva e Martins (2015), até 2015, a cúpula contou com mais de seis mil participantes de todos os países membros.

Uma hipótese para a descontinuidade da realização das Cúpulas a partir do ano de 2016 aglutinam características regionais, descompasso entre as tomadas de decisão no bloco, e características nacionais, crises político, sociais e econômicas internas que se proliferaram nos países do bloco. Se essa hipótese é válida, dois sintomas podem ser captados da descontinuidade: a integração social do Mercosul, apesar de avanços, ficou estritamente vinculada a estrutura burocrática e engajamento governamental; os movimentos sociais não conseguiram desenvolver uma rede autônoma e transnacional que amortecesse os efeitos da crise intergovernamental e desse continuidade aos trabalhos iniciados em 2006.

A retomada dos trabalhos da Cúpula em 2023, seguindo uma nova orientação dos líderes brasileiro e argentino no campo social e o que tem sido discutido de uma nova “onda rosa” na região, é boa notícia e renova uma vez mais o espaço para o encontro social na integração mercosulina. No entanto, é preciso observar quais mecanismos de continuidade e autonomia que essa nova fase deve criar, pois a integração social é uma maratona longa e complexa que não pode ficar restrita aos papéis e decisões de alta cúpula, mas sim estreitar e consolidar redes transnacionais intracomunitárias.

China X Estados Unidos: a disputa por lítio na América Latina^{131 132}

O mercado do lítio encontra-se em plena expansão. Este metal é fundamental para a fabricação das baterias utilizadas nos carros elétricos e essencial para a transição energética. Mais da metade das reservas de lítio mundial está localizada na Argentina, Bolívia e Chile, e tem despertado forte interesse de governos e investidores que querem entrar nesses mercados.

Nesse cenário, China e Estados Unidos são os principais protagonistas na disputa por esse metal cada vez mais precioso. Segundo Benjamin Gedan, diretor do Programa América Latina do centro de estudos Wilson Center contou à BBC News Mundo (serviço em espanhol da BBC), “as principais potências estão lutando para obter os minerais necessários para a transição

¹²⁹ <https://www.mercosur.int/documento/as-cupulas-sociais-do-mercosul-i-historia-e-acervo/>

¹³⁰ Ver todos os temas em trabalho dedicado às cúpulas: SILVA, Carolina; MARTINS, José Renato. As Cúpulas Sociais do Mercosul: História e Acervo. Mercosul: Unidade de Apoio à Participação Social UPS, 2015. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/as-cupulas-sociais-do-mercosul-i-historia-e-acervo/>

¹³¹ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0vz35p4pqgo>

¹³² <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/21/chile-planeja-estatizar-industria-de-litio-do-pais.htm?cmpid=copiaecola>

energética e a América Latina é um importante campo de batalha”. “Os Estados Unidos chegaram atrasados à festa e Washington está claramente ansioso pela vantagem inicial da China”, acrescentou.

Por outro lado, o presidente do Chile, Gabriel Boric, disse na semana passada, que vai nacionalizar a indústria de lítio do país, o segundo maior produtor mundial do metal essencial para baterias de veículos elétricos, para impulsionar sua economia e proteger seu meio ambiente. Tal fato representa um desafio para os fabricantes de veículos elétricos, que lutam para proteger os materiais das baterias, à medida em que mais países procuram proteger seus recursos naturais. O México, por exemplo, nacionalizou seus depósitos de lítio em 2021 e a Indonésia proibiu as exportações de minério de níquel, um material essencial para baterias, em 2020.

Empresas chinesas estão há anos procurando lugares para estocar o chamado ouro branco em diferentes partes do mundo, principalmente na América Latina, onde estão as maiores reservas mundiais do metal.

A Bolívia lidera a lista com reservas conhecidas estimadas em 21 milhões de toneladas, seguida pela Argentina (19,3 milhões) e Chile (9,6 milhões), segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

Assim como os Estados Unidos e outros países embarcam em seu plano de recuperar parte de sua independência energética, a China também se prepara há vários anos de olho nos minerais mais cobiçados pelo comércio global, entre eles o lítio.

O ministro de Recursos Naturais da China alertou que a alta dependência de recursos minerais estratégicos externos podem afetar a segurança econômica e nacional do país, se a situação internacional mudar. Os Estados Unidos estão buscando fortalecer sua posição nas cadeias globais de fornecimento de minerais críticos e tecnologias verdes, incluindo o lítio, que se tornou uma área crítica na competição tecnológica e geopolítica entre os dois países. A China está acelerando seus investimentos em minerais, especialmente lítio, cobalto e terras raras, que são usados em produtos como baterias, veículos elétricos, turbinas eólicas e painéis solares. Enquanto a demanda global por esses minerais críticos dispara, países latino-americanos consideram a oferta asiática mais atraente do que o modelo tradicional de exportação de commodities com pouco valor agregado. Isso coloca a América do Sul em um cabo de guerra entre Washington e Pequim.

Colômbia: Conferência internacional para reativar diálogo entre oposição e governo venezuelano

O governo colombiano realizará no dia 25 de abril um novo encontro para buscar entendimento para a crise política instaurada na Venezuela. Segundo o chanceler colombiano, Alvar Leyva, esse encontro servirá para criar garantias para a normalidade das eleições 2024.¹³³

Esse diálogo faz parte de uma iniciativa em andamento, que inclui encontros já realizados no México com mediação de Lopes Obrador. Os resultados da iniciativa mexicana trouxeram o avanço de conseguir colocar os lados engajados para a discussão, no entanto, já sofreu revezes quando o próprio presidente Maduro deteve os diálogos por um incidente na

¹³³ <https://www.radionacional.co/actualidad/politica/conferencia-internacional-sobre-venezuela-sera-en-25-de-abril-en-bogota>

África com a detenção de pessoal ligado ao seu governo e a oposição mantém a demanda da libertação de presos políticos.

Nesse novo capítulo dos diálogos, Gustavo Petro contará com a participação de ao menos 15 países, entre eles representantes europeus, mas atores importantes como o presidente venezuelano, Nicolas Maduro, e o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken já indicaram que não comparecerão. O presidente colombiano, em viagem aos EUA, afirmou que as sanções venezuelanas são um “tema para dialogar” com o governo Biden e acrescentou que a conferência busca que “não haja sanções” e que “o povo venezuelano livre, sem pressões, decida sobre seu futuro imediato”¹³⁴. O chanceler Leyva ainda adiciona que nesse encontro será advogada a importância de voltar a receber a Venezuela em organizações e encontros internacionais.

Na região sul-americana, países como a Argentina, que estará presente na conferência e busca normalizar as relações com Caracas, vai engrossar o coro do governo Petro no sentido da necessidade de suspender as sanções que recaem sobre a Venezuela. No entanto, outras vozes desconfiam da movimentação do governo Petro como é o caso de Juan Guaidó, político venezuelano que chegou a ser reconhecido como representante oficial venezuelano, que indagou Petro se ele estaria se comportando como aliado de Maduro ou dos venezuelanos.

Finalmente, a conferência será marcada pelo desafio de compatibilizar o lema de paz total, advogado pelos colombianos, os desgastes pelos posicionamentos tanto de Maduro quanto da oposição venezuelana já gerados desde o encontro mexicano e a incerteza do engajamento dos EUA no processo de suspensão das sanções.

Eleições no Paraguai

No próximo domingo, 30 de abril, o Paraguai passará pelo processo eleitoral, onde serão eleitos representantes para os seguintes cargos: Presidente e Vice-presidente da República¹³⁵; 45 senadores titulares e 30 suplentes; 80 deputados titulares e 80 suplentes; 17 governadores; e, finalmente, 257 membros titulares e igual número de suplentes para os Conselhos Departamentais¹³⁶.

Paraguaios e paraguaios poderão escolher entre 13 opções diferentes nas eleições de 30 de abril. Cada um deles é formado por um candidato a presidente e outro a vice-presidente. Uma novidade é que esse processo eleitoral será o primeiro totalmente automatizado por meio de urnas eletrônicas para as eleições presidenciais e legislativas.

A seguir, apresentamos as 13 fórmulas para as eleições presidenciais:

1. Santiago Peña (presidente) e Pedro Alliana (vice-presidente) - **Partido Colorado**
2. Efraín Alegre (presidente) e Sole Núñez (vice-presidente) - **Acordo Nacional por um Novo Paraguai**

¹³⁴ <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20230417-colombia-albergar%C3%A1-una-conferencia-para-levantar-las-sanciones-a-venezuela-y-reactivar-el-di%C3%A1logo>

¹³⁵ <https://cnnespanol.cnn.com/2023/04/23/elecciones-generales-en-paraguay-2023-quienes-son-los-principales-candidatos-y-que-proponen-orix/>

¹³⁶ O próximo Presidente tomará posse em 15/08/2023 por um período de 5 anos. O voto é obrigatório no Paraguai para os 5 milhões de eleitores registrados entre 18 e 75 anos, e os paraguaios que vivem no exterior podem votar, embora isso seja um procedimento complicado. Dos 2 milhões de paraguaios na Argentina, cerca de 31.000 estão registrados.

3. Jorge Humberto Gómez Otaño (presidente) e Noelia Núñez (vice-presidente) - **Partido UNACE**
4. Euclides Acevedo (presidente) e Jorge Querey (vice-presidente) - **Movimento Político da Nova República**
5. Juan Felix Romero Lovera (presidente) e Catalina Ramírez Alvarenga (vice-presidente) - **Movimento Humanista e Solidário**
6. Luis Talavera Alegre (presidente) e Celso Álvarez Amarilla (vice-presidente) - **Partido Nacional UNÁMONOS**
7. José Luis Felix Chilavert González (presidente) e Sofía Clara Scheid Vázquez (vice-presidente) - **Força Juvenil Partido da Juventude**
8. Ócar Cañete (presidente) e Luis Wilfrido Arce (vice-presidente) - **Partido Verde Paraguai PVP**
9. Prudencio Burgos (presidente) e Leona Guarani (vice-presidente) - **Partido Nacional Popular 30**
10. Alfredo Machuca (presidente) e Justina Noguera (vice-presidente) - **Movimento Independente de Coordenação Cidadã Patriótica**
11. Rosa Bogarín (presidente) e Herminio Lesme (vice-presidente) - **Herdeiros do Partido Socialista Democrático**
12. Aurelio Martínez Cabral (presidente) e David Sánchez (vice-presidente) - **Únete Paraguai**
13. Payo Cubas (presidente) e Stilber Valdés (vice-presidente) - **Cruzada Nacional**

Apesar do grande número de candidatos, as duas primeiras candidaturas concentram a maior parte da intenção de votos dos paraguaios e paraguaias.

Santi Peña, do partido governista Colorado, é economista e foi ministro da Fazenda no governo de Horacio Cartes. Apresenta-se como o candidato a promover o desenvolvimento integral do país.

Efraín Alegre¹³⁷, do Acordo Nacional por um Novo Paraguai, é advogado e foi ministro de Obras Públicas durante o governo do presidente Fernando Lugo até 2011. Sua proposta de governo tem como foco o combate à corrupção para alcançar o bem-estar. O Acordo Nacional por um Novo Paraguai é uma aliança de 14 partidos e organizações de oposição cujo elemento unificador é acabar com o monopólio político do partido colorado no Paraguai. Alegre é presidente do Autêntico Partido Liberal Radical

As últimas pesquisas de intenção de voto indicam que a distância é muito pequena entre essas duas principais candidaturas mencionadas. Nessa situação incerta, as pesquisas de intenção de voto também não trazem clareza. Embora os resultados dessas pesquisas variem de acordo com quem contrata e paga as consultorias responsáveis, nos últimos dois meses, as pesquisas têm dado resultados diferentes: alguns falam de vitória de Peña, outros de Alegre e alguns arriscam um empate técnico entre os dois rivais¹³⁸.

Do ponto de vista geopolítico, o partido Colorado parece estar alinhado com a República Popular da China e Efraín, o candidato do Acordo Nacional, parece ter o apoio do presidente Biden dos Estados Unidos¹³⁹.

¹³⁷ Esta é a terceira vez que Alegre concorre como candidato presidencial: nas vezes anteriores ficou na segunda posição, com 37,11% (2013) e 43,04% (2018). A lista de Alegre também é apoiada pelo ex-presidente Fernando Lugo, que encabeça a lista para o Senado da Frente Guasú (FG). A Frente, formação histórica da esquerda paraguaia, apresenta lista ao Legislativo, mas não ao presidencial, e seus integrantes se dividem em relação a esta eleição. <https://diariohoy.net/politica/elecciones-en-paraguay-sera-una-eleccion-renida-donde-ganara-quien-se-equivoque-menos-227098>

¹³⁸ <https://nuso.org/articulo/paraguay-elecciones-pena-alegre-abdo-cartes-colorados-progresistas/>

¹³⁹ <https://urgente24.com/mundo/ultima-semana-las-elecciones-paraguay-usa-y-taiwan-n554100>

Santi Peña pertence ao Partido Colorado, que desde 1954, governa o Paraguai, com exceção do governo de Fernando Lugo, que esteve no Executivo entre 2008 e 2012 e foi deposto por impeachment. Algumas das principais figuras do partido colorado estão envolvidas em grandes escândalos ligados ao crime organizado e foram até sancionadas pelos Estados Unidos. Obviamente, tudo é muito curioso: Washington DC nunca impediu o ditador Alfredo Stroessner, chefe do partido ANR / Colorado, mas hoje faz incursões, talvez porque Horacio Cartes comete o erro de permanecer no negócio do tabaco adulterado de uma maneira que irrita Philip Morris (Marlboro), ou porque seus amigos parecem ligados a redes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

Durante sua campanha, Alegre lançou dardos contra Peña, mirando sobretudo na questão da corrupção. *Que Paraguai queremos para nossas famílias? O Paraguai de Cartes, da máfia e da corrupção ou um Paraguai de esperança e oportunidades para nossas famílias?* Alegre também afirmou que o Paraguai vive, em grande parte graças a homens como Cartes, um processo de "mexicanização", aludindo à presença do crime organizado e das máfias no país.

O presidente será eleito por maioria simples de votos¹⁴⁰, assim como os 80 deputados e 45 senadores do Congresso, os 17 governadores e todas as cadeiras nas assembleias estaduais. Os legisladores, ao contrário dos presidentes, podem concorrer à reeleição.

¹⁴⁰ Deve-se notar que no Paraguai não há caso de segundo turno

A saúde global e diplomacia da saúde: O contributo africano

Augusto Paulo
Tomé Cá
Manuel Mahoche
Felix Rosenberg

A Comissão Económica da Onu para a África (Uneca): Apoio ao desenvolvimento sustentável

Desde 3 de abril de 2023, mais de 100 participantes de 25 países africanos (Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quênia, Malawi, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Togo e Zâmbia) [seguiram o curso na África do Sul](#), sobre "Novas abordagens para o planeamento do desenvolvimento sustentável" ("*New Approaches to Sustainable Development Planning*").

Lançado em janeiro de 2021, na esteira da crise do COVID 19, este curso bilíngue de seis semanas está em sua terceira edição cobrindo o período de 3 de abril a 3 de junho de 2023, desta vez no contexto dos desafios enfrentados pelo continente - a crise climática, pós-Recuperação da Covid-19, conflitos, declínio...

Como tal, e centrado em torno de uma nova abordagem de planeamento chamada "*Goal and Deliverable Based Planning (GDBP)*", o curso visa preparar os participantes com os conhecimentos e técnicas necessários para elaborar, implementar, monitorar e avaliar planos de desenvolvimento que sejam fáceis de implementar e que permitam a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2063 da União Africana.

No final do curso, espera-se que os participantes compreendam a GFP/L (Green Fiscal Policies) e a sua relevância para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 da União Africana. Eles também aprenderão mais sobre o Kit de Ferramentas de Planeamento e Relatórios Integrados (IPRT, *Integrated Planning and Reporting Toolkit*) desenvolvida pela Comissão Económica das Nações Unidas para África e sua utilidade no monitoramento da Agenda 2030 e da Agenda 2063.

Este curso assíncrono está em consonância com as discussões e recomendações da oitava sessão do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Kigali de 3 a 5 de março de 2022, sobre o tema: "Construindo um futuro melhor: Uma África verde, inclusiva e resiliente, pronta para cumprir com as Agendas 2030 e 2063.

Como nos anos anteriores, a edição de 2023 deste curso é colocada sob a direção de Corneille Agossou, consultor internacional em planeamento estratégico e economia internacional, com o apoio do tutor Paul Abete.

A fim de aumentar a eficiência do curso, são organizados intercâmbios diretos entre os participantes, bem como com a equipe pedagógica, através de fóruns de discussão dedicados para cada módulo do curso. Isso oferece uma oportunidade adicional para trocas aprofundadas sobre os tópicos estudados. Da mesma forma, webinars, ou sessões ao vivo, são organizados com a participação de renomados palestrantes e especialistas externos.

O primeiro webinar, moderado pelo diretor do curso, foi realizado a 12 de abril e focou em "Introdução ao planejamento de desenvolvimento: conceitos básicos, questões, desafios e abordagens principais".

Em seu discurso, o Diretor do Curso enfatizou, entre outras coisas, as principais questões em jogo em qualquer planejamento transformacional e lembrou a urgência de fazer mudanças na elaboração de planos de desenvolvimento nacionais para melhorar sua eficácia.

UNICEF: [Milhões de crianças em risco por causa de guerra no Sudão](#)

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alertou que milhões de crianças sudanesas estão em risco devido aos confrontos entre as Forças Armadas sudanesas e as Forças de Apoio Rápido (RSF, em inglês).

A Diretora-Executiva do Unicef, Catherine Russell, salientou que "as hostilidades intensas no Sudão e cessar-fogos falhados têm causado um impacto devastador nas crianças do país".

"Se a violência não parar, este impacto só irá aumentar", afirmou a responsável da Unicef, sublinhando: "A perigosa situação de segurança em todo o país torna muito difícil recolher e verificar informações, mas sabemos que enquanto os combates continuarem, as crianças continuarão a pagar o preço", acrescentou.

Segundo a Diretora-Executiva do Unicef, *"muitas famílias são apanhadas no fogo cruzado, com pouco ou nenhum acesso à eletricidade, aterrorizadas pelos combates e pela possibilidade de ficarem sem comida, água ou medicamentos"*.

"Milhares de famílias foram obrigadas a fugir das suas casas em busca de segurança", acrescentou, realçando que há relatos de crianças que procuram refúgio em escolas e centros médicos durante os combates.

Catherine Russell também apontou casos de *"crianças hospitalizadas"* a serem retiradas *"à medida que os bombardeamentos vão encerrando hospitais, centros de saúde e outras infraestruturas essenciais, que ficam danificadas ou destruídas, limitando o acesso a cuidados e medicamentos que salvam vidas"*.

A responsável da agência das Nações Unidas também referiu que *"os combates perturbaram os cuidados essenciais a cerca de 50.000 crianças com grave desnutrição"* e que estas crianças *"vulneráveis necessitam de cuidados contínuos e permanentes, que estão a ser postos em risco pela escalada da violência"*.

"Além disso, os combates estão também a pôr em risco a cadeia de frio do Sudão, incluindo vacinas e insulina no valor de 40 milhões de dólares, devido aos cortes de energia e à incapacidade de reabastecer os geradores", disse Russell, que observou que "mesmo antes da escalada da violência, as necessidades humanitárias eram mais elevadas do que nunca no Sudão".

"A ajuda humanitária é essencial, mas o Unicef e os nossos parceiros não podem prestar esse apoio se a segurança do nosso pessoal não for garantida. Os nossos corações e pensamentos vão para os entes queridos dos nossos colegas do Programa Alimentar Mundial (PAM), que perderam a vida ou foram feridos", lembrou.

Nesta linha, denunciou que "o Unicef e outras agências humanitárias foram saqueadas por indivíduos armados" e salientou que "ataques como estes contra organizações humanitárias e trabalhadores são ataques contra as crianças e famílias que servimos". Finalmente, apelou a um cessar-fogo e a que as partes garantam a entrega de ajuda humanitária.

Os cortes de energia no Sudão destruíram as instalações de armazenamento da cadeia de frio das vacinas, bem como as reservas nacionais de insulina e vários antibióticos, colocando milhões de crianças em risco de doença e outras complicações de saúde devido ao conflito, disse também a organização *Save the Children*. Pelo menos 32 centros de vacinação apoiados pela organização foram afetados no país africano, referiu a ONG, que também apelou ao fim imediato e duradouro da violência para que a ajuda humanitária possa chegar às comunidades necessitadas.

"O já tenso sistema de saúde do país foi lançado no caos e as crianças, especialmente as que sofrem de subnutrição ou outras condições, serão as primeiras vítimas", disse o Diretor da *Save the Children* no Sudão, Arshad Malik. "Á medida que esta crise se desenrola, estamos a ver que não é apenas com armas, mas com a destruição de serviços de saúde que salvam vidas", acrescentou.

O Sudão já enfrentava a sua pior crise humanitária em décadas, com 12% dos 22 milhões de crianças do país desnutridas e vulneráveis a outras doenças, de acordo com a *Save the Children*. O Sudão é um dos sete países do Corno de África afetados pela insegurança alimentar e mais de um quarto da população já enfrenta uma crise alimentar, de acordo com a OMS.

Jairo González, Chefe-Executivo da organização *Médicos Sem Fronteiras* (MSF) na África Oriental, também disse hoje que o conflito entre rivais militares no Sudão levou o país africano a "uma situação sem precedentes, muito grave e caótica", na qual já atingiu um "colapso sanitário". "Posso dizer honestamente que esta é uma situação sem precedentes, muito grave, caótica, que ninguém esperava que, de repente, nas principais cidades do país começassem combates tão intensos", afirmou o cooperante espanhol, que trabalhou no Sudão nos últimos 10 anos, numa conversa telefónica com a agência Efe a partir de Nairobi.

Recorde-se que no dia 15 de abril, começaram os confrontos armados entre o exército sudanês e o poderoso grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido.

A União dos Médicos do Sudão afirmou que mais de 70% dos hospitais da capital Cartum e dos estados em torno do conflito estão fora de serviço, o que aumenta ainda mais o colapso sanitário no país africano desde o início dos confrontos armados entre rivais militares.

Até ao momento, a OMS relatou mais de três centenas de mortos e milhares feridos, incluindo crianças, em todo o país, embora continuem as batalhas urbanas.

Organização Mundial da Saúde (OMS): Inaugurado Centro de Tecnologia mRNA

Em 20 de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) [inaugurou na Cidade do Cabo, sul da África do Sul](#), um Centro de Tecnologia mRNA para aumentar a disponibilidade regional de vacinas contra a covid-19 e outras doenças, incluindo o HIV.

A iniciativa, em parceria com o consórcio sul-africano *Afrigen Biovac* e o Governo de Pretória, integra biofabricantes de 15 países com o objetivo de colmatar as desigualdades sublinhadas pela recente pandemia da Covid-19 no acesso a produtos de saúde, especialmente vacinas, referiu a OMS.

Mais de três anos após declarar a Covid-19 uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEIC, na sigla em inglês), a OMS indicou que cerca de 69,7% da população global recebeu pelo menos uma dose de uma vacina contra a Covid-19, sendo que *“essa proporção permanece abaixo de 30% em países de baixo rendimento (LICs, na sigla em inglês)”*.

Nesse sentido, com a participação dos Ministros da Saúde e da Educação Superior, Ciência e Tecnologia da África do Sul, Joe Phaahla e Blade Nzimande, respectivamente, de funcionários de alto nível dos países financiadores e participantes internacionais, o Diretor-Geral da OMS, *Tedros Adhanom Ghebreyesus*, de visita ao país, destacou em conferência de imprensa a importância regional da iniciativa para a *“segurança de saúde nacional”*.

“A pandemia da Covid-19 sublinhou que uma das nossas estratégias mais importantes para atender a emergências de saúde globais é aumentar a capacidade de todas as regiões produzirem contramedidas médicas, como as vacinas, e é por isso que a OMS está a apoiar este esforço multilateral na área da transferência de tecnologia mRNA”, afirmou.

O responsável da OMS frisou que o custo económico a curto prazo na aquisição de vacinas importadas mais baratas *“deve ser comparado ao valor em apoiar a capacidade de produção doméstica que será crítica para a segurança da saúde nacional”*.

“Há necessidade de uma estratégia regional coerente para a produção de vacinas de mRNA, porque não será sustentável para cada nação construir a sua própria fábrica de vacinas”, salientou Tedros Adhanom Ghebreyesus, acrescentando que *“há também a necessidade de um planeamento de infraestrutura regional, incluindo como adquirir essas vacinas em situações de emergência”*.

“A OMS acredita que o programa de transferência de tecnologia de mRNA é muito promissor, não apenas para aumentar a disponibilidade de vacinas contra a Covid-19, mas também para outras doenças, incluindo o HIV, a tuberculose e outras que afetam países de baixo rendimento para os quais não há vacinas ou as vacinas são uma exceção”, declarou o Diretor-Geral da OMS.

Por seu lado, o Ministro da Saúde da África do Sul, Joe Phaahla, considerou a inauguração do Centro de transferência de tecnologia mRNA um *“momento histórico”* para o continente. *“O que testemunhamos aqui hoje é um momento histórico, um programa que visa capacitar os países de baixo rendimento através de uma rede colaborativa global. Estou emocionado ao ver o progresso feito em tempo relativamente curto e agradeço o apoio de tantos países diferentes - países como a África do Sul, que têm uma capacidade de biomanufatura forte e vibrante e que estão dispostos a trabalhar juntos e a partilhar”*, afirmou Phaahla.

O Centro de Tecnologia mRNA está alojado no laboratório de desenvolvimento e produção de vacinas mRNA da Afrigen, na Cidade do Cabo, onde a candidata a vacina AfriVac 2121 se encontra atualmente em fase de desenvolvimento, segundo o responsável da empresa, Petro Terblanche. *“Nos últimos 18 meses, o Afrigen passou por uma transformação incrível com o apoio de uma rede de parceiros e mentores deste programa”*, frisou o responsável sul-africano.

A OMS indicou que a iniciativa é financiada em cerca de **117 milhões de dólares americanos**, sendo a França o primeiro país a financiar o trabalho de transferência de tecnologia de mRNA. A União Europeia contribuiu **40 milhões de euros**.

Além da União Europeia, são igualmente parceiros na iniciativa da OMS com a África do Sul, a Bélgica, Alemanha, Noruega e Canadá.

OMS AFRO

Lançada segunda fase da iniciativa *Africa Women Health Champions*



O Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para África e o Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) lançaram a segunda fase da iniciativa [Africa Women Health Champions \(AWHC\)](#) para recrutar jovens profissionais africanas para ajudar a impulsionar a agenda e os objetivos de saúde da região.

Após a implementação bem-sucedida da primeira fase, a iniciativa AWHC continua sua missão de colocar jovens profissionais entre 22 e 35 anos como voluntárias defensoras de saúde da ONU em todos os escritórios da OMS na África. Através da iniciativa, a OMS-AFRO e a UNV comprometeram-se a melhorar a saúde das pessoas no continente, expandindo as oportunidades para os profissionais de saúde pública africanos e estimulando a próxima geração de mulheres líderes de saúde em África, contribuindo para a paridade de gênero para a força de trabalho da OMS. *"Com base no sucesso da primeira fase, é com prazer que anuncio o lançamento da segunda fase a partir de hoje. Com a parceria do programa UNV e o apoio de todos os escritórios do país, pretendemos recrutar mais mulheres jovens que estão determinadas a contribuir para o desenvolvimento do continente no setor de saúde como voluntárias da ONU"*, disse a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

A iniciativa *African Women Health Champions* tem sido um sucesso retumbante, com 120 mulheres líderes de saúde implantadas em 38 países, representando 36 nacionalidades e de mais de 25 áreas profissionais. Elas contribuíram para os esforços de resposta da OMS à pandemia de Covid-19, epidemia de Ebola, surto de cólera e outras emergências de saúde na região. As áreas profissionais de implantação incluíram saúde pública, vigilância sanitária de emergência, segurança alimentar, engenharia biomédica e tecnologia laboratorial, entre outras.

"Ainda há muito a fazer para alcançar uma saúde melhor para todos no continente. Hoje, a OMS e a UNV estão iniciando a segunda fase da iniciativa. Com maior escala e nova ambição,

com foco na diversidade e alcance aos países sub-representados", disse Toily Kurbanov, o Coordenador-Executivo do Programa de Voluntários da ONU.

A segunda fase da iniciativa AWHC decorrerá durante 24 meses, oferecendo a jovens profissionais do continente africano oportunidades de carreira interessantes para se envolverem em iniciativas de saúde pública em áreas de resultados prioritários para a OMS. As defensoras de saúde serão colocadas como voluntárias nacionais e internacionais da ONU nos Escritórios dos países da OMS e no Escritório Regional da OMS África. A segunda fase se concentrará mais na expansão das oportunidades de desenvolvimento de carreira em saúde, aumentando a diversidade e o engajamento dos países sub-representados.

África precisa vacinar crianças para colocar o progresso de volta nos trilhos

Estima-se que 33 milhões de crianças precisarão ser vacinadas na África entre 2023 e 2025 para colocar o continente de volta no caminho certo para alcançar as metas globais de vacinação de 2030 que incluem a redução da morbidade e da mortalidade de doenças evitáveis pela vacinação, conforme uma análise realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



O impacto sem precedentes da pandemia Covid-19 nos serviços de vacinação de rotina aumentou o número de crianças com dose zero e sub-imunizadas, aumentando 16% entre 2019 e 2021 e empurrando o total acumulado (2019-2021) para cerca de 33 milhões, que representa quase metade do número global, de acordo com estimativas da OMS e da UNICEF.

"A pandemia prejudicou seriamente os esforços de vacinação da região e deixou milhões de crianças vulneráveis a doenças evitáveis por vacinas que podem causar doenças graves e até mesmo a morte", disse a Diretora Regional da OMS para a África. "À medida que os países se esforçam para emergir da longa sombra da Covid-19, não podemos perder mais terreno. Todos os esforços devem ser feitos para garantir que cada criança tenha acesso a vacinas essenciais." Sem vontade política renovada e esforços intensificados dos governos, estima-se que a cobertura vacinal na África não retornará aos níveis pré-pandemia até 2027.

Este ano, a Semana Africana da Vacinação e a Semana Mundial da Imunização, de 24 a 30 de abril, estão sendo marcadas sob o lema *"Big Catch-Up"*. Este é um impulso global da OMS

e parceiros para intensificar os esforços para alcançar as crianças que perderam a vacinação, bem como para restaurar e fortalecer os programas de vacinação de rotina. A campanha "Big Catch-Up" baseia-se nos esforços para progredir os países em direção às metas da Agenda de Imunização 2030, uma estratégia endossada durante a Assembleia Mundial de Saúde da OMS em 2020. Ela busca reduzir a mortalidade e a morbidade por doenças evitáveis por vacinas, garantir acesso equitativo às vacinas e fortalecer a imunização na atenção primária à saúde.

Para aumentar urgentemente a cobertura e proteger as crianças, a OMS e os parceiros estão apoiando 10 países africanos prioritários, que estão entre os 20 principais países do mundo com o maior número de crianças em dose zero, para realizar campanhas de vacinação de rotina. Governos africanos e profissionais de saúde fizeram esforços heroicos durante uma emergência de saúde pública sem precedentes, vacinando mais pessoas do que nunca na história. Mas as flutuações deste esforço ainda estão sendo sentidas. *"Na Aliança de Vacinas, estamos intensificando nossos esforços para apoiar os países a recuperar o terreno perdido"*, disse Aurelia Nguyen, Diretora do Programa e Estratégia da Gavi. *"Nossa Aliança está comprometida em trabalhar com países e comunidades para apoiar os esforços para recuperar o atraso e restaurar a imunização, concentrando-se em responder às necessidades específicas de cada criança - e particularmente aquelas em áreas de difícil acesso e em ambientes frágeis e de conflito"*.

Em um evento de alto nível durante a Cúpula da União Africana em fevereiro de 2023, os Chefes de Estado africanos endossaram uma declaração destinada a renovar e ampliar a imunização de rotina em todo o continente. A declaração também exigiu medidas urgentes para lidar com dificuldades persistentes nos sistemas de vacinação e prestação de cuidados de saúde. Em uma tentativa de se recuperar da sequência disruptiva da pandemia, os países fizeram esforços para restaurar os serviços de saúde. A diminuição dos níveis de vacinação levou a um aumento nos surtos de doenças evitáveis pela vacina, como sarampo, meningite, difteria, pólio e febre amarela. Apesar das interrupções, pelo menos um terço dos países africanos sustentaram a meta de cobertura de 90% ou mais para a terceira dose da vacina contra difteria-tétano-coqueluche e a terceira dose da vacina contra a pólio nos últimos três anos. No entanto, apenas três países mantiveram essa cobertura para a segunda dose das vacinas contra sarampo e febre amarela durante o mesmo período.

A região também continuou a intensificar a resposta à pólio. Mais de 30 milhões de crianças foram vacinadas contra a pólio no Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué em 2022, na sequência de casos de poliovírus selvagem tipo 1 relatados no Malawi e em Moçambique. *"A ambição de garantir que todas as crianças tenham acesso a vacinas essenciais até 2030 ainda está ao nosso alcance se agirmos agora"*, [disse a Diretora Regional Moeti](#). *"É hora de renovarmos nosso compromisso com essa ambição e trabalharmos juntos para restaurar e fortalecer os serviços essenciais de vacinação para salvar a vida de milhões de crianças."*

Como a OMS espera melhorar a preparação para combater o aumento das doenças zoonóticas em África

Os surtos em curso pelo vírus Marburgo na Guiné Equatorial e na Tanzânia são as mais recentes de várias doenças zoonóticas relatadas na Região Africana. A Região tem visto um aumento de tais surtos, registrando um aumento de 63% entre 2012 e 2022 em comparação com a década anterior. As doenças zoonóticas representam aproximadamente 32% do surto de doenças infecciosas relatado na Região entre 2001 e 2022. O Dr Tieble Traore, Diretor Técnico de Preparação para Emergências do Escritório Regional da OMS para África, explica como os

países africanos devem se preparar para [responder eficazmente a surtos de doenças zoonóticas](#), como Marburgo.

Desde 2020, quatro surtos de Marburgo foram relatados na Guiné Equatorial, Gana, Guiné e Tanzânia, em comparação com apenas três surtos entre 2010 e 2020. Marburgo não é a única doença zoonótica para a qual estamos observando surtos mais frequentes na África. Em 2019 e 2020, os patógenos zoonóticos representaram cerca de 50% dos eventos de saúde pública. A doença pelo vírus Ebola e outras febres hemorrágicas virais, como Marburgo, constituíram quase 70% desses surtos.

O aumento dos casos zoonóticos pode ser devido a vários fatores, incluindo determinantes humanos, animais e ambientais. A África enfrenta vários desafios, incluindo a mudança dos padrões de migração animal e humana, regulamentos veterinários mal implementados relacionados ao consumo de carne, comércio de animais selvagens, sistema alimentar complexo, medicamentos antimicrobianos descontrolados e de má qualidade, uso da terra, perda de biodiversidade e outros fatores. Tudo isso aumenta o transbordamento de doenças mortais emergentes, como Marburgo.

Uma vez que uma doença zoonótica é detectada, os países devem estar prontos para mobilizar rapidamente recursos para prevenir a propagação da doença, prevenir e tratar casos e envolver as comunidades para uma resposta robusta e eficiente.

Dito isto, a preparação e prontidão são fundamentais. Embora ainda não saibamos a origem dos surtos de Marburgo na Guiné Equatorial e na Tanzânia, sabemos que continua a haver maior capacidade na África para reconhecer e testar amostras de febres hemorrágicas virais como Marburgo e Ebola. Esta detecção e declaração de surtos significam que o público está mais ciente de uma doença potencialmente perigosa que circula dentro das comunidades. Isso permite que pessoas treinadas no gerenciamento de surtos apoiem rapidamente esses incidentes, incluindo o fornecimento de conhecimentos técnicos ou o envio de suprimentos médicos. É por isso que é essencial trabalhar com as comunidades para aumentar a conscientização sobre doenças zoonóticas potencialmente perigosas, como Marburgo, como elas podem ser contratadas e quando alertar as autoridades de saúde.

Para ajudar a combater o aumento das doenças zoonóticas, quatro agências da ONU, a Organização para a Alimentação e a Agricultura, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, a Organização Mundial para a Saúde Animal e a OMS, apelaram a uma ação global reforçada para alcançar a Saúde Única, que visa fortalecer os sistemas de saúde entre outras ações e é uma abordagem abrangente para os desafios prementes e complexos que a nossa sociedade enfrenta.

A OMS está a trabalhar com os seus Estados-Membros para aumentar as suas capacidades na preparação, prevenção, proteção, resposta rápida e recuperação de emergências de saúde, incluindo os surtos de Marburgo em curso. É essencial que os profissionais de saúde estejam bem treinados e equipados para detectar rapidamente doenças infecciosas e desencadear a resposta correta. A Organização tem apoiado os países a reforçar as capacidades laboratoriais, a realizar exercícios de simulação conjunta para testar e melhorar a prontidão para emergências de saúde pública e através do seu projeto emblemático de Preparação para Emergências e Resposta, visando promover a resiliência de sistemas para emergências, fortalecer e envolver grupos de resposta para emergências e transformar os sistemas de vigilância de doenças de África.

Além dos números: o impacto real da vacina contra a malária no Quênia

Cuidadoras, líderes de saúde e voluntários comunitários de saúde refletem sobre a [implementação da vacina contra a malária](#) e como a nova ferramenta está alcançando crianças em risco com a prevenção da malária que salva vidas.

O Lago Victoria é o segundo maior lago de água doce do mundo e seu maior lago tropical. Este ecossistema inspirador suporta uma variedade impressionante de espécies de aves, espécies aquáticas e outros animais. Infelizmente, o mesmo ecossistema também é um terreno ideal para mosquitos que carregam malária.

Especialistas em malária referem-se às áreas ao redor da costa do lago como a região "endêmica" do Quênia. A maioria das pessoas sofreu com a malária e muitas sofreram perdas terríveis, incluindo crianças, as vítimas mais comuns e vulneráveis.

Esta experiência ao longo da vida com a malária é a razão pela qual as populações nesta parte do Quênia estavam entusiasmadas com a chegada em 2019 da primeira vacina contra a malária do mundo, designada por RTS, S/ AS01 (ou RTS, S)¹⁴¹. Nesse ano, a vacina tornou-se disponível em partes do Quênia, bem como Gana e Malawi, em uma introdução piloto através do Programa Nacional de Imunização, no âmbito do Programa de Implementação da Vacina contra a Malária coordenado pela OMS (MVIP - *Malaria Vaccine Implementation Programme*). O objetivo das fases-piloto foi avaliar o uso da vacina em saúde pública, incluindo se as cuidadoras levariam seus filhos às unidades de saúde para o regime de 4 doses e o impacto da vacina na redução da doença infantil e da morte por malária no uso de rotina.

Quase 4 anos depois, mais de 1,4 milhões de crianças receberam a vacina em três países-piloto, dos quais 400 mil crianças no Quênia receberam pelo menos sua primeira dose.

"Seja o que for que estávamos usando antes, chegamos a um ponto em que o fardo [da malária] estabilizou, e precisávamos de uma ferramenta adicional", explicou o Dr Gregory Ganda, chefe de saúde do Condado de Kisumu.

Mais de 3 anos depois, a vacina tornou-se uma importante ferramenta adicional que salva vidas, juntamente com outras intervenções contra a malária, como mosquiteiros impregnados com inseticida, pulverização residual interna, tratamento preventivo para grávidas e medicamentos eficazes contra a malária. Desde que a vacina foi introduzida em partes do Quênia, as hospitalizações de crianças menores de 5 anos por malária grave caíram substancialmente, e há uma queda nas mortes infantis.

"Nos últimos 3 anos, testemunhamos uma redução significativa nas internações pediátricas por malária", acrescenta o Dr. Ganda. *"É um ótimo sentimento como médico quando você está considerando fechar uma enfermaria por falta de pacientes"*.

¹⁴¹ A RTS,S/AS01 (RTS,S) é uma vacina que atua contra o *Plasmodium falciparum*, o parasita mais mortal da malária em todo o mundo e o mais prevalente na África. Em janeiro de 2016, a vacina foi recomendada pela OMS para introdução piloto em áreas selecionadas de 3 países africanos. O RTS,S está sendo avaliado para uso como uma ferramenta complementar de controle da malária que poderia ser adicionada (e não substituída) ao pacote principal de medidas preventivas, de diagnósticos e de tratamento recomendadas pela OMS. A vacina não oferece proteção contra a malária *P. vivax*, que predomina em muitos países fora da África.

No geral, o veredicto é retumbante: a vacina salva a vida das crianças, as mães querem essa vacina para seus filhos e mais crianças em risco estão sendo alcançadas com essa prevenção adicional contra a malária.

“A vacina contra a malária tem sido um divisor de águas e um avanço. Vimos a mortalidade diminuir em crianças com menos de 1 e 5 anos. As pessoas não achavam que poderíamos ter uma vacina contra a malária, e agora todo mundo está animado”, disse o Dr Gordon Okomo, Diretor de Saúde do Condado de Homa Bay.

O Quênia recentemente expandiu a distribuição da vacina para mais comunidades nas áreas piloto, mais do que dobrou o acesso à vacina contra a malária e o Ministério da Saúde está comprometido com uma introdução mais gradual.

As visitas de vacinação contra a malária também estão criando mais oportunidades para os profissionais de saúde verem crianças que, de outra forma, poderiam não vir aos centros de saúde ou hospitais e selecioná-las para outras vacinas perdidas.

“A vacina contra a malária tem sido uma oportunidade para nos ajudar a melhorar a adesão a outras vacinas”, explica Maureen Atieno, enfermeira responsável pela clínica materno-infantil, no hospital de ensino e referência da Baía de Homa. “Quando você acompanha a vacina contra a malária, podemos identificar pessoas que não tomaram outras vacinas, incluindo sarampo-rubéola”.

Além do Quênia, a procura pela vacina contra a malária é sem precedentes. Pelo menos 28 países na África planejam solicitar o apoio de Gavi para a vacina. A disponibilidade inicial é limitada e será atendida de [acordo com uma diretriz](#) que priorize doses iniciais para crianças que vivem em áreas de maior necessidade. À medida que a oferta aumenta para atender à demanda, a vacina alcançará mais crianças, dentro e entre países endêmicos. Aumentar a oferta para colher todos os benefícios da vacina é uma prioridade para a OMS, Gavi, UNICEF e parceiros.

O [The malaria vaccine implementation programme \(MVIP\)](#) é uma colaboração dos Ministérios da Saúde de Gana, Quênia e Malawi, [PATH](#), GSK, UNICEF e avaliação baseada em África e outros parceiros. É financiado pela Gavi, o Fundo Global e Unitaid. A [Open Philanthropy](#), sediada nos EUA, concedeu um subsídio à PATH para a expansão do uso de vacinas pelos Ministérios da Saúde em áreas piloto, em colaboração com a OMS, e usando doses de vacinas doadas pela GSK ([GlaxoSmithKline](#)), a farmacêutica britânica que é fabricante dessa vacina.

Compartilha de experiências e *insights* sobre apuração de fatos, documentação e monitoramento de crises na região da IGAD¹⁴².

A Unidade de Apoio à Mediação (MSU) da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) com apoio fundo da União Europeia através da agência austríaca no âmbito do programa IGAD *Promoting Peace and Stability in the Horn of Africa Region* (IPPSHAR), organizou um workshop de alto nível de três (3) dias sobre o envolvimento da lista de mediadores e especialistas da IGAD em resposta a crises e fatos. Este workshop serviu como espaço de Partilha de experiências entre a lista de mediadores da IGAD e a lista de especialistas técnicos em respostas a crises e missões de investigação de conflitos.

¹⁴²<https://igad.int/experience-and-insight-sharing-on-fact-finding-documentation-and-monitoring-of-crises-in-the-igad-region/>

A IGAD tem feito esforços de mediação e negociação em vários países da região, incluindo Sudão do Sul, Sudão, Somália, Etiópia, Eritreia e Quênia, com um aumento nas iniciativas de diálogo para abordar as causas profundas dos conflitos. O fórum conta com participantes experientes em mediação, resposta a crises, diplomacia, militares reformados e sociedade civil, incluindo uma mistura de mediadores jovens e experientes para aprendizado intergeracional.

O Diretor da MSU, Dr. Aleu Garang, em nome do Secretário Executivo, abriu o workshop e preparou o cenário. Durante a sua intervenção, destacou a importância de nos focarmos nos processos de pré-mediação, “onde, quando está ao nível da crise, o que fizemos? Como fizemos isso? Como podemos fazer isso da melhor maneira. E a melhor parte de como podemos fazer isso seria o resultado desta conversa. Mas as experiências que vamos partilhar vão incidir sobre como têm sido estes processos de apuramento de factos, nas vossas próprias experiências”. E acrescenta, infelizmente, tudo não está documentado, mas é uma oportunidade para a MSU da IGAD aprender sobre essas experiências e talvez encomendar estudos ou entrevistas para saber como documentar cada experiência.

Como resultado, os principais componentes da estrutura foram identificados e chegou-se a um conjunto de recomendações como segue; Diplomacia Preventiva (Missões de apuração de fatos a serem implantadas simultaneamente com Missões de Observação Eleitoral com um cronograma claro sobre quando a transição da Observação Eleitoral Termina.

A representação regional é importante para garantir que nenhum estado membro específico seja prejudicado com base no resultado da Missão de Apuração de Fatos. A Cimeira de Chefes de Estado, o Conselho de Ministros e o Secretário Executivo são responsáveis por se pronunciar sobre os relatórios das missões de averiguação e decidir o próximo passo a ser tomado. Já a resposta proativa e ação da MSU ao CEWARN envolve a formação de uma base central para a missão de apuração de fatos antes, durante e depois da missão, além de garantir a inclusão de jovens e mulheres na lista de especialistas e promover a transferência de conhecimento e a familiarização com a cultura e tendências emergentes

40ª Assembleia Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD¹⁴³

No dia 16 de abril de 2023, ocorreu virtualmente a 40ª Assembleia Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD, que teve como foco a situação no Sudão. O evento foi moderado pelo Dr. Workneh Gebeyehu, Secretário-Executivo da IGAD, devido à ausência do General Abdel Fattah Al-Burhan, Presidente do Conselho Transitório de Soberania da República do Sudão e Presidente dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD. Além disso, a Assembleia contou com a participação de Ismail Omar Guelleh, Presidente de Djibuti, Dr. William Ruto, Presidente do Quênia, Salva Kiir Mayardit, Presidente do Sudão do Sul, Dr. Hassan Sheikh Mohamud, Presidente da República Federal da Somália e Yoweri Kaguta Museveni, Presidente de Uganda. Também estiveram presentes na reunião Embaixador Ismail Wais (PhD), Enviado Especial da IGAD para o Sudão do Sul e representante da IGAD no Mecanismo Trilateral da União Africana, IGAD e Nações Unidas para o Sudão, e Embaixador Mohamed Ali Guyo, Enviado Especial da IGAD para o Mar Vermelho, Golfo de Aden e Somália. Após as deliberações, foi elaborado um relatório sobre a situação no Sudão pelo Secretário Executivo da IGAD, Dr. Workneh Gebeyehu, onde a cúpula expressou sua gratidão ao Secretário Executivo da IGAD, por

¹⁴³<https://igad.int/communique-of-the-40th-extraordinary-assembly-of-igad-heads-of-state-and-government-virtual-meeting-16th-april-2023/>

organizar a reunião de emergência da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo para discutir a situação atual no Sudão. Eles também manifestaram sua preocupação com a deterioração da segurança no país após os combates entre as Forças Armadas do Sudão (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) em diferentes partes do país, que resultaram em várias mortes de civis e extensas destruições de propriedades.

A cúpula exortou as duas partes a cessarem imediatamente as hostilidades e desescalarem as tensões, permitindo o acesso humanitário irrestrito e garantindo que os cidadãos sudaneses observem em paz o mês sagrado do Ramadão. Eles reconheceram que os signatários civis e militares do Acordo-Quadro Político de 5 de dezembro de 2022, incluindo SAF e RSF, fizeram progressos louváveis nos últimos meses em direção à assinatura de um acordo político final que abriria caminho para a formação de um governo de transição.

A cúpula instou as partes civis e outros intervenientes no Sudão a se envolverem na assistência à cessação dos combates e ao retorno à mesa de negociações em consulta e coordenação com o Mecanismo Trilateral. Eles também convidaram os signatários do Acordo-Quadro Político, juntamente com outras forças importantes não signatárias, a resolverem questões pendentes e estabelecerem uma nova data para a assinatura de um acordo final e formação de um governo de transição liderado por civis, considerando ainda o Acordo de Paz de Juba como um mecanismo fundamental para o processo de paz no Sudão.

A cúpula concordou em enviar uma delegação de alto nível, liderada pelo Presidente do Sudão do Sul, e composta pelos Presidentes do Quênia e de Djibuti, para Cartum o mais cedo possível, a fim de retomar as negociações sobre todas as questões pendentes, incluindo segurança e reforma militar, e apresentar um relatório à Assembleia. Eles também encorajaram os líderes da IGAD a usarem seus bons ofícios para se envolverem diretamente com a liderança da SAF e RSF.

Por fim, a cúpula resolveu convocar uma Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da IGAD no menor tempo possível, presencial ou virtualmente, para deliberar sobre assuntos institucionais da IGAD e outras questões de interesse na região. O Secretário Executivo da IGAD foi instruído a consultar com os Chefes de Estado e de Governo da IGAD na data apropriada e para iniciar imediatamente os preparativos para a Cimeira. A cúpula também decidiu manter-se ativamente envolvida com esses assuntos.

***East African Community (EAC)*¹⁴⁴**

BAD fortalece resposta regional à Covid-19 na África Oriental¹⁴⁵

A Comunidade da África Oriental (EAC) expressou sua gratidão ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) pelo apoio contínuo à região no combate à pandemia de Covid-19. O BAD destinou seus recursos para a criação de sistemas de coordenação para testes, verificação de resultados de testes, treinamento de profissionais de saúde e aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), kits de teste e consumíveis de laboratório.

¹⁴⁴ A Comunidade da África Oriental (EAC) é uma região que inclui sete (7) Estados Parceiros, incluindo a República do Burundi, a República Democrática do Congo, a República do Quênia, a República do Ruanda, a República do Sudão do Sul, a República do Uganda e a República Unida da Tanzânia, com sede em Arusha, Tanzânia.

¹⁴⁵ <https://www.eac.int/press-releases/147-health/2785-eac-commends-african-development-bank-for-the-financial-support-on-covid-19-response-in-the-region>

Durante um workshop do Grupo Técnico de Trabalho (GT) sobre doenças transmissíveis e não transmissíveis realizado em Moshi, Tanzânia, a Diretora dos Setores Sociais da EAC, Dr^a Irene Isaka, agradeceu ao BAD por seu papel na implementação do Plano de Recuperação Regional Covid-19 da EAC. Ela enfatizou que a pandemia do Covid-19 teve um impacto significativo na região, com uma perda estimada de produção entre US\$ 37 e US\$ 79 bilhões, afetando a renda familiar e interrompendo as cadeias de suprimentos de bens e serviços comercializáveis.

A Dra. Isaka destacou que a pandemia ressaltou a necessidade de fortalecer os pilares dos sistemas de saúde da região e instou os Estados parceiros a tirar lições da resposta pandêmica do Covid-19 para construir sistemas de saúde mais resilientes. A economista principal de saúde do BAD, Dra. Elizabeth Owiti, incentivou os Estados parceiros a elaborarem um plano para superar as lacunas na infraestrutura nacional de saúde.

O BAD aprovou doações totalizando US\$ 9,52 milhões para fortalecer as respostas à pandemia de Covid-19 na África Oriental e no Chifre, e nas Comores. O Secretariado da EAC recebeu US\$ 8,79 milhões em parcelas de US\$ 8,16 milhões e US\$ 629.582, enquanto a IGAD recebeu US\$ 729.581.

A reunião do GT teve a presença de peritos dos Ministérios da Saúde dos Estados parceiros da EAC, pessoal da Rede Africana de Investigação e Impacto (ARIN) e membros do Conselho Consultivo com sede em Nairobi, além de representantes do BAD. A reunião foi convocada para facilitar uma visita de monitoramento do BAD para avaliar o progresso na implementação do projeto Covid-19 financiado pelo Banco. Importa dizer que a colaboração do BAD com a EAC e outros parceiros de desenvolvimento reforça o compromisso da região em construir comunidades mais saudáveis e resilientes.

Financiamento e Mobilização Climática para África Oriental¹⁴⁶

No dia 21 de abril, em Arusha, Tanzânia, ocorreu o encerramento de um workshop de três dias sobre acesso ao financiamento climático e mobilização para os Estados parceiros da Comunidade da África Oriental (EAC). O objetivo do evento foi capacitar especialistas dos Ministérios responsáveis pelo Meio Ambiente, Finanças e Assuntos da EAC com conhecimentos e habilidades necessárias para mobilizar e acessar o financiamento climático.



A colaboração EAC-UNFCC realizou uma avaliação das necessidades, prioridades, fluxos atuais e barreiras da EAC para acesso e mobilização de financiamento climático, e desenvolveu um Plano de Implementação e Estratégia de Mobilização e Acesso ao Financiamento Climático regional. Foram identificados 8 (oito) projetos e programas prioritários em Agricultura e Segurança

¹⁴⁶ <https://www.eac.int/press-releases/144-environment-natural-resources/2783-training-workshop-in-climate-finance-and-mobilisation-for-eac-partner-states-concludes-in-arusha>

Alimentar, Segurança Hídrica e Gestão de Resíduos, Energia Renovável e Eficiência Energética e questões transversais, como capacitação e engajamento do setor privado.

O Diretor de Setores Produtivos do Secretariado da EAC, Jean Baptiste Havugimana, destacou que os NDCs da região requerem pelo menos US\$ 21 bilhões anualmente para sua implementação, um aumento de quase dez vezes em comparação com a média anual dos fluxos de finanças públicas internacionais. Isso denota a importância de ter *expertise* adequada para acessar e mobilizar financiamento de todas as fontes.

O evento contou com a presença de representantes de diversos órgãos e instituições, incluindo Ministérios do Meio Ambiente, Finanças e Assuntos da EAC dos Estados parceiros da EAC, UNFCCC, PNUD, Facilidade Ambiental Global, Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação, BAD, Banco de Desenvolvimento da África Oriental e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

A iniciativa é uma demonstração do compromisso da região em enfrentar os desafios da mudança climática e avançar na agenda de integração da EAC. O acesso ao financiamento climático é essencial para promover a resiliência climática e garantir um futuro sustentável para a região da África Oriental.

SADC discute formas de conter a radicalização, a violência e o extremismo violento na região da SADC¹⁴⁷

No dia 29 de março, a Comunidade da África Oriental lançou o *Scorecard* Digital de Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e Adolescente (RMNCAH) de 2022 para o Governo Revolucionário de Zanzibar. A iniciativa foi elogiada pelo Ministro da Saúde de Zanzibar, Nassor Ahmed Mazrui, como uma intervenção inovadora para promover a responsabilidade, melhorar o acesso a dados de saúde e compartilhamento de conhecimento para obter melhores resultados, além de fortalecer a supervisão da saúde de mulheres e crianças.

O *Scorecard* de Saúde da EAC para RMNCAH foi criado em 2014, tornando-se o primeiro *scorecard* de uma Comunidade Econômica Regional (REC) na União Africana. Desde então, a EAC apoiou outras CERs como a SADC para estabelecer iniciativas semelhantes. O *scorecard* de saúde da EAC rastreia o progresso feito pelos Estados parceiros da EAC na implementação dos métodos reprodutivos, maternos, neonatais, saúde da criança e do adolescente (RMNCAH) de acordo com os compromissos globais, continentais e regionais.

Além de digitalizar o *scorecard*, a Secretaria da EAC constituiu um Grupo de Trabalho de Especialistas da EAC em Saúde Digital, Dados, Tecnologias e Inovação (DIDATI), uma equipe multidisciplinar de profissionais voltados para a tecnologia no setor de saúde. O grupo de trabalho tem a tarefa de revisar e fornecer orientação técnica para vários sistemas regionais de saúde digital da EAC.

Essas iniciativas são fundamentais para promover a responsabilidade e melhorar o acesso à informação de saúde, especialmente em países em desenvolvimento onde o acesso à informação pode ser limitado. O *Scorecard* Digital de RMNCAH permite um melhor acompanhamento dos principais indicadores de saúde materno-infantil, identificação de dificuldades e ação para informar a formulação de políticas em nível nacional e regional.

¹⁴⁷ <https://www.sadc.int/latest-news/senior-correctionsprisons-officers-seek-ways-curb-radicalisation-violence-and-violent>

Portanto, o uso de *scorecards* digitais para rastrear o progresso na saúde é uma ferramenta crítica de tomada de decisão para os decisores, e deve ser incentivado em todo o mundo. A digitalização dos sistemas de saúde pode contribuir significativamente para melhorar o acesso e compartilhamento de informações, permitindo que governos e profissionais de saúde possam tomar decisões mais informadas para melhorar a saúde das populações.

Lula está na Europa, mas o protagonismo do informe é a OMS Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

O presidente Lula está na Europa para a primeira visita de seu terceiro mandato. Ele participa da Cimeira Brasil-Portugal, entre 22 e 25 de abril e depois segue para a Espanha. Tanto o Ministério da Saúde do Brasil quanto a Fiocruz integram a comitiva presidencial, em intensa agenda de reuniões e cerimônias. A Cimeira gerou 13 acordos, que vão da área energética à educação, passando pela saúde. Além da promoção à paz na Ucrânia, a viagem tem por objetivos captar investimentos para o Brasil, fortalecer a defesa da Amazônia e a luta contra as mudanças climáticas.

A repercussão da visita do presidente, gira muito em torno de suas declarações e posicionamentos sobre a guerra da Ucrânia e de sua recente visita à China. E não é só na mídia europeia. A declaração conjunta que emerge da cimeira, pede por uma “paz justa” na Ucrânia. Lula manteve suas críticas, argumentando que se não se fala em paz, se contribui para a guerra. Portugal negociou qualificar a paz desejada como “justa”. Para o governo português, dizer que se quer paz é insuficiente. Ao acrescentar “justa” implica-se que a paz não será alcançada a qualquer preço. Para o Brasil, a inserção da palavra prejudica os esforços para se conseguir a paz¹⁴⁸. Para Mauro Vieira, chefe da diplomacia brasileira, as afirmações de Lula sobre o conflito e suas ideias de envolver EUA, China, Índia, Turquia e UE nas negociações de paz, “não são de neutralidade”, mas “de quem quer falar com todos”: não se pode estimular apenas a guerra.

Após os comentários de Lula sobre a guerra e apelos a negociações de paz, Kiev convidou o presidente brasileiro a ir à Ucrânia para que ele possa “compreender as verdadeiras causas e essência da agressão russa”. O presidente será representado por Celso Amorim, ex-chanceler e atual assessor especial de Lula para assuntos internacionais. A viagem não tem data definida e os detalhes não serão divulgados previamente por questões de segurança. Oleg Nikolenko, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros ucraniano, disse também que os comentários de Lula colocaram “a vítima e o agressor na mesma escala”.

A Região Europeia da OMS celebra a [Semana Europeia de Imunização](#) (EIW, sigla em inglês) entre 23 e 29 de abril. O evento busca aumentar a conscientização sobre a importância da imunização para a prevenção de doenças e proteção da vida. Neste ano, a campanha trabalhará a melhor aceitação da vacina no contexto da Agenda Europeia de Imunização 2030 e um retrocesso global nas taxas de vacinação devido à pandemia de Covid-19. Os materiais e mensagens-chave da EIW se concentrarão em reengajar o público sobre a importância da oportuna vacinação de rotina, atualizar as vacinas perdidas ou adiadas, e continuar a enfatizar a necessidade da vacinação contra a Covid-19, especialmente entre os grupos vulneráveis.

Em 53 países da Europa e da Ásia Central – que juntos formam a Região Europeia da OMS – mais de 1 milhão de crianças perderam todas ou algumas vacinas de rotina desde o início da pandemia em 2020. Enquanto muitos países da Região, com grande esforço, se recuperaram das interrupções e atrasos nas vacinações de rotina, 16 países observaram um declínio na cobertura da terceira dose da vacina contra difteria-tétano-coqueluche (DTP3) em 2021, em comparação com as taxas pré-pandêmicas. Metade dos 20 países de renda média da Região relataram cobertura abaixo de 90% para 1 ou mais vacinas em 2021, em contraste com menos de 10% dos países de renda alta. A diferença de equidade de imunização entre os países e suas populações está aumentando. Os casos de sarampo na Região aumentaram de 159 em 2021

¹⁴⁸ Jornal Público, edição de domingo, 23 de abril de 2023.

para mais de 900 em 2022. Os casos de difteria aumentaram de 41 em 2021 para 300 em 2022. Além disso, a guerra na Ucrânia e os terremotos na Turquia causaram mais interrupções nos serviços de saúde, deslocaram milhões de famílias e dificultaram muito o acesso a vacinas.

Notícia relevante no âmbito da saúde global, foi a certificação, pela OMS, de [eliminação da malária nos territórios do Azerbaijão e do Tadjiquistão](#), após um século de esforços para erradicar a doença. A certificação da eliminação da malária é o reconhecimento oficial pela OMS do status de um país livre da malária. Ela é concedida quando um país demonstra – com evidências rigorosas e confiáveis – que a cadeia de transmissão da malária indígena por mosquitos *Anopheles* foi interrompida em todo o território por pelo menos três anos consecutivos. O país candidato à certificação “*malaria-free*” também deve demonstrar a capacidade de impedir o restabelecimento da transmissão. O Diretor Regional da OMS para a Europa, Hans Kluge, comemorou a conquista, dizendo que “a Região Europeia da OMS está agora a dois passos de se tornar a primeira região do mundo totalmente livre de malária”.

O Azerbaijão detectou seu último caso de malária por *Plasmodium vivax* (P.vivax) transmitida localmente em 2012 e o Tadjiquistão em 2014. Com o anúncio, um total de 41 países e 1 território foram certificados como livres de malária pela OMS, incluindo 21 países no Região da Europa. A decisão final sobre a concessão de uma certificação livre de malária cabe ao Diretor-Geral da OMS, com base em uma recomendação do Grupo Consultivo Técnico independente sobre Eliminação e Certificação da Malária. O [processo de certificação livre de malária da OMS](#), está disponível na página da organização.

Os esforços de controle da malária no Azerbaijão e no Tadjiquistão foram fortalecidos por meio de uma série de investimentos e políticas de saúde pública que permitiram aos governos, ao longo do tempo, eliminar a doença e manter o status de livre da malária. Por mais de 6 décadas, ambos os governos garantiram atenção primária à saúde universal. Eles têm apoiado vigorosamente as intervenções direcionadas à malária – incluindo, por exemplo, medidas de prevenção, como pulverizar as paredes internas das casas com inseticidas, promover a detecção precoce e o tratamento de todos os casos e manter as habilidades e capacidades de todos os profissionais de saúde envolvidos na eliminação da malária.

Tanto o Azerbaijão quanto o Tadjiquistão utilizam sistemas nacionais de vigilância eletrônica de malária que fornecem detecção de casos quase em tempo real e permitem investigações rápidas para determinar se uma infecção é local ou importada. Intervenções adicionais incluem métodos biológicos de controle de larvas, como peixes comedores de mosquitos, e medidas de gerenciamento de água para reduzir os vetores da malária.

Desde a década de 1920, uma parte considerável da economia do Tadjiquistão e, em menor grau, do Azerbaijão, depende da produção agrícola, particularmente das valiosas exportações de algodão e arroz. Os sistemas de irrigação agrícola em ambos os países historicamente também representam um risco de malária para os trabalhadores. Ambos os países estabeleceram sistemas para proteger os trabalhadores agrícolas, fornecendo acesso gratuito ao diagnóstico e tratamento da malária no sistema público de saúde.

A equipe de controle da malária tem a capacidade de testar, diagnosticar e tratar imediatamente os trabalhadores infectados com medicamentos antimaláricos apropriados e monitorar e avaliar os fatores de risco ambientais, entomológicos e epidemiológicos. As atividades adicionais do programa incluem avaliar regularmente o uso criterioso de inseticidas para controle de vetores, implementar sistemas de gerenciamento de água e educar o público sobre a prevenção da malária.

Falando em equipe de controle de doenças, cabe destaque para outro relevante movimento para a saúde global - a reunião regional de alto nível sobre Saúde e Cuidados com a Força de Trabalho na Europa: Hora de Agir, que aconteceu no mês março, em Bucareste, na Romênia. Organizado pela OMS/Europa e pelo Ministério da Saúde da Romênia, o evento contou com representantes de 50 dos 53 Estados-Membros da Região Europeia da OMS, que se juntaram a profissionais de saúde, seus sindicatos e associações, acadêmicos e especialistas, para adotar uma declaração apelando à ação política e ao compromisso de proteger, apoiar e investir nos profissionais de saúde e cuidados em toda a Europa e na Ásia Central.

A [Declaração de Bucareste](#), fruto do encontro, surge no contexto de uma grave crise, que afeta os profissionais de saúde em toda a Região, em cenário de greves recorrentes e incapacidade de reter e atrair profissionais de saúde. No documento os participantes referendam o [Relatório sobre Saúde e Força de Trabalho na Europa: Hora de Agir](#), produzido pela OMS Europa em 2022, que identifica os principais desafios da força de trabalho enfrentados pelos sistemas nacionais de saúde, que incluem: escassez, distribuição desigual, insuficiências no desenvolvimento de habilidades, envelhecimento da força de trabalho, mudanças nos mercados, e problemas de mobilidade e migração de trabalhadores cada vez mais complexos.

Neste contexto, a declaração apela por medidas que possam ser ampliadas e fortalecidas com todas as partes interessadas em atenção contínua. O documento sugere uma série de ações políticas que promovam: aumento da oferta de profissionais; melhoria na retenção e recrutamento dos profissionais; otimização do desempenho da força de trabalho; melhoria no planejamento estratégico da força de trabalho; e investimento público maior e mais inteligente em educação, desenvolvimento e proteção;

“[A crise da força de trabalho em saúde na Europa não é mais uma ameaça iminente – é aqui e agora](#)”. Provedores de saúde e trabalhadores em toda a nossa região estão clamando por ajuda e apoio”, disse o Dr. Hans Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa. Ele prossegue alertando para o esgotamento dos profissionais de saúde, que além de cansados, estão sobrecarregados e muitas vezes mal pagos. “Nossos sistemas de saúde estão lutando para reter e atrair a próxima geração de profissionais de saúde”, complementa.

Durante o ano passado, [a Europa viu um número crescente de greves entre os profissionais de saúde](#), alegando condições de trabalho desafiadoras e recursos insuficientes. Na França, médicos e enfermeiras fizeram greve nacional em novembro de 2022, com a participação de mais de 100.000 profissionais de saúde. Em setembro de 2022, mais de 6.000 enfermeiras na Irlanda entraram em greve pelos baixos salários e más condições de trabalho. Da mesma forma, na Alemanha, milhares de profissionais de saúde participaram de uma greve nacional em agosto de 2022, por motivos semelhantes. E no Reino Unido, greves e paralisações de médicos, enfermeiros e equipes de ambulâncias impactam o sistema de saúde por meses.

O encontro na Romênia foi aproveitado por pequenos países europeus, que organizados em torno da Small Countries Initiative (SCI), trocaram atualizações sobre o progresso no desenvolvimento de suas estratégias de recursos humanos para a saúde, reforçando que uma pequena mudança na força de trabalho de saúde de um pequeno país pode criar um grande impacto. Foram destacadas as ações mais importantes para eles neste momento, como o alinhamento de seu sistema educacional às necessidades da população, o fortalecimento do desenvolvimento profissional, o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e a ampliação do uso de ferramentas digitais. Mais da metade dos pequenos países relataram ter um mecanismo implantado para apoiar os recursos humanos para a saúde (HRH, na sigla em

inglês). A importância de otimizar a força de trabalho, incluindo o redesenho de habilidades, tarefas e distribuição de tempo, é crucial para todos os países, mas ainda mais relevante para países pequenos, onde a eficácia de uma pequena força de trabalho está criticamente ligada à saúde e aos resultados do sistema.

Assunto novo aqui neste informe, a [Small Countries Initiative \(SCI\)](#) da OMS Europa, é uma rede de 11 países europeus com 2 milhões ou menos de habitantes: Andorra, Chipre, Estônia, Islândia, Letônia, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Montenegro, San Marino e Eslovênia. Desde o seu início em 2014, a SCI funciona como um fórum onde os pequenos países se reúnem para encontrar soluções para as necessidades e vulnerabilidades relacionadas à saúde e se define como um laboratório de inovação. Seus objetivos são: colocar a saúde e o bem-estar no topo das principais agendas políticas dos pequenos países; defender as necessidades dos pequenos países nos níveis regional e internacional; promover o investimento em saúde e bem-estar, não deixando ninguém para trás; construir uma plataforma de soluções para uma melhor saúde da população e sistemas de saúde resilientes; e medir progressos. A Secretaria está sediada no Centro Europeu de Investimento em Saúde e Desenvolvimento da OMS em Veneza, Itália. No âmbito da SCI, foi criado um grupo de trabalho sobre HRH, para fortalecer a colaboração internacional em recursos humanos para a saúde em países pequenos. O grupo realizou 3 reuniões desde sua criação em 2019, produzindo relatórios e publicações para apoiar e avançar nas discussões. A quarta reunião do grupo foi a relatada no parágrafo anterior.

A crise que afeta os profissionais de saúde é mais uma para a lista de crises que a Europa vem enfrentando nos últimos anos. É tida como uma bomba-relógio pelo Relatório da OMS Europa e não será resolvida por uma declaração que apela à vontade de governos. A Organização se dedica à identificação do problema e de possíveis soluções, mas tem capacidade limitada para influenciar os países a adotarem as recomendações. As ações, se e quando adotadas, serão caracterizadas pela fragmentação. É mais uma crise que afeta as populações mais necessitadas.

Sudão: uma guerra de vontades que pode aumentar as tensões regionais

Lúcia Marques

“Você não pode ter dois exércitos e dois generais concorrentes em um país desesperado e esperar uma transição pacífica, especialmente com tantos civis infelizes que experimentaram um declínio catastrófico na economia, que estão sofrendo de desnutrição e desemprego, e a lista continua”¹⁴⁹

Desde 15 de abril, quando a violência eclodiu no Sudão, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), já são pelo menos 420 pessoas mortas e 3.700 feridas durante os confrontos entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF). A situação se agrava porque paramédicos, enfermeiros da linha de frente e médicos muitas vezes não conseguem acessar civis feridos, por causa da insegurança e ataques a ambulâncias e instalações de saúde. O Ministério Federal da Saúde sudanês informou que 20 hospitais não funcionam mais e outros 12 estão em risco devido à falta de suprimentos médicos e profissionais de saúde. Os hospitais também precisam de suprimentos operacionais básicos, como combustível, água e eletricidade.¹⁵⁰ O país é membro da OMS Mediterrâneo Oriental e da ESCWA, Comissão Econômica e Social Ásia Ocidental, da ONU.

A atual violência no Sudão foi desencadeada por divergências quanto às reformas necessárias para implantação de um governo democrático, entre civis, militares e paramilitares. No centro dessa violência estão Abdel Fattah al-Burhan, um militar de carreira, líder das SAF, e Mohamed Hamdan Dagalo, mais conhecido como Hemedti, um líder de milícia, chefe das RSF. Quatro anos atrás, os dois generais¹⁵¹ trabalharam juntos para derrubar o autocrata militar Omar Al-Bashir. O plano de transição para uma democracia civil no país envolvia a integração do grupo paramilitar RSF ao exército regular - uma condição fundamental para um acordo final.

Líderes militares e civis compartilhavam o poder desde agosto de 2019, quando assinaram um acordo para formar um governo liderado por civis supervisionado pelo Conselho Soberano, um corpo civil-militar conjunto, com o general Burhan à frente e Hemedti como seu vice, rumo à democracia.¹⁵² No entanto, segundo o analista, especialista em Sudão, Eric Reeves¹⁵³, o acordo estava fadado ao fracasso desde o início ao colocar dois generais e dois exércitos concorrentes para compor o governo de transição. O desentendimento cresceu desde 2021 com ambos os lados acusando o outro de impedir a transição.

E à medida que as tensões aumentam, crescem as preocupações internacionais uma vez que o Sudão faz fronteira com sete países e fica entre o Egito, a Arábia Saudita, a Etiópia e a volátil região africana do Sahel. As hostilidades correm o risco de aumentar as tensões regionais.

¹⁴⁹ Eric Reeves, professor, pesquisador e analista especialista em Sudão. Tem escrito sobre o país do nordeste africano desde 2000. É atualmente membro do [Rift Valley Institute \(Quênia, Reino Unido, EUA\)](#). Suas análises podem ser encontrada no site [Pesquisa, Análise e Defesa do Sudão – por Eric Reeves \(sudanreeves.org\)](#)

¹⁵⁰ [OMS EMRO | O treinamento da OMS sobre o gerenciamento de vítimas em massa poderia ter salvado um quarto das vidas perdidas no Sudão até o momento se os profissionais de saúde tivessem acesso a civis feridos | Notícias | Centro de mídia \(who.int\)](#)

¹⁵¹ [Golpe no Sudão: quatro perguntas para entender a crise política - BBC News Brasil](#)

¹⁵² [Quem são os generais que podem levar o Sudão a uma guerra civil | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)

¹⁵³ <https://www.arabnews.com/node/2289211/middle-east>

Os países correm para retirar seus cidadãos e diplomatas da capital sudanesa enquanto uma trégua de três dias - que deveria ter entrado em vigor -, acordada para permitir a celebração do maior e mais importante feriado mulçumano, o Eid Al-Fitr, marca o fim do Ramadã.

Segundo a OMS as pessoas estão ficando sem comida e água. A escassez de combustível para geradores hospitalares, bem como cortes de água e energia também estão afetando a funcionalidade das instalações de saúde. Faltam medicamentos e pessoal médico. Falando com a imprensa, o diretor da OMS, Tedros Adhanom, apela a todas as partes para que cumpram as suas obrigações no âmbito do direito internacional. Insta as partes em conflito a respeitarem a neutralidade dos cuidados de saúde e garantirem o acesso irrestrito às instalações de saúde para os feridos pelas hostilidades. Alerta que as instalações de saúde e os trabalhadores nunca devem ser um alvo, especialmente em uma situação como esta, onde há milhares de civis que precisam de acesso a cuidados de emergência.¹⁵⁴

Como aponta o escritório regional da OMS (Mediterrâneo Oriental – EMRO), as necessidades humanitárias em todo o Sudão estão em níveis recordes. Novos e prolongados deslocamentos induzidos por conflitos localizados, aumento da criminalidade e insegurança, picos sem precedentes de insegurança alimentar aguda devido a períodos de seca e chuvas erráticas, alta inflação de alimentos, combustível e outras commodities, inundações e surtos persistentes de doenças resultaram em um número recorde de pessoas necessitadas de assistência humanitária.¹⁵⁵

A situação humanitária no Sudão é catastrófica, [adverte o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, instando todas as partes com influência a apoiar os esforços para acabar com a violência, restaurar a ordem](#). Centenas de pessoas foram mortas e feridas. Os combates em áreas urbanas são particularmente perigosos para os civis, incluindo crianças, que foram repetidamente forçados a se abrigar em escolas e evacuar de hospitais sob fogo. “Isso é completamente ultrajante. As operações humanitárias são praticamente impossíveis. Armazéns, veículos e outros ativos humanitários foram atacados, saqueados e apreendidos,” complementa o secretário.

O país tem uma população de 46.507.155 de pessoas, de maioria islâmica. Também abriga mais de 1 milhão de refugiados e é um país de origem, trânsito e destino para movimentos mistos de refugiados, requerentes de asilo e migrantes em toda a sub-região em direção à Europa e outros destinos. O sistema público de saúde é severamente afetado por anos de subfinanciamento, resultando em falta de profissionais de saúde qualificados e acesso insuficiente a serviços básicos e essenciais. O sistema de vigilância de doenças é fragmentado, com apenas 2.168 de um total de 6.300 estabelecimentos de saúde (34,4%) representando Vigilância Sentinela e 70% dos estabelecimentos de saúde sem medicamentos essenciais para salvar vidas. O Sudão é o principal contribuinte para a malária na região do Mediterrâneo Oriental, respondendo por cerca de 56% dos casos, e também é endêmico para os arbovírus Chikungunya, dengue e febre amarela.¹⁵⁶

Como [alerta o diretor da OMS EMRO](#), Ahmed Al-Mandhari, o Sudão é um dos sete países do Grande Chifre da África já afetados pela insegurança alimentar, com mais de um quarto da população já enfrentando uma crise alimentar. Atualmente, vários surtos de doenças estão

¹⁵⁴ [Discurso de abertura do diretor-geral da OMS na coletiva de imprensa – 18 de abril de 2023 \(who.int\)](#)

¹⁵⁵ <https://www.emro.who.int/countries/sdn/index.html>

¹⁵⁶ <https://www.emro.who.int/countries/sdn/index.html>

circulando no país, incluindo sarampo, poliovírus, o primeiro surto de dengue em Cartum (capital) e casos crescentes de malária em todo o país.

O **Sudão**¹⁵⁷ está localizado no continente africano, mais precisamente na região do Nordeste da África e faz fronteira com sete países e o Mar Vermelho: Chade, Egito, Etiópia, Eritreia, Líbia, República Centro Africana e Sudão do Sul. Possui uma grande extensão territorial e elevada diversidade paisagística, mas 30% de seu território ao norte integra o Deserto do Saara. O Rio Nilo que corta o país de norte a sul, possibilitando sistemas de irrigação nas áreas mais áridas. Sua capital é Cartum e o idioma oficial o Árabe.

Historicamente, o país, teve seu território dominado pelo Egito durante o século XIX, concentrando um alto número de povos árabes islâmicos nessa área. Após a [Conferência de Berlim](#), quando as grandes potências europeias fizeram a partilha do continente africano, desencadeando o processo, nada pacífico, de neocolonialismo.¹⁵⁸ No começo do século XX, o continente africano se encontrava em condições lamentáveis, totalmente cortado em pedaços, um para cada ocupante imperialista. A economia tradicional comunitária ou de subsistência foi totalmente desarticulada para introdução de cultivos destinados ao sustento e economia das metrópoles europeias. Havia enormes aberrações nas organizações sociais e culturais dos territórios que foram divididos: tribos aliadas foram separadas e tribos inimigas unidas. Em consequência, até os dias de hoje, ocorrem tantas guerras civis.

A região do atual Sudão foi dominada pela Grã-Bretanha juntamente com o Egito, tendo como nome nesse período Sudão Anglo-Egípcio. Em 1956 o Sudão conseguiu sua independência. Conflitos e guerras civis entre os povos do norte e do sul do país culminaram com o desmembramento do sul, oficializado Sudão do Sul, em 2011.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Ásia e região MENA: conflitos e animosidades acalmam aqui e pipocam acolá

Sudaneses, curdos¹⁵⁹, sírios, iemitas, líbios, tunisianos, birmaneses¹⁶⁰, palestinos e tantos outros sofrem com os conflitos antigos e novos, que se somam às crises decorrentes da guerra na Ucrânia, das disputas geopolíticas e dos eventos climáticos. Entra ano, sai ano, conflitos e animosidades acalmam aqui e pipocam acolá na **Ásia e região do Oriente Médio e Norte da África (MENA)**. Nada de novo. Conflitos que moldam identidades, estados e regimes políticos. Alguns são consequências da partilha entre potências colonizadoras no século XIX e no pós 2ª guerra quando grupos étnicos amigos foram separados e grupos inimigos foram obrigados a dividir o mesmo espaço.

¹⁵⁷ [Sudão - características, história, mapa, localização - Geografia - InfoEscola](#)

¹⁵⁸ A Grã-Bretanha e a França foram os países que abocanharam o maior número de territórios, em seguida veio Portugal, Bélgica, Espanha, Itália, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos da América, Suécia, Áustria-Hungria e Império Otomano.

¹⁵⁹ Grupo étnico antigo da Ásia Ocidental, com cerca de 30 milhões de indivíduos, sem um Estado próprio. São a 4ª etnia do Oriente Médio após árabes, persas e turcos. Há milênios, habitam as regiões montanhosas, denominada Curdistão, que abrangem partes da Turquia, do Irã, do Iraque e da Síria. Seu idioma é o curdo, embora seus indivíduos sejam multilíngues. A maioria é muçumana sunita (um problema no Irã xiita). Um dos grandes líderes muçulmanos durante as Cruzadas, Saladino, pertencia à etnia curda. Os curdos têm um exército chamado Peshmerga que está na linha de frente contra o Estado Islâmico em regiões no norte da Síria e no Iraque – e que aceita mulheres. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Curdos>

¹⁶⁰ Nascidos em Myanmar, antiga Birmânia.

Mas os esforços da Arábia Saudita para descongelar laços, como parte da [política de Riad para aumentar a segurança e estabilidade na região](#),¹⁶¹ que começou com a retomada de relações diplomáticas com seu rival Irã; retomada de conversas com a Síria e negociações para trazer o país de volta à Liga Árabe¹⁶², da qual havia sido suspensa, desde 2011,¹⁶³ e com a libertação unilateralmente de prisioneiros Houthis¹⁶⁴ e iniciar conversas para alcançar a paz política no Yemen,¹⁶⁵ tem repercutido e estimulado retomadas de relações na região e além.

Após seis anos, o Catar e o Bahrein retomarão seus laços diplomáticos, dois anos depois que um boicote árabe a Doha foi suspenso. Sua decisão de restaurar os laços diplomáticos foi bem recebida pelo Kuwait, que atuou como mediador durante o boicote árabe.¹⁶⁶ A reconciliação entre o Catar e o Bahrein, ambos membros do CCG de seis nações, juntamente com a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Kuwait e Omã, ocorre em um momento de mudanças diplomáticas aceleradas em toda a região.

A Arábia Saudita e Damasco, discutiram os passos necessários para alcançar uma solução política abrangente para a crise síria que também contribuirá para o retorno da Síria à Liga Árabe - o país foi suspenso do grupo de 22 membros em. Em declaração conjunta, concordaram em apoiar as instituições do Estado sírio, acabar com a presença de milícias armadas lá e a interferência externa em quaisquer assuntos internos. Ambos os países concordaram com a importância de resolver as dificuldades humanitárias e de proporcionar um ambiente adequado para que a ajuda chegue a todas as partes da Síria.

Sobre o retorno à Liga Árabe, Ministros das Relações Exteriores de nove países árabes (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes, além de Egito, Iraque e Jordânia) começaram a chegar a Jeddah para uma reunião de nove países árabes na sexta-feira, [focada em acabar com o isolamento da Síria](#). Embora as razões da suspensão da Síria ainda existam, um consenso está se formando no mundo árabe de que isolar a Síria não está funcionando e que o diálogo é necessário, particularmente para abordar a situação humanitária no país, bem como o retorno dos deslocados, a reconstrução e o alívio do sofrimento do povo sírio que são prioridades urgentes. Doha não concorda com o retorno da Síria ao grupo árabe, mas a votação no âmbito da Liga é por maioria simples.¹⁶⁷

¹⁶¹ Alcançar estabilidade regional é essencial para a [Visão 2030](#), lançada em 2016. O plano ambicioso do príncipe herdeiro que pretende remodelar completamente a economia do reino em uma que seja autossuficiente, progressiva e diversificada. Envolve metas ambiciosas, aumento de visitantes de 8 milhões para 30 milhões, a redução do desemprego, o aumento da participação das mulheres na força de trabalho e o aumento do investimento estrangeiro.

¹⁶² O reino e a Síria concordam sobre a importância de resolver as dificuldades humanitárias e criar as condições necessárias para o retorno dos refugiados sírios e das pessoas deslocadas à sua terra natal [Arábia Saudita e Síria iniciam procedimento para retomar serviços consulares e voos \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁶³ Quando o presidente Bashar Al Assad lançou uma brutal repressão aos protestos pró-democracia – movimento da Primavera Árabe.

¹⁶⁴ A Arábia Saudita libertou unilateralmente mais 104 prisioneiros [Houthis](#), conforme o [Comitê Internacional da Cruz Vermelha](#), que está supervisionando o processo. O anúncio vem depois de uma troca de prisioneiros no fim de semana, na qual 887 detidos dos lados em conflito no Yemen foram trocados.

¹⁶⁵ O embaixador da Arábia Saudita no Iêmen, [Mohammed Al Jaber](#), visitou a capital administrada pelos Houthis para conversas com os rebeldes apoiados pelo Irã e autoridades de [Omã](#) para discutir o fim da guerra no Yemen e para negociações sobre a obtenção da paz política.

¹⁶⁶ [Qatar e Bahrein concordam em restaurar os laços diplomáticos após seis anos \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁶⁷ Arábia Saudita [focada em acabar com o isolamento da Síria](#)

Em meio a essas articulações, o Ministro das Relações Exteriores saudita, príncipe Faisal bin Farhan, conversou por telefone com seus homólogos do Reino Unido,¹⁶⁸ da França¹⁶⁹, do Kuwait e da Suécia,¹⁷⁰ dos EUA e discutiram esforços para deter a escalada militar entre as partes em conflito, acabar com a violência e fornecer a proteção necessária aos civis e residentes sudaneses, de forma a garantir a segurança, estabilidade e bem-estar do Sudão e de seu povo.

Aliás, a operação bem-sucedida de evacuação do Sudão para o Reino, de cidadãos sauditas e de vários outros países, foi altamente elogiada. Foram 91 sauditas e 66 pessoas de países diferentes, incluindo Kuwait, Catar, Emirados Árabes, Egito, Tunísia, Paquistão, Índia, Bulgária, Bangladesh, Filipinas, Coreia do Sul, Canadá e Burkina Faso.¹⁷¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, alertou que a violência no Sudão "arrisca uma conflagração catastrófica dentro do Sudão que pode envolver toda a região e além" e pediu aos membros do Conselho de Segurança que exerçam o máximo de influência. "Devemos todos fazer tudo ao nosso alcance para tirar o Sudão da beira do abismo", disse Guterres ao conselho de 15 membros, acrescentando que as Nações Unidas não deixarão o Sudão.¹⁷²

Assim como foi importante na intermediação para retomada das relações entre os dois grandes rivais do Golfo – Arábia Saudita e Irã, Pequim pode ser um importante negociador para a paz no Sudão. A experiência e investimentos da China na África, especialmente na região MENA, as boas relações com a União Africana e com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento – que estão liderando a mediação da crise sudanesa - e com o próprio Sudão, podem fazer a China assumir maiores responsabilidades internacionais. Defensora de soluções africanas para os problemas africanos, a China fornece um terreno neutro para as partes se unirem.¹⁷³

O gigante asiático não é um ex império colonizador e vem construindo parcerias do tipo ganha-ganha com os países africanos. As chances são favoráveis.

¹⁶⁸ <https://www.arabnews.com/node/2290961/saudi-arabia>

¹⁶⁹ <https://www.arabnews.com/node/2289661/Ar%C3%A1bia%20Saudita>

¹⁷⁰ <https://www.arabnews.com/node/2291226/saudi-arabia>

¹⁷¹ <https://www.arabnews.com/node/2291151/Ar%C3%A1bia%20Saudita>

¹⁷² <https://english.aawsat.com/home/article/4291921/un-chief-warns-sudan-violence-risks-%E2%80%98catastrophic-conflagration%E2%80%99>

¹⁷³ [A China tem um papel a desempenhar para ajudar a acabar com a crise do Sudão? | Correio da Manhã do Sul da China \(scmp.com\)](#)

Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima

O Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima (Major Economies Forum on Energy and Climate - MEF) é uma plataforma de cooperação internacional composta por 17 países responsáveis por cerca de 80% das emissões globais de gases de efeito estufa. Suas reuniões têm como objetivo discutir e coordenar políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas.

O MEF reuniu-se em abril de 2023 e as principais conclusões da reunião foram:

- **Acelerar o progresso em quatro áreas-chave necessárias para manter um limite de 1,5°C**
 - **Descarbonização da energia:** Anunciadas medidas para reduzir as emissões nos setores de energia e transporte, incluindo a ampliação da energia limpa, o estabelecimento de metas ambiciosas para veículos de emissão zero para 2030 e a descarbonização do transporte marítimo internacional.
 - **Acabar com o desmatamento:** Comprometer-se a deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030 e mobilizar US\$ 19 bilhões em investimentos dos setores público e privado para apoiar esse objetivo.
 - **Redução das emissões de gases de efeito estufa não CO₂:** Anunciados novos esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa sem ser o CO₂, como metano, hidrofluorcarbonetos e carbono negro.
 - **Avanço das tecnologias de gestão de carbono:** Compromisso de acelerar o desenvolvimento e a implantação de tecnologias de gestão de carbono, como a captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS).
 - Reafirmar o compromisso com o Acordo de Paris e tomar medidas ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, em conformidade com os objetivos do Acordo.
 - Apelar a todos os países para que tomem medidas urgentes para enfrentar a crise climática e trabalhem em conjunto para construir um futuro limpo, próspero e equitativo para todos.

Alguns dos detalhes específicos dos compromissos assumidos pelos membros do MEF:

- **Energia de descarbonização**
 - Os Estados Unidos anunciaram que alcançariam emissões líquidas zero até 2050 e que dobrariam seu investimento em pesquisa e desenvolvimento de energia limpa.
 - A União Europeia anunciou que reduziria suas emissões de gases de efeito estufa em 55% até 2030 e que atingiria emissões líquidas zero até 2050.
 - A China anunciou que atingiria o pico de suas emissões de carbono antes de 2030 e alcançaria a neutralidade de carbono até 2060.
 - A Índia anunciou que alcançaria emissões líquidas zero até 2070.

- **Acabar com o desmatamento**
 - Os Estados Unidos anunciaram que investiriam US\$ 1 bilhão em um novo fundo global para ajudar os países em desenvolvimento a acabar com o desmatamento e a degradação florestal.
 - A União Europeia anunciou que mobilizaria US\$ 1 bilhão em investimentos dos setores público e privado para apoiar a proteção das florestas nos países em desenvolvimento.
 - O Brasil anunciou que acabaria com o desmatamento ilegal até 2028.
 - A Indonésia anunciou que reduziria sua taxa de desmatamento em 50% até 2024.
- **Redução das emissões de gases com efeito de estufa não CO2**
 - Os Estados Unidos anunciaram que reduziriam suas emissões de metano em 30% abaixo dos níveis de 2020 até 2030.
 - A União Europeia anunciou que reduziria suas emissões de hidrofluorcarbonos em 80% abaixo dos níveis de 1990 até 2030.
 - A China anunciou que reduziria suas emissões de carbono negro em 20% abaixo dos níveis de 2015 até 2030.
 - A Índia anunciou que reduziria suas emissões de hidrofluorcarbonos em 85% abaixo dos níveis de 2025 até 2030.
- **Tecnologias avançadas de gestão de carbono**
 - Os Estados Unidos anunciaram que investiriam US \$ 3 bilhões em um novo programa nacional de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS).
 - A União Europeia anunciou que investiria 10 mil milhões de euros em tecnologias CCUS até 2030.
 - A China anunciou que construiria 1.000 projetos de demonstração CCUS até 2030.
 - A Índia anunciou que construiria 100 projetos de demonstração CCUS até 2030.

O presidente Lula do Brasil falou no e em seu discurso ele destacou o compromisso do Brasil com o desmatamento zero até 2030, ressaltou os investimentos em transição energética e pediu aos países em desenvolvimento que cumpram os acordos de financiamento climático, ainda considerados insuficientes para combater as mudanças climáticas globais.

Lula disse que o Brasil está fazendo sua parte para enfrentar a crise climática e que está comprometido em reduzir o desmatamento na floresta amazônica. Ele também disse que o Brasil está investindo em fontes de energia renováveis, como a solar e a eólica, e que está trabalhando para desenvolver novas tecnologias para ajudar a reduzir as emissões.

Lula pediu aos países desenvolvidos que forneçam mais assistência financeira aos países em desenvolvimento para ajudá-los a enfrentar a crise climática. Ele disse que o financiamento climático é essencial para ajudar os países em desenvolvimento a fazer a transição para um futuro de energia limpa e que também é essencial para ajudá-los a se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

O discurso de Lula foi bem recebido por outros líderes no fórum. Eles elogiaram o compromisso do Brasil em enfrentar a crise climática e concordaram que o financiamento climático é essencial para ajudar os países em desenvolvimento a fazer a transição para um futuro de energia limpa.

O Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima é um fórum importante para os países discutirem e coordenarem seus esforços para enfrentar a crise climática. As conclusões da reunião de 2023 mostram que as principais economias do mundo estão comprometidas em tomar medidas ambiciosas para reduzir as emissões e construir um futuro limpo, próspero e equitativo.

Reunião do Consórcio de Universidades para a Saúde Global

O Consórcio de Universidades para a Saúde Global (CUGH) é uma associação internacional de mais de 250 universidades e instituições acadêmicas dedicadas a melhorar a saúde das pessoas e do planeta através da educação, pesquisa, serviço e advocacia. A reunião da CUGH em 2023 foi realizada em Washington, D.C., de 14 a 16 de abril de 2023. A reunião reuniu mais de 3.000 participantes de todo o mundo para discutir os mais recentes desafios e oportunidades em saúde global.

As principais conclusões da reunião da CUGH em 2023 foram:

1. **A necessidade de enfrentar a crise climática como uma prioridade de saúde global.** A crise climática já está a ter um impacto devastador na saúde humana e só vai piorar se não agirmos. A reunião da CUGH pediu a todas as partes interessadas que trabalhem juntas para enfrentar a crise climática e garantir que a saúde das pessoas e do planeta esteja na vanguarda de toda a tomada de decisões.
2. **A necessidade de investir em pesquisa e inovação em saúde global.** Ainda há tanta coisa que não sabemos sobre a saúde global, e precisamos investir em pesquisa e inovação para encontrar novas maneiras de prevenir e tratar doenças e melhorar a saúde das pessoas em todo o mundo. A reunião da CUGH pediu aos governos, fundações e ao setor privado que aumentem seu investimento em pesquisa e inovação em saúde global.
3. **A necessidade de fortalecer a governança global da saúde.** O atual sistema de saúde global é fragmentado e ineficiente, e não é capaz de responder de forma eficaz aos desafios que enfrentamos. A reunião da CUGH pediu o fortalecimento da governança global da saúde e o desenvolvimento de novos mecanismos para coordenar e financiar os esforços globais de saúde.
4. **A necessidade de construir um sistema de saúde global mais equitativo.** O atual sistema de saúde global é injusto e deixa muitas pessoas para trás. A reunião da CUGH pediu a construção de um sistema de saúde global mais equitativo, que garanta que todos tenham acesso aos cuidados de saúde de que precisam, independentemente de sua renda, raça, etnia ou nacionalidade.

A reunião da CUGH em 2023 foi um evento histórico que reuniu a comunidade global de saúde para discutir os desafios mais prementes que o nosso mundo enfrenta hoje. As conclusões da reunião são um apelo à ação para que todas as partes interessadas trabalhem juntas para construir um mundo mais saudável e equitativo para todos.

Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde (*World Health Summit*)

A Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde em 2023 foi realizada em Washington, D.C., em 13 de abril de 2023. A reunião contou com a participação de mais de 500 participantes de todo o mundo, incluindo funcionários do governo, acadêmicos e representantes do setor privado. A reunião centrou-se no tema "*Bridging the Science to Policy Gap – Opportunities for Academia*" e explorou as maneiras pelas quais a academia pode desempenhar um papel na ponte entre ciência e política.

As principais conclusões da reunião foram:

1. **A necessidade de mais investimento em pesquisa e desenvolvimento de saúde global.** Ainda há tanta coisa que não sabemos sobre a saúde global, e precisamos investir em pesquisa e desenvolvimento para encontrar novas maneiras de prevenir e tratar doenças e melhorar a saúde das pessoas em todo o mundo.
2. **A necessidade de fortalecer a base de evidências para a política global de saúde.** Os formuladores de políticas precisam de acesso a evidências confiáveis e atualizadas para tomar decisões informadas sobre a saúde global. A academia pode desempenhar um papel no fortalecimento da base de evidências, realizando pesquisas, divulgando descobertas e se envolvendo com os formuladores de políticas.
3. **A necessidade de desenvolver capacidades para a análise e tomada de decisões de políticas de saúde globais.** Os formuladores de políticas precisam de habilidades e conhecimentos para analisar questões complexas de saúde global e tomar decisões sólidas. A academia pode desempenhar um papel na capacitação para a análise de políticas de saúde global e tomada de decisões, fornecendo treinamento e educação, e desenvolvendo ferramentas e recursos.
4. **A necessidade de promover a colaboração entre o meio acadêmico e os decisores políticos.** A academia e os formuladores de políticas precisam trabalhar juntos para enfrentar os desafios da saúde global. Ao trabalhar juntos, eles podem alavancar seus respectivos pontos fortes e recursos para alcançar objetivos comuns.

A Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde em 2023 foi uma oportunidade valiosa para as partes interessadas da academia, do governo e do setor privado se reunirem e discutirem as maneiras pelas quais a academia pode desempenhar um papel na ponte entre ciência e política. A reunião destacou a necessidade de mais investimento em pesquisa e desenvolvimento de saúde global, a necessidade de fortalecer a base de evidências para a política de saúde global, a necessidade de desenvolver capacidade para a análise e tomada de decisões de políticas de saúde globais e a necessidade de promover a colaboração entre a academia e os formuladores de políticas. As conclusões da reunião são um apelo à ação para que todas as partes interessadas trabalhem juntas para construir um mundo mais saudável e equitativo para todos.

As sessões da Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde 2023 estão disponíveis no [canal do Youtube](#) e qualquer pessoa pode assistir gratuitamente em: <https://www.worldhealthsummit.org/regional-meeting/2023-usa.htmlwhsdc@gwu.edu>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro (Embaixador) aposentado; Colunista do Jornal do Brasil

Ana Carol Aldapi Vaquera - Graduação em Ciências Políticas, UCB - Universidad Católica Boliviana; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais; Especialista em Divulgação e Popularização da Ciência; Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Costa Lobato - Mestre em Mídias Globais e Comunicações; Doutorando, UFRJ; Membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, Mestre em Epidemiologia, Doutor em Medicina Preventiva; Coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social; Membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU; Pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo; Mestre em Biologia, Moldova State University; Assessor e pesquisador sênior, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química; Mestre em Gestão e Políticas de Saúde, FGV RJ; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em Saúde Pública; Doutora em Química ambiental

Deisy Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em Saúde Pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Rosenberg - Médico veterinário; Mestre em Ciências médicas; Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz; Secretário Executivo da RINSP/CPLP; Coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais, Universidade Estácio de Sá; Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada; Pós-graduada em Relações Internacionais; Mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina; Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente social; Mestre em Serviço Social; Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais; Mestre em Saúde Pública; Doutoranda em Saúde Pública; Pesquisadora do CRIS Fiocruz

Lúcia Marques – Graduação em Jornalismo; mestre em Saúde Pública; Analista de gestão em saúde pública e assessora do Programa Fiocruz Antártida, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em Saúde Pública; Doutor em Saúde Coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; Pesquisador Sênior, Cris/Fiocruz

Luís Eugenio de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes – Graduação em Enfermagem e História; Mestra em Educação; Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora Mendes Gomes – Pediatra; Doutora em Ciências; Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Christina Nobre – Graduação em Direito; Assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental, Secretaria da Saúde da Bahia

Maria Teresa Rossetti Massari – Graduação em Enfermagem; Mestre em Saúde da Mulher e da Criança; Coordenadora da área Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam Minayo - Doutora em Direito e Relações Internacionais; Assessora e pesquisadora, CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Bacharel em Ciência Política, UNIRIO; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, PUC-RJ

Patrícia Lewis Carpio – Graduação em Psicologia; Mestre em Ciências, USP; Pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, INI Fiocruz; Coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política; Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ

Paulo Marchiori Buss – Médico; Doutor em Ciências; Professor Emérito da Fiocruz; Coordenador do Cris/Fiocruz; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina; Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional; Especialista em Saúde Pública; Coordenador adjunto, CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Rafaela Venturella De Negri - Graduação em jornalismo, UFRGS; Mestre em International Security and Development, Jagiellonian University; Co-coordenadora do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Observativa

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP Baixada Santista; Membro da Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Regina Ungerer – Médica; Doutora em Ciências; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz MG

Santiago Alcázar – Bacharel em Filosofia; diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro

Sebastián Tobar – Sociólogo; Doutor em Saúde Pública; Assessor de cooperação e pesquisador, CRIS Fiocruz; Assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista; Mestre em Ciências Econômicas e em Saúde Pública; membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduado em Relações Internacionais; bolsista da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 3 de maio – Direito ao trabalho seguro e saudável

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 06/2023

Período de 11 a 25 de abril de 2023

Organizadores: Paulo Marchiori Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

189 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.